

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
ÁREA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O GENERAL LECOR, OS VOLUNTÁRIOS REAIS E OS CONFLITOS PELA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA CISPLATINA (1822-1824)**

Autor: Fábio Ferreira

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
ÁREA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O GENERAL LECOR, OS VOLUNTÁRIOS REAIS E OS CONFLITOS PELA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA CISPLATINA (1822-1824)**

Fábio Ferreira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a María Verónica
Secreto Ferreras

Niterói

Abril de 2012

R484 Ferreira, Fábio.

O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina: 1822-1824 / Fábio Ferreira. – 2012.

258 f. ; il.

Orientador: María Verónica Secreto de Ferreras.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 229-248.

1. Cisplatina, Província da, 1821-1828. 2. Lecor, Carlos Frederico, 1764-1836. 3. História da América. 4. História do Brasil. 5. Independência do Brasil, 1822. 6. Montevideu (Uruguai). I. Ferreras, María Verónica Secreto de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.04

**O GENERAL LECOR, OS VOLUNTÁRIOS REAIS E OS
CONFLITOS PELA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA
CISPLATINA (1822-1824)**

Fábio Ferreira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

APROVADO PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Maria Verônica Secreto Ferreras (Presidente – Orientadora)

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (Universidade Federal Fluminense)

Prof^a. Dr^a. Larissa Moreira Viana (Universidade Federal Fluminense)

Prof^a. Dr^a. Juliana Beatriz Almeida de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof^a. Dr^a. Graciela Bonassa Garcia (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Niterói

Abril de 2012

*“Uns confiam em carros, e outros em
cavalos, mas nós faremos menção do nome
do Senhor, nosso Deus”*

Sl 20:7

AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar, agradeço e dedico esta Tese ao meu Deus, trino, e que encarnou na pessoa de Jesus Cristo, Rei dos reis e Senhor dos senhores. Ele esteve presente em minha vida enquanto realizava este trabalho. Abriu-me portas, deu-me “insights” e, nos momentos mais adversos, Ele se levantou, com todo o Seu poder, ouviu minha voz e deu-me a vitória.

Graças a Deus, tive a excelente orientação da Prof^a. Dr^a. Verónica Secreto, que foi exemplar. Além da pessoa de agradabilíssimo convívio, contribuiu com textos e idéias que enriqueceram, sobremaneira, a Tese, bem como teve relevante atuação com o seu amplo conhecimento histórico. Posso dizer que tive sorte em ter uma orientadora com tantos atributos positivos. Não é qualquer orientador(a) que os tem.

Além disto, retomo os anos da graduação em História na UFRJ e menciono a contribuição que deram-me todos aqueles que, por lá, foram meus professores. Em especial, cito a Prof^a. Dr^a. Elisa Muller, do Instituto de Economia, que deu-me, ainda no meu segundo período da faculdade, a minha primeira oportunidade como pesquisador, a incluir-me no seu grupo de pesquisa acerca da circulação monetária no Rio de Janeiro da Colônia à República. Igualmente, faço menção aos Profs. Drs. Renato Lemos e Vítor Izecksohn, bem como ao Prof. Dr. José Murilo de Carvalho, que de um trabalho de final de disciplina, despertou meu interesse pelo tema da Cisplatina. Em diferentes etapas, todos três contribuíram com material para o desenvolvimento do assunto. Agradeço, também, a querida Prof^a. Dr^a. Francisca Azevedo, com quem fui, posteriormente, desenvolver a pesquisa relativa ao Prata e que orientou-me, assertivamente, nas minhas monografia e dissertação de mestrado, no PPGHIS/UFRJ. Ainda cito o profícuo contato que tive durante a graduação com a Prof^a. Dr^a. Heloísa Paulo, que hoje está a atuar na Universidade de Coimbra. Utilizei, neste trabalho, textos portugueses das Guerras Napoleônicas indicados por ela.

No que refere-se às contribuições, faço referência à Prof^a. Dr^a. Ana Frega Novales, da Udelar, que, no proveitoso contato em que tive com ela em Montevideú, indicou-me relevante bibliografia e a localização de vários documentos. Igualmente, deixo os meus agradecimentos ao Prof. Dr. João Paulo Pimenta, da USP, com quem

tive, neste período, importante contato, e ao saudoso Prof. Dr. Braz Brancato, da PUC-RS, que deu-me indicações bastante válidas.

Aqui na UFF, registro a indicação de documentos e bibliografia por parte do Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães e da Prof^a. Dr^a. Maria Fernanda Bicalho, excelentes profissionais. No caso da Prof^a. Dr^a. Maria Fernanda tive o prazer de cursar com ela, durante o doutorado, disciplina que foi a melhor de todo o curso, e na qual obtive relevante bibliografia. Ainda sobre o PPGH, não posso deixar de agradecer a Deus o fato de aqui ter estudado e de ter sido bolsista CAPES/REUNI. Ressalto, também, o agradável trato e competência que sempre ofereceram-me os funcionários da casa.

Pontuo, igualmente, a eficiência, prontidão e excelente convívio com os profissionais das instituições em que pesquisei, seja no Brasil, seja no Uruguai, seja na Argentina. Não posso deixar de mencionar a importância desses funcionários para a realização de uma pesquisa histórica.

Registro aqui minha consideração aos verdadeiros amigos que tenho feito ao longo desta jornada chamada vida, e que pelo volume significativo seria impossível listá-los aqui, caso semelhante daqueles que ajudaram e ajudam-me ao longo da caminhada cristã, independente se o título é pastor/pastora, missionário/missionária ou o indivíduo popularmente chamado de irmão/irmã! Igualmente, cito meus egrégios avós, que, pelos mais variados motivos, creio que teriam orgulho deste trabalho.

“Last but not least”, não deixo de modo algum de falar dos meus pais, que estiveram sempre comigo e que, cada um a sua maneira, contribuiu para a realização deste trabalho. Cada um dentro de seu perfil foi fundamental para minha formação, para que hoje eu estivesse a terminar esta etapa de minha vida profissional, para que eu, então, esteja, com este trabalho, a contribuir para o campo científico. Portanto, cada um deles ajudou para que esta Tese existisse, para que, então, hoje, eu venha a obter, nesta instituição de excelência, o título de Doutor em História.

RESUMO**O GENERAL LECOR, OS VOLUNTÁRIOS REAIS E OS
CONFLITOS PELA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA
CISPLATINA (1822-1824)****Fábio Ferreira****Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Verônica Secreto Ferreras**

Resumo da Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em História.

A presente tese analisa a repercussão do processo de Independência do Brasil na província Cisplatina, quando as forças militares estacionadas nesta área se dividiram entre partidários de D. Pedro I e de D. João VI. Ao lado de Portugal estavam os Voluntários Reais. A conduzir a parcela fiel ao Império estava o general Carlos Frederico Lecor, que teve hábil papel político no sucesso das forças imperiais. Indissociável às questões expostas, a tese analisa o papel de Lecor e dos Voluntários Reais na conquista do território oriental e na manutenção deste para a Coroa bragançina, bem como a inserção desta área no longo processo de emancipação e guerras da América Espanhola.

Palavras-chave: Província Cisplatina; Carlos Frederico Lecor; História da América; História do Brasil; Independência do Brasil; Montevideú (Uruguai).

**Niterói
Abril de 2012**

ABSTRACT

This thesis analyzes the impact of the process of independence of Brazil in the Cisplatina province, when military forces stationed in this area are divided between supporters of D. Pedro I and D. João VI. The King's Royal Volunteers supported Portugal. The portion that was faithful to the Empire has the leadership of General Carlos Frederico Lecor, who has a skillful political role in the success of the imperial forces. Linked to the issues, the thesis analyzes the role of Lecor and the Royal Volunteers in the conquest of Banda Oriental and the work to keep it to the Bragança's Crown, as well as the inclusion of this area in the long process of emancipation and wars of Spanish America.

Key-words: Cisplatina province; Carlos Frederico Lecor; History of the Americas; History of Brazil; Brazil's Independence; Montevideo (Uruguay).

LISTA DE SIGLAS

ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
AGN	Archivo General de la Nación (Uruguay)
BNBA	Biblioteca Nacional de Buenos Aires
BNM	Biblioteca Nacional de Montevideo
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Cx.	Caixa
Doc.	Documento
Fl.	Folha
Ms.	Manuscrito
Pac.	Pacote
P.R.	Príncipe Regente
S.A.R.	Sua Alteza Real
S.M.	Sua Majestade
S.M.B.	Sua Majestade Britânica
S.M.F.	Sua Majestade Fidelíssima
S.M.I.	Sua Majestade Imperial
SS.AA	Suas Altezas
SS.MM.	Suas Majestades
V.A.R.	Vossa Alteza Real
V.R.	Voluntários Reais
V.S.	Vossa Senhoria

LISTA DE ANEXOS

- I- Guerras de Independência no Vice-Reino do Prata.
- II- Mapa da Liga Federal
- III- Mapa das Províncias Unidas
- IV- A região platina em foco
- V- A expedição de Lecor
- VI- Lecor x Artigas
- VII- República Oriental do Uruguai
- VIII- Revista das tropas destinadas a Montevidéu
- IX- “Embarquement des troupes a Prahia Grande pour l'Expedition contra Monte Video”
- X- Carlos Frederico Lecor

SUMÁRIO

Introdução	14
O personagem.....	14
O Prata.....	22
A historiografia: Lecor e a presença luso-brasileira em terras orientais no Brasil e no Uruguai.....	28
Hipóteses.....	45
Capítulo 1: Lecor e o desfrute de sua ascensão política e militar na América	49
A Revolução Platina.....	49
As forças militares de Lecor e os Voluntários Reais.....	58
Lecor, a nação portuguesa e o caminho para a conquista de Montevidéu.....	66
A conquista de Montevidéu, Lecor e suas relações com a sociedade local.....	76
O crepúsculo do artiguismo.....	95
Capítulo 2: Lecor e a criação do Estado Cisplatino	98
O Congresso Cisplatino.....	98
As reuniões do Congresso Cisplatino.....	101
O Estado Cisplatino: associação, centralização e identidade.....	122
As condições para a incorporação do Estado Cisplatino ao Reino Unido português....	125
Fatos precursores à Independência do Brasil.....	132
Independência e insurgências.....	142

Capítulo 3: Lecor, os Voluntários Reais e o nascer de uma guerra.....	144
O recrudescimento.....	144
O posicionamento político dos Voluntários Reais.....	148
“Um caso tão novo na História Portuguesa”.....	150
A cisão oriental e seus partidários.....	160
Cisplatina e Bahia: articulações para resistência ao projeto de D. Pedro.....	167
O problema das tropas e o sítio de Montevideú.....	172
Capítulo 4: A aclamação de D. Pedro na Cisplatina e os conflitos pela Independência no Prata.....	179
A aclamação em terras orientais, as relações políticas com o Rio de Janeiro e a resistência ao projeto do Império nas demais províncias do Brasil.....	179
Lecor, os Voluntários Reais e o sítio de Montevideú.....	190
As províncias do Prata durante o sítio de Montevideú.....	212
O armistício.....	219
Uma outra perspectiva: a dimensão humana de um conflito bélico.....	221
A aclamação de D. Pedro como Imperador em Montevideú.....	223
Conclusão	225
Fontes e bibliografia	229
Anexos	249

INTRODUÇÃO

O personagem

Carlos Frederico Lecor. Nascido no Algarve, o indivíduo que nasceu português, mas que morreu com a cidadania brasileira, teve atuação importante nas lutas pela cisão do Brasil do Reino Unido português. O personagem que compõe o título da presente tese dedicou seus primeiros anos de vida adulta ao comércio. Mais tarde, na década de 1790, ingressou no exército luso. Lá, galgou várias patentes, tanto pela sua capacidade militar quanto pela proteção do marquês de Alorna.¹

No fatídico ano de 1807, quando Napoleão Bonaparte invadiu Portugal, Lecor compunha o exército português. O afrancesado Alorna era o comandante das Armas do Alentejo e estavam, obviamente, sob sua autoridade, vários militares, dentre eles o então Tenente Coronel Carlos Frederico Lecor. Tendo recebido ordens de seu superior, Lecor e outros dois militares foram, em distintas direções, inspecionar a região, pois Alorna precisava saber o que estava a ocorrer.²

A inspeção do então ajudante de ordens de Alorna, Lecor, detectou a ameaça que Portugal sofria, sendo ele importante figura para que tal informação chegasse ao príncipe regente D. João em Lisboa. Segundo relatava um contemporâneo das guerras napoleônicas, em 1814, “Já os diferentes exercitos se achavaõ entranhados no Reino, quando S.A.R. recebeo no dia 23 de Novembro, os primeiros avisos da sua precipitada marcha, o que deveo ao zelo infatigavel do Tenente Coronel Lecor [...] e ao do Escrivão de Abrantes N.”³

Em 29 de novembro, D. João e sua corte partiram de Lisboa em direção ao Rio de Janeiro, e, logo em seguida, no dia 30, o militar enviado por Bonaparte, Junot, ocupou a capital portuguesa. Alorna foi convocado por Junot, recebendo do invasor o título de Comandante em Chefe das tropas portuguesas da Corte, Estremadura e Beira. Observa-se que, durante a primeira invasão francesa, este não foi o posto mais alto

¹ BIOGRAPHIE UNIVERSELLE ET PORTATIVE DES CONTEMPORAINS. t3. Paris: Chez L'Éditeur: 1836.

² DUARTE, Paulo de Queiroz. *Lecor e a Cisplatina: 1816-1828*. 3v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

³ HISTÓRIA DA LEGIAÕ PORTUGUEZA EM FRANÇA. Londres: T. C. Hansard, 1814.

logrado por Alorna. O descendente dos marqueses de Távora foi escolhido pelo representante de Bonaparte para comandar a Legião Lusitana.⁴

Primeiramente, sobre a Legião Lusitana, após o desligamento voluntário de militares portugueses do seu exército e da adequação deste ao modelo francês, criou-se tal força, assim como Napoleão fizera em várias outras localidades ocupadas.⁵ No início de 1808, tendo Alorna à frente, a Legião Lusitana partiu de Portugal para aderir, na França, a outras forças napoleônicas.⁶

Agrega-se ao exposto que havia na costa portuguesa embarcação inglesa que assediava os militares lusos a saírem de Portugal⁷, sendo este um meio de desfalcas possíveis quadros para forças napoleônicas ou até mesmo aqueles já recrutados para a Legião Lusitana. Secretamente, Carlos Frederico Lecor abandonou Portugal, a deixar o exército e a trair Alorna.⁸ Lecor e Alorna não viriam mais a estar do mesmo lado, nem a encontrar-se novamente, sequer em algum campo de batalha europeu, pois o marquês faleceu na Prússia, em 1813.⁹

Entende-se, em parte, a ida de Lecor para a Inglaterra dentro deste movimento em que verifica-se toda uma coletividade insatisfeita com o fato de ter que seguir a Napoleão. Apesar da ligação com Alorna, Lecor preferiu romper com este e abandonar Portugal. Porém, outros fatores podem ser levados em consideração para entender a ação deste sujeito histórico.

Antes de adentrar o exército, para “se instruir na profissão do commercio”, existem fontes que apontam que Lecor viveu na Holanda e na Inglaterra.¹⁰ É provável que, na Grã-Bretanha de fins do século XVIII, Lecor tenha feito vínculos e relações profissionais e políticas, quiçá pessoais, com portugueses que ali viviam, bem como com britânicos. Estes contatos podem ter permanecido após seu retorno a Portugal. É possível que tenha mantido por décadas comunicações e mesmo sendo figura de confiança de Alorna, Lecor poderia ter-se articulado com britânicos ou portugueses

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem; SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

⁷ DUARTE, op. cit.

⁸ BIOGRAPHIE UNIVERSELLE... op. cit.

⁹ DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ: Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicaveis a Portugal e ao Brasil, t.6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

¹⁰ LOPES, João Baptista da Silva. *Corografia, ou memoria economica, estadistica, e topografica do reino do Algarve*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Liboa, 1841.

emigrados para promover alguma forma de resistência ou de, no mínimo, fugir do Portugal que vivia sob o jugo francês.

Além disso, a permanência de Lecor nas terras de S.M.B. talvez tenha contribuído para sua formação política, a incluí-lo no grupo anglófilo, mesmo que em segredo, apesar de ser profundamente vinculado a Alorna. Interiormente, Lecor poderia nutrir o desejo da união lusa com os britânicos, a destruição de Napoleão, a transferência da Corte, e até mesmo ser favorável ao plano de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de um Império luso-brasileiro.

O somatório de todos estes fatores, que vão da insatisfação coletiva lusa à questões particulares da formação e dos interesses momentâneos de Lecor, podem ter levado o personagem a romper a aliança com Alorna, aliança esta que o beneficiaria significativamente nas décadas anteriores. Porém, assim faz-se política. Não apenas, mas, também, muitas das vezes, com apadrinhamentos, rupturas e traições. Geralmente, desta maneira, o ator político transita pelo seu universo.

Uma vez em solo britânico, vários militares portugueses buscavam embarcar para o Brasil – e, talvez, Lecor fosse um deles, a buscar a sua ida para o Rio de Janeiro, para estar mais próximo à Corte, no centro das articulações do Império luso. No entanto, diante da sublevação popular frente ao governo de Junot, planos foram alterados. O coronel Lecor e José Maria de Moura, militar de mesma patente, articularam junto ao representante português na Inglaterra e, através deste diplomata com o governo inglês, a criação da Leal Legião Lusitana, em resposta à chefiada por Alorna, para combater as forças francesas que ocupavam o território luso.¹¹

A Inglaterra realizou intervenção militar em Portugal e o tenente-general Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington, a comandar 9.000 homens, realizou o desembarque, nos primeiros dias de agosto de 1808, próximo a Figueiras. Em território luso, uniram-se às forças locais e, em seguida, vieram a receber outros contingentes britânicos.¹²

Por ora, o tenente-coronel Lecor permaneceu na Inglaterra. Juntamente com José Maria de Moura, Lecor liderava os portugueses que ali estavam, que receberam

¹¹ O INVESTIGADOR PORTUGUEZ EM INGLATERRA, v.2. Londres: Hansard, 1811.

¹² SELVAGEM, op. cit.

fardamento, armas e munições. No entanto, a ajuda britânica teve seu preço, que foi a escolha de um militar de S.M.B. para liderar os portugueses. A escolha recaiu sobre Robert Wilson, coronel de cavalaria do exército inglês. A Leal Legião Lusitana e Lecor desembarcaram no Porto em setembro de 1808.¹³ Ainda, no Porto, também houve recrutamento para a Leal Legião Lusitana, tendo participado do recrutamento militares ingleses, dentre eles o próprio Robert Wilson.¹⁴

Lecor tinha seu Quartel General em Castelo Branco. Beresford¹⁵ e parte da Leal Legião Lusitana eram responsáveis pela fronteira da Beira: o coronel Lecor tinha sob sua responsabilidade 5.943 homens e a área que abrangia “[...] da linha do Tejo, desde Abrantes até um pouco acima de Vila Velha de Rodão, seguindo pelo rio Erjas, que faz fronteira com a Estremadura espanhola.”¹⁶

Concomitantemente, através de documentação inglesa, mais especificamente os despachos diários de Wellesley, líder das forças anglo-lusas, verifica-se que, no início de julho de 1810, o então coronel Lecor controlava dois regimentos regulares da infantaria lusa, três batalhões de milícia, uma brigada de artilharia e um esquadrão de cavalaria. Além disto, detecta-se que o militar britânico previa nova entrada francesa em Portugal, por dois caminhos na fronteira: Estrada Nova e por Castelo Branco/Sobreira Formosa. Pelos desígnos do britânico, a primeira via ficava sob a observação de Lecor e a segunda do Tenente-General Hill.¹⁷

Identifica-se Lecor a receber ordens diretamente da poderosa figura que era Wellesley. Evidentemente, o líder das forças anglo-lusas não iria dirigir-se a qualquer militar. Verifica-se o relativo destaque que Lecor já havia logrado, bem como a responsabilidade e confiança depositada pelo líder britânico no então coronel português. Essas ordens eram, por sua vez, semelhantes às aquelas dadas ao militar súdito de S.M.B,

¹³ DUARTE, op. cit.

¹⁴ O INVESTIGADOR PORTUGUEZ... op. cit.

¹⁵ Ainda nos primeiros meses de 1809, D. João, do Rio de Janeiro, através de decreto de 07 de março, colocou o inglês Beresford no comando do exército português. Assim, tanto o exército luso, quanto o inglês, em Portugal, estavam nas mãos dos britânicos. Posteriormente, em abril, Wellesley tornou-se o responsável por todas as forças militares, tanto portuguesas, quanto inglesas, estando, portanto, Beresford e seus contingentes, no qual Lecor encontrava-se, sob seu controle. (SELVAGEM, op. cit; DUARTE, op. cit.)

¹⁶ DUARTE, op. cit., p.72.

¹⁷ THE DISPATCHES OF FIELD MARSHAL THE DUKE OF WELLINGTON, DURING HIS VARIOUS CAMPAIGNS IN INDIA, DENMARK, PORTUGAL, SPAIN, THE LOW COUNTRIES, AND FRANCE, FROM 1799 TO 1818: COMPILED FROM OFFICIAL AND AUTHENTIC DOCUMENTS BY LIEUT. COLONEL GURWOOD, ESQUIRE TO HIS GRACE AS KNIGHT OF THE BATH, v.6 London: John Murray, 1838.

Hill. Identifica-se, então, que Lecor estava em pé de igualdade com Hill, e que já pouco antes da invasão de Masséna, o militar luso possuía projeção nos quadros da resistência a Napoleão.

Os franceses enviaram novas forças a Portugal em 24 de julho de 1810, pela fronteira da Beira, e estas partiram em direção a Lisboa.¹⁸ Pela mudança conjuntural, em agosto, Lecor era removido por Wellesley das montanhas – termo usado na documentação em língua inglesa, provavelmente, o autor do documento refere-se à Serra da Estrela – para Belmonte, não muito distante de Castelo Branco. Esta informação era dada, em conjunto com outras movimentações feitas pelo nobre e militar britânico em solo ibérico, a Earl de Liverpool – ou Conde de Liverpool –,¹⁹ neste momento secretário de estado para assuntos de Guerra e Coloniais e, ainda, líder da Câmara dos Lords.²⁰ Assim, o nome de Lecor chegava à cúpula do governo de S.M.B.

Os franceses, a caminho de Coimbra, em finais de setembro de 1810, na altura da serra do Buçaco, entraram em conflito com as tropas anglo-lusas, sendo que os invasores foram derrotados neste episódio. O brigadeiro Lecor, nesta altura líder da 10ª Brigada de Infantaria lusa, encontrava-se, junto com outros militares, nas imediações da batalha, no rio Alba.²¹

Sobre a patente de Lecor, destaca-se a observação de Pires: “Todos os sargentos e praças eram portugueses, sendo ingleses a maioria dos comandantes de Divisão e Brigada, pouco mais de metade dos comandantes de Regimento e Batalhão, e pouco menos de um quarto dos oficiais em cada unidade.”²²

Percebe-se, portanto, que Lecor, nesta altura, 1810, já fazia parte da minoria portuguesa que liderava uma brigada. Além da destacada posição em Londres, na composição da Leal Legião Lusitana, em menos de um ano, em Portugal, Lecor conseguiu posição que poucos dos seus patrícios lograram.

¹⁸ BEBIANO, Rui. Organização e papel do exército, In: TORGAL, Luís; ROQUE, João (coord.). *História de Portugal*, volume V. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993.

¹⁹ THE DISPATCHES... op. cit.

²⁰ <http://www.archontology.org/nations/uk/bpm/liverpool.php>

²¹ DUARTE, op. cit.

²² PIRES, Nuno Correia Barrento de Lemos. Os Exércitos não se improvisam – Um estudo sobre o Exército Português e o novo Exército Anglo-Português em 1808. In: *Revista Militar* nº2439 abr 2005. <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=105>

Fatores políticos devem ter pesado na ascensão, como a sua atuação, relações pessoais e liderança em Londres e em Portugal. Outrossim, seu empenho nos conflitos e sua adequação às reformulações que os britânicos empregaram no exército luso devem ter influído na rápida promoção.

No início de setembro, mês da batalha do Buçaco, mais uma vez Wellesley orientava Hill através de seus despachos para entrar em contato com Lecor e que este era o mais capacitado para dar ao britânico as melhores informações acerca dos movimentos do inimigo em solo luso.²³ Mais uma vez, detecta-se a confiança que Lecor angariou para si na interação com os ingleses, bem como a sua eficiência no teatro da guerra.

Retomando o conflito do Buçaco, mais especificamente após a derrota das forças napoleônicas, as tropas francesas continuaram a marchar em direção a Lisboa, dispostas a tomar a capital, que, a esta altura, já estava livre de Junot. No entanto, diante do sistema defensivo erguido secretamente pelos ingleses, as forças de Bonaparte viram-se incapazes de continuar com os planos de chegar à cidade e, como não receberam reforços da França, iniciaram sua retirada de Portugal em abril de 1811. Isto não impediu que novos embates fossem travados, pois as forças anglo-lusas perseguiram seus oponentes, a impor-lhes várias derrotas. Deste modo, Portugal viu-se liberto das forças invasoras.

Porém, a guerra na península não findou-se aí. Na Espanha, os conflitos continuaram, inclusive com a participação de portugueses, bem como houve uma nova tentativa de incursão francesa em setembro na Beira Alta, na fronteira com o citado reino, no entanto, pela ação das forças lideradas pelo brigadeiro Lecor, os gauleses foram repelidos.²⁴

A ação de Lecor ganhou destaque, merecendo, inclusive, elogiosa e pública menção de Wellesley. Do documento, constam-se os seguintes elogios: “Não posso suficientemente aplaudir a firme e brava conduta do Brigadeiro Lecor” a agregar que o militar “[...] em Castelo Branco susteve-se até que uma força superior do inimigo avançasse sobre ele. Foi então que, em boa ordem, se retirou, e não para mais longe do que lhe era necessário.” Por fim, o líder militar britânico afirmava que “Se as minhas

²³ THE DISPATCHES... op. cit.

²⁴ DUARTE, op. cit.

ordens tivessem sendo obedecidas por outros como o foram pelo Brigadeiro Lecor, provavelmente o inimigo nunca teria atravessado o Coa.”²⁵

Verifica-se, a partir do texto acima, a eficácia militar de Lecor, ao ponto de ser apontado como referência por Wellesley, figura poderosa e líder das forças militares antagônicas a Napoleão. Com os seus procedimentos militares atestados por Wellesley, Lecor continuava a ganhar projeção e prestígio.

Além disto, o mesmo texto permite identificar que nem todos os militares tinham a habilidade e a obediência de Lecor aos indivíduos que estavam nos postos mais graduados. Provavelmente, sua competência e disciplina foram extremamente importantes para sua ascensão durante as guerras napoleônicas, permitindo uma relação mais próxima e de confiança com os britânicos. Por outro lado, também pode-se considerar que o sucesso das ações era visto pelos superiores como fruto das suas ordens expedidas e, quando ocorriam fracassos nas missões, como fruto de não ter-se cumprido as ordens.

Entende-se, então, que, primeiramente, veio o destaque militar de Lecor, com ações políticas de pequeno porte, com o seu engajamento no recrutamento de Londres, e, posteriormente, a confiança britânica de estar a lidar com alguém de significativa capacidade militar e intelectual. Neste conjunto e adquirida a confiança britânica, vieram as grandes articulações políticas com os ingleses, que permitiram a Lecor governar Elvas e, provavelmente, ser indicado por Beresford para a missão em Montevideú.

A partir de então, as lutas ocorreram na Espanha, para onde Lecor, Wellesley e Beresford foram. Em 1813, as forças de Napoleão situadas neste reino estavam bastante combatidas, seja pela longa ação discurrida no teatro ibérico, seja pelas dificuldades encontradas na Rússia, que não permitiam ao Imperador francês enviar reforços às forças situadas na península.²⁶ Em junho, súditos de Bonaparte iam em direção à França, abandonando a península. Wellesley perseguia-os e para atacá-los dividiu suas forças em três colunas, sendo que a central ficava a cargo de Beresford. Este, por seu

²⁵ Idem, p.87.

²⁶ Idem.

turno, tinha Lecor no comando da 6ª Brigada de Infantaria. Wellesley possuía 80.000 homens e os franceses estavam em 60.000.²⁷

Os franceses foram atacados. Muitos fugiram rumo a Baiona. Porém, súditos de Napoleão ainda controlavam alguns pontos em Navarra, mas tiveram que entregar-se a Wellesley, em setembro de 1813, findando-se, assim, os conflitos na Península Ibérica.²⁸ Deste modo, até então, foram travados inúmeros combates entre as forças anglo-lusa-espanholas, comandadas por Wellesley, contra os franceses no território da Espanha, que resultaram na derrota das tropas napoleônicas nesta porção da Europa.

Agrega-se que as mesmas forças que venceram os franceses na Espanha, adentraram a França pela fronteira sul. Neste contingente, encontrava-se o já Marechal-de-Campo Lecor. Observa-se que na jornada de Nive, Lecor comandou a 1ª Infantaria de Portugal, “[...] responsabilidade esta que o Marechal Beresford, invariavelmente, entregava a oficiais ingleses.”²⁹

Concomitantemente, na França, Wellesley perseguia forças napoleônicas, a buscar combate. Entretanto, os franceses fugiam. Nesta situação passaram por Baiona e, depois, por Bourdés. Porém, o combate é finito com a notícia da prisão de Napoleão e sua ida para Elba.³⁰

Em maio de 1814 foi assinado o Tratado de Paris, em que Luís XVIII retomou o trono da França e restabeleceu-se a paz na Europa. Deste modo, as forças de Wellesley foram diluídas em Bordés e o militar retornou para a Inglaterra. Beresford, licenciado do exército português, também. Coube ao Marechal-de-Campo Carlos Frederico Lecor a incumbência de comandar o exército luso no seu retorno triunfal para Portugal.³¹

Verifica-se, portanto, que ao longo dos combates peninsulares, Lecor angariou a confiança e a proximidade com os militares britânicos, ao ponto de ser-lhe conferida esta missão. Os britânicos davam-lhe a maior posição de liderança possível neste momento. Pode-se pensar no benefício político e no valor simbólico de liderar as vitoriosas tropas lusas, com o seu moral em alta, no seu retorno para casa, após anos

²⁷ Idem.

²⁸ Idem

²⁹ Idem, p.93.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

longe de suas famílias e de todas as agruras que significam o teatro da guerra em qualquer época: perda de companheiros, mutilações, danos psicológicos, etc.

Pouco depois, como D. João permanecia na América, Beresford foi ao Rio de Janeiro e retornou a Portugal como regente deste reino. Para governar Elvas, o militar britânico escolheu Lecor. Assim, de um militar pouco conhecido à época que Junot invadiu Portugal, após os conflitos napoleônicos e intrínsecas relações com os britânicos, culminava, com êxito, na Europa, a ascensão política de Lecor. Ascendeu na hierarquia do exército. Alcançou o posto de governador. No entanto, o general não esperava o que a vida reservar-lhe-ia na América, o que será mostrado no decorrer da tese.

O Prata

Ao longo do período colonial, Portugal buscou estender suas fronteiras americanas ao rio da Prata. Embora tenha conseguido fundar a Colônia do Sacramento (1680), que, por vários tratados diplomáticos, ora estava sob o seu controle, ora não, fato é que nos primeiros anos do século XIX esta região pertencia à rival Espanha.

Colônia do Sacramento estava, na citada centúria, inserida na Banda Oriental, área que corresponde, grosso modo, à atual República Oriental do Uruguai. Esta província tinha como capital Montevideu e fazia parte do Vice Reino do Prata, criado em 1776, que tinha sua capital em Buenos Aires.

Entretanto, frente ao jogo político europeu, que colocava Portugal e Inglaterra de um lado, e Espanha e a França de Napoleão Bonaparte do outro, o Prata, que já despertava interesse mercantil nos governos de Lisboa e de Londres, estava pronto para ser alvo de uma investida militar britânica.

Assim, em 1806, forças navais inglesas, que estavam na África do Sul, a combater os rivais holandeses, também aliados de Bonaparte, partiram em direção à América do Sul, sabendo que Buenos Aires e Montevideu eram presas fáceis. Os britânicos conquistaram Buenos Aires e Beresford – o mesmo que, futuramente, virá a lutar ao lado de Lecor – foi o escolhido para a missão de governar a cidade. A atuação

britânica estava vinculada aos interesses do comércio e da indústria de S.M.B. de ter um ponto para seu comércio na costa da América do Sul.³²

Uma vez no poder, Beresford estabeleceu um governo de coalizão com os criollos. Os elementos locais poderiam continuar a agir de acordo com as leis que já os regiam e que conheciam, desde que tratassem Beresford como líder do governo, sendo que, na prática, o irlandês substituía o Vice Rei, que fugira para Córdoba. Reduzia-se imposto para exportação do couro e liberava-se a importação de manufaturas, antes permitido só se estas viessem através da Espanha – como ocorria no Brasil, as manufaturas deveriam, ao menos, teoricamente, vir de Portugal. Permitiu-se o livre exercício religioso, sendo que os ocupadores, não católicos, buscaram, inclusive, aliança com os sacerdotes locais que apregoavam este credo e utilizar a influência do clero junto à população portenha.³³

Assim, destaca-se que “[...] Beresford trató de ganar la amistad de la gente con medidas conciliadoras [...]”³⁴ e que o militar “Para asegurar el éxito de la política propuesta [...] tenía el poder de hacer cualquier cambio necesario en la administración o en las leyes [...] con la intención de ganarse la buena voluntad de los habitantes.”³⁵

Sobre a ocupação, Noemí Goldman aponta que esta revelou a fragilidade da ordem colonial, visto a submissão do Cabildo e da Audiência aos ingleses, e a inexistência de forças militares para guardarem a cidade. A historiadora da UBA ainda aponta que “Gran Bretaña buscó asegurarse una base militar para la expansión de su comercio y golpear España en un punto considerado débil de sus posesiones ultramarinas.”³⁶ Realmente, a Nova Espanha e o Peru eram Vice Reinos muito mais vinculados à península que o Prata, inclusive suas ações frente aos fatos de 1808 foram diferentes e o rompimento com Madrid posteriores a Lima e México.

Vale considerar que esta base para a expansão do comércio dava-se no contexto em que os britânicos sofriam, na Europa, a pressão do Bloqueio Continental de Napoleão, sendo que o Imperador dos franceses conseguia empregar árduo golpe nas

³² STREET, John. *Gran Bretaña y la independencia del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

³³ Idem.

³⁴ Idem, p.42.

³⁵ Idem, p.46.

³⁶ GOLDMAN, Noemí. Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820) In: GOLDMAN, Noemí. *Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Nueva Historia Argentina, t.3. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

manufaturas da Inglaterra, além de que, concomitantemente, expandia as francesas, obtendo, assim, para estas, reserva de mercado – no caso, o europeu. Por fim, destaca-se que o mercado fechado por Napoleão, mesmo com as brechas que significavam Portugal, Suécia e Dinamarca para a introdução de manufaturas inglesas, garantiam 50% das exportações britânicas.³⁷ Identifica-se que com esta medida política, Napoleão gerava problemas econômicos para a Inglaterra e, ainda, fazia-a olhar ainda mais para o ultramar e para os domínios ultramarinos de outros reinos europeus.

Assim, sobre os objetivos das supracitadas ações de tolerância por parte dos britânicos em Buenos Aires estava a necessidade do êxito da missão portenha e John Street observa que Beresford “[...] esperaba que los habitantes cooperarían en mantener la paz dentro de la ciudad a cambio de estas seguridades y beneficios. Creía que el país [Buenos Aires e adjacências] sólo necesitaba el libre comercio para hacerlo el más próspero del mundo.”³⁸

Por trás destas medidas havia uma série de estratégias. Buscava-se a sustentação de Beresford no poder, atrair voluntariamente outras áreas de dominação espanhola para a esfera britânica, atender à sociedade local e anular a influência francesa na América.³⁹ Além disto, constata-se a necessidade inglesa de fixar-se em algum ponto sul americano, para introduzir os seus produtos neste vasto mercado. À possessão da rival Espanha, a invasão, ao domínio ultramarino do aliado Portugal, ou seja, o Vice Reino do Brasil, intenso contrabando. Estas eram as medidas britânicas concretas neste momento.

Entretanto, os planos de Beresford não lograram êxito. Tanto em Buenos Aires, quanto em Montevideú, ocorreram articulações para a deposição dos ocupadores. Elementos do Vice Reino do Prata uniram-se militarmente e atacaram aos ingleses, que foram derrotados em 12 de agosto de 1806. Beresford foi feito prisioneiro, mas conseguiu fugir em fevereiro do ano seguinte. Simultaneamente, Popham, também súdito de S.M.B., mantinha sua esquadra no Prata.⁴⁰

³⁷ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros (1808 – 1810)*. Bauru: Edusc, 2008.

³⁸ STREET, op. cit.p.36.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

Goldman aponta que os ingleses acreditavam que as rivalidades entre criollos e peninsulares seriam suficientes para o sucesso da missão, e que os invasores criam que atrairiam os nascidos na América para o seu lado. Mas, conforme visto, não foi isto que ocorreu. Os ingleses não conseguiram adesão suficiente junto a este setor da sociedade platina.⁴¹

Para o fracasso da ocupação britânica, John Street explica que “[...] el factor crucial era que [os ingleses] habían venido sin credenciales como protectores, a guisa de conquistadores, y así los nativos sentían que sus hogares y modo de vida estaban amenazados a pesar de todas las vagas seguridades de buena voluntad dadas por Beresford”⁴²

No lugar de Beresford, Liniers, que destacou-se nas batalhas contra os ingleses, tornou-se, na prática, o mandatário do Prata, a revelia do rei de Espanha, mas pelo apoio local. Posteriormente, Madri o reconheceu como Vice Rei. Ao ocupar o cargo, Liniers organizava as forças militares portenhas, a esperar um novo ataque britânico, que não tardou a acontecer.⁴³

Ainda sem saber da perda de Buenos Aires, a Inglaterra pensou em ocupar o Chile e Wellesley – militar que virá a ter significativo destaque nas Guerras Peninsulares – recebeu a incumbência de estudar a possibilidade de invadir a Nova Espanha. Caso ocorresse a ocupação do Chile, as ações britânicas seriam conciliatórias, a semelhança das de Beresford, entretanto, o encarregado da missão, Craufurd – que, assim como Wellesley, participará dos confrontos contra Napoleão na Península Ibérica –, partiu para o Prata, ao saber do fracasso da ação em Buenos Aires.⁴⁴

Popham bloqueava Montevideú, a esperar reforços vindos da Inglaterra e da África meridional. Neste ínterim, o britânico foi substituído por Stirling, que recebeu os reforços vindos da África. Assim, atacaram Maldonado, na Banda Oriental, em outubro de 1806, instalando-se aí, esperando os reforços vindos da Europa e, ao mesmo tempo, propunham negociar com os locais. Ofereciam proteção a pessoas e propriedades, e escreviam à população as vantagens de serem governados pelos britânicos. Caso os

⁴¹ GOLDMAN, op. cit.

⁴² STREET, op. cit., p.58.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

orientais cedessem, o líder militar das forças invasoras, Backhouse, prometia ocupar Maldonado sem tropas. Porém, a negociação não surtiu efeito.⁴⁵

Com reforços, em janeiro de 1807, os britânicos partiram para conquistar Montevidéu e o fizeram no dia 3 do mês seguinte. Ao assumirem o governo montevideano realizaram proclama à população similar a de Beresford aos portenhos. Auchmuty ficou à frente da Montevidéu inglesa.⁴⁶ Outros pontos da Banda Oriental foram conquistados pelos britânicos, a saber-se: Colônia do Sacramento, Canelones, San José e Maldonado.⁴⁷

Neste período, além da queda de impostos para importação, o porto de Montevidéu foi aberto aos países neutros. Desta forma, movimentava-se a economia da cidade e dava-lhe suprimentos, bem como os comerciantes do Império luso estabelecidos no Brasil obtinham benefícios com esta medida de porto aberto, em virtude das relações de Portugal com a Inglaterra. Talvez aí, a excluir-se questões como a do contrabando, desde os tempos da Colônia do Sacramento, comerciantes estabelecidos no Brasil e na Banda Oriental reviam os benefícios de negociarem em conjunto. Igualmente, os negociantes de Montevidéu passavam a desfrutar desta benesse, que pouco tempo durará, mas que virá a ser repetida nos tempos do governo de Lecor. Assim, juntamente com os militares de S.M.B., entraram uma série de comerciantes britânicos na Banda Oriental e mercadorias oriundas desta potência passaram a adentrar e a espalharem-se legalmente⁴⁸ pelo Vice Reino do Prata.⁴⁹

A despeito da questão econômica, Auchmuty afirmava, ao escrever para Londres, que para efetivamente conquistar o território oriental necessitava-se de 15.000 homens.⁵⁰ Curiosamente, dez anos depois, quando Lecor invadiu a Banda Oriental, os portugueses empregam quantitativo aproximado, 12.000 homens.

Retornando-se ao período em que os ingleses ocupavam o Prata, em junho de 1807, em Montevidéu, após a chegada das forças de Craufurd, os britânicos decidiram

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ PACHECO, M. Schurmann; SANGUINETTI, M.L. Coligan. *Historia del Uruguay*. Montevidéu: Editorial Monteverde, 1985.

⁴⁸ Antes da invasão, mercadorias inglesas já circulavam, contrabandeadas, no Vice-Reino do Prata, através do porto de Buenos Aires, que tinha boa parte do seu comércio feito através do contrabando. Em 1809, o vice-rei Cisneros abriu o comércio às nações amigas, na qual a Inglaterra estava incluída, por demanda da representação dos Hacendados.

⁴⁹ STREET, op. cit.

⁵⁰ Idem, p.75.

atacar novamente Buenos Aires, no que foram derrotados. Assim, os invasores tiveram que negociar com Liniers e este acertou a troca de prisioneiros e a devolução de Montevideu. Os britânicos a abandonaram em 7 de setembro de 1807.⁵¹

Uma vez liberta, Montevideu buscou diminuir sua dependência em relação a Buenos Aires e, em ação inédita, enviou para Madri dois representantes para obter graças e mercês para a cidade. Observa-se que dentre estes dois indivíduos estavam Manuel Pérez Balbas e Nicolás Herrera⁵², figura que surgirá novamente nesta tese, por seu importante papel de articulador ao lado de Lecor.

Sobre as invasões ao Prata, John Street afirma que os ingleses concluíram que “[...] acertada era la política de [...] no tratar de hacer más colonias en América del Sur, sino alentar la emancipación para beneficio de los criollos y de los ingleses, quienes deseaban un mercado abierto para sus manufacturas”⁵³

Profundo conhecedor da dinâmica da sociedade platina, Beresford escrevia, da Madeira – nesta altura tomada pelos ingleses –, a Castlereagh, em 23 de janeiro de 1808, coincidentemente um dia depois de D. João chegar a Salvador. O militar expressava-se a afirmar que o fracasso da ação britânica no Prata devia-se à ação dos espanhóis da península e dos segmentos sociais mais baixos, manipuláveis, por sua ignorância, pelos peninsulares.⁵⁴

Entretanto, várias mudanças atingirão a região do Prata, bem como toda a América hispânica. Em função das profundas alterações nos domínios espanhóis no Novo Mundo, os rumos de Lecor e da Banda Oriental se entrecruzarão. Este “encontro” foi tão significativo que veio a formar capítulo nas histórias do Brasil e do Uruguai. Capítulo que será analisado na presente tese.

⁵¹ Idem; GOLDMAN, op. cit.

⁵² PACHECO; SANGUINETTI, op. cit.

⁵³ STREET, op. cit., p.89.

⁵⁴ Idem.

A historiografia: Lecor e a presença portuguesa e brasileira em terras orientais no Brasil e no Uruguai

No que tange ao papel de Carlos Frederico Lecor e da Cisplatina na historiografia brasileira é válido mencionar, primeiramente, a “história pátria”, ou seja, aquela construída no século XIX, que envolve uma série de questões, como a construção do Estado Nacional Brasileiro e a diferenciação, após a cisão do Brasil de Portugal, do que é ser brasileiro e do que é ser português, construindo os “vultos nacionais” brasileiros, forjando heróis, colocando nesta galeria os “grandes homens” que ajudaram a construir o Brasil.⁵⁵ Sobre esta história nacional, Ricci observa que houve “[...] a constituição de seus agentes, que se tornaram alvos biográficos por excelência”⁵⁶

Para compor esta galeria, Lecor foi excluído. Porém, isto não significa que o personagem foi completamente silenciado pela historiografia do século XIX, conforme será analisado posteriormente. Mas, é válido analisar, brevemente, fatores que levaram o personagem a ser posto de lado, bem como a pouca atenção dada à presença portuguesa e brasileira no Prata.

Fortemente vinculado ao projeto cisplatino, ou seja, de transformar o que é hoje o atual Uruguai em parte dos domínios bragantinos, este plano do reinado de D. João e do primeiro Império fracassou. Logo, a figura de Lecor estava intrinsecamente vinculada ao insucesso de um dos projetos do Estado Nacional que estava a nascer após 1822.

No contexto em que está a construir-se a nação brasileira, historiadores e escritores românticos recorrem a heróis, às visões ufanistas, mas não ao amargo momento da perda da Cisplatina, que foi uma cisão dentro do território imperial – área que pertenceu efemeramente ao “corpo da nação”. Ao contrário do senso comum e de toda uma historiografia brasileira, que esqueceu-se completamente da experiência Cisplatina, e, então, surge a crença de que o Brasil, da colônia para o Império, não sofreu alterações em sua configuração territorial. Porém, o caso da província do Prata

⁵⁵ RICCI, Magda. Como se faz um vulto na história do Brasil. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (Orgs) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

⁵⁶ Idem, p.150.

demonstra o inverso. Embora em grau muito menos acentuado que as unidades hispâno-americanas, o Brasil também sofreu cisões e acréscimos em seu território.

Deste modo, o movimento romântico, através da literatura, e o governo imperial, participam da construção da Nação, então, a partir desta perspectiva, é extremamente incoerente reforçar e recorrer ao fracasso desta pátria em construção. Não há razão para rememorar-se continuamente a Cisplatina e o personagem que a governou por quase dez anos, Carlos Frederico Lecor. É provável que se o projeto de estender o Brasil ao Prata tivesse vingado, houvesse espaço para Lecor na galeria de heróis nacionais.

Por outro lado, pelas relações políticas de âmbito externo do Império no século XIX, com a influência que o Brasil exercia na República do Uruguai, via partido Colorado, por exemplo, a política imperial era suficientemente sagaz para não querer indispor-se com seus aliados uruguaios. Não havia interesse em retomar a questão cisplatina, nem mesmo para vilanizar Lecor, nem para permanecer de luto eterno pela perda daquele território como, por exemplo, Portugal o faz até hoje com Olivença, perdida para a Espanha antes mesmo da criação da Cisplatina (1821).

Não havia razão para retomar uma história cheia de conflitos se o Império e destacadas figuras desta época estavam a beneficiar-se nas relações Brasil-Uruguai. No âmbito rio-grandense, pecuaristas desta província ainda tinham interesses vinculados à pecuária na República do Uruguai, interesses tão entranhados que vinham desde antes da criação da Cisplatina. Concomitantemente, os uruguaios estavam a criar seus heróis nacionais. Neste momento, os mitos dos 33 orientais e de Artigas se erguiam, também, em contraposição à ocupação de Lecor, conforme observa a historiadora urguaia Ana Frega Novales, em entrevista a Revista Tema Livre:

A fines del siglo XIX, logran abrirse paso una recuperación de la figura del personaje [Artigas], sobretodo en la necesidad de afirmar el Uruguay y su identidad separado de Brasil y de Argentina. Allí, la recuperación del personaje va sufriendo un camino, que el primero es quitarle toda la carga de anarquista, bárbaro, caudillo que manipula multitudes ignorantes...

El proceso fue un poco lento, porque era difícil recuperar una figura que no solamente se le daba esos atributos propios de otros caudillos, sino que, además, había, efectivamente, llevado adelante un proyecto de transformación social.

Pero, es importante decir que, primero, se recupera la figura de Lavalleja y del inicio de la guerra frente a Brasil, en 1825. Ya a fines del siglo XIX, se recupera Artigas, él como héroe militar y como héroe cívico.⁵⁷

Deste modo, para Lecor, nem a galeria de heróis, nem a de vilões nacionais, onde tinham cadeiras cativas Calabar e Joaquim Silvério dos Reis, por exemplo. Em nenhum destes panteões havia espaço para o general. A Lecor, a melhor estratégia era o esquecimento. A indiferença. O desprezo. Apenas participações secundárias, menções em trabalhos dedicados a outros assuntos, como acabou por acontecer com o próprio tema da Cisplatina.

Uma outra questão a considerar-se é que esta historiografia preocupava-se com a construção da nação. Destarte, não havia razão para reconstituir a história dos tempos cisplatinos, pois, pragmaticamente, este território não fazia parte do Brasil imperial. Logo, qual a razão para recorrer à história da Cisplatina, mesmo que, por algum tempo, esta área tenha feito, efetivamente, parte do Brasil Império? Em termos práticos, a Cisplatina já era causa perdida, então, não era mais parte da história feita a serviço da construção da nação.

Prosseguindo, nem mesmo com posteriores mudanças políticas e, conseqüentemente, de heróis nacionais, como com a proclamação da República e com a Era Vargas, período em que, proporcionalmente, mais fez-se biografias⁵⁸ e buscava-se educar através do exemplo dos grandes vultos do passado, Lecor sai do esquecimento.

Curiosamente, algumas obras do século XIX e XX tratam da Cisplatina, porém, o foco é a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Como exemplo, há a publicação de David Carneiro, “História da Guerra da Cisplatina”⁵⁹, e a do Marechal Luiz Manoel de Lima e Silva, tio do duque de Caxias, “Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata”.⁶⁰

Destaca-se que Marechal Lima e Silva participou da Guerra da Cisplatina e a publicação, escrita muitos anos depois, são os seus relatos sobre o episódio.⁶¹ Já o positivista paranaense Carneiro era filho de militar e chegou a ir para o Rio de Janeiro

⁵⁷ Disponível em: www.revistatemalivre.com/afrega13.html

⁵⁸ RICCI, op. cit..

⁵⁹ CARNEIRO, David. *História da Guerra da Cisplatina*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1946.

⁶⁰ SILVA, Luiz Manoel de Lima e. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Bibliex: Rio de Janeiro, 1956.

⁶¹ Idem.

estudar no Colégio Militar, pois pretendia seguir a carreira do pai. Entretanto, Carneiro acabou por desistir deste caminho.

Assim, o que importa para a presente revisão é que a Guerra da Cisplatina gerou o interesse de indivíduos ligados às forças militares, por ser também um tema possível de ser tratado pela História Militar de então. Carneiro destaca a importância de estudar-se este conflito pelo seguinte fato:

O estudo constante da nossa história militar nos leva sempre à campanha do Paraguai. Conhecemo-la nos mais mínimos detalhes, e tornamo-nos orgulhosos com a vitória dos nossos soldados. Em compensação, passamos de largo na Campanha Cisplatina em que fomos tristemente derrotados.

O meu ponto de vista seria modificar o tema: Passar de largo sobre as nossas vitórias do Paraguai, e estudar em detalhe as nossas derrotas, a fim de evitar outras, sempre contingentes, para o futuro.⁶²

Além de reconhecer o pouco interesse pelo tema da Cisplatina em sua época, Carneiro aponta a importância de se estudar a guerra para o preparo dos militares brasileiros para conflitos futuros. Utilizava-se, assim, didaticamente, em sua obra, do episódio bélico e da derrota brasileira.

Observa-se, também, a existência de estudos que buscam narrar a história da região do Prata e, assim, fazem um grande apanhado, da fundação da Colônia do Sacramento (1680) ao final do século XIX. Pode-se exemplificar a afirmação com a obra de Teixeira Soares, “Diplomacia do Império no Rio da Prata”⁶³, que, em 293 páginas, dedica pouco mais de 10 ao período de Lecor, e a de Fernando Nobre, “As fronteiras do sul”⁶⁴, que inicia-se com a descoberta da citada via fluvial e, dos seus vinte e cinco capítulos, apenas dois são dedicados aos tempos de D. João VI e de D. Pedro I.

Mesmo diante do quadro apresentado, Lecor e a Cisplatina surgiam pela tangente em várias obras historiográficas, conforme será mostrado a seguir. Como exemplo, ambos surgem nas letras de renomados historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

⁶² CARNEIRO, op. cit., p.9 e 10.

⁶³ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865*. Brand: Rio de Janeiro, 1955.

⁶⁴ NOBRE, Fernando. *As Fronteiras do Sul: Ilha de Martin Garcia e a Jurisdição das águas do Prata*. Graphics Monteiro Lobato & C.: São Paulo, 1922.

Na “História Geral do Brasil”⁶⁵, de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada na década de 1850 e considerada expressão máxima da historiografia brasileira construída pelo IHGB no século XIX, produzida no contexto de construção da nação brasileira, surge a questão platina. No entanto, como verifica-se no próprio título da obra, esta não tem o objetivo de analisar os fatos concernentes ao Prata. Dentre outros pontos relativos à nação que está a ser criada, Varnhagen aponta a invasão de Lecor à Banda Oriental, o apoio local a esta, e a composição política entre o general e os segmentos locais.

Outros autores do IHGB abordaram a Cisplatina e, conseqüentemente, Lecor, mas sem terem como foco de suas preocupações esta temática. A saber-se: Oliveira Lima, em “D. João VI no Brasil”⁶⁶ e Pandiá Calógeras, em “A política exterior do Império”⁶⁷.

Escrita e publicada já na República, no contexto do centenário da transferência da corte portuguesa para o Brasil, Oliveira Lima aborda o reinado de D. João VI e, assim, a ocupação da Banda Oriental liderada por Lecor. Como Varnhagen, Oliveira Lima não ignora as articulações políticas de Lecor para que a ocupação militar lograsse sucesso, mostrando que vários dos aliados que o general obteve deram-se em virtude de favores concedidos em dinheiro pelo general.

O retrato de Lecor traçado por Calógeras não difere dos outros autores do IHGB. No primeiro volume de sua obra, “As Origens”, de 1927, o autor aponta a prática do suborno por parte do general e a sua capacidade de obter aliados, como, por exemplo, junto àqueles que não tinham interesse em que a Banda Oriental fosse reconquistada pelos espanhóis, nem pelos portenhos. Calógeras apresenta a estratégia de Lecor no sentido de conseguir a adesão de partidários das Províncias Unidas e de Artigas, sendo que alianças realizadas com antigos artiguistas, como, por exemplo, Rivera, Bauzá e Manuel Oribe tinham especial significado, pois enfraqueciam o poder do caudilho oriental. Vê-se, portanto, Lecor como um estrategista, não militar, mas político, a atacar Buenos Aires e Artigas em sua base política.

⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo 5º. 3ª edição integral. São Paulo: Melhoramentos, 1936.

⁶⁶ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

⁶⁷ CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

Calógeras mostra que uma vez no poder, Lecor trabalhou arduamente na busca do fortalecimento da corrente pró-Portugal na Banda Oriental e que o Cabildo montevidéano age no sentido de favorecer ao “partido português”, a apontar a destreza política de Lecor no espaço platino.

Outra obra clássica da historiografia brasileira, no âmbito da academia, a abordar a ocupação liderada por Lecor é a de Sérgio Buarque de Holanda, intitulada “História Geral da Civilização Brasileira”. Na vasta obra, os capítulos de J.A. Soares de Souza, “O Brasil e o Prata até 1828”⁶⁸, e o de Olga Pantaleão “A presença inglesa”⁶⁹, abordam a questão do Prata, mas apenas Souza trata do general.

Souza, em seu capítulo, não deixa de mostrar as ações políticas de Lecor, a afirmar, inclusive, que “Fora hábil a ação de Lecor nos três anos decorridos desde a sua entrada em Montevidéu até o final da luta [contra Artigas]”⁷⁰ e a mostrar a sua ação pessoal para consolidar a presença lusa no Prata: “O Barão da Laguna [...] vinha, desde que se instalara em Montevidéu, desenvolvendo ação inteligente e constante no sentido de encontrar forma definitiva de governo que legalizasse a conquista.”⁷¹

Membro do corpo docente da Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, Tau Golin, jornalista e doutor em história, em seu livro “A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina”⁷², de 2002, aborda a ação de Lecor no Prata. O autor mostra a ação política de Lecor, através da aliança com os setores locais mais abastados e na manipulação da política local.

Outro importante autor acadêmico que tem dedicado trabalhos à Cisplatina da época de Lecor é João Paulo Pimenta, da USP. Sua obra “Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828”⁷³, fruto da dissertação de mestrado do autor,

⁶⁸ SOUZA, J.A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: BARRETO, Célia de Barros. *O Brasil monárquico: o processo de emancipação*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, t.II, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

⁶⁹ PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: BARRETO, Célia de Barros. *O Brasil monárquico: O processo de emancipação*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, t.II, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

⁷⁰ SOUZA, op. cit., p.362.

⁷¹ Idem, p.364.

⁷² GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

⁷³ PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

defendida na USP, estuda a dissolução dos impérios ibéricos na América e o vislumbre dos futuros Estados nacionais modernos no espaço platino. A obra de Pimenta aborda a intervenção portuguesa na Banda Oriental e, ainda, a criação da Cisplatina, e não ignora a vertente política de Lecor.

Assim, ao longo dessas obras, que não têm nem a Cisplatina, nem o militar como foco, a atuação de Lecor dilui-se, o que é natural. O personagem torna-se mero coadjuvante, sendo uma figura que vive em uma espécie de limbo da historiografia brasileira. Lecor consta tangencialmente das obras outrora realizadas, assim como o universo diretamente a ele conectado, o cisplatino e dos seus atores políticos, que englobam orientais, rio-grandenses, fluminenses e portugueses, dentre outros. Igualmente, estas produções, fixam-se apenas na trajetória americana do indivíduo, até porque é esta que interessa para as análises dos historiadores citados.

Em meio ao esquecimento em que encontrava-se imerso, Lecor é resgatado, justamente, em um trabalho biográfico no final do regime militar (1964-1985). Em 1985, possivelmente alheio às discussões acadêmicas sobre a biografia⁷⁴, mas, coincidentemente, na década em que o gênero biográfico ressurgiu, a Bibliex⁷⁵ lançou a primeira obra do gênero dedicada a Lecor, de autoria do general brasileiro Paulo de Queiroz Duarte⁷⁶: “Lecor e a Cisplatina”⁷⁷. Se, por um lado, válida, por uma série de questões, como o trabalho com fontes primárias e o fato de jogar os holofotes no ignorado personagem, e dando-se à sociedade a possibilidade de ampliar o seu conhecimento histórico, por outro, a obra não mudou o quadro em que Lecor encontrava-se, nem mesmo ampliou o entendimento dos pontos de interseção entre as histórias do mundo português/brasileiro e do hispânico.

⁷⁴ Para ver mais sobre as discussões acerca do retorno de biografias, ver: LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002; LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (Orgs) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000; MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. *Vidya*, Santa Maria, n° 34, j1/dez 2000; BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. (org) *Fontes históricas*. Contexto: São Paulo, 2006.

⁷⁵ A Biblioteca do Exército Editora (Bibliex) foi criada em 1937, vinculada diretamente ao Exército, e com o objetivo de publicar autores do interesse da instituição. (CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.)

⁷⁶ O general também é autor de outras obras de história militar como, por exemplo, “Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai”, composta de 12 tomos, “Dias de guerra no Atlântico Sul”, e “O Nordeste na II Guerra mundial – antecedentes e ocupação”.

⁷⁷ DUARTE, op. cit.

Rica em informações e detalhes factuais, a obra de Duarte, trabalho da história militar tradicional, destaca, ao longo de 937 páginas, que compõem vinte e três capítulos, distribuídos em três volumes, o período em que Lecor encontrava-se à frente do governo oriental, e, ainda, a fase européia do personagem, em que lutou contra as forças de Napoleão.

Duarte ressalta os aspectos militares da trajetória de vida de Lecor, a enfatizar questões que envolvem a atuação das tropas que ocuparam o atual Uruguai, como a quantidade de seus suprimentos e suas movimentações em batalhas, e trata abertamente Lecor como herói, inclusive, utilizando várias vezes esta palavra para definir o general.

Conforme Adriana Barreto de Souza expõe em sua tese de doutorado⁷⁸ sobre o duque de Caxias, que há produção historiográfica que tentou monumentalizar o personagem, pode-se fazer o mesmo paralelo com o Lecor da obra de Duarte. A historiadora observa que estes trabalhos “[...] desejam impor a seus contemporâneos e à posteridade uma imagem heróica do marechal”⁷⁹. Igualmente, Duarte o fez com o militar que estudou, podendo-se, inclusive, substituir a palavra marechal da extração acima por general, enquadrando-se, portanto, a afirmação da historiadora fluminense ao caso da obra sobre Lecor.

Mesmo exaltando a figura do general, Duarte não ignora a atuação política do indivíduo estudado, a mostrar, por exemplo, negociações entre Lecor e os orientais. No entanto, Duarte apresenta as ações de Lecor de forma ufanista, a associá-lo a um libertador, declarando que o general luso “[...] foi recebido pela população como um enviado providencial [...]”⁸⁰ ao ocupar Montevidéu e, ainda, que Lecor “Centralizava um forte poder de sedução pessoal, que sabia exercer até onde podia, sem comprometer a tarefa que recebera do seu Monarca. Nele se destacava um sentimento obstinado e tenaz de consolidar pela confiança, que irradiava e pelo exemplo, a ocupação que executara pelas armas”⁸¹.

Sobre a adesão da população a Lecor, Duarte, em nenhum momento, afirma que estes “paisanos” aliaram-se aos ocupadores por dinheiro ou por qualquer outro benefício, mas, sim, por estarem contra as forças artiguistas e que a política de Lecor

⁷⁸ SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias e a formação do Império brasileiro: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

⁷⁹ Idem, p.15.

⁸⁰ DUARTE... op. cit., p.261.

⁸¹ Idem, p.394.

“[...] buscava conquistar com afabilidade e não com o terror o coração daquele povo [...]”⁸². Assim, questões como suborno e, até mesmo, a violência dos ocupadores, não foram enfatizados por Duarte. Lecor governaria com amabilidade. Atos violentos e articulações políticas podem até ser mencionados pelo autor, mas como único meio existente para alcançar o objetivo da missão.

Duarte destaca o envolvimento passional de Lecor com a sua missão, com o povo oriental e com a própria Cisplatina, a apresentar, também, a aproximação do general português com a elite montevidéana de maneira conciliatória e amigável:

Empreiteiro da velhacaria lusitana, astuciosamente engendrada no recesso do Gabinete do Rio de Janeiro, acabou o Tenente-General cativo do Povo e das coisas que passara a dominar e, empolgado pela missão [...] outro não poderia ser seu procedimento [senão favorável à incorporação] pois [...] dominava a elite montevidéana, que o festejava e o auxiliava na condução dos negócios do Estado.⁸³

Assim, Duarte expõe a ação de Lecor à frente dos governos português e brasileiro instalados em Montevidéu de forma excessivamente positiva, a buscar sempre enaltecer o general, sendo um trabalho em que o autor é um franco defensor do indivíduo estudado. Provavelmente, Duarte dava este perfil a Lecor por entender o gênero biográfico como aquelas obras já citadas da Era Vargas, que buscavam enaltecer a figura histórica estudada e transformá-la em exemplo. Pode-se entender, inclusive, que Duarte, nascido em 1900⁸⁴, tenha sido fortemente influenciado pelas obras do período getulista.

Considerando o tempo que consiste entre a pesquisa e a publicação de uma obra, no caso, a de Duarte, que foi editada em 1985, o autor a terminou em 1978, no declínio do regime militar, já tendo em vista, por exemplo, a anistia. Porém, é desconhecido o tempo em que Duarte tenha levado para confeccionar a obra. Talvez, através de Lecor, Duarte e a Bibliex tenham tentado exaltar a corporação, que dentro em breve perderia o comando do governo federal e, conseqüentemente, prestígio, inclusive escolhendo um sujeito “incompreendido”. Talvez intentassem apresentar o valor do militar à sociedade e aos demais membros da corporação, a mostrar o que era o militar ideal. Talvez, ainda, tentassem, com a obra, enaltecer os militares, que viriam a enfrentar em breve uma nova realidade, após décadas de controle – juntamente com grupos civis – do país. Quem

⁸² Idem, p.290.

⁸³ Idem, p.450.

⁸⁴ Idem.

sabe, diante da anistia, da redemocratização e da perda do poder político, Duarte buscava para si e para os demais militares de sua época um herói dentro do exército e uma supervalorização da instituição.

Curiosa e analogamente ao que vivia a corporação, Duarte descrevia um herói que quando chegou ao poder teve apoio de setores da sociedade civil, governou por anos a fio, mas, devido às mudanças do jogo político e da sociedade, viu-se forçado a afastar-se do controle do governo, no caso, do oriental. Curiosamente, roteiro semelhante aos dos militares de 1964. Chegaram e permaneceram no poder com apoio de segmentos civis e, posteriormente, após décadas de poder, viram-se obrigados a abandonar o controle do Brasil. Talvez isto tenha influenciado, até mesmo subconscientemente, para a escolha de Duarte por Lecor para ser objeto de seu trabalho.

Por fim, observa-se que na historiografia brasileira, a única obra que dedica-se exclusivamente à ação de Lecor é a do general Paulo de Queiroz Duarte, entretanto, pelo seu ufanismo, formação e entusiasmo com o tema estudado, leva-o ao abandono da imparcialidade. Mesmo com esta característica, a obra de Duarte constitui-se em importante publicação para a historiografia sobre o tema, seja pelo seu ineditismo, seja por conter informações válidas sobre Lecor e a Cisplatina.

A obra de Duarte é utilizada em outra publicação da Bibliex, “Os mercenários do imperador”, de autoria do militar gaúcho Juvêncio Saldanha Lemos, que dedica-se a narrar a participação de imigrantes europeus no exército brasileiro no período do reinado de D. Pedro I. Na breve menção sobre Lecor, o autor o define semelhantemente a Duarte. Pode-se verificar isto quando Lemos narra a insubordinação por falta de pagamento do soldo dos mercenários alemães em 1828, mostrando Lecor a enfrentá-los, a negociar e a solucionar a crise. Assim, o autor gaúcho afirma que: “O septuagenário Lecor, Visconde da Laguna, General-em-Chefe do Exército do Sul, não era um homem covarde”⁸⁵

Também editada pela Bibliex, em 1953, “Cartas de Montevidéo”, de Corina de Abreu Pessôa, é dividida em dez cartas, que assemelham-se a uma divisão em capítulos. As cartas são reflexões da autora sobre a história uruguaia, onde encontram-se informações desde o processo de ocupação da região platina pelos europeus, até a Guerra do Paraguai, passando pela administração Lecor, que a autora define como “[...]”

⁸⁵ LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do imperador: a primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1830)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p.508.

benéfica, tolerante e justa, apesar das intrigas e da reação dos artiguistas” e que a atuação lusa neste período foi, assim como em outras ocasiões, de “[...] excessiva boa fé, de um simplismo que toca às raias do ridículo.”⁸⁶

A obra de Pessôa também se constituiu como uma crítica a escritores platinos, onde a autora afirma que pela abordagem em relação ao Brasil, sempre parcial e associando o país ao invasor e usurpador, acaba por gerar a antipatia dos uruguaios em relação aos brasileiros. Pessôa narra, inclusive, que no seu contato com a sociedade montevideana sentiu “[...] sua indisfarçável animosidade contra nós”⁸⁷. Assim, Pessôa deseja que seu trabalho venha a colaborar com a fraternidade americana e resguardar o bom relacionamento entre as futuras gerações de brasileiros e uruguaios.

Pessôa não ignora que “Lecor agia politicamente, aceitando o que lhe convinha e usando os meios ao seu alcance para manter a ordem, tão necessária, quanto fora dos hábitos; tornou-se o compra tudo, o corruptor no ambiente preparado por Ortoguez [caudilho aliado de Artigas que comandou Montevidéu]”. Entretanto, a autora não realiza crítica severa a Lecor, afinal, mesmo afirmando que o general tenha sido o “compra tudo”, ele o foi em um ambiente já corrompido pelos artiguistas.

Conforme já apontado em trabalho anterior⁸⁸, ainda no que tange aos autores apresentados, pode-se enquadrá-los em três grandes grupos: O vinculado às forças armadas e que tiveram seus trabalhos publicados pela Bibliex, ao IHGB e à academia. No primeiro grupo, destacam-se os aspectos positivos de Lecor, seja na sua atividade militar, seja na sua condução da administração da Cisplatina. Nesta, não se sobrepõem a análise negativa da administração Lecor, ao contrário, tem como resultado destacar positivamente o general e o seu governo, mesmo que cheguem, em algum momento, a apontar algumas falhas.

Sobre o segundo grupo, o do IHGB, composto por Varnhagen, Oliveira Lima e Calógeras, constam informações sobre a ação política de Lecor, sem exaltá-lo, e os autores incluem o tema da Cisplatina como parte de obras mais abrangentes sobre a história do Brasil ou sobre a história diplomática do país.

⁸⁶ PESSÔA, Corina de Abreu. *Cartas de Montevidéu: sobre alguns textos da história platina*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1953, p.112.

⁸⁷ Idem, p.7 e 8.

⁸⁸ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007.

O terceiro grupo, referente à academia, é formado pela obra coordenada por Sérgio Buarque de Holanda, o livro de Tau Golin, e a publicação de João Paulo Pimenta, que, mesmo divergentes na proporção aos destaques dados ao Prata, e, conseqüentemente, a Lecor, demonstram que na academia gerou-se interesse pelo tema e, também, a interpretação do personagem como ator político. Igualmente aos autores do IHGB, neste grupo o personagem não é exaltado.

Evidentemente, são possíveis outras maneiras de enquadrar-se os autores analisados, como, por exemplo, os críticos à ação de Lecor, os que o exaltam e, ainda, aqueles que o ignoram. Poder-se-ia, ainda, agrupar os autores de acordo com a geração a qual pertencem, no entanto, escolheu-se a apresentação exposta acima, para poder-se vincular a três grandes centros importantes para a produção e publicização do conhecimento histórico no Brasil: A universidade, o IHGB e a Bibliex.

Porém, é importante ressaltar que não há na historiografia obra que problematize e que coloque a lupa sobre a ocupação da então Banda Oriental, a criação da Cisplatina, os conflitos pela Independência do Brasil, protagonizados por Lecor e Álvaro da Costa, enfim, estes fatos quedavam-se esquecidos até a presente tese.

Na historiografia uruguaia, a ocupação liderada por Lecor e a anexação à monarquia portuguesa possuem destaque maior do que na brasileira. Porém, isto não significa que haja uma vasta produção dedicada unicamente ao período que Lecor esteve à frente do governo de Montevideú, nem que tenha como foco principal o general.

De uma maneira geral, o período de Lecor não é o privilegiado pelos estudos históricos uruguaios. Tratando-se da primeira metade do século XIX, prefere-se iluminar com os holofotes os atos heróicos de Artigas, dos 33 orientais ou dos montevidéanos contra os ingleses. Tantas luzes nestes episódios acabam por ofuscar o período cisplatino e o personagem associado a ele: Lecor.

Sobre o período português e brasileiro na historiografia uruguaia, Ana Frega Novales observa em seu livro “Pueblos y Soberanía”⁸⁹ que:

El período de la ocupación luso-brasileña del territorio oriental es un tema poco abordado por la historiografía uruguaya, en parte debido a la ‘dificultad’ para insertar esta etapa en una interpretación lineal y ‘nacionalista’ de la

⁸⁹ FREGA, Ana. *Pueblos y Soberanía en la revolución artiguista*: La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

independencia. De la resistencia al invasor lusitano, que concluyó con la derrota artiguista en 1820, suele pasarse al reinicio de la lucha independentista en 1825 y a la formación del Estado Oriental.⁹⁰

O historiador espanhol Julio Sánchez Gómez, destaca este silêncio existente na historiografia uruguaia da seguinte maneira:

Este panorama tan complejo y cambiante del camino que condujo desde el dominio español hasta la primera organización del Estado aparece sin embargo en la mayor parte de la producción historiográfica que se ocupa de esos veinte años – de 1810 a 1830 – sorprendentemente simplificado. Momentos enteros de aquella sucesión se encuentran desdibujados, disminuidos o simplemente omitidos frente a otros que reciben una atención que puede llegar a parecer exagerada.⁹¹

Além disto, Sánchez complementa que:

[...] para la historiografía de Uruguay [...] parece que no existiera más que la comúnmente conocida por aquélla como ‘la epopeya artiguista’ o ‘la gesta de Artigas’. Todo lo que sucedía en Montevideo, que agrupaba en tiempos normales un tercio de la población del territorio [...] no parece merecer la mínima atención de los historiadores [uruguayos], como si lo sucedido en la capital no formara parte de la historia del país como lo que ocurría más allá de sus murallas.⁹²

Porém, qual a razão de Artigas concentrar tamanha atenção de tantos historiadores uruguayos? Sánchez explica a capacidade que a figura mítica de Artigas tem de congregiar os diversos setores da sociedade uruguaia, sendo, deste modo, aceita por blancos, colorados, pela extrema esquerda, bem como pelos militares que governaram o país platino durante o regime civil-militar (1973-1985). Assim, “[...] ello tiene su reflejo en la desproporción inmensa de los estudios dedicados al caudillo como objeto de atención historiográfica en las últimas décadas, frente a los que abordan cualquier otra temática referente a los primeros veinticinco años del siglo XIX [...]”⁹³

Ana Frega Novales, na já citada entrevista à Revista Tema Livre, narra que Artigas vai ganhando várias facetas ao longo do século XX. Como exemplo,

Entre 1955 y los primeros años del 60, cuando Uruguay entra en crisis, justamente por el pasaje entre una agropecuaria estancada, incluso

⁹⁰ Idem, p.329.

⁹¹ SÁNCHEZ, Julio Gómez. La independencia de la República Oriental del Uruguay: los realistas en la Banda Oriental. In: FRASQUET, Ivana. *Bastillas, cetros y blasones: La independencia en Iberoamérica*. Madrid: MAPFRE, 2006. p.62 e 63.

⁹² Idem, p.63.

⁹³ Idem, p.64.

tecnológicamente, en lo que tiene que ver con el sistema de tenencia de la tierra, en el marco que se está revisando la estructura agraria del país, se levanta otro aspecto de José Artigas, que no había sido suficientemente trabajado hasta este momento, que es la figura de la revolución agraria. Otra corriente historiográfica, también de fines de la década de 1950, es el revisionismo histórico, que trata de recuperar la patria grande y la idea de Latinoamérica. Así, se empieza a tomar fuerza la figura de un Artigas federal, que buscaba un espacio que era mayor al de lo que era el Uruguay. Entonces, lo que se plantea no es la sustitución del héroe, sino incorporar a ese personaje que tenía el atributo de jefe militar y el atributo de jefe republicano, en héroe americanista. Así, la figura de Artigas se va ensanchando en lo que tiene que ver con el espectro ideológico que lo sustente.⁹⁴

Ana Frega ainda observa, não muito diferente de Sánchez, a capacidade que o personagem Artigas ganhou de ser o herói de grupos de extrema esquerda à ultra-direita, bem como os novos contornos que o avatar ganha durante o regime militar uruguaio:

La dictadura militar retoma otra faceta del personaje, donde yo diría que se vuelve a la raíz de la hispanidad, a la raíz de la orientalidad, y se trata de quitarle la faceta social. [...]

No hay que olvidar, tampoco, que la coalición de izquierda Frente Amplio, que surge en febrero de 1971, toma como su emblema la bandera de Ortugués, la bandera que flamea en Montevideo en 1815, cuando entran las tropas artiguistas a la ciudad [...]

Uno de los grupos militares que apoyo más el terrorismo de Estado, la desaparición y todo más, es el grupo de los tenientes de Artigas.

Así, desde la ultra-derecha hay también una utilización del personaje. La dictadura intentó romper con esa figura del héroe social, que era la que se había ido afirmando en los años 60 en el Uruguay. Cuando termina la dictadura militar, reaparecen esas otras interpretaciones, pero no quiere decir que desaparezca la interpretación conservadora del personaje.⁹⁵

Assim, diante desta força que a figura de Artigas possui no Uruguai, como iria ser interpretado o período de Lecor, que colocou fim a esta espécie de “idade de ouro” da história uruguaia? Como interpretar o período cisplatino? Conforme poderá ser visto nos próximos parágrafos, como uma espécie de “lenda negra”, ou, então, recorre-se ao esquecimento dos tempos bragantinos. Segundo Sánchez, o período das ocupações portuguesa e brasileira caíram em um “agujero negro”.

Para uma melhor compreensão destas duas visões – esquecimento e “lenda negra” – relativas ao período de Lecor, é válido pensar como interpretá-lo diante do prisma de uma historiografia nacionalista, que busca a existência da nação uruguaia nos

⁹⁴ Disponível em: www.revistatemalivre.com/afrega13.html

⁹⁵ Idem.

primórdios da colônia, e entende Artigas, expulso de terras orientais pelo general português, como aquele que traria a Independência da nação já existente, e não por construir. Quer dizer, os tempos cisplatinos foram de subjugação da nação a um poder estrangeiro, de sufocamento da nacionalidade uruguaia, de imposição de uma nova soberania, em detrimento da uruguaia – que, na verdade, ainda não existia. Porém, foi por este viés que muitos autores uruguaiois olharam para o período lecorista.

Por outro lado, Sánchez reconhece o importante trabalho de historiadores uruguaiois que contribuíram para o avanço da historiografia uruguaia sobre as primeiras décadas do século XIX:

Los últimos años – a partir del fin de la dictadura – han hecho avanzar mucho el conocimiento de la historia del Uruguay de los dos últimos siglos, sobre todo como consecuencia de las investigaciones de tres grandes historiadores: José Pedro Barrán, Benjamín Nahum y Gerardo Caetano, a los que hay que añadir otro grupo de investigadores más jóvenes, vinculados al departamento de Historia de la Facultad de Humanidades y al CLAEH, como Ana Frega o José Rilla.⁹⁶

Importante trabalho que traz novas perspectivas à historiografia uruguaia é a tese de doutorado, defendida na UBA, da historiadora Ana Frega Novales. A obra foi publicada sob o título “Pueblos y soberanía en la revolución artiguista: La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa”.⁹⁷

Como o próprio título já demonstra, a obra de Ana Frega abarca o período português, mais especificamente até 1822. A perspectiva da autora desta dominação é a partir da região de Soriano, a mostrar a ocupação desta pelas forças de Lecor, as composições políticas dos portugueses com atores locais na região e, ainda, o impacto dos anos em que Portugal controlou a região. A obra é amparada em documentação da época, bem como verifica-se a imparcialidade da historiadora a tratar do tema da presença lusa em terras orientais.

Relevante obra sobre o período cisplatino é “La oligarquía oriental en la Cisplatina”⁹⁸, de 1967, realizada pela equipe de historiadores marxistas Rosa Eloy, Lucia Sala Touron, Nelson De La Torre e Julio Carlos Rodrigues. A obra não ignora o

⁹⁶ SÁNCHEZ, op. cit., p.68 e 69.

⁹⁷ FREGA, op. cit.

⁹⁸ ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson De La; RODRIGUEZ, Julio Carlos. La Oligarquía Oriental en la Cisplatina. Montevideo: Pueblos Unidos, 1970.

papel político de Lecor, nem dos segmentos locais, nos tempos em que o militar controlava o que é hoje o Uruguai.

Outra obra dedicada ao período de Lecor, mais especificamente a um momento pontual da administração do general, é a do influente historiador, da corrente nacionalista uruguaia, Juan E. Pivel Devoto, que escreve, em 1936, “El Congreso Cisplatino (1821)” publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. Desse modo, pode-se ressaltar que há tempos a anexação e a criação da Cisplatina não são um objeto central de um trabalho, ou, ainda, uma preocupação historiográfica no Uruguai.

No que refere-se a Lecor, o autor uruguaio resalta o papel político do personagem, bem como faz referências à atuação deste na Europa. Devoto afirma que Lecor controlou o território oriental buscando os seus interesses pessoais e que ganhou no campo da intriga todas as suas batalhas travadas na América. Uma das características que sobressaíam na sua personalidade era a astúcia e, segundo Devoto, Lavalleja definia Lecor como uma raposa. Para o autor, Lecor governou de maneira absoluta e, em alguns casos, com independência em relação aos desejos de D. João VI e seus ministros.

Devoto também afirma que Lecor era um profundo conhecedor das fraquezas humanas, e, deste modo, conquistou a sociedade montevideana com festas e saraus, distribuiu dádivas, honrarias e condecorações, doou terras que não eram do seu Rei, casou os seus oficiais com “filhas do país” – estando aí a idéia de uma pátria uruguaia já existente na época de Lecor –, e compôs, de acordo com os seus desejos, os cabildos, instituições que foram o segredo da sua política no território oriental. Deste modo, o autor ignora a complexa teia política que Lecor teceu durante os anos que teve no poder, compressando a intrincada trama oriental.

Nesta perspectiva, com a ação de Lecor, que também é o destruidor de uma prévia idade de ouro, os cabildos perderam o seu aspecto popular, pois o general realizava irregularidades na sua eleição e pela influência que exercia nas suas deliberações. Segundo Devoto, Lecor soube articular politicamente e manobrar de tal forma as situações de acordo com a sua conveniência, que todos os atos de incorporação ou de cessões à monarquia lusa pareceram sempre espontâneos, que atendiam as solicitações dos orientais.

Os orientais aliados a Lecor são denominados pejorativamente de “clube do Barão”, designação esta que outros autores uruguaios também utilizam. O autor afirma que a política praticada por este grupo é maquiavélica.

A idoneidade do Congresso que dá nome à obra de Devoto é questionada. O autor apresenta a seguinte citação: “Congreso de ‘empleados y paniaguados portugueses’, llamó al de 1821, un contemporáneo que no estuvo en él por que meses antes había perdido los favores del Barón. ‘¿Qué hubo fraude y presión?’, expresa Gabriel René-Moreno. ‘Así parece’, agrega.”⁹⁹ Continuando com as críticas sobre o Congresso, Devoto afirma que o grupamento de orientais ao votar pela incorporação à monarquia portuguesa “torció el curso de la historia”¹⁰⁰ e que a atitude de Lecor diante do Congresso foi a de que o mesmo fosse um assunto do seu interesse particular e dos seus aliados.

Agrega-se que a obra de Devoto influenciou diversos autores uruguaios na maneira de interpretarem Lecor e o Congresso Cisplatino, como, por exemplo: Washington Reyes Abadie e Andrés Vázquez Romero no terceiro volume da “Crónica general del Uruguay”¹⁰¹, Alfredo Castellanos em “La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca”¹⁰², M. Schurmann Pacheco e M. L. Coligan Sanguetti em “Historia del Uruguay”¹⁰³, Edmundo M. Narancio em “La Independencia de Uruguay”¹⁰⁴ e Walter Rela em “Uruguay cronología histórica anotada: dominación luso-brasileña (1817 – 1828)”¹⁰⁵.

É válido acrescentar que, na abordagem do Congresso Cisplatino, Devoto é o único dos autores uruguaios citados acima que utiliza fontes primárias. Devoto usa, por exemplo, as atas do Congresso, ofícios de Lecor e cartas entre este e o governo de Lisboa e do Rio de Janeiro. Percebe-se, ainda, a relevância do trabalho de Devoto,

⁹⁹ DEVOTO, Juan E. Pivel. *El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de un análisis*. Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, t.XII. Montevideo: 1936, p. 134.

¹⁰⁰ Idem, p.125.

¹⁰¹ ABADIE, Washington Reyes e ROMERO, Andrés Vázquez. *Crónica general del Uruguay. La Emancipación*, vol. 3. Montevideo: Banda Oriental, 1999.

¹⁰² CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la república caudillesca*. Historia Uruguaya. Tomo 3. 1998. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental.

¹⁰³ PACHECO, e SANGUINETTI, op. cit.

¹⁰⁴ NARANCIO, Edmundo M. *La Independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

¹⁰⁵ RELA, Walter. *Uruguay cronología histórica anotada: dominación luso-brasileña (1817-1828)*. Montevideo: Alfar, 1999.

empregado por outros autores uruguaios. Deste modo, o retrato de Lecor pintado por Devoto acaba por ser repetido pelos outros autores.

Por fim, se no Brasil Lecor foi esquecido por ter fracassado em sua missão, no Uruguai o foi por ter sido o invasor, nem tanto do ponto de vista dos seus contemporâneos, pois muitos o apoiaram, mas muito mais da historiografia associada à construção do Estado Nacional uruguaio. No entanto, quando lembrado, seu lugar, sem dúvida, é no panteão dos vilões nacionais, vide a abordagem do Museu Histórico Nacional situado em Montevideú ou da própria historiografia do país platino.

Hipóteses

Após o exposto na revisão, ressalta-se, novamente, que a ocupação e a administração lusa do território oriental e os desdobramentos da cisão do Brasil de Portugal na Cisplatina, bem como a atuação política de Lecor e de suas forças militares, todas estas conjugadas, foram temas, sem querer tecer qualquer espécie de julgamento, que não exerceram a atração de historiadores, ibero-americanos ou não, que estudam ou estudaram o Brasil ou o Uruguai.

Deste modo, a buscar o preenchimento desta lacuna historiográfica, a reconstituir estes fatos, tendo a atuação política do general como fio condutor desta trama, bem como suas relações com os demais atores políticos que surgirão ao longo do trabalho, insere-se a presente tese, intitulada “O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina: 1822-1824”. Pela vertente da Nova História Política, além de entender a questão do território oriental, que fez, de forma efêmera, parte dos domínios do rei português D. João VI e, depois, do Império, a tese irá articulá-la com a cisão do Brasil dos quadros do Reino Unido português, assim como às demais províncias hispânicas no Prata, que viviam o resultado de seus respectivos processos de emancipação. Também trabalha-se, na presente tese, tendo a consciência de que a Cisplatina estava inserida no contexto da longa construção dos estados nacionais na América Espanhola e do início do processo do estado nacional brasileiro.

O preenchimento deste espaço historiográfico deu-se com a consulta a fontes primárias, a saber: periódicos brasileiros, portenhos e orientais, contemporâneos a Lecor e parte do acervo das respectivas Bibliotecas Nacionais do Brasil, Argentina e Uruguai; cartas, relatos memorialísticos, dentre outros documentos, brasileiros ou platinos; atas do acervo do Archivo General de la Nación, em Montevideu; e, por fim, a documentação do Fundo Coleção Cisplatina, do Arquivo Nacional, situado no Rio de Janeiro, que possui, entre outros, os ofícios e epístolas produzidos pelo e para o general.

Além da originalidade deste trabalho, ressalta-se o fato inédito de ter-se utilizado da documentação do Fundo Coleção Cisplatina, que não foi consultado e analisado para reconstituir, nas outras obras citadas, a história da Cisplatina e de vários dos seus atores políticos situados no âmbito interno e externo desta unidade política, bem como das suas interações e interseções com Buenos Aires, Entre Rios, Rio de Janeiro, Rio Grande de São Pedro, Bahia e Lisboa. Igualmente, o Fundo do Arquivo Nacional brasileiro não foi empregado para reconstituir as relações entre Lecor e os Voluntários Reais, entre Lecor e os governos do Rio de Janeiro e das demais províncias platinas, e entre Lecor e os diversos atores orientais.

Cabe esclarecer que no desenvolvimento da presente tese utiliza-se para redação o modelo narrativo, procurando-se organizar de forma coerente e, na medida do possível, em ordem cronológica, a atuação de Lecor no espaço platino, a enfatizar os acontecimentos cisplatinos em decorrência da emancipação brasileira até a retomada de Montevideu pelo militar, sem, no entanto, ignorar os demais sujeitos históricos que contracenaram com o general e, também, os fatos precursores, como o processo revolucionário do Prata, a criação dos Voluntários Reais, a ocupação de Montevideu, e, por fim, a constituição do Estado Cisplatino e suas articulações com a Revolução Liberal do Porto. De semelhante modo, conectar-se-á o processo ocorrido em terras orientais com o contexto platino e do Império do Brasil.

Além desta introdução, a presente tese é dividida em mais quatro capítulos e conclusão. Com o título “Lecor e o desfrute de sua ascensão política e militar na América”, o primeiro capítulo apresenta o militar no Novo Mundo, à frente das forças joaninas que partiam para conquistar a Banda Oriental, a sua chegada ao poder, negociada com os cabildantes de Montevideu, a tornar-se, conseqüentemente, o indivíduo mais poderoso das terras orientais. Assim, na América, o general desfrutava

das consequências de sua atuação nas guerras napoleônicas, seja pelos seus feitos militares, seja pelos políticos, como a citada proximidade com Beresford.

O segundo capítulo, intitulado “Lecor e a criação do Estado Cisplatino”, analisa a participação do general e de elementos orientais na unificação entre o território oriental e o Reino Unido português, bem como este fato estava inserido no contexto do vintismo. Agrega-se que o capítulo ainda trata dos desdobramentos desta união, e do alinhamento de Lecor ao governo do então príncipe D. Pedro.

O terceiro capítulo, denominado “Lecor, os Voluntários Reais e o nascer de uma guerra”, analisa os conflitos políticos, que antecederam os bélicos, entre Lecor e os Voluntários Reais, no período posterior à separação do Brasil do Reino Unido, concomitantemente à aclamação e coroação do Imperador. Entendendo que houve guerra de Independência no Brasil, este capítulo aborda a gênese do conflito armado que deu-se entre portugueses e brasileiros no Prata.

O capítulo quatro tem como título “A aclamação de D. Pedro na Cisplatina e os conflitos pela Independência no Prata”. Assim, além dos embates entre os partidários de D. Pedro I e de D. João VI na Cisplatina, o capítulo dedica-se à adesão oriental ao primeiro Imperador do Brasil e, ainda, contextualiza e relaciona os acontecimentos cisplatinos às demais áreas onde os portugueses resistiram à Independência.

Agrega-se que os capítulos três e quatro mostram as articulações de orientais contrários à união do Estado Cisplatino Oriental aos quadros do Império do Brasil, e, deste modo, a atuação das demais províncias platinas na questão.

Assim, as articulações políticas de Lecor a frente do governo de Montevideú, o conflito político-militar entre os portugueses e brasileiros na Cisplatina, o posicionamento dos orientais e dos governos das demais províncias do Prata em relação ao general, o contexto político do Reino Unido luso e a construção dos estados nacionais na América Latina, bem como as conclusões obtidas em função da pesquisa realizada, são questões que serão analisadas no decorrer do presente trabalho.

Por fim, a tese tem as seguintes hipóteses, que serão respondidas no item conclusão, a saber-se: A primeira, é que a fuga de Lecor de Montevideú (1822), seu estabelecimento na campanha e sua destreza política foram fundamentais para resguardar a Cisplatina para o Império do Brasil; e, a segunda, que nos conflitos pela

Independência do Brasil – em que várias regiões tinham segmentos sociais que desejavam permanecer unidos a Portugal –, a Cisplatina não era uma prioridade para D. Pedro I.

CAPÍTULO 1

LECOR E O DESFRUTE DE SUA ASCENSÃO POLÍTICA E MILITAR NA AMÉRICA

1.1 A Revolução platina

Posteriormente aos fatos ocorridos no mundo português nos anos de 1807/1808 (invasão francesa a Portugal e transferência da Corte lusa para o Rio de Janeiro) e ao aprisionamento da família real espanhola por Napoleão Bonaparte – após estes cogitarem fugir para o México –, o Imperador francês colocou à frente do governo da Espanha seu irmão, José Bonaparte. Observa-se que o que estava a ocorrer na Espanha peninsular teve profunda repercussão na América.¹⁰⁶

Com os acontecimentos europeus e a ascensão do irmão de Napoleão, não significou que a totalidade dos espanhóis peninsulares tenha aceitado José Bonaparte como seu soberano, tendo-se, assim, iniciado a resistência à dominação francesa. Em finais de 1808 foi organizada pelos antagonistas dos irmãos Bonaparte, na cidade de Sevilha, uma Junta Central, que buscava governar em nome do rei cativo, Fernando VII. Concomitantemente, Carlota Joaquina tentava governar, assim como a Junta, os domínios de Castela em nome do seu irmão aprisionado.¹⁰⁷

Os governos americanos depararam-se diante de uma gama de opções, que iam do juramento de fidelidade a José Bonaparte à independência completa, ou, ainda, incluíam projetos que abarcavam da submissão à resistência peninsular, representada na Junta de Sevilha, ou a Carlota Joaquina. Finalmente, entre as possibilidades, encontrava-se a dos americanos criarem e submeterem-se a Juntas feitas no próprio continente, compostas por elementos nascidos no Novo Mundo, que governariam em nome do monarca encarcerado.

¹⁰⁶ Entende-se, neste trabalho, a monarquia espanhola do Antigo Regime conforme exposto por Guerra: dividida em dois pilares, o peninsular e o americano. Para detalhar a questão, ver: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, DF: Editorial Mapfre; Fondo de Cultura Económica, 2000.

¹⁰⁷ AZEVEDO, Francisca. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Sobre o processo revolucionário platino, no qual a Banda Oriental estava inserida, João Paulo Pimenta observa que

O vazio de poder acarretado pela prisão de Fernando VII levou as províncias americanas a situação de grande indefinição política, com diferentes projetos aparecendo como solução do problema. Assim, alternativas interdinásticas, republicanas e monárquicas, centralizadoras, aglutinadoras e locais passaram a coexistir, tornando-se possibilidades reais, posto que respondendo a demandas muito concretas daquelas sociedades. Se inexistia uma sociedade, uma economia, um mercado e uma classe social dirigente que transcendesse o âmbito provincial, não só não havia uma coletividade “argentina” (nação preexistente) como também nada que garantisse a prevalência de uma determinada solução sobre as demais.¹⁰⁸

O autor ainda aponta qual era a política externa portuguesa, a partir de 1808, para a região. Deste modo, esta

Se caracterizaria por uma prioridade conferida aos assuntos relativos ao combalido Império espanhol – sobretudo os de sua porção americana – materializada em uma alternância de elementos de agressividade (ameaças e concretizações de guerras) com delicada negociação diplomática. Uma política ambivalente, oficialmente adjetivada de *neutral*, e que se tornaria cada vez mais difícil de sustentar à medida que o quadro político americano se tornava mais complexo, com a progressiva emergência de novos poderes políticos, de variável consistência e estabilidade, com os quais a Corte portuguesa, instalada no Brasil, tinha de lidar.¹⁰⁹

Ainda sobre a revolução e, a incluir aí seus atores, os historiadores uruguaios Eloy, Touron, De La Torre e Rodriguez observam que esta, com as respectivas variantes locais, “[...] fue dirigida por la burguesía comercial, importadora y exportadora criolla – muchos de cuyos integrantes eran a la vez terratenientes – y por los hacendados criollos”¹¹⁰ Os autores ainda observam que a Revolução atraiu os setores populares da sociedade e que no período revolucionário e nos anos seguintes, há a

[...] redistribución de los medios de producción, en particular de la tierra. [...] los expropiados fueron los miembros de la oligarquía comercial monopolista y los terratenientes ligados al viejo imperio. Esta redistribución, en las condiciones de una sociedad precapitalista, se operó en beneficio de las clases comerciales y usureras, de los viejos terratenientes criollos y, sobre todo, de los caudillos que la guerra había promovido a las jerarquías militares.¹¹¹

¹⁰⁸ PIMENTA, op. cit., p.44.

¹⁰⁹ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a “experiência cisplatina” (1817-1828) In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, p.756.

¹¹⁰ ELLOY, op. cit.

¹¹¹ Idem, p.9.

Neste contexto, mais especificamente no Prata, foi estabelecida uma Junta de Governo em Montevidéu, que tinha o objetivo de tirar a Banda Oriental do controle do vice-rei Santiago de Liniers, que governava a partir de Buenos Aires. Por sua origem francesa, Liniers era acusado de ser favorável aos Bonaparte. Outro fator que veio a fortalecer a Junta montevideana, fazendo com que a mesma recebesse forte apoio local, foi a rivalidade entre as cidades-porto de Montevidéu e Buenos Aires.

A duração desta Junta foi efêmera. Após a Junta de Sevilha substituir, em 1809, Liniers por Baltasar Hidalgo de Cisneros, Montevidéu dissolveu sua Junta. No crepúsculo do governo de Liniers, em 1º de janeiro de 1809, houve a tentativa de se estabelecer em Buenos Aires uma Junta, que posicionava-se, antagonicamente, ao Vice-Rei, buscando derrubá-lo. Este intento malogrou, pois Liniers contava com o apoio de milícia criolla e de indivíduos da burocracia do Vice-Reino. Porém, logo depois, Liniers foi substituído por Cisneros.

Ainda em 1809, mais especificamente em maio, na atual Bolívia, em Chuquisaca, hoje Sucre, ocorreu um movimento juntista, que era contra o Intendente, contra a Junta de Sevilha, contra Carlota Joaquina, contra Buenos Aires e, para parte dos membros do movimento, favoráveis à Independência. Ocorreram, concomitantemente, levantes em Santa Cruz de la Sierra e Toledo. O movimento foi abafado por tropas enviadas dos Vice-Reinos do Prata e do Peru.¹¹²

Importante fator que veio a mudar a direção dos acontecimentos do mundo espanhol foi a eliminação de Sevilha e de tantos outros pontos de resistência a Napoleão na Espanha. Deste modo, em janeiro de 1810, a Junta central retirou-se para Cádiz, a transformar-se em Conselho de Regência, a buscar, dentre outras atividades, a organização das Cortes, composta por membros de todo o Império espanhol. No entanto, o Conselho de Regência necessitava ser reconhecido pelo Novo Mundo.

Como o futuro da Espanha peninsular era incerto, os defensores do sistema espanhol encontravam-se repletos de incertezas. Ao mesmo tempo, em Buenos Aires, os criollos desejavam controlar o processo político americano. Assim, Cisneros foi obrigado a aceitar o Cabildo Abierto¹¹³ e, em 22 de maio de 1810, o cabildo portenho

¹¹² LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas: 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, 1989.

¹¹³ O cabildo aberto era fundamental ao funcionamento político das cidades e comunidades hispânicas. Ele era convocado pelo cabildo ordinário e consistia em uma reunião de amplos setores dos povoadores para deliberar sobre assuntos de importância.

foi encarregado de estabelecer uma Junta, fazendo-o dois dias depois, e entregando a sua presidência ao Vice-Rei.

Entretanto, antes mesmo do seu funcionamento, a Junta gerou uma série de oposições em setores da sociedade portenha, sendo que, em 25 de maio, acabou por ser criada uma Junta sem a participação de Cisneros. No seu lugar, a presidência foi ocupada pelo coronel Cornélio de Saavedra. A Junta portenha jurou fidelidade a Fernando VII, mas não ao Conselho de Regência.

A Junta de Buenos Aires reivindicava a autoridade sobre todo o Vice-Reino do Prata e que o seu porto fosse o único da região. Porém, estas demandas não significaram a adesão das outras frações que compunham o antigo Vice-Reino ao projeto buenairense. Observa-se que Chiaramonte aponta que as antigas capitais dos Vice-Reinos coloniais, da Nova Espanha ao Rio da Prata, tentavam se impor às demais cidades que estiveram sob sua jurisdição na época colonial, e que a resistência destes núcleos urbanos à subjugação também é uma característica, neste período, da América Espanhola. Desta perspectiva provém o sentido de soberania dos povos, no plural, e não do povo, como no contrato social de Rousseau.¹¹⁴

Assim, Montevidéu, por exemplo, por sua rivalidade política e econômica com Buenos Aires, optou por aderir ao Conselho de Regência. Semelhantemente, o Paraguai e o Alto Peru não submeteram-se aos portenhos. No entanto, “Iniciada la Revolución, Montevideo – fiel a la Regencia – debió observar impasible la destrucción de su tráfico.”¹¹⁵ Sánchez ainda observa que “Montevideo fue desde el comienzo un auténtico bastión de la resistencia españolista, más que ningún otro territorio en el ámbito del Río de la Plata.”¹¹⁶

As expedições ao Alto Peru permaneceram nos anos seguintes à Revolução de Maio, conforme consta do anexo I. Já o Paraguai estabeleceu, em 1811, sua própria Junta, após ter derrotado expedição militar proveniente de Buenos Aires e liderada por Manuel Belgrano, como pode ser visto no mesmo anexo. Entretanto, as agitações nestas

¹¹⁴ CHIARAMONTE, José Carlos. Estado y poder regional: constitución y naturaleza de los poderes regionales. In: VÁZQUEZ, Josefina Z. (Org.) *Historia General de América Latina*. París: UNESCO/Trotta, 2003.

¹¹⁵ ELOY, op. cit., p.11.

¹¹⁶ SÁNCHEZ, op. cit., p.78.

localidades levaram a Corte portuguesa a cogitar uma invasão militar nestas regiões outrora controladas pelo rei de Espanha.¹¹⁷

Ainda em 1811, na Banda Oriental, José Gervásio Artigas, membro do exército espanhol, abandonou as suas fileiras e aderiu aos insurgentes de Buenos Aires, passando a ser o responsável pela revolução no território oriental. Ana Frega destaca o caráter rural da revolução oriental, bem como a conecta como parte do processo revolucionário platino. Além disto, a historiadora chama a atenção para a situação de fragmentação da campanha à época e a debilidade do governo colonial nesta área:

Zona de la frontera de la colônia española con Portugal y con los ‘infielos’, la Banda Oriental había sido colonizada desde diferentes centros. A fines del período colonial el territorio se dividía, con límites difusos, entre tres autoridades: la Gobernación de Montevideo, la Intendencia de Buenos Aires, y la Gobernación de las Misiones. En el marco de la superposición de jurisdicciones y de la debilidad del estado colonial, se generó el espacio donde podían construirse y fortalecerse los poderes locales¹¹⁸

Além disto, a historiadora uruguaia aponta que

Aunque el bando españolista refería a la ‘nación española’ y los revolucionarios apelaban a la ‘patria americana’ en una clara diferenciación de la metrópoli, esto no suponía la existencia de una ‘identidad americana’. Desde los pueblos y villas, a su vez, podía interpretarse en el sentido ‘territorial’ más inmediato, es decir, como el lugar de existencia – el pago, el terruño – a defender ante los ataques y saqueos. En un trabajo ya clásico sobre las formas de identidad política luego de 1810, José Carlos Chiaramonte resaltó las dificultades que afrontaba el centro revolucionario con sede en Buenos Aires para generar una ‘identidad rioplatense’¹¹⁹

A partir daí também explica-se as diversas reações frente à Revolução de Maio, inclusive do próprio Artigas, que, inicialmente, a apoiava e, depois, conforme será mostrado, romperá com Buenos Aires.

Sobre os aliados de Artigas, os estancieiros (um dos grupos componentes destes poderes locais mencionados por Frega na extração) foram um importante ponto de apoio do caudilho oriental, podendo ser mencionados indivíduos como Tomás García de

¹¹⁷ PIMENTA, 2005, op. cit.

¹¹⁸ FREGA, op. cit., p.56.

¹¹⁹ Idem, p.87.

Zúñiga, Juan José Durán e Frutuoso Rivera, que atuaram por anos seguidos ao lado desse líder e, depois, de Lecor.

Observa-se que influía na decisão dos estancieiros fatores como Artigas ser originário de uma família proprietária de terras, bem como a sua reconhecida capacidade militar. Já os comerciantes, majoritariamente, posicionaram-se contra Artigas e favoráveis à Espanha, por crerem que ao lado dos europeus poderiam conseguir vantagens monopolistas junto aos seus aliados ibéricos.

O já citado grupo de historiadores marxistas do Uruguai observa que

La Revolución Oriental sacudió la economía y produjo el desplazamiento de la capa comercial monopolista y en parte terrateniente, formada en el Montevideo colonial de fines del siglo XVIII e inicios del XIX [...] La Edad de Oro de esta oligarquía terminó abruptamente cuando el movimiento juntista de 1810 desplazó del poder de toda la América a los ‘godos’ o ‘gauchupines’.

La Revolución fue la respuesta del conjunto de clases y capas nascidas en América, marginadas del disfrute del poder y lesionadas en sus intereses por la dominación colonial. En ella [...] militaron comerciantes no vinculados al monopolio, algunos saladeristas y grandes hacendados criollos, capas de hacendados pequeños y medios, letrados y miembros del bajo clero – la intelectualidad de la época, vinculados a familias de hacendados, comerciantes, o ellos mismos estancieros y comerciantes –, y junto a ellos [...] las masas desheredadas de la población.¹²⁰

Referente aos embates militares, as tropas de Artigas obtiveram várias vitórias no interior da Banda Oriental e nos povoados menores, cercando, em seguida, Montevideú, grande baluarte da dominação espanhola, onde encontrava-se o vice-rei Francisco Javier Elío, fiel à Espanha. Deste modo, diante da concreta ameaça dos artiguistas, Elío recorreu à ajuda da corte portuguesa, que prontificou-se a ajudar ao vice-rei, enviando ao Prata forças militares lideradas pelo general Diogo de Souza.

É válido observar que mesmo que D. João tenha prestado o apoio a argumentar que as perturbações na Banda Oriental estavam a causar turbulências na fronteira com o Rio Grande de São Pedro, e de que, com tal marcha, estaria a garantir a integridade dos domínios dos familiares de Carlota Joaquina, o príncipe português tinha pretensões de estender seus domínios americanos ao Prata, sendo que o pedido de ajuda de Elío era uma excelente argumentação para que tropas lusas ocupassem o território platino.

¹²⁰ ELLOY, op. cit., p. 13 e 14.

No entanto, Elío e os portenhos assinaram, em 20 de outubro de 1811, um acordo em que os portenhos comprometeram-se a abandonar a Banda Oriental, em cessar o seu apoio a Artigas e, ainda, reconheceram o domínio espanhol na região. No trato, também estipulou-se a retirada das tropas portuguesas do Prata.

Portugal, chamado por Elío ao conflito, mas excluído para as negociações entre o Vice-rei e Buenos Aires, permaneceu na Banda Oriental, a ignorar o que foi estabelecido entre as duas partes contratantes. Ambos não tinham poder bélico para que as tropas portuguesas evacuassem a área e, assim, recorreram à Inglaterra, única força capaz de fazê-lo, seja militar, seja diplomaticamente.

Como o desejo dos patriotas portenhos e de Elío de que as forças joaninas saíssem da Banda Oriental coincidia com os interesses dos ingleses, seja em razão do seu comércio na região, seja pela aliança com a Espanha, Castlereagh, secretário britânico de assuntos exteriores, e Lord Strangford, ministro inglês no Rio de Janeiro, agiram no sentido de Portugal abandonar o Prata, no que lograram êxito.

Além de Portugal, Artigas era contrário ao acordo entre Elío e os portenhos, pois os seus aliados de Buenos Aires o ignoraram completamente ao celebrar o tratado, deixando, ainda, a Banda Oriental nas mãos dos espanhóis.

Por isto, Artigas partiu para Entre Rios, sendo acompanhado por milhares de pessoas, no episódio que ficou conhecido na historiografia sobre o Uruguai como Êxodo do Povo Oriental. Além disto, Artigas foi aclamado Chefe dos Orientais, iniciando o projeto da Liga Federal (ver anexo II), que incluía, além da Banda Oriental, Entre Ríos, Santa Fé, Corrientes e regiões de Córdoba, sendo esta união independente das Províncias Unidas do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires.¹²¹

Em 1813, quando a Junta de Buenos Aires já havia sido dissolvida e substituída pelo Primeiro Triunvirato, que, por seu turno, foi sucedido pelo Segundo Triunvirato, Buenos Aires convocou uma Assembléia Constituinte onde as províncias teriam, teoricamente, voz. Porém, neste momento, o grupamento que estava a governar as Províncias Unidas e comandavam a cimeira eram os centralistas, contrários à autonomia provincial em relação a Buenos Aires.

¹²¹ LYNCH, op. cit.; PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. Coleção brasileira novos estudos, v. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

Devido à convocação portenha, Artigas realizou o Congresso Oriental, com a função de definir o posicionamento dos seus conterrâneos em Buenos Aires. O resultado foi o estabelecimento das “Instrucciones del Año XIII”, que continham a reivindicação da agora, sob o ponto de vista artiguista, Província Oriental, não mais Banda Oriental, pela independência, república, federalismo e livre navegação dos rios da região.

Este projeto consistia em um sistema no qual as províncias teriam plena soberania, sendo que a federação seria extremamente fraca e o governo central incapaz de controlar as unidades provinciais. Assim, a região do Prata comportaria, em termos práticos, vários mini-estados governados por lideranças de características caudilhescas.

A partir de então, a Província Oriental somente iria unir-se às Províncias Unidas através de um pacto confederal, de modo a garantir a sua soberania e independência, bem como os orientais posicionavam-se independentes da monarquia espanhola e favoráveis a um governo republicano.

Uma vez tendo o projeto para a inserção da Província Oriental nas Províncias Unidas, os deputados orientais partiram para Buenos Aires, no entanto, nesta cidade, a Assembléia não os recebeu pelo teor da sua proposta, o que levou Artigas a romper com os portenhos e a declarar guerra aos mesmos, apoiado pelos caudilhos das províncias do litoral do rio Paraná.

Buenos Aires atacou Montevideu e, em 20 junho de 1814, o substituto de Elío, Vigodet, igualmente vinculado aos espanhóis, foi derrotado. Sobre o fator de Montevideu ter seguido ao lado da Espanha por largos anos, Sánchez afirma que: “La ciudad de Montevideo – que encerraba, no lo olvidemos, entre habitantes propios y refugiados entre un tercio y la mitad de la población total de la Banda – manifestó hasta 1814 una actitud decididamente españolista que englobó a todas las clases de la población”¹²²

Três dias depois da derrota espanhola, liderados por Alvear, os portenhos entraram em Montevideu. Artigas interpretou a presença portenha como uma força de ocupação, porém, isso não o impediu de assinar, em 9 de julho, um tratado com Alvear, em que era-lhe reabilitada a sua honra e reputação, bem como era-lhe concedido o posto de comandante da campanha e da fronteira. Artigas tornava-se o responsável pela

¹²² SÀNCHEZ, op.cit., p.80.

organização da província, reunindo a sua assembléa provincial e procedendo a escolha de delegados à Constituinte das Províncias Unidas.¹²³

No entanto, mesmo com a assinatura do acordo, Artigas não abandonou a sua posição favorável ao federalismo, o que desagradou a Buenos Aires, que decidiu romper, mais uma vez, as relações políticas com o caudilho oriental e destruí-lo. Artigas reagiu, conseguindo obter apoio de outros caudilhos provinciais, sendo que esta situação levou os portenhos a abandonarem Montevideú em janeiro de 1815.

Observa-se, assim, que

Durante cuatro años la situación de Montevideo cambió radicalmente. Permaneció aislada de la campaña, fuente de los productos exportables [...] Cesó la intermediación con Buenos Aires y la que parcialmente practicaba hacia el Litoral e Interior. La crisis general del Imperio Español desarticuló sus relaciones con Cuba, el Pacífico, etc. El papel de Montevideo decayó mientras Buenos Aires, convertido en puerto único del Virreinato, se desenvolvió impetuosamente. Liquidados sus privilegios y desmontada la estructura económica que la sustentaba, la capa comercial del Montevideo monopolista fue barrida por el huracán revolucionario.¹²⁴

Artigas passava a governar toda a Província Oriental, concretizando o projeto da Liga Federal, união que opunha-se à centralista e unitarista Buenos Aires. Por este fato, Artigas recebeu o título de “Protector de los Pueblos Libres”. Porém, apesar de Artigas estar à frente da citada Liga, na prática, o seu poder estava limitado ao território oriental, arrasado e destruído pelos anos de guerra, resultado dos conflitos gerados na Banda Oriental pelos desdobramentos de 1808.

Esse quadro dificultava a administração de Artigas, mas não o impediu de tomar diversas medidas para recuperar a Província, dentre elas a abertura dos portos de Montevideú e Colônia do Sacramento aos britânicos e a expropriação de terras, que eram passadas aos mais desfavorecidos. Esta medida ficou conhecida como o “Reglamento de tierras de 1815”. Sobre este, “[...] lejos de satisfacer a los grandes estancieros y latifundistas los enfrentó a Artigas” e, ainda, “Lo sustancial del Reglamento es que abre el acceso a la tierra a toda la población libre de la campaña.”¹²⁵

¹²³ GOLIN, op. cit.

¹²⁴ ELOY, op. cit., p.14.

¹²⁵ Idem, p.33.

Destaca-se que as medidas de Artigas iam no sentido oposto ao dos grandes proprietários. O líder oriental deixava, assim, o terreno aberto para a ocupação portuguesa e para a composição política entre estancieiros e portugueses. Estes proprietários uniram-se, em uma junta, em 11 de agosto de 1815, e anelavam a pacificação da campanha, a sujeição dos rebelados que apoiavam Artigas e, por fim, ações que garantissem a posse do gado. Futuramente, ao entrar no território oriental, Lecor compromete-se a atender esses anseios.

Ao mesmo tempo que Artigas desenvolvia e aplicava seus projetos para o território oriental, era criado, no mundo português, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. D. João transformava o Brasil em um reino, a colocá-lo em igualdade ao de Portugal. De certo modo, a porção americana possuía significativo grau de vantagem em relação à europeia, pois a monarquia bragantina encontrava-se estabelecida no Rio de Janeiro, sendo assim, esta cidade o centro político do Império português.

Além disto, nesta altura, já havia terminado, na Europa, os conflitos napoleônicos, porém, o príncipe regente português permanecia no Brasil, sem demonstrar o desejo de retornar a Portugal, que era governado pelo britânico Beresford. Ao mesmo tempo, no mundo espanhol, Fernando VII retomava o controle do seu reino peninsular, mas não sem antes implementar um governo de cunho absolutista, a abolir a constituição liberal, que fora redigida nos anos em que estivera preso em Baiona.

Enquanto isto, começavam no mundo português os preparativos militares para a conquista da margem esquerda do Prata, advento que lançou a Banda Oriental para a órbita de Lisboa e do Rio de Janeiro. Para liderar as tropas portuguesas na ocupação de Montevideu e da campanha oriental, D. João designou o general português Carlos Frederico Lecor.

1.2 As forças militares de Lecor e os Voluntários Reais

Findo os conflitos napoleônicos na Europa, Lecor ficou encarregado de governar Elvas. Ao mesmo tempo, os militares vitoriosos, espalhados por Portugal, estavam desocupados, em função da grave situação econômica do país. Sofriam, junto com suas

famílias, cotidianamente, as árduas conseqüências do reino arrasado pelos arrastados anos das guerras napoleônicas.

Agrega-se que enquanto era esta a realidade de Portugal, maior era o interesse da monarquia de Bragança, desde a época da transmigração da Corte para o Rio de Janeiro, nas questões geopolíticas relativas ao espaço americano, mais especificamente na área do Prata. Assim, esse contingente europeu tornou-se perfeito para os planos joaninos.

Deste modo, em Portugal, abriu-se o recrutamento militar, através do voluntariado e, por indicação direta de Beresford, Lecor foi escolhido para ser o líder da missão lusa no Prata.¹²⁶ Essas tropas lusas ficaram conhecidas como Voluntários Reais e foram enviadas para o Reino do Brasil, porção da nação portuguesa.

Autores uruguaio e brasileiros costumam designar a ocupação de Montevideú como luso-brasileira, bem como as tropas, já que parte do contingente veio de Portugal, e a outra era oriunda do Reino do Brasil. No entanto, no presente trabalho, não será adotada esta perspectiva. Nos anos anteriores à separação do Brasil de Portugal, a nação portuguesa era entendida como o conjunto dos habitantes do Império luso, ou seja, a soma dos súditos de D. João. Entendendo a questão da identidade dos súditos joaninos por este prisma, as tropas de Lecor eram divididas entre portugueses do Brasil e de Portugal, Montevideú foi conquistada pelos portugueses ou pela nação portuguesa. Excluir-se-á, portanto, o termo luso-brasileiro, e utilizar-se-á portugueses, entendendo estes subdivididos entre os do Reino de Portugal e os do Reino do Brasil, estando sempre consciente de não existir o sentimento de uma identidade brasileira, nem de uma unidade política chamada Brasil integrada.

Por mais que D. João tenha transformado o Brasil em reino em 1815, e que desde 1808 a administração da porção americana da monarquia de Bragança estivesse centralizada no Rio de Janeiro, existindo, portanto, algum grau de união entre as distintas partes do reino, as identidades daqueles que aí viviam perpassavam muito mais pela sua localidade de nascimento, ou seja, pelos regionalismos, não muito diferente do observado em relação à região do Prata e da própria Banda Oriental. O indivíduo desta época, no caso do Brasil, entendia-se muito mais como rio-grandense, mineiro ou pernambucano do que como “brasileiro”, “brasiliano” ou “brasiliense”.

¹²⁶ DUARTE, op. cit.

Sobre este fato, José Murilo de Carvalho observou que “Mesmo após a chegada da Corte, em 1808, Pará e Maranhão continuaram a tratar diretamente com Lisboa.”¹²⁷ Além disto, Helga Piccolo observou que “As regiões brasileiras se constituíram em espaços construídos/organizados de maneira diferenciada em termos econômicos e sociais e foram, no desenrolar do processo histórico, integradas dentro de unidades administrativas de um todo maior” e que “No processo de descolonização no Brasil, diversas propostas de organização do Estado e de suas relações com a sociedade foram delineadas e, em decorrência do próprio processo histórico regional, eram regionalmente diferenciadas.”¹²⁸

Também indicador da falta de unidade do Reino do Brasil, o “Correio Braziliense”, em 1816, mencionava que D. João tinha seus “estados do Brazil”. Para definir a Banda Oriental, encontra-se, na mesma fonte, o termo território de Montevideú, apesar da cidade e da campanha terem posicionamentos políticos diferentes, conforme apresentou-se anteriormente.¹²⁹ O “Correio” não define quais eram os “estados” de D. João no Brasil, mas a totalidade deste reino eram estes estados, e, evidentemente, em uma perspectiva diferente da federativa e do Brasil atual. Talvez resquício da época em que o Brasil era dividido em dois estados.

Ainda sobre o “Correio Braziliense”, este é uma das fontes usadas para a reconstituição das ações dos Voluntários Reais no Brasil. Outra é a “Gazeta do Rio de Janeiro”. Sobre o “Correio”, este era editado em Londres, sendo a sua atividade circunscrita ao período de 1808 a 1822. Seu editor era Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, português nascido em Colônia do Sacramento, no ano de 1774, e bacharel em leis e doutor em filosofia pela Universidade de Coimbra. Além disto, Hipólito da Costa compartilhava a visão de Império luso-brasileiro de D. Rodrigo de Souza Coutinho, no que, por sua vez, tinha influência nas páginas do periódico, mas isto não o impedia de realizar críticas ao governo joanino. Ele ainda era favorável à

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.14.

¹²⁸ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão do federalismo no Rio Grande do Sul. In: HEINZ, Flavio M.; HERRLEIN JR, Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.29.

¹²⁹ COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*, ou, Armazém literário, v.XVII. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2002.

manutenção da Corte no Rio de Janeiro e, inicialmente, contra qualquer projeto de cisão dentro do Reino Unido português.¹³⁰

Em Londres, Hipólito da Costa aproximou-se de figuras de destaque, como o duque de Sussex, filho de George III. Sussex foi o grande protetor de Hipólito em terras britânicas. Ambos eram maçons e o filho de George III era o líder da maçonaria inglesa. Além disto, o português nascido em Colônia conseguiu obter a nacionalidade inglesa,¹³¹ o que reflete a sua profunda ligação com Sussex.

Observa-se que Hipólito adentrou a loja Antiquity em março de 1808 e, em junho, o seu periódico começava a circular.¹³² Pelo grande interesse britânico na América Latina e sua profunda intervenção no mundo português, provavelmente Hipólito expressasse em seu periódico posicionamentos políticos vinculados à Casa Real Inglesa ou a sua Loja maçônica, ou até mesmo dos dois, que podiam não ser conflitantes. Quiçá o “Correio” fosse a voz destes maçons para o mundo português.

Proveniente da região do Prata, Hipólito da Costa era favorável à ocupação lusa de Montevidéu, o que expressava nas linhas de seu periódico. Isto poderia refletir que grupos políticos ingleses não fossem contra a ocupação, já que Portugal era aliado britânico, e que, na política de portos abertos às nações amigas, estes teriam acesso ao porto platino.

Também com seu início em 1808, a “Gazeta do Rio de Janeiro” é outro periódico utilizado como fonte no presente trabalho. A “Gazeta” era editada pela Imprensa Régia, com muitas de suas matérias traduzidas de periódicos conservadores europeus, além de ser uma versão adaptada da “Gazeta de Lisboa”. Seus proprietários eram oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que a administravam e recebiam os seus lucros. O periódico foi publicado até o final de 1822 com o nome de “Gazeta do Rio de Janeiro”, a tornar-se, a partir de 1823, “Diário do Governo” e, posteriormente, em maio de 1824, “Diário Fluminense”.¹³³ Ainda sobre este periódico, Marco Morel afirma que a “Gazeta do Rio de Janeiro” “Era um jornal

¹³⁰ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

¹³¹ LUSTOSA, op. cit.

¹³² Idem.

¹³³ LUSTOSA, op. cit.; MOREL, op. cit.; *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº156, 28 de dezembro de 1822. BNRJ.

elaborado à maneira das gazetas de Antigo Regime que existiam na Europa desde o século XVII: publicação oficial, impressa com autorização prévia e funcionando como porta-voz da Coroa.”¹³⁴

Maria Beatriz Nizza da Silva traz um quadro semelhante ao apresentado por Morel: “[...] no início do século XIX, erigiam-se outros tipos de periódicos, e as gazetas, quer a de Lisboa ou a do Rio de Janeiro, apareciam a alguns estrangeiros como formas superadas de um periodismo que tivera seu auge no século XVIII.” e que “[...] não competia ao gazeteiro exhibir seus conhecimentos, caso os possuísse, mas tentar apagar sua individualidade como letrado.”¹³⁵

A “Gazeta do Rio de Janeiro” deveria publicar os papéis do governo,¹³⁶ mas não ficou restrita a isto. O periódico traz, em suas páginas, informações e reprodução de documentos concernentes à Cisplatina, à Corte, bem como à “América Hespanhola” – designação utilizada pelo próprio jornal – além de fatos relativos a localidades mais distantes, como, por exemplo, São Petersburgo, Varsóvia e Viena. Também na “Gazeta” encontram-se dados relativos a distintas partes do Reino do Brasil, como a Vila de Porto Alegre, a Província de Minas Gerais e a de Pernambuco, bem como fatos envolvendo personagens da época em distintas partes do globo, como a ação de Iturbide no México, do Duque de Wellington na Europa e de José Bonifácio no Brasil.¹³⁷

Além disto, Silva observa que a destacada atenção aos negócios do governo “[...] não pode ser encarada apenas como uma forma de bajulação às autoridades constituídas ou ao próprio governante. Ela mostra o que era valorizado na sociedade colonial e merecia ser divulgado.”¹³⁸

Assim, cada um com sua característica, os periódicos são válidos para obter-se informações concernentes ao tema estudado. A publicação de documentos oficiais, as

¹³⁴ MOREL, op. cit., p.204.

¹³⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p.8 e 9.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Gazeta do Rio de Janeiro, nº10, terça-feira, 22 de janeiro de 1822 (suplemento).Gazeta do Rio de Janeiro, nº 30, sábado, 13 de abril de 1816. Gazeta do Rio de Janeiro, nº 39, quarta-feira, 15 de maio de 1816. Gazeta do Rio de Janeiro, nº 41, quarta-feira, 22 de maio de 1816. Gazeta do Rio de Janeiro, nº 19, terça-feira, 12 de fevereiro de 1822. Gazeta do Rio de Janeiro, nº26, quinta-feira, 28 de fevereiro de 1822. Gazeta do Rio de Janeiro, nº30, sábado, 9 de março de 1822. Gazeta do Rio de Janeiro, nº46, terça-feira, 16 de abril de 1822. Gazeta do Rio de Janeiro, nº51, sábado, 27 de abril de 1822. Gazeta do Rio de Janeiro, nº73, terça-feira, 18 de junho de 1822. Gazeta do Rio de Janeiro, nº121, terça-feira, 8 de outubro de 1822. Gazeta do Rio de Janeiro, nº127, terça-feira, 22 de outubro de 1822. BNRJ.

¹³⁸ SILVA, op. cit., p.22 e 23.

próprias opiniões e seleções dos editores, tudo isto pode ser utilizado pelo historiador para reconstituir determinada temporalidade.

Retomando a questão dos Voluntários Reais, destacam-se dois episódios, relativos ao encontro desta força com D. João, donde podem detectar-se questões como características de solenidades da época. O primeiro acontecimento deu-se no Quartel do Rio Comprido, em 4 de abril de 1816, “[...] imediatamente depois da sua chegada [da Divisão de Voluntários Reais]”, D. João foi honrar-lhe com “Sua presença e Pessoal Inspeção, Honra, e Bondade [...]”¹³⁹

Esta divisão, composta aí de quatro batalhões, recebeu de D. João elogios e agradecimentos por sua fidelidade à monarquia no fato de voluntariarem-se. Além disto, neste dia ocorreu parada e, ainda, D. João ordenou que se desse aos militares “dobrada ração de Etapa”¹⁴⁰.

O segundo encontro deu-se um pouco mais de um mês depois, em São Domingos, onde D. João possuía casa e atualmente é um bairro da cidade de Niterói (O Palacete foi destruído no início da República para ser uma praça, que fica em frente ao campus do Gragoatá da UFF)¹⁴¹. Em função de seu natalício, no dia 13 de maio, D. João havia atravessado a baía de Guanabara junto de sua família

[...] para o fim de honrar com a sua presença, revistar, e ver manobrar a divisão de voluntarios Reaes, que destacada do exercito de Portugal, se acha aquartelada no referido sitio, quis o mesmo Senhor, por complemento de honra á mesma divisão, ficar entre aquelles seus vassallos, no faustissimo dia 13 do corrente.

Constando esta Real resolução, concorreram ali muitos mempos [sic] do Corpo Diplomatico, e um grande numero de pessoas da nobreza para terem a honra de cumprimentar a S.M. pela solemnidade do dia.¹⁴²

Neste dia, Lecor encontrava-se no Campo de D. Helena – atualmente, região da Praça do Rink – estando junto com outros militares em torno de três barracas (nas quais S.M. transferia temporariamente sua residência para junto dos militares que partiriam para conquistar Montevideú). Ao meio-dia, cavalgavam na direção de Lecor, D. João, D. Pedro e D. Miguel, juntamente de criados e vários oficiais, dentre eles o marquês de

¹³⁹ Gazeta do Rio de Janeiro nº29, 10 de abril de 1816. BNRJ.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ WEHRS, Carlos. *Niterói, cidade sorriso: a história de um lugar*. Rio de Janeiro: [s/e], 1984.

¹⁴² COSTA, op. cit., p.495.

Campo Maior. Observa-se que este nobre era William Carr Beresford, o mesmo que invadira Buenos Aires e lutara com Lecor contra Napoleão. Atrás destes vinham os coches de Carlota Joaquina e das princesas, filhas do casal real.¹⁴³

Posteriormente,

SS.MM. e SS.AA. se apearam defronte das barracas, que lhes estavam destinadas, e imediatamente as tropas fizeram as continencias devidas, deram as descargas do costume, e seguidas de muitos vivas; desfilaram em parada depois na presença d’El Rey, e da sua Augusta Família; e formando depois quatro columnas cerradas se reuniram á do centro, e na mesma linha marcharam em frente da barraca de S.M. e fizeram alto em distancia conveniente. Então o seu desvelado chefe o Excellentissimo Marechal General, Marquez de Campo Maior, mandou ao Marechal de Campo o Excellentissimo Marquez d’Angeja, que lesse o munificente decreto [...]¹⁴⁴

O decreto trazia vários elogios aos Voluntários, como, por exemplo, a respeito de sua disciplina e lealdade. Assim, D. João deu-lhes aumento de soldo e restituía-lhes de despesas financeiras. Por fim, a partir deste dia, este corpo militar não seria tratado mais por Voluntários Reais do Príncipe e, sim, Voluntários Reais D’El Rei.¹⁴⁵

A reação a

Este acto, o unico com que S.M. solemnizou o seu faustissimo anniversario, tem por isso mesmo muito mais subida valia. Todas as tropas assim o reconhecêram, e as fervorosas aclamações em que romperam, por exuberancia dos corações, saõ a mais ostensiva e menos equívoca prova da sua gratidão.¹⁴⁶

Neste contingente estavam diversos combatentes de importantes batalhas da Guerra Peninsular, como a do Buçaco, e, assim, “As tropas estavam cheias de ufania pela honra singular de manobrem na presença do seu Rey [...]¹⁴⁷”

Em seguida, anunciou-se também que, neste dia, estavam a contrair núpcias, em Madri, as duas filhas de D. João, Maria Isabel e Maria Francisca. Em consequência disto, “[...] principiou o cortejo. Esta agradável noticia foi recebida com a mais viva satisfação e alegria” e “O espectáculo, que appresentava o Campo de D. Helena no dia

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

13 do corrente, era unico e tocante [...]”¹⁴⁸ Por fim, este episódio ocorrido em São Domingos foi pintado por Debret, fazendo parte do conjunto de aquarelas que o artista realizou em sua estada no Brasil (Ver anexo VIII).

A partir do episódio ocorrido na futura cidade de Niterói, então Praia Grande, verifica-se uma solenidade típica do Antigo Regime e, ainda, a importância que D. João delegava às tropas que, em breve, partiriam para importante missão no sul.

A união destas duas questões podem ser verificadas no fato de que D. João agradava aos fiéis vassallos com sua presença, bem como com benesses, como aumento do soldo. Igualmente, conforme escreveu Beresford, as “graças concedidas”, “emanavam” de D. João, sendo assim possível fazer paralelo com a graça divina ou, então, bênçãos, que provém de Deus, por sua misericórdia e amor. Detecta-se, então, a construção de um paralelismo entre o monarca, que regia a nação portuguesa, com Deus, que rege o Universo.

Além da sociedade sacralizada, D. João concedia, na lógica do Antigo Regime, benesses aos seus vassallos que haviam lutado em Portugal e, como ator político, aproximava-se do contingente que batalharia por ele na América. De semelhante modo, exercia sua obrigação como soberano, como o cabeça do Império luso.

Por fim, esta força destacada do exército de Portugal era típica de Antigo Regime, pois conforme observou Adriana Barreto de Souza, os exércitos deste período eram extremamente aristocráticos.¹⁴⁹ Encontram-se, neste episódio, com destaque, os nobres marqueses de Campo Maior (no topo da hierarquia dos Voluntários) e de d’Angeja, fora o de Aguiar, responsável, dentre outras pastas, pela da Guerra. Verifica-se, então, na estrutura militar, a presença de figuras com títulos nobiliárquicos.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ SOUZA, Adriana, op. cit.

1.3 Lecor, a nação portuguesa e o caminho para a conquista de Montevideú

Uma vez feitas estas breves considerações acerca do Reino do Brasil, dos aspectos simbólicos da relação entre o Rei e a tropa, da terminologia a ser empregada para as forças militares lusas no Prata, e dos adventos envolvendo direta e pessoalmente D. João e os Voluntários, destaca-se que Lecor, nesta altura general, desembarcou no Rio de Janeiro em 04 de abril de 1816¹⁵⁰, recebendo a incumbência de liderar as tropas de D. João na ocupação da Banda Oriental, que, nesse momento, estava sob o controle de Artigas. Após dois meses e meio no Rio, em 12 de junho¹⁵¹, Lecor e suas tropas partiram, por via marítima, para o sul, desembarcando em Santa Catarina e realizando por terra o percurso até Montevideú, conforme pode ser visto no anexo V.

A missão de Lecor foi acompanhada por Hipólito da Costa, que ao longo de 1816, publicizou informações concernentes a ela em seu periódico. Na edição de julho, o “Correio Braziliense” informava que

As ultimas noticias chegadas do Brazil nos informam, que estava a dar á vela do Rio-de-Janeiro uma expedição, que consistia em quatro para cinco mil homens, das tropas, que tinham ido de Portugal; e o destino deste exercito se conjecturava ser o Rio-da-Prata; entre outras razoens; porquo as tropas do Rio-Grande, tambem de quatro a cinco mil, tinham já feito um movimento de avançada, contra as fronteiras do Uruguay; donde se concluia com toda a probabilidade, que estes exercitos se destinavam a tomar pose da margem septentrional do Rio-da-Prata [...]¹⁵²

Observa-se que, a partir da extração, uma das observações que podem ser feitas é que uma certa dose de segredo circundava a missão de Lecor. Hipólito da Costa trabalhava com especulações em torno da ação. Além disto, mais um indício do quão secreta era a incursão que estava a ser preparada é que a “Gazeta do Rio de Janeiro”, intimamente vinculada ao governo, não noticiava as ações lusas concernentes a Montevideú.¹⁵³

As únicas menções na “Gazeta” estão na narração de episódio, assim como o “Correio” o faz, de que D. João visitara os Voluntários Reais no Quartel do Rio

¹⁵⁰ COSTA, op. cit..

¹⁵¹ Fundo Ministério dos Negócios Estrangeros. Legajo 39. Revolução de Montevideú. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Apud: Archivo Artigas, Montevideo: Impremex S.A., 1948.

¹⁵² COSTA, op. cit., p. 98.

¹⁵³ Gazeta do Rio de Janeiro, números 1 a 48 (De janeiro a junho de 1816). BNRJ.

Comprido, em abril de 1816,¹⁵⁴ e o fato de que, em junho, poucas linhas narram que no dia 12 do citado mês partiu do Rio de Janeiro as forças que estavam na cidade e foram embora chefiadas por Lecor. Sabe-se que eram 14 velas, entre navios de guerra e mercantes. No entanto, omite-se seu destino, as razões desta expedição e seus objetivos.¹⁵⁵

Confirma-se, portanto, que buscava-se não alardear a ida das tropas, provavelmente tal fato deve-se a estratégias político-militares. Buscava-se que Artigas não se preparasse devidamente para a incursão, bem como para não alertar setores portugueses e estrangeiros contrários à missão. Apenas na edição de 6 de novembro de 1816 é que a “Gazeta” informa sobre a ação em terras orientais, mais especificamente a ocupação de Santa Teresa, que ocorrera em setembro.¹⁵⁶ Santa Teresa consta do anexo V e, no anexo VII, referente à atual República do Uruguai, no departamento de Rocha.

Outra questão verificada a partir da última extração é que as forças lusas que invadiram a Banda Oriental contavam com significativo contingente rio-grandense, o que mostra o envolvimento desta capitania com as querelas entre portugueses e espanhóis na região, fato que levou a sua significativa militarização ao longo de sua história.

Neste momento de poucas informações para o editor situado em Londres, ele apontava que três razões levariam os portugueses a tal expedição. No campo das conjecturas, o primeiro seria que Artigas desejaria entregar o território oriental, e o daria às forças de Lecor. Outra possibilidade seria a de D. João tomar a Banda Oriental após acertos políticos com Fernando VII. A última, que a própria Corte do Rio de Janeiro teria, sozinha, estabelecido a missão para livrar-se das turbulências causadas por Artigas, que “[...] favorece a deserção dos soldados Portuguezes; porque abriga os escravos, que fogem do Brazil; e porque não cuida em cohibir nem o commercio illicito entre as duas naçoens, nem os crimes que commettem os subditos de ambas as partes.”¹⁵⁷

No “Correio Braziliense” consta, também, a informação de que se os portugueses parassem seu avanço na Banda Oriental, e não fossem rumo a outras

¹⁵⁴ COSTA, op. cit. e Gazeta do Rio de Janeiro, nº 29, 10 de abril de 1816. BNRJ.

¹⁵⁵ Gazeta do Rio de Janeiro, nº49, 19 de junho de 1816. BNRJ.

¹⁵⁶ Gazeta..., nº 89, 6 de novembro de 1816. BNRJ.

¹⁵⁷ COSTA, op. cit., p.99.

províncias, Buenos Aires regozijaria-se, pois Artigas, seu rival, seria aniquilado. Porém, se os portugueses buscassem avançar os limites orientais, previa-se combates entre lusos e portenhos.¹⁵⁸

Ainda a dar contornos à situação oriental, a utilizar a palavra contrabandista para definir Artigas, Hipólito da Costa expunha que o mesmo não teria como deter os portugueses, nem como obter o auxílio de aliados, visto que possíveis parceiros, como o governo de Buenos Aires, anelava a queda do oriental. O único modo de obter o auxílio portenho seria submetendo-se a este governo. Hipólito da Costa também aponta as adversidades que poderiam ser encontradas no Prata pelos militares de Lecor e a diferença da guerra praticada na Europa, pelos exércitos regulares, para a de Artigas:

Naõ queremos com tudo dizer, que as tropas Portuguezas poderaõ tomar posse daquelle territorio ás mãos lavadas. Artigas he um chefe de partidistas, de summa actividade e valor; em parte nenhuma do Mundo se entende, melhor do que naquele paiz, a pequena guerra; que se denominou agora na Hespanha *guerrillas*; e os ataques desta natureza saõ capazes de fatigar os melhores exercitos regulares, como experimentáram os Francezes na Hespanha, na guerra passada.¹⁵⁹

Acrescenta-se que Donghi aponta que, para os invasores, os embates entre as forças de Lecor e as de Artigas deveriam causar o mínimo de destruições possíveis, para que os ocupadores angariassem a simpatia da população local – tática semelhante a dos ingleses em 1806/7. Assim, o governo luso estabelecido no Rio de Janeiro cria que os orientais, mergulhados em uma árdua guerra em seu próprio território desde 1811, reconheceriam a dominação portuguesa como a condutora do processo de paz para a região.¹⁶⁰

A incursão de Lecor teve, conforme aponta João Paulo Pimenta, como justificativas, as constantes perturbações e o desrespeito à fronteira com o Rio Grande por parte dos artiguistas e, também, a pretensão de Artigas em conquistar uma fração desta capitania (Ver anexo II). Somam-se o antigo desejo português de estender seus domínios ao Prata e a idéia de que esta via fluvial seria a fronteira natural dos territórios portugueses na América. Também influenciou na decisão pela ocupação fatores de ordem

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Idem, p.100.

¹⁶⁰ DONGHI, Tulio Halperin. *Historia Argentina de la Revolución de Independencia a la confederación rosista*, volume III. Buenos Aires: Editorial Piados, 2000.

econômica e mercantil, pois grupos de portugueses residentes, principalmente, no Rio de Janeiro, tinham interesses na invasão.¹⁶¹

Cesar Augusto Guazzelli mostra que a invasão, ao mesmo tempo que atendia aos interesses da Corte, com a ampliação dos domínios bragantinos no Novo Mundo e com o refreio do republicanismo oriundo do Prata, acolhia os desejos dos estancieiros do Rio Grande, com a probabilidade de ampliarem suas estâncias e seus rebanhos.¹⁶²

Sobre a ação lusa, Ana Frega observa que

La invasión portuguesa pretendió legitimarse en la necesidad de resguardar sus territorios del avance de la ‘anarquía’ artiguista, presentándose como ‘ejército pacificador’. Entre las expectativas de los grupos que en la Provincia Oriental habían acompañado tal avance, estaba el restablecimiento del ‘orden’ en la campaña y el desarrollo comercial a través del puerto de Montevideo. El tema central era la conformación de un gobierno estable aunque fuera asociado o incorporado a otro estado, resguardado por una fuerza militar que garantizara el orden interno y permitiera afianzar la posición de los grupos dirigentes en todo el territorio de la Provincia (cuya extensión, en realidad, no tenía límites precisos).¹⁶³

Na extração verifica-se a permissão da invasão, em nome da ordem, e, ainda, a incorporação a outro estado, no caso, algum dos de D. João. Verificar-se-á, parágrafos à frente, a tentativa deste projeto de união por parte do Cabildo de Montevideu em 1817, bem como no capítulo 2, a anexação de 1821. Porém, é importante notar que já na invasão a idéia de associação ao mundo português não estava excluída.

A repercussão da ocupação não se ateve ao “Correio Braziliense”. Através de suas páginas pode-se ver que outro periódico, intitulado “Jornal Pseudo-Scientifico”, do Conde de Funchal, era contra a invasão, no que era criticado por Hipólito da Costa. De semelhante modo, segundo as letras de Hipólito da Costa, vê-se a impopularidade da guerra no Brasil.¹⁶⁴

Mesmo sem popularidade, anunciava-se na “Gazeta do Rio de Janeiro” que vendia-se, em sua loja, por \$ 3:200, mapa da entrada do rio da Prata.¹⁶⁵ Assim, com a ação da Corte joanina no Prata, aumentava-se o interesse pela região platina no centro

¹⁶¹ PIMENTA, 2002, op. cit.

¹⁶² GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos, NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

¹⁶³ FREGA, op. cit., p.330.

¹⁶⁴ COSTA, op.cit.

¹⁶⁵ Gazeta do Rio de Janeiro, nº90, 9 de novembro de 1816. BNRJ.

da monarquia lusa. Sem saber, os negócios do Prata estariam intrinsecamente ligados aos do Brasil até 1828, ano que marca o fim da Guerra da Cisplatina.

Retomando o trajeto de Lecor e seus comandados até Montevideú, mais especificamente sobre o desembarque em Santa Catarina, Hipólito da Costa menciona que este teria ocorrido em função da Inglaterra. Mesmo aliada de Portugal e tendo a frente Lecor, militar de confiança de britânicos de destaque, a diplomacia de S.M.B. teria se oposto. Esta versão ecoou, inclusive, em Londres: “Espalhou-se um rumor em Inglaterra, de que a expedição, que saíra do Rio-de-Janeiro para o Rio-da-Prata, arribara a Sta. Catharina, e que ali recebêra ordens para não continuar o seu destino; e, consequencia de representaçoens do Gabinete Inglez.”¹⁶⁶

Soma-se que Hipólito da Costa escreve sobre a oposição da imprensa britânica à ocupação da Banda Oriental, pois segundo esta, tal ato prejudicaria a Inglaterra. Ao longo do seu texto, o jornalista nascido em Colônia do Sacramento disserta, a construir argumentos que rebatiam qualquer idéia de que a ocupação portuguesa prejudicaria aos britânicos. Ao contrário, mostra que pela aliança anglo-lusa os súditos de S.M.B. obteriam vantagens com a paz e a retomada de atividades econômicas no território oriental, bem como critica a intervenção inglesa nos negócios de outros governos e mostra que a ação no Prata dava-se para defender o Reino do Brasil.¹⁶⁷

No periódico, Hipólito da Costa registrou que a imprensa da Inglaterra argumentara que com o controle da Banda Oriental o Brasil ficaria demasiadamente poderoso e que a ação, em função “[...] da boa intelligencia, que reyna, entre as côrtes do Rio-de-Janeiro e de Madrid, fica manifesto que a expedição do Rio-da-Prata éra feita com o consentimento d’El Rey de Hespanha [...]”¹⁶⁸

Sobre o consentimento do rei espanhol, esta afirmação não procede. Mesmo em um contexto em que as filhas de D. João e Dona Carlota Joaquina estavam casando-se com o Rei Fernando VII e com o Infante D. Carlos de Espanha, logo, um momento político de aproximação entre as duas monarquias, quando consumou-se, meses depois, a invasão liderada por Lecor, o irmão de Carlota envolveu outras nações européias na questão, a buscar a saída dos portugueses. Deste modo, em função dos desdobramentos da ação platina, acredita-se que D. João e Fernando VII não acertaram esta questão.

¹⁶⁶ COSTA, op. cit, p. 369.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

Posteriormente, Hipólito da Costa questionava o direito dos espanhóis reclamarem da ação portuguesa, pois se Fernando VII não conseguia subjugar seus domínios, era justo que o governo do Rio de Janeiro agisse no sentido de defender o Brasil.

Neste contexto, um periódico inglês lançava rumor de que os Bragança seriam retaliados pela ação no Prata, com a invasão de Portugal.¹⁶⁹ Detecta-se o interesse de setores ingleses de frearem, a qualquer custo, e a envolver a Espanha, e a própria Inglaterra, no assunto, para, deste modo, demoverem D. João da idéia de que com as tropas de Lecor iria conquistar a Banda Oriental.

Verifica-se que Hipólito era defensor da ocupação que viria a ocorrer. Ele termina seu texto sobre a parada das forças lusas em Santa Catarina com a seguinte afirmação:

[...] esperamos, que, sêjam quaes forem os motivos porque a expedição se acha actualmente demorada em Sta. Catherina, a Côrte do Rio-de-Janeiro se não descuidará em grangear a boa vontade dos povos, que habitam ao Norte do Rio-da-Prata, e que, pela natureza das cousas haõ de irremissivelmente, mais dia, menos dia, vir a fazer parte do Brazil.¹⁷⁰

Em outra edição, Hipolito da Costa menciona o britânico *Morning Chronicle*, que argumentava que os portugueses não deveriam se intrometer nas relações entre a Espanha e suas colônias, sendo que o jornalista afirmava que esta era a visão de muitos portugueses. Além disto, o *Morning Chronicle* defendia a intervenção inglesa no Prata e que a Espanha provocava, com seus maus designos, a hostilidade dos domínios americanos. Assim, nas linhas do periódico de Hipólito da Costa estão a defesa da missão e a contra-argumentação aos opositores:

[...] se o *Morning Chronicle* suppõem que ha casos, em que a Inglaterra tem o direito de se ingerir na questão entre Hespanha e suas colonias, seguramente deve admittir o mesmo direito em uma nação vizinha, qual he o Brazil [...]

[...] tira aquelle Redactor uma conclusãõ errada; e He, que o Governo do Brazil obra mal, em fazer guerra aos Colonistas Hespanhoes, a favor das injustas pretençoens do Rey de Hespanha.

[...] antes, pelo contrario, todas as circumstancias sabidas em publico tendem a mostrar, que o Governo do Brazil, intenta segurar-se contra as fataes consequencias da guerra civil entre seus vizinhos; e a razaõ está mostrando, que a posse do territorio de Montevideo lhe pôde dar ésta segurança, que nenhuma outra precaução pode ministrar: principalmente he notório, que uma

¹⁶⁹ COSTA, v.XVIII, op. cit.

¹⁷⁰ COSTA, v.XVII, op. cit., p.372.

grande parte dos habitantes daquelle paiz se conformaraõ de boamente com similhante arranjo.¹⁷¹

Na edição de novembro de 1816, a polêmica continuava, e entendendo que a nação espanhola era composta pela porção americana e peninsular, o autor do “Correio” expunha que

[...] tanto a Inglaterra como o Brazil pódem ter direito de se ingerir na questão da guerra entre a Hespanha e suas colonias; porque não he ja um individuo ou alguns individuos, que se rebéllam contra seu Governo, mas uma secção mui consideravel da nação, que deseja obrar independente. O ponto agóra está em decidir se ou a Inglaterra ou o Brazil, ou ambos tem razaõ bastante para por em practica, neste caso, o direito [...]¹⁷²

Segundo a argumentação criada por Hipólito da Costa, a situação dos domínios de Espanha nada influenciava os direitos ingleses e que a Inglaterra só deveria intervir por questões humanitárias, para eliminar o pesado jugo que Madri vinha impondo aos seus domínios ultramarinos. Verifica-se, portanto, que mediante uma má administração, tinham os habitantes da América o direito de rechaçarem a dominação madrilena. Entretanto, esta não era a justificativa inglesa, logo estes deveriam permitir a ação lusa. Pela paz no Brasil e por não prejudicar os interesses na região do Prata, os portugueses teriam o direito de realizar a debatida intervenção.¹⁷³

Paralelamente, segundo o mesmo autor, o que é hoje o Uruguai e grande parte do que é a Argentina vivia, então, um alto grau de descontrole político e militar, fatores preocupantes para o Brasil. Além disto, Hipólito da Costa ressalta os danos que Artigas fazia à nação lusa, como, por exemplo, através do aprisionamento de navios portugueses.

Acrescenta-se que no “Correio Braziliense” registrava-se que “Pelo que respeita á Inglaterra, tem Ella o seu commercio franco em todas as colonias Hespanholas revoltadas, e ainda, por via de contrabando, nas outras que estão sujeitas ao partido realista; e que vem a ser Lima, e México [...]”¹⁷⁴ Vivia-se, neste momento, o avanço inglês sobre os Impérios espanhol e português, logo, detecta-se o interesse dos comerciantes britânicos também no Prata.

¹⁷¹ COSTA, v.XII, op. cit., p.508 e 509.

¹⁷² Idem, p.659.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ COSTA, v.XVIII, op. cit., p.451 e 452.

Por outro lado, a “Gazeta do Rio de Janeiro” informava sobre perdas do lado artiguista. Noticiava em novembro, que em setembro, um destacamento rio-grandense comandado pelo Tenente Coronel José de Abreu desalojara forças inimigas situadas na foz do Ibicuy e que estas haviam deixado parte de sua boiada.¹⁷⁵ Detecta-se a perda de suprimento alimentar artiguista, que caía em mãos lusas, o que significava danos, diminuição de provisões dos homens de Artigas, e o ganho para os de Lecor.

Na mesma notícia consta que Artigas realizou invasão às Missões (ver os anexos de IV a VI), mas que as tropas de Andrés Artigas¹⁷⁶ ali estacionadas foram, em 03 de outubro, destroçadas, havendo mortos e feridos, bem como a perda de armamentos para os portugueses. Por fim, estes conseguiram fazer com que seus inimigos abandonassem a área.¹⁷⁷

No dia 19 do mesmo mês, subordinados a Xavier Curado e comandados pelo Brigadeiro João de Deus Mena Barreto, novos embates. Assim, as ações portuguesas na região do Uruguai malograram os planos de Artigas de devastar o interior do Rio Grande.¹⁷⁸

Já Hipólito da Costa cria, em fevereiro de 1817, que a “Gazeta do Rio de Janeiro” mentia sobre vitória lusa na região do Uruguai. O editor acreditava em uma derrota por parte dos portugueses. Para ele, o que estava a ocorrer era o seguinte:

Artigas, vendo-se atacado pelo lado do Albardaõ, estrada de Sancta-Theresa, e costa do mar até Maldonado ao longo do Rio-da-Prata, retirou-se dali para o unico refugio que lhe restava, que éram, no interior, as margens do Uruguay; e as Missoens

[...] pois, se vê, que Artigas tem abandonado os territorios mais contiguos ao Brazil, que são a estrada de Sancta-Theresa [...]; o Albardaõ, em cuja estrada fica Castilhos [...]; Maldonado, aonde está a esquadra Portugueza; e em fim Monte-video aonde dizem as cartas que ha fracos meios de resistencia.¹⁷⁹

As hostilidades travadas entre as forças de Lecor e de Artigas eram noticiadas em periódicos ingleses, tendo como resultado a derrota dos portugueses, ao contrário do

¹⁷⁵ Gazeta do Rio de Janeiro n°91, 13 de novembro de 1816. BNRJ.

¹⁷⁶ Andrés Artigas ou Andrés Guacurarí ou Andrezito era um índio apadrinhado por José Gervásio Artigas, nascido nas Missões Orientais, provavelmente onde hoje é São Borja. Andrezito tinha importante liderança junto aos índios que lutavam com Artigas e governou as Missões Ocidentais no período da Liga Federal. Nos embates contra as forças de Lecor terminou preso, sendo enviado para o Rio de Janeiro, onde faleceu na prisão da Ilha das Cobras. (REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL, t.XXVI. Rio de Janeiro: 1863.)

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Gazeta do Rio de Janeiro n° 101, 18 de dezembro de 1816. BNRJ.

¹⁷⁹ COSTA, v.XVIII, op. cit., p. 206 e 207.

que ocorria na informação dada pela “Gazeta do Rio de Janeiro”. Sobre esta questão, Hipólito da Costa ressaltava a importância de chegar-se à verdade dos fatos, pois estes teriam influência no Brasil e, também, critica a estratégia do governo do Rio de Janeiro de não fornecer informações sobre a missão.¹⁸⁰

Na Inglaterra afirmava-se que

Os Portuguezes procedem mui vagarosamente, e penso que não chegaraõ ás muralhas de Montevideo dentro do anno corrente [1816]. A guarda avançada ainda não passou de Castilhos, e as forças navaes ainda estávam em Maldonado aos 23 d’Outubro. O General Lecor não saio do Rio-Grande senão aos 17 de Novembro, quando foi ter a Sancta-Thereza, um dos postos das fronteiras. Para a parte das Missoens, Artigas tem ganhado algumas vantagens. Ali, de facto, será o principal theatro da guerra. As communicacoens dos Portugueses com Buenos-Ayres ainda continúam; por onde se julga que existe entre elles boa intelligencia.¹⁸¹

A querela em torno de Montevideú chegou ao parlamento inglês, a envolver, inclusive, Castlereagh, na altura secretário dos Negócios Estrangeiros de S.M.B. Na citada casa, Castlereagh respondia aos parlamentares que o governo britânico nada tinha que ver com a invasão lusa do Prata, a expor a posição neutral de seu soberano, bem como explicava-se da ação de Beresford no episódio. Segundo o secretário, como o militar estava a servir em Portugal, não devia explicações aos britânicos.¹⁸²

Retomando novembro de 1816, neste mês ocorreu a batalha conhecida pela historiografia sobre o tema como de Índia Muerta (no atual departamento de Rocha, ver anexo VII). Nela, as forças lusas lutaram contra Frutuoso Rivera, a haver a vitória portuguesa, porém com perdas para ambos os lados. Dentre os participantes estava o alferes Carlos Ernesto Krusse, sobrinho de Lecor, que morreu em combate. Além dos Voluntários, participaram da ação esquadrões da Legião de São Paulo e milícias do Rio Grande. Estas forças eram compostas de 957 homens e estavam sob o comando do marechal de campo Sebastião de Araújo Pinto Correia.¹⁸³

Sobre a batalha, no dia 16 de novembro, os militares portugueses detectaram que eram observados por espias enviados pelos inimigos. O militar português, tendo sabido que Rivera estava na região denominada Saco do Alferes, foi em direção ao seu rival. No dia 18, o marechal de campo chegava ao arroio de Índia Muerta e, passado este, no

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem, p.204 e 205.

¹⁸² COSTA... v. XVIII, op. cit.

¹⁸³ Gazeta do Rio de Janeiro, nº 002, 04 de janeiro de 1817. BNRJ.

19, em torno do meio dia, ocorria o embate com as forças de Rivera, que desde o Saco do Alferes movimentaram-se para atacar a retaguarda das forças de Correia.¹⁸⁴

Correia atacou a extensa linha do inimigo. Do combate, participaram sua cavalaria e granadeiros. Durante a ação, as forças de Rivera tentaram cercar as lusas, mas Correia detectou tal anseio e agiu no sentido que isso não ocorresse. No final, após mais de 4 horas de lutas e a conseqüente fadiga das forças de D. João, o inimigo acabou por fugir, sendo que os portugueses acreditavam que os rivais tiveram quase 200 mortos e entre 350 e 400 feridos. Além disto, os lusos fizeram 30 prisioneiros, obtiveram 250 cavalos, bem como armas, munições e a correspondência de Rivera.¹⁸⁵ Facilitava-se, portanto, a conquista de Montevidéu, com a abertura de caminho após este embate.

Concomitantemente, a “Gazeta do Rio de Janeiro” construía para seus leitores a imagem negativa de Artigas. O periódico expunha que epístolas de Artigas foram obtidas pelos portugueses e, assim, descobriam-se planos e práticas do líder oriental. Dentre as atitudes, o castigo severo aos desertores, a captura de pessoas para lutarem ao seu lado e o seqüestro de bens. Além disto, narra-se que Artigas tinha relações conflituosas com o Paraguai, e que o seu “jugo” estendia-se não só à Banda Oriental. Corrientes era uma das regiões que era vítima do oriental. Também consta da citada edição que Artigas planejava “revolucionar” o Paraguai e os índios das Missões para prejudicar os portugueses. Justificava-se, assim, nas linhas da “Gazeta”, a ação contra o caudilho.¹⁸⁶

Ainda sobre as forças de Artigas, a partir de ataque realizado aos portugueses liderado por Ortugués, verifica-se que o pagamento destes homens era feito com o botim de suas agressões. Este era o dividendo com que se pagavam àqueles que lutavam contra os portugueses.¹⁸⁷

Também sobre Artigas, e, ainda, o envolvimento dos setores locais com este líder, destaca-se que

Cuando se produce la insurrección de 1811, la dirección del movimiento la tiene una alianza de las capas de hacendados pequeños y medios con grandes estancieros criollos que arrastraron a las masas [...]

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Gazeta do Rio de Janeiro, nº7, 22 de janeiro de 1817. BNRJ.

¹⁸⁷ Gazeta... op. cit., nº 16, 22 de fevereiro de 1817. BNRJ.

Las masas marcharon tras los caudillos de los distintos pagos, y la condición social de estos caudillos dependió de las formas de tenencia de la tierra predominante en cada región.¹⁸⁸

Deste modo, uma vez em território oriental, esses indivíduos faziam parte de grupo social que Lecor contracenava, seja travando embates, seja negociando politicamente. Grupo que paralelamente à perda de poder dos peninsulares ascendia com maior força na sociedade oriental. Devido à relevância das relações com a sociedade local, o próximo tópico será dedicado a esta questão.

1.4 A conquista de Montevideú, Lecor e suas relações com a sociedade local

Os indivíduos do setor comercial e proprietário crioulo tiveram importante papel nas relações entre Lecor e os segmentos locais. Após rechaçarem a dominação portenha, que afetava seus jogos de interesse, aceitaram, inicialmente, a sujeição à Artigas. No entanto, diante da perspectiva frustrada, deixaram pouco a pouco de serem base de apoio político do caudilho oriental. Como a política de Artigas não estava a atender às demandas dos grandes proprietários, estes acabaram por passar para o lado do invasor:

La política de riguroso control de las finanzas del artiguismo no les abrió ninguna perspectiva de acumulación [...] El comienzo de la lucha con los portugueses y la paralización del tráfico con Brasil, la ruptura con Buenos Aires y el desvertebramiento del comercio con el Litoral, acabaron por frustrar las esperanzas de esta clase.

La dureza de la lucha y la política agraria artiguista, hicieron de la capa de grandes hacendados criollos un aliado vacilante primero y un adicto del invasor después.¹⁸⁹

Agrega-se, ainda, que “La dureza de la guerra terminó de enajenar al Jefe de los Orientales la casi ninguna simpatía que conservaba entre los grandes hacendados del frente patriota”¹⁹⁰ e “Cuando el invasor portugués [...] convirtió en páramos las campañas, los grandes hacendados defecionaron y se juntaron a los comerciantes montevidéanos. Las masas de peones, agregados, ocupantes, gauchos, indios y negros,

¹⁸⁸ ELOY, op. cit., p.15.

¹⁸⁹ Idem, p.17 e 18.

¹⁹⁰ Idem, p.36.

permanecieron hasta el fin junto al Jefe de los Orientales.”¹⁹¹ – ou seja, Artigas. Entretanto, é válido observar que nem todos os grandes fazendeiros passaram, neste momento, para o lado de Lecor, permanecendo, deste modo, junto a Artigas, como foi o caso de Tomás García de Zúñiga.

Assim, Lecor e as forças militares portuguesas chegaram às imediações de Montevideú no dia 18 de janeiro de 1817. No dia seguinte, o Cabildo da cidade enviou aos invasores uma deputação, composta pelo estancieiro Augustín Estrada, por Francisco Xavier Viana e pelo padre Dámaso António Larrañaga, que negociou com Lecor a ocupação pacífica da praça, entregando ao general português as chaves deste núcleo urbano platino.

Esta atitude por parte do Cabildo montevideano foi possível, segundo Chiaramonte, pela doutrina que espalhou-se na América, em virtude da prisão da família real espanhola, de que os pueblos retomassem a soberania diante da vacancia do trono. Esta idéia terá, ao longo da América Espanhola, aditos, e “[...] será fundamento doctrinario de la constitución de los llamados poderes locales”¹⁹²

Deste modo, a decisão de entregar Montevideú ao portugueses não passava por Madri ou Buenos Aires, mas pelos elementos locais, que pertenciam ao Cabildo da cidade entregue às forças de D. João. Lecor não negociou com portenhos ou madrilinhos, mas diretamente com os monteviduanos. Destaca-se que esta doutrina é fortalecedora dos atores locais, sujeitos com os quais Lecor interagirá ao longo da ocupação portuguesa e brasileira das terras orientais.

A conquista da cidade platina e a participação da deputação foram noticiadas no “Correio Braziliense”:

Participa o dicto General [Lecor], que saíra de Maldonado no dia 14 de Janeiro, e que havendo-se posto em marcha para Monte-Video com as forças do seu commando, tendo combinado primeiramente os seus movimentos com a flotilha, de que era chefe o Conde de Vianna, encontrou no dia 19, a duas léguas e meia da dicta praça, uma Deputação do Cabildo, a qual lhe apresentou um officio desta corporação. Neste officio mandava o Cabildo offerer ao General Lecor as chaves da cidade, communicando-lhe que assumira o governo della, tendo fugido precipitadamente para a outra margem do Rio da Prata o chefe Barreiros, delegado de Artigas, com a guarnição do seu commando: instava pela prompta entrada do seu exército tanto para cohibir os tumultos e discordias intestinas, que se iam suscitando, como para impedir, que não se excutassem as recommendaçoes de Artigas, á cerca da destruição da praça e dos seus estabelecimentos. Em consequencia desta communicação, que o

¹⁹¹ Idem, p.20 e 21.

¹⁹² CHIARAMONTE, op. cit., p.153.

cabildo havia ja feito tambem ao conde de Vianna, o qual tinha apparecido á vista do porto no dia 17, entrou o General Lecor em Monte-Video, com as suas tropas, no dia 20 de Janeiro ás 11 horas da manhã, entre os applausos e vivas dos habitantes; e immediatamente elle mesmo foi em procissão acompanhado do Cabildo e de todas as corporaçoes de cidade assistir ao Te Déum em acção de graças, que o Cabildo havia mandado celebrar.¹⁹³

A partir da extração, verifica-se que, diante da impossibilidade de deter os portugueses, bem como estando livre do delegado de Artigas, o Cabildo cedeu a Lecor. Não pode-se esquecer do desejo dos segmentos dominantes orientais pelo restabelecimento da paz e do papel de Nicolás Herrera na missão joanina ao Prata. Este político e advogado acompanhava o general desde o Rio de Janeiro. Herrera, em janeiro de 1816, antes mesmo da chegada de Lecor ao Brasil, estava na Corte, a articular a invasão. Sua justificativa era a seguinte:

[...] aunque al principio de la Revolución el espíritu de resistênciã al dominio estranhero era general en aquellos habitantes, en el dia cansados ya de los desastres infructuosos de la guerra civil, irritados con las crueldades de los Caudillos de la anarquía, y temerosos de la venganza de los Españoles, desean la pacificacion, y el orden, por qualesquiera medios, que les presente la fortuna.¹⁹⁴

Detecta-se, então, que vários motivos levaram à ocupação da cidade e, deste modo, uma vez em Montevideu tendo caído as forças artiguistas, cedia-se aos novos donos da situação, os portugueses. Pode-se entender ainda que forças internas à cidade não tinham posicionamento monolítico, logo nem todos anelavam a ocupação chefiada por Lecor. Talvez existissem aqueles que preferissem uma nova união entre Buenos Aires e Montevideu, conforme será visto posteriormente.

Seguindo as ordens do marquês de Aguiar, que previa que se os orientais colaborassem com os invasores seriam mantidos na administração pública, Lecor, ao entrar em Montevideu, não interveio no Cabildo.¹⁹⁵ Já na região de Santo Domingo Soriano (ver anexo VII) houve, conforme aponta Ana Frega, a resistênciã aos portugueses por dois anos, embates por vias fluviais e terrestres, e, conseqüentemente, a alteração nos quadros políticos locais: “Entre los meses de abril y octubre de 1818, finalmente, el ejército luso-brasileño tomó las plazas de Purificación, Paysandú,

¹⁹³ COSTA., v.XIX, op. cit., p.89 e 90.

¹⁹⁴HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA, v.2, t.II. Serviço de documentação geral da Marinha: Rio de Janeiro, 1979, p.464.

¹⁹⁵ SOUZA, J.A. Soares de, op. cit.

Soriano, Colonia y Mercedes, imponiendo comandantes militares y políticos de las fuerzas de ocupación”¹⁹⁶

De acordo com o estabelecido por Aguiar, aos colaboradores, Lecor perdoava e oferecia proteção ao posicionamento passado de qualquer indivíduo, e chegava a ameaçar com severas punições àqueles que viessem a hostilizar seus protegidos. Igualmente, os indivíduos que haviam fugido de Montevideu e possuído cargos públicos em outras administrações, poderiam voltar à cidade, sem temerem perseguições.¹⁹⁷ Verifica-se com este dado a deliberada política do general de angariar aliados e sua necessidade de construir os pilares de sua administração através do apoio dos elementos locais.

Observa-se que as ordens de Aguiar não diferiram muito da prática inglesa no Prata em 1806/7, antes mesmo de espriar-se pela América hispânica a idéia dos poderes locais reassumirem a soberania. Por mais que estes atores conhecessem esta doutrina, destaca-se que uma estratégia, muito além da militar, de se conquistar, é fazendo-se concessões aos indivíduos provenientes da localidade subjugada.

Na América, por exemplo, D. João manteve, ao conquistar Caiena, em 1809, diálogo com os elementos locais.¹⁹⁸ No Velho Mundo, ao longo da Idade Moderna, várias dominações foram feitas através de negociações com os poderes locais. As casas dinásticas, a buscarem mais prestígio e poder com a ampliação dos territórios sob seu domínio, negociavam com os segmentos locais de territórios ocupados, por exemplo. Casos como a união de Castela com a Catalunha, Aragão, Valência, Nápoles e Sicília, que eram regidas sob este princípio de negociação e concessões aos atores locais.¹⁹⁹

No que refere-se à questão dos segmentos locais, é fundamental agregar as reflexões de Jack Greene sobre o assunto. Greene aponta que esta foi uma das medidas dos impérios modernos europeus para exercerem os seus respectivos controles sobre seus domínios na América, prática que não era exercida somente pelos portugueses, mas, também, pelos espanhóis, franceses e ingleses. Por fim, o autor afirma que, no período de 1775 a 1825, quando Inglaterra e Espanha endureceram as suas ações em relação aos poderes locais, ocorreram as Independências dos seus domínios no Novo

¹⁹⁶ FREGA, op. cit, p.334.

¹⁹⁷ COSTA, v.XVIII, op. cit.

¹⁹⁸ FERREIRA, Fábio. A política externa joanina e a anexação de Caiena: 1809-1817. In: *Revista Tema Livre*, ed.07, 23 dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistatemaivre.com>

¹⁹⁹ ELLIOTT, John H. *España en Europa: Estudios de Historia Comparada*. València: Universitat de València, 2002.

Mundo.²⁰⁰ Pode-se pensar o mesmo para o caso do Brasil em relação às medidas das Cortes de Lisboa, que levaram à reação contrária a Portugal de figuras como D. Pedro, José Bonifácio e Gonçalves Ledo.

Soma-se que, para manter estas uniões, muitas das vezes entre unidades políticas com características distintas e rivalidades históricas, uma das estratégias empregadas, inclusive sugeridas por Máquiavel em “o Príncipe”, era a de permitir que o território conquistado continuasse com suas leis e possuindo governos oligárquicos, sendo exigido deles apenas tributos.²⁰¹ Pois bem, no que refere-se à tributação, isto não ocorreu no caso oriental, em que as ações portuguesa e, depois, brasileira, só deram, financeiramente, prejuízos, respectivamente, a D. João e a D. Pedro.

Entretanto, pode-se perguntar qual a razão de empregar-se a estratégia sugerida por Maquiavel justamente em um reino ou província que tenha sido conquistado, já que por este simples fato evidencia-se a sua debilidade. Logo, porque garantir privilégios aos subjugados, aos mais fracos, aos que perderam?

Pelo menos, teoricamente, os habitantes de um território conquistado não aceitariam de bom grado um soberano estrangeiro. De igual maneira, teriam sérias dificuldades em adaptarem-se a drásticas mudanças em suas leis, costumes e práticas, que, além de terem significados culturais e conexões com a identidade de determinada população, o bom conhecimento da legislação e de suas brechas pode significar maior margem de ação política e econômica em uma sociedade.

Assim, a manutenção do status quo de uma unidade política e a conservação do seu sistema de funcionamento era um meio de evitar a introdução de grandes câmbios em uma sociedade, evitando, conseqüentemente, conflitos com segmentos locais. Mitigava-se, portanto, as moléstias causadas pela subjugação, bem como acenava-se para uma composição política com os atores locais, pois para realizar com êxito uma ocupação ou a anexação de um reino ou província, a força militar, extremamente onerosa, como também o era no caso do território oriental, não bastava. Necessitava-se ser portador de boas relações com os indivíduos locais e, ainda, possuir certo nível de integração com os mesmos. Uma vez adotando esta estratégia, podia-se obter o controle

²⁰⁰ GREENE, Jack. *Negotiated authorotys*. Ebsseys in colonial political and constitucional history. Charlottesville & London: The University Press of Virginia, 1994.

²⁰¹ ELLIOTT, op. cit.

efetivo do território. Nos próximos parágrafos, verificar-se-á que os portugueses buscarão esta integração e farão cessões aos locais.

Destaca-se, portanto, que os portugueses cumpriram com suas promessas aos montevidéanos. Mantiveram, por exemplo, no Cabildo, figuras como o padre Larrañaga, o administrador de portos e aduana Jerónimo Pío Bianqui, o jurisconsulto Francisco Llambí e o estancieiro Juan José Durán.²⁰²

Em 20 de janeiro, dia que Lecor recebeu em suas mãos Montevidéu, o general declarava à população local, a comprometer-se com a garantia de proteção a vidas e propriedades e a construir a imagem de suas forças como condutoras da paz e da ordem na região:

Habitantes de Monte-Video! A segurança de vossas pessoas e propriedade, he garantida pelo Exercito Portuguez; e, de hoje em diante, aquellas agitaçoens de anarchia, que portanto tempo vos tem affligido, desapparecerão diante da influencia da ordem e das leys. Voltai para o feliz socego de vossos lares; reyne outra vez entre vós o contentamento e a affeição fraternal; e cubrami-se com um véo eterno todas as desordens passadas; o povo não sentirá mais o pezado jugo das contribuiçoens; e um comercio livre com todas as naçoens, que vos foi concedido pela generosidade de S. M. Fidelíssima, nosso Rey, reparará os damnos, ocasionados pela guerra civil, e restituirá á Província o seu antigo esplendor. Os differentes ramos de minha autoridade perseguirão com rigor aquelles homens barbaros, que incendiam as vossas cearas, e devastam os vossos campos; e nesta grande obra da pacificação geral conto com o auxílio de todos os homens bons.²⁰³

Com ações desta natureza, autorizadas pelo governo do Rio de Janeiro, Lecor atendia aos interesses políticos e econômicos dos segmentos locais, medida que Artigas não tomara. Deste modo, este é um dos pilares que Lecor construiu para permanecer no poder por longos anos no “território de Montevidéu”, em uma região de governos instáveis, basta observar os casos de Buenos Aires e Entre Rios. Ainda sobre os portenhos, Montevidéu era conquistada com o consentimento do governo de Buenos Aires.²⁰⁴ Além dos cabildantes, Lecor angariou o apoio de outros personagens de

²⁰² Quando ocorreu a ocupação, Durán não encontrava-se em Montevidéu, entretanto era membro do Cabildo que entregou as chaves da cidade a Lecor. “Três atas do cabildo de Montevidéu sobre a entrada ali de tropas portuguesas e posse dada ao general Lecor do governo da Praça e capitania”. Localização: 07,4,062. Seção: Manuscrito. BNRJ.

²⁰³ COSTA, v.XVIII, op. cit., p.434.

²⁰⁴ FREGA, Ana. Cidadania e representação em tempos revolucionários: A Banda/Província Oriental, 1810-1820. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

projeção à época, como, por exemplo, o comerciante Francisco Juanicó e o advogado e político Lucas José Obes, que, desde 1815, manifestava-se contra Artigas.²⁰⁵

Posteriormente, o militar português logrou o apoio de outros personagens igualmente relevantes no âmbito local, como os estancieiros Tomás García de Zúñiga e Fructuoso Rivera – sendo que Lecor entendia os proprietários de terra como a principal fortuna oriental.²⁰⁶ Tanto que muito de sua política esteve voltada para este segmento.

Também no mesmo ano da capitulação do Cabildo de Montevideu, em 1817, grandes proprietários como Manuel e Ignacio Oribe e Rufino Bauzá lideravam junta com tendência política à desobediência às ordens de Artigas. Posteriormente, “[...] con la deserción del Regimiento de Libertos y del Escuadrón de Artillería cuyos jefes, Bauzá, Mojaimé, Oribe y Ramos se acogieron al edicto de Lecor que permitía pasar por el puerto de Montevideo a todos los que quisieran abandonar la resistencia contra el ocupante [...]”²⁰⁷ Em pouco tempo, antigos artiguistas estavam a pegar em armas contra aqueles que se opunham a Lecor.

As medidas de Lecor não foram apenas para os segmentos mais abastados da sociedade oriental. O general atendia aos interesses de segmentos de caráter mais popular, contemplando os desejos da antiga base aliada de Artigas. O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire²⁰⁸, que registrou em diário sua viagem pelo território oriental, relatou o caso de uma mulher, não mencionando o seu nome, que se auto-intitulava como alguém “pobre” e que habitava em terras que eram de D. Benedito Chaim, realista e de alto poder aquisitivo. No entanto, pela ação de Artigas, a mulher recebeu fração da terra. Mesmo com a derrota da revolução artiguista, Lecor mantinha ocupadores nestas terras.²⁰⁹

Diante desta informação, cabe o questionamento de qual foi a razão para a manutenção destas famílias em terras dadas por Artigas, afinal, pressupõe-se que não foi pela filantropia de Lecor que elas permaneceram. Uma das razões é que Chaim, o

²⁰⁵ FREGA, 2007, op. cit.

²⁰⁶ ELLOY, op. cit.

²⁰⁷ ELLOY, op. cit., p.36 e 37.

²⁰⁸ Saint-Hilaire veio para a América em 1816 para realizar estudos botânicos. Durante a sua estada no Brasil, passou por várias partes deste Reino, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande e a Banda Oriental, então ocupada pelas tropas de Lecor. O viajante iniciou sua missão no Rio Grande em junho de 1820 e a terminou, embarcando para o Rio de Janeiro, em maio de 1821. O diário desta viagem pelo Rio Grande e Banda Oriental foi publicado posteriormente na França. (SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.)

²⁰⁹ Idem, p.249.

proprietário, era do partido realista, tendo sido, inclusive, enviado por Lecor ao Rio de Janeiro para “[...] pronunciar-se de viva voz, contra os portugueses [...]”. Outra é que Lecor tinha por habito atender as demandas do “partido dos revoltosos”, pelo fato de que estes eram numerosos.²¹⁰

Outro caso narrado pelo viajante francês foi o do índio Manduré, chefe de uma aldeia autóctone, outrora aliado de Artigas, que havia refugiado-se em Entre Rios. Manduré desentendeu-se com o caudilho entrerriano e, temendo a sua segurança e dos seus liderados, decidiu compor com Lecor, que o abrigou na Banda Oriental e concedeu-lhe o título de tenente-coronel, com soldo considerado por Saint-Hilaire como alto, mas o viajante francês não fez em seu relato qualquer menção a números.²¹¹

Entretanto, ressalta-se mais uma vez que a política empreendida por Lecor para os indígenas não era fruto da benevolência do general, e sim parte do seu objetivo de controlar o território oriental. Em ofício a Xavier Curado, Lecor era categórico ao afirmar que “Estes Índios devem ser bem tratados pelas vantagens que delles poderemos tirar.”²¹²

Por fim, além do abrigo dado por Lecor a elementos indígenas foragidos de Entre Rios, e que outrora foram aliados de Artigas, a tolerância dos portugueses também fazia com que estes índios não fossem repreendidos pelas lideranças militares locais. Saint-Hilaire conta que viu um grupo de indígenas alcoolizados e que cantavam hinos exaltando Artigas. Segundo o viajante, o chefe português da localidade presenciou tal situação, porém não deu a mínima importância e, assim, o francês concluía que fazia “[...] parte da política dos portugueses tratar bem os de Entre-Rios que vieram se refugiar no meio deles; é a maneira de se fazer benquista nesta província [...]”²¹³.

Assim sendo, dispensar um bom tratamento aos seus potenciais inimigos era uma tática empregada por Lecor para neutralizá-los, sendo que estas pessoas eram parte dos mais distintos segmentos sociais. A estratégia teria dado certo e conseguido a adesão de diversos elementos locais, inclusive junto àqueles que apoiaram Artigas e, então, Lecor: “Tendo mostrado extrema benevolência para com os rebeldes, tornou-se

²¹⁰ Idem, p.249.

²¹¹ Idem, p.269.

²¹² Fundo Coleção Cisplatina, cx.976, pac. 3, doc.3, p.27v. ANRJ.

²¹³ SAINT-HILARE, op.cit., p.278.

estimado pelos habitantes da região, mas o criticam por levar tal indulgência ao excesso [...]”²¹⁴

Assim, Lecor atraía para sua órbita muito mais do que os setores mais abastados da sociedade oriental. O general, ao atender com frequência às demandas dos “revoltosos”, buscava compor politicamente com este segmento, que tinha diversos componentes dos setores mais pobres da população. É importante estar atento para o fato de que este grupamento revoltoso era bastante numeroso e compunha a base de apoio de Artigas.

Deste modo, pode-se pensar que, para Lecor, a adesão dos mais pobres tinha valor redobrado, pois o general derrotava Artigas em uma área fundamental, na sua base política de apoio, bem como colocava ao seu lado um contingente humano significativo. Deste modo, aliando repressão e agregações, Lecor ia tecendo as suas redes de apoio na Banda Oriental, redes que alcançavam os mais distintos grupamentos da sociedade local.

Com a conquista realizada por Lecor, a monarquia lusa obtinha benefícios como a apropriação de um território de significativa riqueza pecuária e de relevância estratégica, pois era área importante para a segurança do Reino do Brasil, mais especificamente para a parte mais ao sul de Mato Grosso²¹⁵, o sudoeste de São Paulo²¹⁶, o oeste de Santa Catarina e o Rio Grande. Soma-se a isto que com o sucesso da ação militar lusa, iniciava-se o processo de derrota das forças de Artigas, segmento mais radical da revolução platina, que angariava a antipatia portuguesa e portenha.

Lecor conquistava uma Montevideú cujo comércio estava debilitado desde o início da Revolução do Prata, bem como logo do momento da conquista, a cidade estava isolada de seu contato com a campanha, em função de sítio que sofria. Todo o comércio era marítimo e basicamente importador. Porém, a partir da aquisição realizada por Lecor, a cada ano, mais barcos chegavam, das mais diversas nações, à cidade-porto e,

²¹⁴ Idem, p.63.

²¹⁵ Há de ressaltar que, à época, o Mato Grosso correspondia aos atuais estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

²¹⁶ Nesta época, ainda não existia o Paraná como unidade política. Este território correspondia à capitania e, depois, província de São Paulo.

concomitantemente, restabeleciam-se os contatos comerciais com o interior, permitindo as atividades de exportação.²¹⁷

Pouco a pouco o território oriental tinha suas atividades novamente estabelecidas e não eram apenas os elementos locais que se beneficiavam. Em Montevideu estabeleceram-se comerciantes estrangeiros. Como exemplo, há a Stewart Mac Coll & Cia, vinculada a Lucas Obes. Pode-se mencionar também Stanley Black & Cia, Ever Dapels & Cia, Bertrand Armstrong & Cia, dentre outros.²¹⁸ A questão demonstra a presença inglesa na região e as ligações entre elementos lusos e orientais com os súditos de S.M.B. Talvez esteja aí o motivo de S.M.B. ter tido posicionamento neutral ante à ocupação e Castlereagh tenha permitido, diante do parlamento britânico, Beresford atuar neste episódio, conforme apresentado na página 74.

Ainda em 1817, mais precisamente no mês de março, o Cabildo montevideano enviou uma deputação ao Rio de Janeiro para pedir a D. João sua proteção e suplicar-lhe a incorporação do território oriental aos domínios da Coroa de Bragança. A comissão tentava que a Banda Oriental fosse incorporada como Reino Cisplatino, a manter as especificidades orientais no conjunto da monarquia lusa e buscava a continuação da autonomia conseguida no período artiguista.²¹⁹

Nota-se que o Cabildo de Montevideu fez o pedido sem consultar às demais instituições políticas do restante da província oriental. Agia, conforme Chiaramonte observou, a seguir a tendência das cidades principais de se imporem às demais em toda ibero-américa.²²⁰

Se, por um lado, Montevideu resistia a Buenos Aires, cidade principal no âmbito do Vice Reino, no âmbito da província oriental, seu Cabildo agia da mesma forma que os portenhos, a ignorarem os intentos das demais partes da província. A prática montevideana neste episódio remete ao exemplo dado por Chiaramonte, que mostra que Caracas não tinha, de acordo com as leis da monarquia, autoridade sobre as demais de sua província, entretanto, sua prática era como se tivesse.²²¹

Retomando a deputação enviada por Montevideu ao Rio de Janeiro, observa-se que a negociação não teria tido êxito por Portugal temer as reivindicações da Espanha

²¹⁷ ELLOY, op. cit.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ FREGA, 2011, op. cit.

²²⁰ CHIARAMONTE, op. cit.

²²¹ Idem.

em relação ao território oriental, pois o outro reino ibérico reclamou junto à Santa Aliança a Banda Oriental.²²² Por fim, a comissão retornou à Banda Oriental sem resposta.²²³

Sobre as lamentações da Espanha peninsular, Hipólito da Costa afirma que “[...] em Madrid fizéram a mais terrível sensação as novidades da invasão de Montevideo; [...] o Gabinete Hespanhol se tem por isso formalizado mui sériamente, e feito ásperas representações ao Gabinete do Rio-de-Janeiro [...]”²²⁴

Um outro fator a apontar-se é que, com a invasão joanina, continuou-se o processo, que já vinha da época de Artigas, de conformação de um estado provincial na então Banda Oriental. As instituições públicas estabelecidas na capital exerciam suas funções em todo território oriental. Acontecia, então, uma centralização a partir de Montevideú. Formava-se, assim, uma unidade política luso-montevideana para impor-se às demais unidades políticas orientais de esfera local. Evidentemente, isto afetava o poder dos elementos locais, mas, por outro lado, dava-se aos locais a oportunidade de entrar nesta estrutura administrativa elaborada a partir de Montevideú.²²⁵

Retomando a questão da aliança entre Lecor e os grupamentos locais, uma das contrapartidas oferecidas a estes indivíduos para que apoiassem o invasor era a de que eles teriam suas posições na administração pública mantidas, conforme já mencionado. Além disto, é importante pensar em todas as outras regalias que poderiam ser obtidas pelos adesistas estando ao lado dos portugueses, os novos donos do jogo do poder.

Como exemplo, menciona-se que, em distintos momentos, diversos orientais receberam dos invasores condecorações, títulos nobiliárquicos e promoções na administração pública, bem como estiveram presentes em uma série de organismos da Banda Oriental, como a Sociedade Lancasteriana de Montevideú, a Junta Superior de Real Hacienda e o Cuerpo de Cívicos de Montevideo.

A busca lusa de alianças e composições com os elementos locais iam além de Montevideú. Como exemplo, na região de Soriano, houve a autorização do comércio

²²² CASTELLANOS, op. cit.

²²³ FREGA, 2011, op. cit.

²²⁴ COSTA, v.XVIII, op. cit., p.209.

²²⁵ FREGA, 2007, op. cit.

com Buenos Aires “[...] y estableciendo receptores en las tres poblaciones de la jurisdicción (Santo Domingo Soriano, San Salvador y Capilla Nueva de Mercedes)”²²⁶

Assim, importante pilar da administração Lecor foi a aliança e o atendimento das demandas dos setores locais. A equipe de historiadores uruguaios formada por Eloy, Touron, De La Torre e Rodriguez afirmam que “[...] Lecor montó un complejo aparato administrativo que formó con portugueses y hombres de la oligarquía criolla.”²²⁷

A partir desta afirmação detecta-se a habilidade política do general. Por mais que seguisse ordens do Rio de Janeiro de compor com os locais, foi Lecor quem diariamente teve que tecer hábil e pacientemente a teia que envolvia e trazia para sua órbita as importantes peças do complexo xadrez platino. Lecor aferia o peso político de cada elemento, após isto, tinha a sensibilidade de nomear cada um para cargo compatível com sua importância e sem desagradar aos demais líderes locais.

Conforme expôs Adriana Barreto de Souza, à época, o militar deveria ter a capacidade bélica, mas, também, a de negociação.²²⁸ E isto não faltou a Lecor. Assim, para melhor visualização desta questão, alguns exemplos. O primeiro é que, com a criação da Câmara de Apelações em Montevideu, a instituição foi presidida por Lecor e composta, dentre outros orientais, por Llambí, Herrera e Zúñiga. Outro caso é o da Junta Superior de Real Hacienda, que, igualmente, tinha Lecor como presidente e que contou com a participação de Herrera, Bianqui, Zúñiga e Francisco Juanicó. A supracitada Sociedade Lancasteriana de Montevideu foi mais uma instituição presidida por Lecor e que tinha nos seus quadros Bianqui e Durán. Cita-se também o Consulado de Comércio, que abrigou a Lucas Obes e Juanicó. No denominado Corpo Cívico estavam, além dos nomes já apresentados, o de Estanislao García de Zúñiga, que pode ser entendido como representante das instituições locais e que tinham parentes dos aliados de Lecor.²²⁹ Para finalizar a questão relativa à participação de parentes dos aliados de Lecor, encontramos como membro do Cabildo de Montevideu, Zenon García de Zúñiga, irmão de Tomás.²³⁰

Além disto, conforme expuseram os supracitados historiadores uruguaios, Nicolás Herrera foi secretário de Lecor, Llambí do marechal Sebastião Pinto de Araújo

²²⁶ Idem, p.335.

²²⁷ ELLOY, op. cit., p.46.

²²⁸ SOUZA, Adriana, op. cit.

²²⁹ ABADIE e ROMERO, op.cit., p.336 e 342; Fundo Coleção Cisplatina, cx. 976, pac. 01, doc.2 ANRJ e cx. 977, pac. 28, doc.1, ANRJ; Gazeta do Rio de Janeiro, nº 27, 2 de março de 1822, p.165. BNRJ.

²³⁰ Actas del Cabildo de Montevideo, 1819-1823. Libro nº20, folios 63-66, 69, 70. AGN. Apud: Devoto, op.cit.

Correia (governador de Montevidéu) e “Hasta 1820 el Cabildo mantuvo casi la misma integración [...]”²³¹

Complementa-se ao quadro apresentado o seguinte ofício de Lecor dirigido ao Imperador D. Pedro I, em 1823, revelador da política do militar para os segmentos mais abastados:

Entre os meios que me forão ordenados pelo Governo que a experiencia dos negócios, e a prudencia me aconselhou, e que melhor effeito me tem produsido no desempenho da minha Commissão, merece hum lugar muito distincto o bom tratamento, e contemplações com que attendo as pessoas ricas, ilustradas, e que figurão neste Paiz [...] por que, emfim, se ellas tem emulos maior he a influencia do seu dinheiro, e da sua representação para com os seus paisanos, de que tanto proveito me tem resultado.²³²

Deste modo, evidencia-se que não só parte dos segmentos locais mais abastados beneficiavam-se com a ocupação, mas, de semelhante modo, os ocupadores recebiam uma série de vantagens com o apoio dado por eles. Pode-se incluir como relevantes benefícios o conhecimento que esses orientais possuíam do funcionamento da administração pública e suas redes clientelares na Banda Oriental. Além disto, vale ser citada a ajuda financeira que o governo de Lecor recebeu em diversos momentos, pois o general tomou empréstimos de importantes figuras locais, tais como o estancieiro Tomás García de Zúñiga e o comerciante Francisco Juanicó.²³³

No contexto dessas articulações políticas entre portugueses e orientais, Lecor adotou a política de realizar casamentos entre militares de suas tropas e mulheres orientais, sendo que ele mesmo casou-se, em 1818, com Rosa Maria Josefa Herrera de Basavilbaso, pertencente a importante família da Banda Oriental.

Outras núpcias foram contraídas em função da política do general português, como as de João Crisóstomo Caldado com María Dolores Oribe e, após o falecimento desta, com Carolina Juanicó; o brigadeiro Miguel Flangini, secretário de Lecor, casou-se com Rosa Ximénez e, por fim, Gonçalo Rodrigues de Brito com Juana Llambí.²³⁴

Os sobrenomes destas mulheres orientais rememoram a importantes figuras da província, como é o caso de Maria Dolores Oribe, que remete-nos a Manuel Oribe, o de

²³¹ ELLOY, op. cit., p.47.

²³² Fundo Coleção Cisplatina, cx.977, pac. 28, doc.01. ANRJ.

²³³ La Gaceta de Buenos Ayres, nº48. BNBA.

²³⁴ ABADIE; ROMERO, op.cit.

Juana Llambí, a Francisco Llambí, e o de Carolina Juanicó ao comerciante Francisco Juanicó.

Em Colônia do Sacramento, oficiais portugueses eram casados com jovens espanholas²³⁵ e, ainda, nesta cidade moravam alguns ingleses que, por sua vez, eram casados com criollas. Pela característica de porto desse núcleo urbano, bem como pela ação mercantil britânica no Prata, é bem provável que estes casamentos davam-se em função de interesses comerciais, tanto das famílias locais, quanto dos súditos ingleses.²³⁶

Em Soriano, não foi diferente. Frega mostra que

Una de las familias de mayor arraigo y prestigio [...], con larga trayectoria ocupando puestos en el Cabildo e integrando la oficialidad de la milicia, como la de Don Patricio Joseph Gadea, casó tres de sus hijas con militares portugueses. María Tomasa contrajo matrimonio con el Teniente de Navío José Francisco d'Alvares. Martina lo hizo con el Teniente Antonio Moreira, [...] Eugenia se casó con el entonces Capitán de Fragata y jefe de la flotilla de operaciones en el Río Uruguay, Jacinto Roque de Sena Pereira [...]²³⁷

Observa-se que os enlaces matrimônios demonstram que o projeto bragantino para a Banda Oriental era de permanência, e não de apenas uma rápida ocupação para deter Artigas e suas ameaças ao Brasil. Com os casamentos integravam-se portugueses e orientais, assim como colaborava-se para o “enraizamento” dos ocupadores no território oriental. Semelhantemente, os indivíduos nascidos destas uniões teriam como pais importantes figuras do exército ocupador e seriam netos ou sobrinhos – quiçá, também, afilhados – de grandes comerciantes ou estancieiros orientais.

No mesmo ano das núpcias de Lecor, em virtude das mercês que D. João VI concedeu ao ser aclamado e coroado rei de Portugal, Brasil e Algarves, o general tornou-se Barão da Laguna²³⁸. Provavelmente, D. João VI agraciou Lecor com este título pelo fato do exército ao qual o general pertencia ser possuidor de valores do Antigo Regime. Assim, era um exército aristocrático. Se Lecor, nesta altura, compunha o quadro de oficiais gerais, extrato dedicado à nobreza²³⁹, mas se pela trajetória e

²³⁵ CINCO AÑOS EN BUENOS AIRES (1820–1825). Buenos Aires: Taurus, 2002.

²³⁶ Idem.

²³⁷ FREGA, 2007, op. cit., p.336.

²³⁸ Em 1825, pelas mãos do Imperador D. Pedro I, Lecor tornou-se Visconde da Laguna.

²³⁹ SOUZA, Adriana, op. cit.

família o militar não pertencia à aristocracia, o monarca transformava-o em nobre. Deste modo, o tenente-general Lecor passava a ser barão da Laguna, a figurar nos quadros da nobreza portuguesa, posição correspondente a de um oficial general.

Além do citado, outros prováveis fatores para a outorga do título foram o sucesso do serviço que Lecor prestou à Coroa e seu conseqüente êxito – a conquista de Montevidéu –, bem como o fato do militar ter realizado com sucesso a integração política dos ocupadores com grande parte da sociedade oriental.

Como outro fato caracterizador da atuação conjunta de Lecor e dos orientais está a construção do Farol da Ilha das Flores. O projeto surgiu em fins de 1817, tendo sido proposto por Lucas Obes.²⁴⁰ Observa-se que estas medidas atendiam aos comerciantes, com a diminuição das chances de perdas de suas mercadorias e embarcações, pois nesta área eram freqüentes os acidentes.

Importante medida para a viabilização da construção do farol está na ação secreta do Cabildo montevideano, que, mesmo sendo uma instituição municipal, e não provincial, cedeu ao Rio Grande, em 1819, vasto território situado na fronteira com o Brasil, causando litígios na definição dos limites entre o Império e o Uruguai até meados do século XIX. Além disto, Lecor perdoou dívida do Cabildo, contraída à época da conquista de Montevidéu. Por fim, assinavam, o acordo secreto, os cabildantes Juan José Durán, Juan Benito Blanco, Juan Correa, Augustín Estrada, Juan Méndez Caldeyra, Lorenzo Justiniano Pérez, Francisco Joaquín Muñoz, José Alvarez e Jerónimo Pío Bianqui.²⁴¹

Retomando mais uma vez a questão das cidades principais atuarem em âmbito mais amplo do que deveria, vê-se, novamente, uma instituição de Montevidéu a agir como se tivesse sob sua jurisdição toda a província oriental.

Sobre as relações fronteiriças entre a Banda Oriental e o Rio Grande, saladeristas e estancieros apanhavam gado oriental para levar para suas propriedades, no lado brasileiro. Além disto, ao norte da Banda Oriental, vários rio-grandenses estabeleceram-se como proprietários de terras.²⁴² A presença de rio-grandenses foi tão significativa que seguiu no período republicano uruguaio e vinculou economicamente partes do território

²⁴⁰ ELLOY, op. cit.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

oriental independente ao Rio Grande. Como exemplo, a área entre o Quaraí e o Arapeí (grosso modo, entre a cidade de Artigas e o departamento de Salto, vide anexo VII) foi distribuída entre estancieiros, que exerciam atividade militar, e, também, a militares, que passavam a atuar como proprietários de terras, além de que muitos homens enriqueceram através da guerra na região e da apropriação de terras.²⁴³

Mesmo posteriormente à independência do território oriental, estancieiros do Rio Grande voltaram a estabelecerem-se na Banda Oriental, alugando ou comprando terras. Susana Bleil de Souza e Fabrício Pereira Prado afirmam que

As terras ao norte do rio Negro, em meados do século XIX, tornaram-se praticamente um apêndice econômico e social do Império. A maioria dos proprietários era brasileiro, criador de gado para abastecer charqueadas da província, praticante da pecuária extensiva, utilizador de mão de obra cativa (mesmo quando a escravidão tornou-se ilegal na República).²⁴⁴

A apropriação de gado por parte dos súditos dos Bragança ganhou as páginas de a “Gazeta de Buenos Aires” – periódico contrário à ocupação lusa – acusava Lecor de ser responsável pela destruição da Banda Oriental, com a retirada de animais para o Brasil.²⁴⁵ Do mesmo modo, *La Aurora*, periódico de Montevideú, já em seu primeiro número, ao fazer um retrospecto da ocupação lusa, reiterava a idéia de que os invasores roubaram milhões de reses, no que teria levado a campanha oriental a uma situação de miséria.²⁴⁶ Sendo assim, estas ações foram benéficas aos estancieiros e aos comerciantes donos de charqueadas das regiões próximas ao único porto da estremadura, em Pelotas, São José do Norte e Rio Grande. As perdas recaíam sobre os comerciantes e saladeristas de Montevideú, Maldonado e Colônia.²⁴⁷

Estas ações dos rio-grandenses na Banda Oriental vieram a influir no grande crescimento econômico obtido por vários setores da sociedade do Rio Grande, como o comercial, pastoril e agrícola. Assim, “Essa fase de prosperidade foi favorecida pela ocupação de luso-brasileiros que na década de 1820 após a ocupação da Província

²⁴³ GOLIN, op. cit.

²⁴⁴ SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ et al., op. cit.

²⁴⁵ *La Gaceta de Buenos Aires*, nº50, 11 de abril de 1821. BNBA.

²⁴⁶ *La Aurora*, nº1, 21 de diciembre de 1822. BNM.

²⁴⁷ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. A República Rio-Grandense e a praça de Montevideú (1836–1842). In: HEINZ et al., op. cit.

Cisplatina, se apossaram de extensas reservas de pastagem de gado e arruinaram as charqueadas locais, favorecendo a produção riograndense.”²⁴⁸

Sobre as “arriadas”, Guazzelli destaca que estas prejudicavam a recuperação oriental e que os interesses de Lecor e dos rio-grandenses contrapunham-se:

Os problemas apareceriam por conta dos estancieros do Rio Grande, especialmente relacionados às terras, já que muitos daqueles aboletaram-se em campos reclamados por uruguaios. As ações de Lecor – a quem interessava uma efetiva incorporação da Banda Oriental como província – em favor da oligarquia uruguaia, contradizia as demandas dos homens do Rio Grande, que haviam participado ativamente da ocupação e agora pretendiam o botim.²⁴⁹

O autor gaúcho ainda cita que

[...] a invasão da Banda Oriental, possibilitara um grande incremento no estoque de terras de qualidade superior aos campos do Rio Grande, o que justifica a pronta adesão aos projetos expansionistas bragantinos. As terras ao norte do Rio Negro atraíram os rio-grandenses sequiosos por mais terras, mas a disputa com os orientais por certo não interessava às autoridades ocupantes.

[...] Para as autoridades do Rio de Janeiro, a incorporação da Banda Oriental cumpria ainda um antigo desejo de ampliação do espaço; se a produção do charque, subsidiária da economia escravista do centro, fosse viabilizada por orientais ou rio-grandenses, isso tinha menor importância, mas não podiam ser admitidos transtornos à reorganização produtiva e atritos com os novos súditos, e foi justamente isto que promoveram os rio-grandenses.

Assim, a guerra, entre múltiplas motivações, teve sempre por detrás os anseios privados dos militares-estancieros.²⁵⁰

Verifica-se, portanto, que mesmo que o governo central e os rio-grandenses tivessem o mesmo objetivo, dominar a Banda Oriental, e um dependesse do outro para fazê-lo, suas intenções eram diferentes e, conseqüentemente, seus projetos para o território ocupado distintos, até mesmo conflitantes. Detecta-se, então, uma questão que será presente nos projetos de formação dos estados nacionais e que acarretou em sérios conflitos com as províncias, tanto no Brasil como na América hispânica: Muita das vezes, as imposições dos governos, por exemplo, do Rio de Janeiro e de Buenos Aires eram distintos daqueles anelos dos segmentos dominantes das províncias, no que levou a guerras e cisões territoriais.

²⁴⁸ PETIZ, Silmei de Sant’Ana. As Fugas de escravos da Província de São Pedro para o além-fronteira. In: *Revista Tema Livre*, ed.12, 25 abril 2007. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>.

²⁴⁹ GUAZZELLI, 2003, op. cit., p.94.

²⁵⁰ Idem, p.95.

Uma outra questão a apontar-se nas relações Banda Oriental x Rio Grande é a porosidade e as indefinições das fronteiras, situação existente no período colonial, no das independências, e no da República do Uruguai e do Império do Brasil. Através delas ocorriam, trocas comerciais (legal e ilegalmente), idéias políticas e práticas culturais. Souza e Prado apontam que

A região ao norte do rio Negro, no atual território da República do Uruguai, já na época colonial contava com significativa presença de luso-brasileiros. Desde as fundações da Colônia do Sacramento e Laguna, na década de 1680, começou a tomar impulso a presença e exploração da Banda Oriental e do Rio Grande de São Pedro por parte de luso-brasileiros. Na primeira metade do século XVIII, a fundação de Rio Grande e do forte de São Miguel, por parte de Portugal, é representativa dos fortes interesses que os particulares e a Coroa portuguesa mantinham junto aos rebanhos da Banda Oriental. O trânsito entre a Colônia do Sacramento, Rio Grande, e os demais núcleos populacionais hispano-americanos da região, acabou por definir, ainda no século XVIII, a presença de brasileiros na região norte do atual território uruguaio.

E os autores continuam, mostrando que

Em 1801, o demarcador espanhol, Félix de Azara registrava em sua Memória rural do Rio da Prata que a produção pecuária da região estava fortemente vinculada à economia charqueadora rio-grandense [...] Após a independência de Espanha, e o fracasso da Revolução Artiguista, a fronteira norte permanecia ainda com características socioeconômicas muito semelhantes às descritas por Azara nos primeiros anos do século XIX.²⁵¹

Helen Osório aponta que a similaridade desta área estava também presente na estrutura produtiva e na idêntica paisagem agrária na região, sendo que “A fronteira [...] passa a ser entendida como fazendo parte do *continuum* agrário; não possuía uma demarcação definitiva [...] e configurava-se enquanto uma zona na qual circulavam homens e bens de ambos os impérios.”²⁵² Agregando-se que Souza e Prado observam que “[...] o norte uruguaio e a campanha gaúcha constituíam um espaço fronteiriço integrado, economicamente complementar, e ainda: os limites entre os dois países durante os três primeiros quartos do século XIX não haviam sido definidos.”²⁵³

Essa situação de trânsito pela fronteira permitiu, por exemplo, que, no período colonial Bento Gonçalves se estabelecesse em Cerro Largo (ver anexo VII), área em que

²⁵¹ SOUZA; PRADO, op. cit., p.121.

²⁵² OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737–1822*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999, p.29.

²⁵³ SOUZA; PRADO, op. cit., p.122.

contraiu matrimônio, obteve terras e galgou postos administrativos. Entre fins da colônia e o período posterior às independências do Brasil e do Uruguai, caudilhos de ambos os lados da fronteira estabeleciam alianças políticas, laços de parentesco e compadrio, e, muitas das vezes, interesses político-econômicos semelhantes.²⁵⁴ Muitas das vezes, as querelas entre Blancos e Colorados atravessavam a fronteira rumo ao Brasil, tendo reflexos no quadro político do Rio Grande, devido às alianças entre os caudilhos orientais e rio-grandenses.²⁵⁵ Durante a farroupilha, diante do bloqueio do porto de Rio Grande, os rebelados utilizaram o de Montevidéu para suas negociações, ao ponto da República Rio-Grandense obter empréstimos junto a casas comerciais situadas na cidade platina.²⁵⁶

Ainda sobre a fronteira, Borucki, Chagas e Stalla observam que

El estudio del espacio fronterizo puede rastrear diferencias en las comunidades analizadas. Las variaciones socioeconómicas entre las comunidades posiblemente manifestasen diferencias en la configuración social de la frontera. Los partidos del sur de Rocha y Minas se vinculaban al antiguo avance poblador sujeto a [...] Maldonado, el cual había sido impulsado hacia fines del siglo XVIII para defender la frontera atlántica. En cambio, el poblamiento de Cerro Largo y más aún de Tacuarembó, remiten a la formación social de una frontera mas reciente. [...] la dinámica poblacional configuró espacios fronterizos de diferentes caracteres. El entramado social del sur de Minas y de Rocha probablemente emergió de la ganadería y la agricultura, actividades comunes a la economía colonial rioplatense, mientras que la situación al norte del Río Negro y el Olimar, se configuró en torno a una economía eminentemente pecuaria, vinculada a la expansión de la charqueada de Río Grande. De este modo, la frontera norte y noreste fue más intensamente afectada por el avance poblador luso-brasileño y la pecuaria riograndense.²⁵⁷

O impacto da presença dos súditos do Império seria tamanho ao ponto de que, no departamento de Tacuarembó (que, na época, englobava Tacuarembó e Rivera, ver anexo VII), nos anos de 1830, 69,4% dos habitantes serem brasileiros e, na década de 1840, 59,7%. Além disto, na de 1860, 50% do gado vacum era de propriedade de brasileiros. Ao norte de Minas, 34% das estâncias estavam nas mãos de elementos oriundos do Brasil. Observa-se, ainda, que a maioria dos brasileiros estava na zona contígua a Cerro Largo (este departamento era constituído, então, pelos atuais Cerro

²⁵⁴ GUAZZELLI, 2004, op. cit.

²⁵⁵ SOUZA; PRADO, op. cit.

²⁵⁶ GUAZZELLI, 2003, op. cit.

²⁵⁷ BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo: [dos autores] 2009, p.159.

Largo, Treinta y Tres e a parte norte de Lavalleja) e Brasil. Ademais, estes proprietários eram, em sua grande maioria, senhores de escravos.²⁵⁸

Fazendo uma breve relação entre escravos e a fronteira, Eduardo Palermo demonstra que, mesmo na segunda metade do século XIX, quando já havia ocorrido a abolição da escravidão no Uruguai, brasileiros atravessavam os limites entre o Império e a República, sequestrando pessoas livres para serem cativas no Brasil. Isto era uma burla a determinado acordo entre o Rio de Janeiro e Montevideú, que permitia o ingresso de brasileiros para resgatarem escravos foragidos provenientes do Brasil.²⁵⁹

Sobre a fronteira norte, o historiador uruguaio ainda aponta que esta era

[...] abasileirada y comprometida por sinnúmeros de problemas entre los cuáles se destacan: la extranjerización de la tierra, el contrabando, la persistencia de formas semi serviles y aún serviles de trabajo, un alto índice de delincuencia y la permanente fricción entre las autoridades a resultas de los permanentes reclamos de los hacendados brasileros, dueños de la tierra, a lo que debemos sumar las profundas vinculaciones y alianzas políticas entre caudillos y partidos a ambos lados de la frontera, representaba uno de los principales obstáculos para crear la "unidad nacional" o más bien para consolidar el poder centralista del grupo agro exportador montevideano.

Este problema no puede ser situado en exclusiva en los propietarios brasileros, sino en la falta de poder real del Estado Oriental para hacer valer sus leyes y prerrogativas en su propio territorio.²⁶⁰

Detecta-se, portanto, a significativa presença de portugueses e brasileiros no território oriental em distintas temporalidades. No período colonial, no cisplatino e no da república. Além disto, verifica-se que, geralmente, estes indivíduos estão vinculados à atividade pecuária. Atividade que levou aos líderes rio-grandenses apoiarem a invasão dos Bragança a então Banda Oriental de Artigas.

1.5 O crepúsculo do artiguismo

Retomando Artigas, enquanto Lecor estava em Montevideú circundado pelos seus aliados mais próximos, o líder oriental resistia na campanha, onde várias áreas haviam capitulado, a cair, portanto, em mãos portuguesas. Observa-se que 1819 foi um

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ PALERMO, Eduardo R. Secuestros y tráfico de esclavos en la frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850. In: *Revista Tema Livre*, ed.13, 25 abril 2008. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>

²⁶⁰ Idem.

ano duro para as forças de Artigas: “[...] la resistencia artiguista [...] se debilitaba a ojos vista. Lecor, que al principio solo había dominado algunos puntos en la costa, se propuso la descomposición de las fuerzas artiguistas, valiéndose para ello de la oligarquía que se puso a su servicio.”²⁶¹

Também em 1819 iniciou-se o processo dos pueblos do interior aceitarem suas respectivas submissões a Lecor. Para lograrem estas rendições, Lecor comprometia-se a, em nenhuma ocasião, entregar o território oriental à Espanha, bem como houve a reiteração das condições da entrega de Montevideú, a eleição de um novo Cabildo, o restabelecimento do comércio oriental e a garantia das propriedades. Além disto, havia fatores como a manutenção de privilégios e a não imposição de contribuições financeiras aos orientais. Canelones assinou o tratado com o general em 30 de dezembro. San José e Maldonado o fizeram no ano seguinte, respectivamente em 1 de fevereiro e 30 de abril. Assim, “Con la capitulación de los pueblos se produjo simultáneamente la de los caudillos artiguistas del sur que firman las actas.”²⁶² Para o leitor situar-se melhor na geografia uruguaia, é válido ir ao anexo VII.

Destaca-se a importância dos pueblos, que à época da prisão dos reis de Espanha reassumiram a soberania e seguiam agindo neste sentido, fazendo, por exemplo, tratados com Lecor. Observa-se que Lecor negociava com cada um dos pueblos, contracenando com os poderes locais. Igualmente, a ocupação de Montevideú e o respectivo tratado com seu Cabildo não significou a adesão das unidades políticas do interior, demonstrando uma Banda Oriental fragmentada, e não como propõe a historiografia nacionalista uruguaia, que o território oriental era uma unidade política coesa desde os primórdios da colônia – ou até mesmo antes, na época indígena.

Ainda sobre os pueblos, Chiaramonte destaca que eles se movimentavam politicamente, muitas das vezes unindo-se uns com os outros, mas sem perderem suas respectivas soberanias. Além disto, “Desde la Nueva España hasta el Río de la Plata [...] la nueva legitimidad se buscó por medio de la prevaleciente doctrina de la *reasunción del poder por los pueblos*. Concepto éste, el de pueblo, por lo común sinónimo del de *ciudad*.” e, assim, existiam “[...] pretensiones que van del simple

²⁶¹ ELLOY, op. cit., p.37 e 38.

²⁶² ELLOY, op. cit., p.38.

autonomismo de unas en el seno de la monarquía, hasta la *independencia absoluta* de otras.”²⁶³

A despeito da questão dos pueblos, faltava, então, para o completo controle, da parte de Lecor, a adesão ou capitulação de Fructuoso Rivera. Silenciosamente, o general português buscava a adesão do oriental. Provavelmente, tal processo não foi mais rápido pelo fato de que Rivera era conhecedor de seu peso político e militar, então, anelava obter melhores condições oferecidas por Lecor. O grupo liderado por Rivera chegou a enviar proposta de rendição a Lecor, porém, o luso preferiu ordenar a Xavier Curado que marchasse sobre o caudilho. Mesmo vencido, Rivera conseguiu negociar os termos de sua adesão a Lecor. Os dois líderes firmaram o acordo definitivo em Canelones, em março de 1820.²⁶⁴

Neste mesmo ano, Artigas foi derrotado na Batalha de Tacuarembó, tendo como única saída o abandono do território oriental, partindo, então, para Entre Ríos. Devido a tratado de seu antigo subordinado, Ramirez, com Buenos Aires, acordo que desagradou aos interesses do líder oriental, Artigas marchou para o ataque a Entre Rios, a saquear povoados. Artigas e Ramirez se enfrentaram, travando-se o embate decisivo entre os dois em 24 de junho de 1820, em Las Tunas, quando o caudilho de Entre Rios derrotou definitivamente José Gervasio Artigas, que exilou-se no Paraguai (ver anexo VI). Lá, o líder oriental viveu como prisioneiro até o fim de sua vida, em 1850. Observa-se, então, que “Aquel Artigas radical, carente de ‘flexibilidad’ frente al dominio extranjero, no convenía a los grandes estancieros orientales,”²⁶⁵ Embora seja importante ressaltar que Artigas continuasse a ser uma liderança interessante para amplos setores populares.²⁶⁶

²⁶³ CHIARAMONTE, José Carlos. La formación de los Estados Nacionales en Iberoamerica. In: Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”, n°15. Buenos Aires: 1997.

²⁶⁴ ELLOY, op. cit.

²⁶⁵ Idem, p.45.

²⁶⁶ FREGA, op. cit., 2007.

CAPÍTULO 2

LECOR E A CRIAÇÃO DO ESTADO CISPLATINO

2.1 – O Congresso Cisplatino

Sobre o Congresso Cisplatino, observa-se que este advento estava intimamente vinculado à ascensão do liberalismo nos quadros do Reino Unido português²⁶⁷, que levou à nomeação de Silvestre Pinheiro Ferreira como ministro de D. João VI, ocupando a pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra.

Silvestre Pinheiro Ferreira era contrário à manutenção das forças joaninas na Banda Oriental. O liberal argumentava que a ocupação proporcionava alto custo a Portugal, bem como acarretava em sérios prejuízos ao comércio português, em virtude da ação de corsários, que, mesmo após a derrota de Artigas, continuavam a atacar as embarcações do Reino Unido luso.

Também não devem ser ignoradas a busca dos liberais portugueses de terem boas relações com a também liberal Espanha, sendo que este reino reivindicava, ainda neste momento, a soberania sobre o território oriental. Então, se D. João VI não resolvesse a questão a envolver a Banda Oriental antes de partir da América, teria que negociar com os espanhóis quando voltasse à Europa, o que, evidentemente, colocava-o em uma situação mais delicada e suscetível a pressões.

Além disto, Silvestre Pinheiro Ferreira não cria no sucesso da incorporação do território oriental aos domínios lusos, afirmando que um decreto não iria transformar os orientais em portugueses, sendo assim, D. João VI não poderia contar com a fidelidade dos habitantes desta província.

A partir da colocação do ministro liberal, é válida a observação de que a idéia de nação, neste momento e para esses indivíduos, é a portuguesa, logo o sentimento de pertencimento que os orientais deveriam ter era a da mesma comunidade imaginada dos súditos de D. João VI que estavam nas mais diversas partes do vasto Império luso, como, por exemplo, Portugal, Goa, Macau, Timor, Benguela ou Luanda. Destarte,

²⁶⁷ Acrescenta-se que o advento liberal português colocava o reino ibérico ao lado dos também liberais Espanha, Grécia, Piemonte, Nápoles e Milão.

mesmo que viessem a fazer parte do Reino do Brasil, os orientais não seriam brasileiros, brasileiros ou brasilienses e, sim, portugueses, pertencimento identitário acima da inexistente identidade dos habitantes do reino americano.

Tal questão aponta para a inexistência de um sentimento de nação e de unidade entre as diversas partes que compunham o Reino do Brasil, o que permitiu, por exemplo, diversos posicionamentos dos representantes das províncias deste reino nas Cortes de Lisboa²⁶⁸, bem como, posteriormente, nas guerras de independência, envolvendo áreas como o Norte do Brasil e o território oriental nos embates, grosso modo, entre elementos fiéis a D. João VI e aqueles aliançados a D. Pedro I. Igualmente, a inexistência deste sentimento de unidade e de uma identidade comum a todas as partes do Brasil permitiu, já no Império, a eclosão da Guerra da Cisplatina, em 1825, pois aqueles que iniciaram o conflito não sentiam-se brasileiros, nem portugueses.

Além disto, sobre a questão da unidade do Reino do Brasil e de uma mesma identidade brasílica, brasiliense ou brasileira dos seus habitantes, observa-se que André Roberto Machado escreveu que

Em agosto de 1822 o cônsul francês Albert Roussin, em meio ao agravamento da crise do Antigo Regime português e declarações de dissidência no sul, fez um prognóstico que era comum no calor dos acontecimentos: para ele, havendo a ruptura com Lisboa, dificilmente o nascente Império brasileiro conseguiria incorporar todas as províncias da antiga colônia portuguesa, já que não existiam interesses comuns suficientes para favorecer a unidade [...] Esses comentários são, sem dúvida, uma análise importante que mostra como duas questões [...] eram evidentes no período: em primeiro lugar fica claro que a idéia do Brasil como corpo político capaz de agregar todos os portugueses da América era um valor que não estava dado, mesmo em 1822. Além disso, o cônsul chamava a atenção para o fato de que as relações entre as províncias circunvizinhas teriam peso importante na definição dos projetos de futuro.

O autor ainda mostra que

Evidentemente, essa análise se deu num momento singular da crise do Antigo Regime português, quando a dissidência das províncias meridionais da América portuguesa já se tornava evidente e o exemplo da América hispânica uma forte referência. É por conta desse quadro que a Independência aparece como um projeto político forte, ainda que, mesmo nesse momento, fosse difícil avaliar se todas as províncias se desligariam de Lisboa e qual seria o destino das dissidentes. A incerteza política, marca dos períodos de crise, demonstra neste contexto que a história da colonização portuguesa não forjou a nação brasileira e nem se constituiu como um caminho que levaria de maneira

²⁶⁸ BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

inequívoca à constituição de um Estado independente tal como ele se formou.²⁶⁹

Retomando a explanação de Silvestre Pinheiro Ferreira, destaca-se que, diante dos fatos apresentados pelo liberal, D. João VI acabou por ordenar, em um dos seus últimos atos no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1821 (o rei e sua corte voltaram para Portugal dez dias depois, no 26), que se realizasse em Montevidéu um congresso composto por deputados orientais para que se definisse o futuro do território ocupado. Esse deveria espelhar-se nas Cortes de Lisboa, sendo, inclusive, chamado por parte da imprensa, de Cortes de Montevidéu.

Além disto, juntamente com esta ordem, o rei de Portugal, Brasil e Algarves reconhecia a independência das unidades políticas que compunham o Prata à época (Para ver esta diversidade, ir ao anexo III). Verifica-se, a partir das duas ordens do monarca, que D. João VI buscava partir do Reino do Brasil resolvendo, ao menos, minimamente, duas significativas questões concernentes ao Prata.

Retomando as Cortes de Montevidéu, destaca-se que os interesses de Lecor e dos seus aliados eram pela permanência dos portugueses no Prata. Lecor, desde os primeiros anos da ocupação, escrevia à Corte a expressar seu posicionamento. Colocava sempre que os portugueses deveriam consolidar a conquista platina.²⁷⁰

Destarte, o general luso e o estancieiro Juan José Durán, chefe político da província à época, agiram no sentido de que o citado Congresso votasse pela incorporação da Banda Oriental ao cetro de D. João VI. Ao adaptar as ordens de Silvestre Pinheiro Ferreira à realidade oriental, algo realmente necessário, Durán agiu de modo a beneficiar a manutenção da presença portuguesa.

Dentre as medidas empregadas por Lecor e Durán, encontram-se o estabelecimento de dezoito parlamentares para comporem o Congresso, sendo que as eleições foram concentradas nos Cabildos, resultando, assim, na seleção de diversos aliados dos portugueses. O contato com as atas do Congresso Cisplatino²⁷¹, que estão no Archivo General de La Nación, em Montevidéu, permite-nos constatar que todos os

²⁶⁹ MACHADO, André Roberto de A. As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. In: JANCSÓ, op. cit., p.308 e 309.

²⁷⁰ PIMENTA, op. cit., 2005.

²⁷¹ ACTAS DEL CONGRESO CISPLATINO. Montevidéu, 1821. Archivo General de la Nación, AGN.

parlamentares montevidéanos e dos seus arredores tinham estreitas ligações com Lecor, compondo, portanto, o grupo de apoio dos ocupadores.

2.2 As reuniões do Congresso Cisplatino

O contato com as já mencionadas atas que encontram-se em Montevideú, mostram que o Congresso iniciou sua atividade no dia 15 de julho, “[...] en conformidad de lo dispuesto por S.M.F. El Rey del Reyno Unido de Portugal, Brasil y Algarves y publicado para su observancia y cumplimiento por el Ilmo y Exmo Sor. Barón de la Laguna, comandante en Gefe del ejército pacificador de esta Provincia: llegado el caso de reunirse un Congreso general extraordinario para tratar y decidir sobre la suerte futura del País [...]”²⁷² contando, entretanto, com doze deputados, e não dezoito conforme as instruções:

Juan José Durán, Diputado por parte de esta Capital, Presidente en esta Junta, como Gefe político de la Provincia: el Sor. Cura y Vicario D.or D. Dámaso Antonio Larrañaga, y el Sor. D. Tomás Garcia de Zúñiga también Diputados por esta Ciudad, así como su Síndico procurador general D. Gerónimo Pío Bianqui – el Sor. D. Fructuoso Rivera, y el Sor D.or D. Francisco Llambí, Diputado por el vecindario de extramuros – el Sor D. Luis Pérez, Diputado por el Departamento de S. José – el Sor D. José Alagón, Diputado por el de la Colonia del Sacramento – el Sor D. Romualdo Gimeno, diputado p.r el de Maldonado el Sor D. Loreto de Gomenzoro, Diputado por Mercedes como su Alcalde territorial: el Sor D. Vizente Gallegos, que lo es de Soriano y D. Manuel Lagos, del Cerro-Largo [...]”²⁷³

É importante ressaltar que, conforme consta na ata do dia quinze, o deputado pelo departamento de Canelones, Felipe García, não apresentou-se, alegando problemas de saúde. Um outro ponto que observa-se é o fato de encontrar-se na ata a declaração de Tomás García de Zúñiga afirmando que nascera em Buenos Aires, apesar de que uma das condições para ser deputado do Congresso era a exigência de ser natural do território oriental.

²⁷² ACTAS ..., op. cit., f.1.

²⁷³ Idem. Sugere-se, mais uma vez, a ida ao anexo VII.

No entanto, os congressistas consideraram que Zúñiga poderia participar do Congresso Cisplatino, pois entenderam que “[...] siendo su nacimiento accidental en aquel pueblo, por cuando su familia antes y después fué siempre establecida en esta Ciudad, donde se educó y donde él se halla actualmente arraigado, siendo por tanto tenido él y toda su familia por naturales de la Prov.a no debía considerarse excluído del nombramiento q. se le había hecho.”²⁷⁴

Considerando que Zúñiga era membro do círculo de Lecor, inclusive, inúmeras vezes, ajudando financeiramente à administração do general, é válido observar que, provavelmente, a aceitação deste proprietário como deputado deveu-se pela sua proximidade com o barão. Entretanto, não se pode ignorar que a argumentação apresentada pelos congressistas para que Zúñiga participasse do Congresso era coerente, mas se Zúñiga fosse um opositor aos interesses políticos dos outros deputados e de Lecor, a argumentação para que este oriental compusesse o Congresso não seria utilizada ou, ainda, pode-se especular que o próprio Zúñiga não teria feito a declaração espontânea de que nasceu em Buenos Aires, declaração que poderia impossibilitar a sua participação no Congresso.

No mesmo dia quinze, houve a votação para presidente, vice-presidente e secretário. Para a presidência foi eleito, por onze votos, Durán, que só não elegeu-se por unanimidade em virtude dele próprio ter votado em Larrañaga. O padre foi eleito, por maioria dos votos, como vice-presidente e Llambí como secretário.

Após a eleição e juramentos, os congressistas determinam as regras do Congresso, que compunham nove itens:

1° Que nose admita a discusión proposicion alguna, que no sea apoyada por dos Diputados.

2° Que admitida se discuta y vote, si está suficientemente discutida, y declarándose así, se proceda á votación por el órden en que están sentados, empezando por el Sor Presidente.

3° Que cuando haya de hablar algún Diputado, tóme después la palabra el que primero la pidió, y así sucesivamente, á cuyo fin se irán anotando por su órden.

4° Que las Seciones sean públicas, sin embargo de pedirse secretas cuando convenga: que estas deben empezarse á las diez de la mañana y concluir á las dos de la tarde.

5° Que siempre se empezará la seccion por la lectura del acta del dia anterior.

²⁷⁴ Idem, f.2.

6° Que la misma comisión nombrada examine los Poderes de los Diputados que vayan llegando, y den cuenta de si son ó no bastantes.

7° Que qdo haya de oficiarse al Sor General, vaya suscripto el oficio del Presidente y Secretario; y a cualquiera otra autoridad, solo con la firma del Secretario.

8° Que no haya preferencia en el órden de los asientos.

9° Que el tratamiento del Congreso sea el de Honorable, y el de sus individuos en particular de Usted.²⁷⁵

A leitura das regras permite perceber, por exemplo, que com o primeiro item, diminuía-se a probabilidade de que uma proposição não conveniente viesse a ser discutida. Em relação ao segundo, o fato do presidente ser o primeiro a votar foi decidido após a eleição de Durán para aquele cargo, podendo ser o posicionamento de Durán, diante de uma votação, uma sinalização de como os outros congressistas deveriam votar. No quarto item, o recurso à sessão secreta, possibilitava a votação e diferentes articulações com maior liberdade a favor de interesses e benefícios de determinados grupos da sociedade que não podiam tornar-se públicos. O sexto dava aos deputados reunidos em Montevideu o poder de examinar se um parlamentar participaria ou não do Congresso. Os outros itens podem ser entendidos como necessários para o funcionamento do Congresso.

No dia dezesseis, após missa celebrada por Larrañaga na Igreja Matriz de Montevideu, apresentavam-se aos congressistas Mateo Visillac, de Colônia do Sacramento, que “[...] presentó sus Poderes [...] y leídos y examinados éstos, fueron aprobados, y prestó su juramento en la forma de estilo [...]” e, em seguida, “[...] se leyó el acta del día anterior y quedó aprobada.”²⁷⁶

Consta também da ata do dia 16 a seguinte mensagem de Lecor para os congressistas:

Señores del Muy Honorable Congreso extraordinario de esta Provincia= S.M. El Rey del reyno unido de Portugal, Brasil y Algarbes, ha tomado en consideración las repetidas instancias, que han elevado á su real Presencia, Autoridades muy respetables de esta Provincia, solicitando su incorporación á la Monarquía Portuguesa, como el único recurso que en medio de tan funestas circunstancias, puede salvar el País de los males de la guerra y de los horrores de la Anarquía. – Y deseando S.M. proceder en un asunto tan delicado con la circunspección q.e corresponde á la Dignidad de su Augusta persona, á la

²⁷⁵ Idem, f.3v.

²⁷⁶ Idem, f.4.

liberalidad, de sus principios, y al decoro de la Nación Portuguesa, ha determinado en la sabiduría de sus Consejos, que esta Provincia, representada en el Congreso extraordinario de sus Diputados, delibere y sancione en este negocio, con plena y absoluta libertad, lo que crea más útil y conveniente á la felicidad y verdaderos intereses de los pueblos que la constituyen. – Si el Muy Honorable Congreso tubiere á bien decretar la incorporación a la Monarquía Portuguesa, Yo me hallo autorizado por el Rey p.a continuar en el mando y sostener con el Ejército el órden interior y la seguridad exterior bajo el imperio de las Leyes. Pero si el Muy Honorable Congreso estimase más ventajoso á la felicidad de los pueblos incorporar la Provincia á otros estados ó librar sus destinos á la formación de un Gob.o independiente, solo espero sus decisiones para prepararme á la evacuación de este territorio en paz y amistad conforme á las órdenes Soberanas – La grandeza del asunto me excusa recomendarlo á la Sabiduría del Muy Honorable Congreso: todos esperan que la felicidad de la Provincia será la guía de sus acuerdos en tan difiiles circunstancias = Montevideo y julio diez y seis de mil ochocientos veinteuno = A los S.S. de Muy Honorable Congreso de esta Provincia = Barón de la Laguna=²⁷⁷

Observa-se que, já nas primeiras linhas da mensagem, o general afirmava que existiam autoridades locais que anelavam a união à monarquia lusa, vinculando este desejo à manutenção da ordem e à salvação do território oriental. Nas discussões entre os congressistas, que serão observadas posteriormente, também percebe-se a presença do temor e da afirmação da possibilidade do retorno aos conflitos bélicos, vindo a ser, inclusive, esta a argumentação dos deputados orientais a favor da incorporação à monarquia lusa.

Ademais, na epístola, Lecor construía a imagem de que o Congresso daria-se em plena liberdade, buscando o interesse dos orientais, e não de determinados grupamentos locais. Igualmente, neste contexto em que o Antigo Regime ibérico ruía e que os antigos domínios espanhóis passavam por um processo revolucionário, Lecor buscava erguer a figura de D. João VI como um rei liberal.

Além das práticas protocolares que este tipo de correspondência possuía, a mensagem de Lecor pode ser entendida como um meio de legitimar o já previsto resultado do Congresso, a incorporação à monarquia lusa, diante da população oriental, pois os congressistas votavam pela opção que impediria uma nova invasão ou uma nova revolução na Banda Oriental. Escolhia-se, como o general expôs na missiva, a manutenção da ordem, da segurança e das leis.

²⁷⁷ Idem, p.4v.

Assim, criava-se na sociedade oriental e, até mesmo nos governos estrangeiros, a idéia de que os congressistas escolhiam a opção que não teria conseqüências dolorosas, optava-se por manter o território oriental “sob o império das leis”, guardando, deste modo, “a ordem interna e a segurança exterior” da Província. Além disto, o aviso de Lecor, manipulando esse imaginário oriental temeroso ao retorno dos conflitos, podia ser um meio de ratificar a argumentação dos congressistas que viriam a discursar e votar pela incorporação, conforme será mostrado posteriormente.

Felipe García, deputado de Canelones, mesmo estando em Montevideú, não compareceu ao Congresso, afirmando continuar enfermo. Assim, os congressistas pediram ao departamento de Canelones o envio de um suplente, sendo atendidos com a substituição na pessoa do irmão de Felipe, Salvador Garcia, residente na cidade de Montevideú.²⁷⁸ Pode-se supor que a ausência de Felipe Garcia, alegando problemas de saúde, tenha sido uma maneira deste deputado boicotar o Congresso Cisplatino.

Talvez de comum acordo com Felipe Garcia e com os demais parlamentares que ainda não haviam se apresentado ou, talvez não, ressalta-se que Pérez, representante de San José, utilizou o fato de que não estavam presentes todos os deputados e, assim, pediu o adiamento do Congresso, no entanto, Larrañaga defendeu a sua realização neste momento:

[...] hizo el Sôr Presidente mocion, para que se declarase si el Congreso estaba ó nó legítimamente constituido cuya proposición admitida á discusión, se dividió en las dos siguientes. – Primera – Si el número de Diputados presentes era bastante para constituir el Congreso. – El Sor Pérez dijo: que los malos tiempos habían sido una causa legítima para no poder reunirse todos; y que por consiguiente debía esperarse su llegada. – El Señor Larrañaga contestó, que como se había fijado día para la reunión del Congreso, y se hallaban presentes más de las dos terceras partes de los que debían concurrir, y entre ellos los mas de los Pueblos mas distantes, no debía considerarse su falta como un defecto para constituirse el Congreso, aunque sí se suspendiese las sesiones del día siguiente, para tratar los puntos principales que motivan su convocación. – Lo que aprobado por todos los Señores, se convino declararlo así.²⁷⁹

A segunda questão que foi votada foi a de que se o Congresso estava legitimamente constituído com a maneira em que realizaram-se as eleições para deputados. Llambí tomou a palavra e, em seu discurso, afirmou que “[...] la forma de

²⁷⁸ Acta del acuerdo celebrado por el Cabildo de Guadalupe en el que se nombró a Salvador García para sustituir a su hermano Felipe. Apud: DEVOTO, op.cit., p.206.

²⁷⁹ ACTAS..., op. cit., f.5 e 5v.

elecciones, no esta detallada por una Ley del Pais ni es una misma en todas las Naciones; y que ésta debía ser designada por la Autoridad que gobernaba, al menos para las primeras elecciones, no obstante que el Congreso quisiera ahora verearlo para lo sucesivo.”²⁸⁰

Pérez, que na primeira cuestión apresentada tentou o adiamento do Congreso, posicionou-se novamente contra a legitimidade do mesmo, contrastando as ordens de D. João VI com a maneira que Durán e Lecor realizaram o escrutinio para o Congreso. Assim, o parlamentar afirmou que “[...] según el oficio circular, la intención de S.M.F. era examinar la intención general de los Pueblos, que no estaba reasumida en los Cabildos: que muchos pueblos ignoraban el obgeto de este Congreso; y que por consig.te era indispensable la elección, por el voto gral de los habitantes.”²⁸¹

Em seguida, Gallegos manifestou-se afirmando que: “[...] èl aunque había sido nombrado Alcalde territorial de Soriano, y creía merecer su confianza para el desempeño de estas funciones, que no podía decirse otro tanto del fin á que se llamaba en este Congreso, por que para ello no le habían dado sus Poderes los vecinos de aquellos Partidos.”²⁸²

Entretanto, as manifestações contrárias não obtiveram êxito. Larrañaga defendeu tudo o que estava a ser feito e proposto no Congreso, afirmando, inclusive, que as medidas tomadas podiam não ser perfeitas, no entanto, eram legítimas.

Pérez discordou de Larrañaga, respondendo que os costumes do país exigiam a votação de todos os seus habitantes. Larrañaga replicou e Bianqui defendeu a legitimidade do Congreso, afirmando

[...] que él como Síndico había en otras ocasiones reasumido la voz del pueblo: que él era su organo y había tenido cuidado, de examinar, indagar y procurar orientarse de la opinión de los hombres sanos é interesados en el bien público; que del mismo modo debían hacerlo todos [...] por consiguiente estaba bien seguro de que su opinión seria la misma que tenían los hombres sensatos por quienes debían de hablar.²⁸³

²⁸⁰ Idem, f.6.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Idem, f.6v.

²⁸³ Idem, f.7.

A questão da legitimidade do Congresso também levou outros congressistas a manifestarem-se. Llambí dizia que “[...] en la necesidad de reunir un Congreso estando guarnecido los pueblos por tropas Portuguesas, nunca se podía prescindir del influjo de esta sobre aquellos; y que por consiguiente esa votación no siendo más libre sería tal vez mas expuesta a la colusion por las relaciones que se habían formado tanto por el enlace de las familias, como por el de las Amistades.”²⁸⁴ Zúñiga expunha que “él creía que era la medida mas justa que debía haberse tomado para esclarecer este asunto [...]”²⁸⁵ e, concordando com ele, estava Fructuoso Rivera.

Em seguida, colocou-se em votação se a questão estava suficientemente discutida. Todos os deputados, a exceção de Perez, responderam positivamente e, assim, declarava-se o Congresso legitimamente constituído.

No dia 18, o Congresso reuniu-se novamente. Apresentaram-se, nesta sessão, Alejandro Chucarro, deputado pela vila de Guadalupe, Salvador García, síndico suplente da mesma localidade e Manuel Antonio Silva, síndico de Maldonado.²⁸⁶

Neste mesmo dia discutiu-se a questão do futuro do território oriental:

[...] se propuso por el Sor Presidente, como el punto principal p.a que había sido reunido este Congreso – si segun el presente estado de las circunstancias del Pais, convendría la incorporacion de esta Provincia á la Monarquía Portuguesa, y sobre que bases o condiciones; ó si por el contrario le sería más ventajoso constituirse independiente ó unirse á cualquiera otro Gobierno, evacuando el territorio las tropas de S.M.F.²⁸⁷

O contato com as atas permite-nos identificar que os deputados Bianqui, Llambí e Larrañaga foram os únicos deputados que discursaram a respeito desta questão, sendo favoráveis à anexação, expondo os seus argumentos sempre fazendo menção à guerra.

Neste conjunto documental podemos verificar que, em sua fala, Bianqui, o primeiro a ter voz, afirmou que transformar a província em um estado era, no âmbito político, impossível. O deputado acrescentou que para sustentar a independência

²⁸⁴ Idem, f.7 e 7v.

²⁸⁵ Idem, f.7v.

²⁸⁶ Observa-se que a ata informa que Romualdo Gimeno, de Maldonado, apresentou-se neste dia, 18 de julho. No entanto, a ata do dia 15 dá a informação de que o deputado estava na sessão de abertura, bem como desta ata consta a sua assinatura. Assim, entendemos o dia 15 como a data da chegada do parlamentar e que o dado relativo ao dia 18 tenha sido algum erro.

²⁸⁷ Idem., f. 8v e 9.

necessitava-se de meios, no entanto, o território oriental não possuía população nem recursos para que fosse governado pacificamente. Os orientais não teriam como impedir a guerra civil, nem ataques externos, nem conquistar o respeito das outras nações, além de que haveria a emigração dos capitalistas, voltando, assim, a Banda Oriental a ser o “teatro da anarquia” e “a presa de um ambicioso atrevido”:

[...] En el país no hay poblacion, recursos, ni elementos para gobernarse en orden y sosiego: para evitar trastornos de la guerra civil: para defenderse el territorio de una fuerza enemiga que lo invada, y hacerse respetar de las Naciones. Una Soberanía en este estado de debilidad, no puede infundir la menor confianza; se seguía la emigración de los Capitalistas; y volvería a ser lo que fué el Teatro de la Anarquía y la presa de un ambicioso atrevido, sin otra ley, que la satisfacción de sus pasiones.

¿Hay algún hombre que desee ver a su Patria en tan triste Situacion? – Luego es evidente que la Banda Oriental no pudiendo ser actualmente nacion, debe constituirse parte de otro estado, capaz de sostenerla en paz y seguridad.²⁸⁸

Observa-se que Bianqui utilizou o temor existente no imaginário oriental do retorno aos conflitos em sua argumentação, pois se este medo não fosse presente, não haveria razão do congressista ter enfatizado a possibilidade do retorno ao “caos”, nem ao surgimento de “um ambicioso atrevido”, provavelmente aludindo à possibilidade do aparecimento de alguma outra liderança com base popular e revolucionária como foi a de Artigas. Assim, a ameaça bélica, independentemente de existir ou não, independente do congressista acreditar nela ou não, esteve a ser trabalhada em seu discurso no Congresso Cisplatino.

Bianqui, ao anular a possibilidade da Banda Oriental em constituir-se estado autônomo, apontou, em seguida, a necessidade de incorporar-se a outro estado, excluindo Buenos Aires e Entre-Ríos, em função de seus conflitos internos. A Espanha também foi descartada, pois segundo o deputado, os pueblos já haviam votado contra ela e, também, a antiga metrópole foi incapaz de manter a província em paz.

Deste modo, para o congressista, não havia outra opção que não fosse a incorporação à monarquia portuguesa sob uma Constituição liberal. Com a manutenção do poder luso impossibilitava-se, segundo o deputado, a anarquia, o setor produtivo continuava as suas atividades, sendo, assim, restituídos os anos de prejuízos, e os

²⁸⁸ Idem, f.9.

“arruaceiros” teriam que dedicar-se ao trabalho ou então sofrer o rigor das leis. Assim, observa-se nas atas a afirmação do parlamentar de que “[...] no queda pues otro recurso, que la Incorporación á la Monarquía Portuguesa, bajo una constitución liberal”²⁸⁹ Além da incorporação como a única saída possível para afastar a possibilidade de guerra, Bianqui mostrou-se, ao menos no seu discurso, favorável à Constituição que viesse a ser jurada em Portugal.

Ainda sobre o discurso de Bianqui, o parlamentar o finalizou afirmando que com a incorporação

[...] se libra á la Prov.a de la más funestra de todas las Esclavitudes, que es la de la Anarquía. – Viverémos en orden bajo un poder respetable; seguirá nuestro Comercio, sostenido por los progresos de la pastura: los hacendados recogerán el fruto de los trabajos emprehendidos en sus haciendas, para repararse de los pasados quebrantos, y los hombres díscolos que se preparen á utilizar del desorden y satisfacer sus resentimientos en la Sangre de sus compatriotas, se aplicarán al trabajo ó tendrán que sufrir el rigor de las Leyes; y en cualquiera casos que prepare el tiempo, ó el torrente irresistible de los sucesos, se hallará la Provincia rica, poblada, y en estado de sostener el Orden, que es la base de la felicidad pública.²⁹⁰

Assim, Bianqui construiu a sua argumentação no sentido de que, sozinha ou incorporada a Buenos Aires ou Entre Ríos, a Banda Oriental não teria a possibilidade de prosperar. O território oriental só teria um futuro com êxito se incorporada à monarquia portuguesa. Após o discurso de Bianqui, “El Sor Alagon contextó: Estos son los sentimientos de todo mi Pueblo, y así me lo han especialmente encargado.”

As atas também mostram que, em seguida, quem discursou foi Llambí. Ele ressaltou a possibilidade de que com a saída das tropas de Lecor o território oriental provavelmente sofreria novas invasões ou cairia em uma guerra civil. Corroborando com Bianqui, Llambí retomou em sua fala os conflitos que a Banda Oriental sofreu nos anos anteriores, afirmando, inclusive, que mais da metade da sua população foi dizimada, bem como as suas riquezas foram destruídas, e que os orientais perderam o pouco armamento que tinham.

Llambí também apontou a devastação que a província encontrava-se e utilizou este fato para argumentar a incapacidade dos orientais em tornarem-se independentes, e

²⁸⁹ Idem, f.9v.

²⁹⁰ Idem, f.9.

retomou a questão da estabilidade, já levantada no Congresso: “[...] Un Gobierno independiente pues entre nosotros, sería tan insubsistente, como lo es, el del que no puede ni tiene medios necesarios para sentar las primeras bases de su estabilidad.”²⁹¹

Diante do exposto, a extração a seguir apresenta mais detalhadamente o discurso do parlamentar oriental:

En la alternativa que se nos presenta elegir una resolución poco circunspecta ó meditada con obstrucción de las circunstancias políticas de la Provincia, debe sumergirnos en un caos de desgracias y envolvernos en las diferentes aspiraciones de cada una de las facciones, de que se compone el País. – En el momento mismo en que el territorio fuese evacuado, tendríamos tal vez sobre nosotros la fuerza del Entre Rios para dominarnos, ó sacar de nosotros las ventajas que le proporciona el País en la guerra que tiene pendiente contra Buenos-Ayres [...]

Si hemos visto que las Provincias del interior á pesar de la Independencia de ellas han sido atacadas y tal vez obligadas á tomar el partido de aquel que con las fuerza llegó una vez á dominarlas ¿qué motivo había para dudar de estas probabilidades?

Abandonados á nosotros mismos, vamos á fomentar el zelo de las Provincias limitrofes. – Cada una de ellas debe ponerse á la expectativa del partido á q.e nos inclinamos; y cualquiera que sea nuestra moderación, cualesquiera los principios que adoptemos, ni estaremos libres de la desconfianzas de estos, ni menos seguros de que ellos no aspiren á hacernos tomar un partido más decidido por una ú otra. – En este caso ¿cuales son las ventajas que podremos proponernos? – Si la guerra es el mayor mal de un País: si desgraciadam.te nosotros lo hemos experimentado demasiado: si vemos destruída tal vez mas de la mitad de su población: aniquiladas nuestras riquezas, destruídas las haciendas y careciendo aún del alimento más abundante de la Provincia ¿necesitarémos analizar sus efectos para comprehender los males que nos deban suceder?

[...] habíamos perdido la mitad de nuestra población; y á este hecho que ninguno puede poner en duda, se sigue que hemos perdido también el poco armam.to que teníamos: que estamos sin rentas, y el comercio casi en su último grado.²⁹²

A possibilidade da incorporaçã a outros estados também foi abordada por Llambí. O congressista levantou a possibilidade da Espanha, Buenos Aires, Entre Rios e o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A Espanha foi descartada por razões como a distância, a sua impossibilidade de resolver as mazelas orientais e, ainda, porque levaria a conflitos armados no interior da província entre partidários a favor e contra a

²⁹¹ Idem, f.10 v e 11.

²⁹² Idem, f.9v, 10, 10v.

antiga metrópole. As guerras em que Buenos Aires e Entre Rios estavam envolvidas impossibilitavam, segundo Llambí, a união da Banda Oriental a estes estados. Assim, o deputado expunha que “A cualquier parte que vuelvo la vista me veo amenazado de los efectos de esta [a guerra]; y si à todos se les presenta con el horroroso aspecto que á mí, ningún mal deberémos temer tanto como él.”²⁹³

Llambi ainda afirmou em seu discurso que, de fato, a Banda Oriental estava em poder das tropas portuguesas, o que não se podia evitar, e que qualquer resolução dos orientais, por melhor que fosse, podia ser destruída por alguém que pudesse agrupar um pequeno número de combatentes. O aventurar-se nestas contingências seria uma imprudência que os congressistas teriam que responder eternamente aos pueblos.

Percebe-se, no discurso de Llambí, uma dose de pragmatismo ao destacar a fragilidade da província para sustentar-se independente. Se Llambí acreditava em sua argumentação, ou se a mesma foi um meio de justificar o seu voto e de congregar partidários em torno da opção acordada com Lecor, ou simplesmente uma mera encenação, não é o objetivo do presente trabalho. Importante é detectar a constante utilização do temor ao retorno aos conflitos armados, e que o discurso do deputado é um meio para o historiador identificar que a sociedade oriental à época tinha o seu imaginário temeroso no que tange o retorno das guerras ao seu território.

Apesar de diversos tratamentos críticos aos congressistas e a Lecor, como, por exemplo, o do periódico “El Argos de Buenos Aires” e de grande parte da historiografia, é possível pensar que as forças de Lecor conseguiram levar a estabilidade para a margem esquerda do Prata e que, paralelamente, os estados vizinhos viviam um alto grau de instabilidade. É válido ir ao anexo III, que mostra parte desta realidade.

Após a fala de Llambí, conforme constata-se nas atas, Larrañaga foi o deputado que discursou, demonstrando uma posição pragmática e o rechaço em relação à guerra, revelando uma espécie de trauma no que referia-se aos conflitos armados. Larrañaga afirmou que os orientais encontravam-se, desde 1814, abandonados pela Espanha. Buenos Aires e as demais províncias platinas fizeram o mesmo, deixando a Banda Oriental sozinha em uma guerra muito superior as suas forças e, por esta razão, o religioso anulou qualquer ligação do território com as províncias limítrofes e com a

²⁹³ Idem, f.10 v e 11.

Espanha. Assim, a questão dos conflitos bélicos estava presente na argumentação de mais um dos congressistas.

Outro ponto a se observar é que Larrañaga afirmou que após dez anos de revolução, a província estava distante do ponto de partida, e que o dever dos congressistas era conservar o que restou do seu aniquilamento e, caso o conseguissem, seriam, assim, verdadeiros patriotas. Pragmaticamente, Larrañaga conclamou aos deputados a afastarem a guerra e a desfrutarem da paz e da tranqüilidade através da união da província à monarquia portuguesa. No entanto, ele defendeu a autonomia da Banda Oriental, propondo que esta fosse considerada como um estado separado, conservando-se, por exemplo, as suas leis e autoridades.

Deste modo, no Congresso, o religioso afirmou que

[...] nos hallábamos en un estado de abandono. – Desamparados de España desde el año catorce, á pesar de los decididos exfuerzos de muchos habitantes de esta Prov.a; Buenos-Aires nos abandonó, y todas las demás Provincias hicieron otro tanto. – La Banda Oriental sola, ha sostenido una guerra muy superior à sus fuerzas; cualquiera convenio anterior, cualquiera liga o cualquier pacto está enteramente disuelto por esta sola razón. – En el triste estado à que hemos sido reducidos, colocados entre dos extremos diametralmente opuestos – de nuestra ruina ó de nuestra dicha – de nuestra ignominia ó nuestra gloria: todas nuestras consideraciones no se pueden dirigir á otra cosa, que á consultar nuestro futuro bien estar. – El dulce nombre de Patria, debe enternecernos; pero el Patriota no es aquel que invoca su nombre, sí no el que aspira à librarla de los males que la amenazan. – Hemos visto invocado este Sagrado nombre por diferentes facciones, que han destruído y aniquilado el País; después de diez años de Rebolucion, estamos muy distantes del punto céntrico de que hemos salido. – A nosotros nos toca ahora conservar los restos de ese aniquilamento casi general; si lo consiguiésemos, serémos unos verdaderos patriotas, - La guerra ha sido llevada hasta los umbrales mismo de Buenos-Aires, y sus Campañas se talan; nosotros no podemos esperar otra suerte, desde que colocados en medio de ellas, sin recursos, tuviésemos necesidad – ó de repeler por defendernos de un enemigo, ó de ofender por sostener nuestros derechos. – Si pues por el abandono en que hemos quedado, nro deber nos llama hoy á consultar los intereses públicos de la Provincia, solo esta consideracion debe guiarnos; porque en los extremos, la salud de la Patria es la única y mas poderosa ley de nuestras operaciones. – Alejémos la guerra, disfrutemos de la Paz y tranquilidad, que es el único sendéro que debe conducirnos al bien público. – Consideremos este territorio como un estado separado que debe unirse, conservaádole sus Leyes y sus fueros, sus principios, y sus autoridades. Pidamos la demarcación de sus límites segun estaba cuando fue ocupado p.r las tropas Portuguesas: sean sus naturales ó vecinos los que deban obter á los empleos de la Prov.a; séan ellos sus únicos juezes por quienes sus habitantes han de sostener y defender sus derechos; aspiremos á la libertad del comercio, industria y pastura: procuremos evitar todo gravámen de contribuciones, y finalmente acordemos q.to creamos más útil y necesario para conseguir la libertad civil, la seguridad individual y la de las propiedades del vecindario.²⁹⁴

²⁹⁴ ACTAS..., op. cit., f.11v, 12, 12v.

Da mesma forma que os outros deputados, o contato com a ata da sessão que discutiu a anexação permite afirmar que Larrañaga utilizou a possibilidade do retorno à guerra como legitimadora da opção pela permanência dos portugueses na Banda Oriental e, depois do seu discurso, acordava-se a incorporação do território oriental ao Reino Unido português:

Entónces por una aclamacion general los S.S. Diputados dijeron: Este es el único medio de salvar la Provincia; y en el presente estado à ninguno pueden ocultarse las ventajas que se seguiran de la Incorporac.n bajo condiciones que aseguren la libertad civil [...] En este estado, declarándose suficientemente discutido el punto, acordaron la necesidad de incorporar esta Provincia, al Reyno Unido de Portugal, Brasil y Algarbes, Constitucional, y bajo la precisa circunstancia de que sean admitidas las condiciones que se propondrán y acordarán por el mismo Congreso en sus ulteriores sesiones, como bases principales y esenciales de este acto [...]²⁹⁵

Assim, no dia 18 de julho, os congressistas votaram, unanimemente, pela incorporação ao Reino Unido português, até mesmo Luis Pérez, que, anteriormente, ensaiou oposição. Outra questão válida de ressaltar é a clara vinculação entre a anexação e a garantia de uma certa autonomia para a província, questão que será abordada mais adiante.

Importante argumento para a incorporação, a questão da paz, é válido ressaltar que enquanto os orientais desfrutavam de anos de tranquilidade, os demais antigos domínios da Espanha – e a própria Espanha, com as querelas em função do liberalismo, que eclodiu em 1820 – viviam as agruras das guerras de independência, que nos anos de 1820-1823 estavam em pleno desenvolvimento. No Peru, San Martín desembarcou, em 1820, para lutar contra as forças espanholas, sendo que a resistência ao prócer hispânico durou até 1826.²⁹⁶

Nas Províncias Unidas, em 1819, Rondeau chegou ao poder e entrou em conflitos com as províncias do Litoral, o que, no ano seguinte, levou ao embate entre Buenos Aires contra Santa Fé e Entre Ríos, sendo que as forças portenhas foram derrotadas na batalha de Cepeda, em fevereiro de 1820. Tal fato levou à dissolução do poder central e Buenos Aires renegou sua condição de capital. Goldman aponta que

[...] la provincias de Buenos Aires [...] en febrero de 1820, firma el Tratado del Pilar para alcanzar un acuerdo de paz con las fuerzas del Litoral. El tratado suscrito con Ramírez y López propuso como futuro sistema de gobierno del

²⁹⁵ Idem, f.12v.

²⁹⁶ CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *História del Perú contemporáneo*. Desde las luchas por la independencia hasta el presente. Lima: IEP, 2007.

país el de ‘federación’, aunque su organización se postergaría hasta la reunión de un congreso [...] en que los representantes deberían ser libremente elegidos por ‘los pueblos’,²⁹⁷

No entanto, com a desapareição do Diretório, logo, do governo central, levou à intensificação do processo de desagregação da estrutura do antigo vice-reino platino, para, em seguida, surgirem soberanias autônomas. Várias repúblicas brotaram no território da atual Argentina, províncias passaram a atuar como estados independentes, sendo válido retornar ao anexo III. Mas, é importante destacar que este quadro esteve envolto em vários conflitos bélicos, a mergulhar estas unidades políticas em várias guerras.²⁹⁸ Assim, os demais estados platinos estavam a viver intensos conflitos, o que levava aos orientais a descartar qualquer possibilidade de união com estes, ainda mais se considerar-se que, segundo Donghi, o anelo pela paz já era notado, desde 1816, em ambas as margens do Prata, a incluir, portanto, a Banda Oriental.²⁹⁹

Observa-se que o discurso dos deputados não demonstrou nenhuma dificuldade para a união com a monarquia portuguesa, principalmente se o contrastar com a realidade do mundo espanhol. Além disto, conforme já apresentado, Larrañaga e Bianqui pediram, em março de 1817, ao poder português instalado no Rio, a anexação da província. Deste modo, o projeto oriental de unir a margem esquerda do Prata à monarquia portuguesa datava de um período anterior ao Congresso Cisplatino.

A sessão de 19 de julho foi presidida por Larrañaga, constando na ata que Durán encontrava-se enfermo. Tomás García de Zúñiga propunha que se fosse enviado aos Cabildos e Alcaldes Territoriais cópias da ata de incorporação, para que apresentassem sugestões e, ainda, buscando-se evitar a chegada a estas localidades de notícias “truncadas” em relação a um fato tão relevante. Zúñiga afirmou que através das atas informariam as razões que os levaram a votar pela anexação, bem como o real estado do “país”, dos recursos que poderiam contar e as mazelas que os ameaçavam.

Llambí explicitou a sua concordância com Zúñiga, observando também a importância de que os pueblos se interessem, entretanto, levantou a possibilidade de

²⁹⁷ GOLDMAN, Noemí. Los orígenes del federalismo rioplatense (1820-1830) In: GOLDMAN, op. cit., p.107.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ DONGHI, Tulio Halperin. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

enviar as informações depois de sancionadas as condições que deviam servir de base à incorporação.

Zúñiga, Larrañaga e Pérez posicionaram-se contrários à proposição de Llambí e, “[...] habiéndose así acordado por los demás Señores, se determino mandar sacar copias de ella [da ata] y del oficio del Sor Baron de la Laguna y que se entregasen á cada uno de los Señores Diputados p.a q.e por su conducto fuesen remitidas à los Cabildos y Alcades territoriales.”³⁰⁰

Em seguida, Larrañaga propunha a criação de uma comissão composta pelos próprios congressistas, que teria como objetivo trabalhar na questão das condições para a incorporação. A proposta foi aprovada e discutiu-se o número dos componentes da comissão. Larrañaga sugeriu cinco. García, apoiado, em seguida, por Pérez, propôs somente três, justificando que depois o Congresso examinaria e sancionaria as questões trabalhadas pela comissão.

A votação para a composição da comissão levou Llambí a ser eleito em primeiro lugar,

[...] en seguida el Sor Larrañaga votó por el Sor García de Zúñiga y el Sor Rivera – el Sor García de Zúñiga por el Sor Larrañaga y el Sor Bianqui: el Señor Rivera por los mismos: el Sor Gomensoro idem: el Señor Gallegos por el Sor Larrañaga y el Sor García de Z: el Señor Chucarro idem: el Señor Perez idem: el Señor Bianqui por el Sor Larrañaga y por el Sor Rivera: el Sor Visillac por los mismos: y el Sor Gimeno, idem: el Señor García, por el Sor Larrañaga y el Señor García de Zúñiga: el Señor Alagon idem: el Sor Silva idem – y el Sor Llambí por los mismos; resultando electo a pluralidad de votos el Sor D. Francisco Llambí – el Sor D. Dámaso Larrañaga, y el Sor D. Tomás García de Zúñiga.³⁰¹

Não há dúvidas de que os deputados que compuseram a comissão organizadora das bases eram aliados expressivos de Lecor e de Portugal. Llambí e Larrañaga compunham o Cabildo que articulou a entrada de Lecor em Montevidéu e Zúñiga era um importante financiador da administração lusa. Observa-se que além destes três, outros dois congressistas receberam votos para fazer parte da comissão: Bianqui, que também compunha o Cabildo de 1817, e Rivera, neste momento parte do exército português.

³⁰⁰ ACTAS..., f.14.

³⁰¹ Idem, f.14v.

Sucedendo a votação, os deputados optaram por cancelar a sessão do dia seguinte, para que pudessem escrever

[...] lo que creyesen conveniente á cerca de este asunto, á sus respectivos Pueblos, y tuvieran tiempo de presentar las condiciones á la Comisión nombrada: mandándose tambien traer á la vista los antecedentes y obrados por otras Autoridades solicitando la incorporación de esta Prov.a á la Monarquia Portuguesa: las Capitulaciones bajo de que entraron á la Plaza las tropas de S.M.F. y todo lo demás obrado para la unión de los Pueblos de la Campaña al Gobierno de Montevideo en el año mil ochocientos diez y nueve p.a tenerse presente las peticiones q.e entonces hicieron [...]³⁰²

A sessão de 21 de julho voltou a ser presidida por Durán, e nela discutiu-se a questão das bases de incorporação. Larrañaga expôs que todas as condições para garantir a liberdade civil, a segurança individual e as propriedades do vecindario estavam resumidas nas bases constitucionais das cortes de Portugal. Assim, para simplificar as propostas da Comissão, o padre pediu ao secretário para ler as bases da Constituição portuguesa, objetivando que o Congresso decidisse se poderia ou não agregar algo aos artigos contidos no documento luso.

Após uma breve discussão, decidiu-se que nelas estavam contidos o que podia-se exigir sobre as questões abordadas por Larrañaga e, deste modo, a Comissão devia garantir o cumprimento destas bases na província.

No dia 23 de julho iniciaram-se as discussões sobre os três primeiros pontos da incorporação. A nomenclatura e a vinculação a Portugal estavam abordadas no debate:

El Señor Llambí [...] propuso [...] La Banda Oriental del Uruguay y Septentrional del Río de la Plata debe considerarse como un Estado diverso de los demás de la Monarquía Portuguesa, bajo el nombre de Estado de la Banda Oriental porque q.do fué ocupado este territ.o, tenían Gob.o Ind.te y se le reconocía por tal. El Señor Perez hizo presente, que no era ella completamente Septentrional del Río de la Plata; y por consiguiente podria usarse de una voz mas general. – El Sor García propuso, que se pusiera solo este territorio; y que en lugar de Monarquía Portuguesa, se dijese Reyno Unido. El Sor Larrañaga, dijo: que Estado de la Banda Oriental, era menos propio que el de estado Cisplatino, por q.to este nombre designaba la verdadera situación del Pais, de este lado de la Plata. – El Sor Llambí hizo presente, qe cualquiera variación que se admitiese en el nombre con que anteriormente había sido conocido, se supondría tal vez, variado en ódio de la antigua administración; y que creía por lo mismo debía evitarse toda alteracion, en una cosa que poco importaba. – El Señor Perez, dijo: que Banda Oriental era una voz muy poco significativa [...] y que en este caso era necesario designar el Río de la Plata, de quien era Oriental.

³⁰² Idem, 14v.

– El Señor Larrañaga, dijo: que entónces resultaba muy extenso el título de Estado Oriental del Río de la Plata; que era mejor se le nombrase Cisplatino (a) Oriental, con que se evitaba el inconveniente que se había propuesto.³⁰³

O debate apresentado acima leva-nos a observar a significância da questão da nomenclatura para o estado recém incorporado. Procurou-se uma designação que não fosse entendida como odiosa em relação a administrações anteriores – administrações estas que muitos dos congressistas fizeram parte – mas, também, necessitava-se de uma denominação que tivesse significância, conforme expressava Perez.

Ressalta-se, ainda, a proposição de García, que sugeriu a vinculação ao Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves, ao invés da monarquia portuguesa. Possivelmente, prevendo a emancipação do Brasil e a rejeição que a incorporação teria em Lisboa, a proposição de García de utilizar Reino Unido fosse para que em futuras discussões, no âmbito interno e externo à província, ela estivesse de alguma maneira ligada ao Brasil, e não só à monarquia portuguesa, neste momento sediada novamente na Europa.

Assim, a proposição de García em relação à designação foi aceita, bem como a de Larrañaga: “Este territorio, debe considerarse como un Estado diverso, de los demás del Reyno Unido, bajo el nombre de Cisplatino (a) Oriental.”³⁰⁴

Após esta questão, discutiu-se uma segunda proposição, referente aos limites com o Reino do Brasil. Não havia nenhuma menção ao acordo de 1819. Ele permaneceu secreto. Assim, os congressistas acabaram por estabelecer os limites como os mesmos do início da revolução platina. Entretanto, mesmo com a devolução das terras à Cisplatina, o governo do Rio Grande continuou a distribuir sesmarias neste território.

Ainda sobre a questão da fronteira entre a Cisplatina e o Rio Grande, “Com a incorporação de 1821, os expansionistas, na ambição de anexar e legitimar uma província, acabaram criando as condições para que, no futuro, perdessem os ‘avanços’ graduais de 1819.” e, assim, “Ao conceber a linha como limites internos entre duas

³⁰³ Idem, f.17 e 17v.

³⁰⁴ Idem, f.17v.

províncias do Reino Unido [...] o general [Lecor] inseria no tratado de 1821 uma das principais fontes de divergências até 1851.”³⁰⁵

Neste mesmo dia 23, os deputados acordaram que a Cisplatina teria a sua representação no Congresso Nacional e de que gozaria do mesmo patamar que os outros estados da monarquia. No dia 24 foram discutidos os itens de número quatro a onze, e no dia 26, da décima segunda a décima oitava e a vigésima (referente ao “Síndico procurador general de los Pueblos”).

No dia 26, os membros da comissão também leram as propostas dos Cabildos de Montevideu e Guadalupe. O Cabildo montevideano afirmou estar satisfeito com o que foi negociado no Congresso, e que os congressistas atuaram correspondendo dignamente a confiança que foi-lhes depositada pelos pueblos, liberando, assim, ao Congresso, determinar as Bases de Incorporação. O de Guadalupe expunha que

Ella no será una obra perfecta, pero sí hija del mayor deseo del bien del Pais. Díguese V.S.S. hacerlo asi presente á la Comisión, ilustrándola con sus luzes y supliendo los defectos de que debe adundar: recomendando muy especialmente á la consideracion de V.S.S. el garantido, ó en su defecto las circulares de ratificación del Soberano a todos los Cabildos, de cuanto contengan las condiciones de la Incorporación. El haberse retardado el oficio de V.S.S. hasta el veintidos p.r la noche, ha sido la causa de no haberse despachado este asunto con la brevedad que lo exigen.³⁰⁶

A 27 de julho, Rivera propos que se desse continuidade à discussão sobre a nomeação do Síndico Procurador “[...] con las atribuciones correspondientes para reclamar las infracciones que se advirtiesen en lo sucesivo: y sostuvo que debía preferirse un individuo de representacion para este cargo; porque ademas que no se coartaban los deberes y representacion de las otras Autoridades, podría también más fácilmente consultar y expedirse.”³⁰⁷

Pérez opinou que deveria-se encarregar o Cabildo de Montevideu à cobrança das infrações, pois era assim que se procedia até o presente momento, e, por outro lado, também ressaltou a respeitabilidade da instituição. Larrañaga discordou da proposta de Pérez e, assim, decidiu-se que, até a publicação da Constituição do Reino, seria

³⁰⁵ GOLIN, op. cit., p.330.

³⁰⁶ ACTAS..., op. cit., f.20v.

³⁰⁷ Idem, f.23v.

nomeado, pelo Congresso, um síndico procurador do estado para fiscalizar e receber reclamações de violações as condições propostas ou às bases constitucionais.

Em seguida, o presidente questionou se algo mais deveria agregar-se às condições acordadas e, unanimemente, os deputados incluíram as instruções dos seus “Pueblos”: que continue no comando da Província o barão da Laguna, “[...] por convenir así y considerarse necesaria su permanencia, para el sosiego y tranquilidad del Estado [...]”.³⁰⁸

Após o pedido de permanência de Lecor no poder, Durán disse que podia-se eleger o síndico do estado. Llambí contra-argumentou, dizendo que ainda não era o momento, que se esperasse a resposta de Lecor sobre as bases da incorporação. No entanto, Larrañaga afirmou que era melhor resolver a questão do Síndico naquele momento. Os demais deputados concordaram e foi eleito Tomás García de Zúñiga.

No dia 28, o secretário apresentou as bases acordadas pelo Congresso Cisplatino, que, de uma maneira geral, traduziam um anelo localista e autonomista: o de conservar tudo o que era seu e lhe dava caráter, limites, costumes, aplicação de suas rendas, dentre outros. Conservaram-se as leis, desde que não fossem conflitantes com a Constituição e, ainda, os empregos e cargos da província eram reservados aos seus naturais ou àqueles que haviam contraído matrimônio na região. Assim, com a política de casamentos empregada anteriormente, diversos portugueses e brasileiros poderiam ocupar posições em cargos públicos da província.

Deste modo, os congressistas decidiram a incorporação do estado ao Reino Unido e enviaram as bases junto com um ofício a Lecor: “[...] Ellas [as bases] son conforme á los principios liberales que modernamente establecen las Constituciones de Europa; siguiendo el espíritu de éstas, créese que V.E. no encontrará motivo para negarse á aceptarlas [...]”.³⁰⁹ Na ata, após a transcrição do ofício, ainda consta que “[...] se espera su contextacion [de Lecor] para resolver lo demás que correspondiese, segun el resultado de aquellas; nombrado en comision á los señores Don Fructuoso Rivera y Don Gerónimo Pio Bianqui para que la presenten á Su Excelencia, á quienes fueron entregadas en pliego separado el oficio indicado y cópia autorizada de aquellas.”³¹⁰

³⁰⁸ Idem, f.24.

³⁰⁹ Idem, f.27v.

³¹⁰ Idem, f.27v e 28.

A sessão do dia 30 iniciou-se com o questionamento de Durán sobre a resposta de Lecor. Llambí disse que ainda não havia recebido. Bianqui e Rivera afirmaram ter entregue a devida documentação ao barão da Laguna e, então, o presidente deu prosseguimento à sessão.

Cabe aqui questionar porque dois congressistas, ainda mais da relevância de Bianqui e Rivera, foram designados para entregar a documentação a Lecor. Presume-se que a entrega dos papéis poderia ser feita por qualquer funcionário ou mensageiro. É possível que junto à apresentação dos documentos, aconteceram articulações ou conversações pessoais sobre o que estava ocorrendo no Congresso, entretanto, não temos registros desse encontro, restando somente a especulação.

Ainda no dia 30, procedeu-se a nomeação de uma comissão para que apresentasse ao Congresso as solicitações particulares dos pueblos ou Cabildos e para ela foram eleitos Larrañaga, Pérez e Zúñiga. Neste mesmo dia, a abertura do porto de Maldonado foi colocada em discussão. O Congresso debateu se correspondia a ele ou não a decisão e, por fim, optaram por passar ao secretário a incumbência de na próxima sessão fazer uma relação sobre o assunto. O Congresso esperou a comunicação de Lecor até as duas da tarde, entretanto, como não a receberam, encerraram a sessão.

A resposta de Lecor chegou no dia 31, aceitando a incorporação em nome de D. João VI, bem como a cláusula que o mantinha no controle da Cisplatina:

La continuacion del mando [...] me es sumamente lisonjera, y ¡ojalá! pueda yo contribuir á la felicidad de los Pueblos, para corresponder á las consideraciones de sus dignos Representantes, y á las intenciones benéficas de S.M., que quiso conferirme de nuevo el mando de este precioso pais para el caso de su Incorporacion, como si hubiera presentido los generosos deseos de esta respetable Corporación.³¹¹

Em ofício a Lecor, que constava da ata deste mesmo dia, os congressistas agradeceram-lhe a aceitação das bases de incorporação:

El Honorable Congreso, al instruirse de la contextación de V.E. de esta fecha, en que acepta á nombre de S.M. las Condiciones y Bases propuestas para la Incorporación de esta Provincia, no puede desentenderse de manifestar su gratitud por los principios de beneficencias que le animan, en favor de unos Pueblos desgraciados en quienes la guerra civil se ensangrentó y produjo todos

³¹¹ Idem, f.29v.

sus efectos = Aunque llenos de la confianza que puede inspirarnos la experiencia de cuatro años, ningun temor nos asiste sobre el cumplimiento de ellas, toda vez que V.E. nos asegura su conservacion en el mando, con todo el deber de este Congreso le obliga á continuar sus funciones, hasta afianzar el pacto celebrado con que está conformado yá. – Á este efecto dará oportunas providencias previniendo este aviso que le demuestre su satisfaccion, y contento, y que probablemente surtirá iguales efectos en el ánimo de V.E.³¹²

Assim, no dia 31, Lecor e os deputados declararam a incorporação e as condições da mesma:

[...] el Señor Presidente y demás Diputados de los Pueblos del Estado Cisplatino (a) Oriental en representacion de los habitantes de el: y el Señor Baron de la Laguna á nombre y representación de S.M.F. y en virtud de las facultades especiales que le son conferidas para este acto, declaramos que habiendo pesado las criticas circunstancias en que se halla el Pais; y consultado los verdaderos intereses de los Pueblos y de las familias: hemos acordado y por el presente convenimos en q.e la Provincia Oriental del Río de la Plata, se una é incorpore al Reyno Unido de Portugal, Brasil y Algarbes, constitucional, bajo la imprescindible obligacion de que se le respeten, cúmplan, observen y hagan observar las bases [...]³¹³

Após a listagem dos vinte e um pontos que compuseram as condições da incorporação, que serão mostrados e analisados posteriormente, na ata ainda encontram-se propostas de Lecor, como, por exemplo, a de que, de acordo com a Constituição, se procedesse a eleição para deputados para as Cortes Gerais assim que D. João VI tivesse o conhecimento da incorporação.

No primeiro dia de agosto, o Congresso decretou a maneira que ia ser feito o juramento da incorporação. Se estabeleceu que a cerimônia contaria com a participação de Lecor, dos congressistas, das autoridades e funcionários públicos de Montevideú, assim como dos comandantes militares portugueses. Observa-se que Larrañaga, por sua condição de pertencente ao clero romano, foi o único congressista a contar com um juramento próprio.

Ainda neste dia, Pérez fez menção de que nas bases acordadas havia a omissão sobre o distintivo ou medalha das tropas do Estado, que entrou como vigésimo segundo item. Bianqui propos que às Armas da Cidade se agregasse a Esfera Armilar, “[...] de

³¹² Idem, f.30 e 30v.

³¹³ Idem, f.31 e 31v.

este modo se manifiesta mejor que el Estado cuando solicita aquella gracia, quiere tambien interpolar las Armas de la nacion á que se incorpora con las propias de que ha usado [...]”.³¹⁴ Larrañaga apoiou Bianqui e a questão do distintivo alusivo à incorporacão foi repassado a Lecor como item número vinte e dois. Lecor aceitou, conforme consta da ata do dia dois de agosto, a proposição.

No dia cinco ocorreu o juramento, comparecendo o general, os congressistas e todas as autoridades e funcionários de Montevideú. No oitavo dia de agosto, houve a dissoluçã do Congresso Cisplatino, conforme estabelecido por Durán, em junho. As últimas ordens do Congresso foram no sentido de enviar cópia das atas a Lecor, para informar ao rei D. João VI e as Cortes dos acontecimentos:

[...] ordenando que se imprimiesen y circularasen la Acta del 18 de julio ppdo con los docum.tos referentes, la del dos de agosto y diligencia de haberse praticado el juramento, para lo cual se libracen los oficios correspondientes; remitiéndose todo lo obrado al Sor Gob.or Int.e para que disponga se archive con la seguridad necesaria.

[...] determino S.H. se pasasen al Exemo Sor Baron de la Laguna cópia de las Actas y Decretos expedidos autorizados por los Señores Presidente y Secretario para su conocimiento; y p.a que por su conducto se dé cuenta á S-M- y Córtes Generales de la Nación.³¹⁵

Por fim, agrega-se que, após a decisã dos congressistas, Lecor, representante de D. João VI, aceitou a decisã do Congresso. Entretanto, em Portugal, Espanha e Buenos Aires, seu resultado proporcionará grandes polêmicas e oposições.

2.3 O Estado Cisplatino: associaçã, centralizaçã e identidade

Retoma-se que, nas reuniões do Congresso Cisplatino, os deputados orientais discutiram sobre qual seria o melhor futuro para o território oriental. Após analisarem várias possibilidades, decidiram, unanimemente, pela uniã da Banda Oriental ao Reino Unido portuguêss sob o nome de Estado Cisplatino Oriental, em nome da manutençã da paz. Temia-se que com a saída dos portugueses se repetisse o processo bélico da década anterior.

³¹⁴ Idem, f.36.

³¹⁵ Idem, f.39 e 39v.

Este fato pode ser associado à explicação de Chiaramonte de que vários destes pueblos soberanos que surgiram na América Espanhola acabaram por identificar a sua impossibilidade, por debilidade econômica e cultural, de suas respectivas existências totalmente independentes, pois se o fossem, sofreriam uma série de riscos à sua manutenção, bem como havia a inviabilidade de sua subsistência. Buscavam, então, a sua associação com outras unidades, a abrir mão desta independência total. Assim, “Esta conciencia de la igualdad de derechos en su relación con las demás entidades soberanas, independientemente de las diferencias de tamaño, riquezas y poder, es uno de los puntales de las prácticas políticas del período [...]”³¹⁶

Observa-se que esse novo estado surgia em um contexto em que nas antigas colônias espanholas vivia-se

[...] una variedad de formas de concebir el derecho a la autonomía política por las ciudades y provincias que se calificaban a sí mismas de ‘americanas’, formas que van de la simple autonomía, a la independencia a secas o a la independencia ‘absoluta’ y, para explicarnos asimismo el hecho de que no se veía contradicción alguna en conjugar esas tendencias autonómicas o independentistas con la búsqueda de integración política en pactos, ligas, confederaciones, o en Estados federales o unitarios [...] es necesario recordar las peculiaridades de las concepciones que guiaban entonces las prácticas políticas [...] Se trata de las pautas del Derecho de Gentes, más precisamente denominado entonces Derecho Natural y de Gentes que [...] constituyó [...] por lo tanto, de las prácticas políticas de la época.³¹⁷

Esses orientais, tanto pela concepção política em voga no mundo hispânico, quanto pela ordem de D. João VI, viam-se no direito de decidir os rumos do território oriental. Dentro desta decisão, estava a busca de sua autonomia dentro da monarquia bragantina. Sobre o Congresso Cisplatino, Ana Frega expõe que

El Derecho Natural y de Gentes ofrecía argumentos para legitimar la decisión adoptada. En efecto, la capacidad de gobernarse a sí misma era la ‘cualidad especial’ que hacía a una ‘nación’ un verdadero ‘cuerpo político’, aunque estuviera ligada a un estado más poderoso por una alianza desigual. Pero si se entendía que no tenía suficiente fuerza por sí sola o era incapaz de resistir a sus enemigos, en aras del principio de conservación, podía unirse a otro estado bajo ciertas condiciones acordadas entre las dos partes; en esa situación, aún cuando conservara sus leyes y magistrados, desaba de ser una ‘nación’ o ‘soberanía’³¹⁸

³¹⁶ CHIARAMONTE, op. cit., 1997, p.160.

³¹⁷ Idem, p.157 e 158.

³¹⁸ FREGA, op. cit., 2007, p.340.

Soma-se, ainda, que o Congresso Cisplatino e a consequente legitimação do poder luso na região foi importante passo neste processo de centralização oriental, detectado já no período de Artigas e prosseguido após a ocupação portuguesa. A partir daí, tinha-se um estado, ao menos teoricamente, unido, coeso, com o fato de Montevideu prevalecer frente às outras cidades orientais – tanto os orientais de Soriano, quanto os de Maldonado estavam sob o governo montevidiano – bem como este estado possuía seu conjunto de regras frente ao Reino Unido português. Além disto, desde a saída de Artigas do território oriental, todo ele estava sob o mesmo poder político (não mais dividido entre artiguistas e portugueses e, sim, na mão da coalizão luso-montevidiana) e oficializado no Congresso.

Portanto, além da centralização administrativa em Montevideu, com suas instituições públicas a prevalecerem sobre as das demais áreas da Cisplatina, abria-se o espaço para o início da criação de uma identidade oriental frente ao restante da monarquia lusa.

Os orientais de Capilla de Mercedes, Purificación, Rocha e Montevideu eram súditos do mesmo rei, teriam a mesma constituição que o restante do Reino Unido português e a mesma religião que os domínios joaninos. Questões estas que poderiam aproximá-los do conjunto português, mas que, à exceção da carta magna, não eram muito diferentes do período colonial.

Porém, por outro lado, tinham, frente ao conjunto da monarquia bragantina, suas especificidades: Eram “hispanohablañtes”, tinham suas próprias leis, sua capital, seu governo com certa autonomia frente à Coroa, o que não acontecia em outras áreas do Império luso. Isto poderia dar a identidade de cisplatinos a estes orientais de vários pontos deste Estado. Então, com o resultado do Congresso Cisplatino, estava aberta esta possibilidade, que, no entanto, pela velocidade dos acontecimentos na região platina, malogrou, três anos depois, ao eclodir a guerra de 1825, que terminou com a viabilidade da Cisplatina.

Por fim, referente à questão da identidade, João Paulo Pimenta ressalta que

[...] embora tais limites [com o Brasil] não se traduzissem em identidades políticas claramente definidas, por detrás deles é possível entrever-se uma identidade *oriental* – que, a exemplo de outras demais do período, não tinha correspondência com nenhuma forma de organização política autônoma – de especial relevância, já que amparada numa trajetória anterior que remonta à

época de Artigas e ao conflito de seu projeto com o então Diretório de Buenos Aires.³¹⁹

2.4 As condições para a incorporação do Estado Cisplatino ao Reino Unido português

Lecor e o Congresso firmaram vinte e umas condições para a incorporação do novo território ao Reino Unido luso. De uma maneira geral, pode-se afirmar que elas davam uma série de autonomias ao Estado Cisplatino, bem como garantiam a sua especificidade no conjunto da monarquia portuguesa e, ainda, não colocavam-se em oposição ao liberalismo, corrente política que estava em evidência no mundo luso-brasileiro.

Sobre este novo Estado, é válido observar que Chiaramonte cita que, à época, a formação de um estado ou de uma nação não envolviam-se sentimentos nacionalistas – e é sob este prisma que deve-se entender a ação dos congressistas. A conformação de unidades políticas era em termos racionalistas e contratualistas. A origem desta concepção está, segundo o historiador argentino, na tradição ilustrada ou até mesmo em tradições mais antigas e contratualistas européias.³²⁰

Assim,

En síntesis, constituir una nación era organizar un Estado mediante un proceso de negociaciones políticas tendientes a conciliar las conveniencias de cada parte, y en los que cada grupo participante era firmemente consciente de los atributos que le amparaban según el Derecho de Gentes: su calidad de *persona* soberana, su derecho a no ser obligado a entrar en asociación alguna sin su consentimiento – clásica figura ésta, la del consentimiento, sustancial a los conflictos políticos del período – y su derecho a buscar su conveniencia, sin perjuicio de la necesidad de conciliarla, en un proceso de negociaciones con concesiones recíprocas, con la conveniencia de las demás partes.³²¹

Entende-se, portanto, como válida a afirmação de Chiaramonte para o caso do Estado Cisplatino. O pragmatismo político levou os congressistas a legitimarem o poder político português que ali estava e garantia-lhes paz e ordem. Assim, o primeiro passo

³¹⁹ PIMENTA, op. cit., 2002, p.181.

³²⁰ Idem.

³²¹ Idem, p.148.

dos parlamentares foi agir de forma racional e aceitar aos portugueses. Depois, veio a questão contratualista. As condições para associarem-se a uma outra unidade política maior e mais poderosa.

Deste modo, as cláusulas a seguir, de uma maneira geral, seguem esta lógica, demonstrando as condições que os orientais estabeleciam. Na formatação dada a estas cláusulas, os congressistas orientais criam que obteriam maiores benefícios da unidade política – Reino Unido português – ao qual iam unirem-se, pois, conforme constatou e escreveu em epístola o deputado oriental Alagon: “[...] estamos en tiempo de pedir mucho, y ellos [os portugueses] de conceder.”³²²

Sobre as mencionadas condições, o primeiro ponto da incorporação do Estado Cisplatino à monarquia lusa estabeleceu que “Este territorio debe considerarse como un Estado diverso de los demás del Reyno Unido, bajo el nombre de Cisplatino (a) Oriental.”³²³ O segundo delimitava os limites entre o novo estado e o Brasil aos anteriores ao período revolucionário, e o terceiro item fixava que o Estado Cisplatino “Gozará del mismo rango de los demás de la Monarquía, y tendrá desde ahora su representación en el Congreso Nacional, conformándose no obstante á los principios que establezca la Constitución del Estado”.³²⁴

Ainda mantendo a especificidade oriental no conjunto da monarquia joanina, os itens quatro, cinco e seis decretaram, respectivamente, que “Se conservarán y respetarán por ahora nuestras Leyes, en cuanto no se opogan á la Constitucion general.”, “Se conservarán y guardarán todos los privilegios, exempciones, fueros, costumbres, titulos, preeminencias, y prerrogativas que gozen por fuero y derecho todos los Pueblos, todas las Autoridades constituídas, todas las familias y todos los individuos de la Provincia” e “Se sostendrán las Autoridades civiles en independencia de las militares, y éstas no podrán mezclarse en los negocios ó asuntos que por Ley correspondan á aquellas: y los habitantes particulares de la Provincia, sólo podrán ser juzgados por los Juezes civiles.”³²⁵

³²² Cabildo del Departamento de Colonia. Expediente. 1821-1823. Libro nº 717, folio 69. AGN. Apud: Devoto, op. cit., p.325.

³²³ ACTAS ..., op. cit., p.31v.

³²⁴ Idem, p.31v.

³²⁵ Idem, p.31v – 33v.

A sétima cláusula das condições para a incorporação era referente ao sistema produtivo cisplatino, declarando que: “El comercio, industria, y agricultura, serán exemptos de toda traba conformes á los principios de las Naciones liberales”.³²⁶ A oitava estabelecia que “Luego que se verifique la Incorporación, todos los empleos de la Provincia y cargos concegiles de ella, excepto por ahora la Capitania General, serán conferidos á los naturales ó habitantes casados, ó avecindados en ella”. Deste modo, os elementos provenientes do Reino Unido português que tiveram os seus enlacedos matrimoniais realizados com mulheres orientais estavam em situação de igualdade aos naturais do Estado Cisplatino, tendo a perspectiva de alcançarem importantes postos na administração pública. Igualmente, estas posições eram garantidas aos filhos destes casamentos “mistos”, pois estas crianças, netas de importantes orientais, eram portuguesas em função da procedência de seus pais e, também, eram orientais, seja pelo seu local de nascimento, seja por suas mães pertencerem a importantes famílias locais. O nono item estabelecia que “Por ningun motivo se impodrán contribuciones extraordinarias”, afastando, portanto, a possibilidade de novas taxações aos orientais.

Referente ao recrutamento militar, o décimo artigo expunha que “Ningun habitante del Pais podrá ser compelido al servicio veterano de mar ó tierra por levass, quintos ó en otra cualquiera forma, á excepción de vagos ó mal entretenidos” e o décimo primeiro também relacionava-se às atividades militares, estabelecendo que “Las milicias que se formen en el territorio, no serán obligadas a salir de sus respectivos Departamentos sino cuando lo exija la tranquilidad pública, ó en el caso de invasion de este estado, y bajo de ningún pretexto fuera de los límites de el.”³²⁷

É importante relacionar estas informações com o fato de que o recrutamento ocasionava uma série de desestabilizações na sociedade, com fugas e o conseqüente abandono de atividades produtivas, como a lavoura, além da mobilidade geográfica e, muitas das vezes, o simples rumor da chegada de recrutadores a determinada localidade poderia causar estas ações desestabilizadoras.³²⁸

Conhecedores das conseqüências que os recrutamentos poderiam ter na sociedade, provocando desestabilizações e insatisfações na população, os congressistas

³²⁶ Idem.

³²⁷ Idem.

³²⁸ MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik, op. cit.

buscaram excluir o Estado Cisplatino de ser fornecedor de homens para o exército do Reino Unido português. De acordo com as cláusulas de número dez e onze, os orientais atuariam militarmente apenas dentro do próprio território, de maneira que pode-se compreender que lutariam apenas para defender o local de sua procedência e os seus interesses, podendo estes serem financeiros, políticos e até mesmo o da simples proteção de suas famílias. Deixava-se, então, a árdua atividade do combate aos elementos entendidos como destoantes da sociedade da época aos “vagos” ou “mal entretenidos”, segmentos que não estavam sob a cobertura das redes sociais de proteção³²⁹ e que não trariam nenhuma espécie de ônus para os interesses dos setores produtivos e políticos da sociedade oriental.

Sobre o item de número doze, este estabelecia que

Mientras no se determine la forma de arreglar los derechos por el Congreso General de la Nacion, no podrá hacerse alteracion alguna, sino como hasta aquí en Junta General de real hacienda, oyéndose á los Cabildos, y con asistencia del Síndico General de los Pueblos, que deberá nombrarse con las atribuciones correspondientes en el modo y forma que se determinará.³³⁰

E o décimo terceiro definia que

Los gastos de Administracion civil serán pagados con preferencia, no obstante que pueda aplicarse el remanente de las rentas de este Estado para el pago de las guarniciones precisas; debiendo abonarse los demás gastos á q.e aquellas no sufraguen para la mantencion del Ejército, como hasta aquí por el Banco del Río Janeiro, ó en el modo que determine la Nacion, mientras que le sea preciso sostener una fuerza mayor para conservar el territorio.³³¹

Os itens quatorze, quinze e dezesseis apontam, respectivamente, que “Se aceptan las bases de Constitucion acordadas por el Congreso General de la Nacion en el presente año, como que afianzan la libertad civil, seguridad individual y la de las propiedades, con las reformas ó adiciones que determine el Congreso General, luego q.e esté completa la representacion de América”, “No tendrán lugar en el Pais las reformas que se acuerden para Europa, sobre Religiosos y Monacales, en razon del corto número de ellos y necesidad de Ministros; y para la reforma de algunos abusos eclesiásticos, se encargará el cumplimiento de los Capítulos segundo y tercero de la sesión veinticuatro de Reformatione del Tridentino” e que “Este territorio no será parte de algun otro

³²⁹ Idem.

³³⁰ ACTAS....., op.cit.

³³¹ Idem.

Obispado, sino que deberá haber un Gefe espiritual, en la forma que se acordáse entre S.M.F. y Su Santidad; entretanto continuará como hasta ahora, un Delegado del Gobernador del Obispado.”³³²

Com as duas últimas cláusulas apresentadas no parágrafo anterior, o padre Larrañaga garantia para o novo Estado importante espaço na hierarquia católica para o clero local, sendo que, por sua significativa projeção política, é provável que o sacerdote aliado de Lecor almejava para si este posto e, como congressista, deve ter tido importante participação na elaboração destes pontos.

As cláusulas dezessete e dezoito definiam que “Los vecinos no serán grabados con alojamientos sino por el termino de tres días en tiempo de paz” e “Todas las Autoridades incluso los Capitanes Generales, al recibirse del mando prestarán juramento de cumplir y hacer cumplir las antecedentes condiciones; y serán responsables, no sólo de las infracciones, sino de su Omision en reclamarlas de cualquiera que lo intente”³³³

A cláusula de número dezenove, de apenas uma linha, garantia a permanência de Lecor no poder, estabelecendo que o general permaneceria no comando do Estado Cisplatino Oriental: “Continuará en el mando de este Estado, el Señor Barón de la Laguna.”³³⁴

A vigésima afirmava que

Entre tanto no se ponga en práctica ó publique la Constitución general del Reyno, se nombra por el Congreso; un Síndico Procurador del Estado, para reclamar por sí, ó á solicitud de alguna Autoridad ó vecino que interpele su Ministerio, con documentos ó pruebas justificativas cualquiera violación de las Condiciones propuestas, en el modo y forma siguientes. – Primera. – El Sindico reclamará de las Autoridades y ante la misma Capitania General, por tres veces, cualesquiera violacion; y sino se repararse, ocurrirá al Rey, ó al Congreso Soberano – Segunda: pr cualquiera reclamacion que en esta forma hiciere, su persona será inviolable – Tercera: intervendrá con el Gobierno ó Autoridades, en las reformas ó reglamentos generales. – Cuarta – en los casos de impedimento ó enfermedad, le suplirá el Sindico de la Capital, ó en su defecto, el mas inmediato de los Cabildos.³³⁵

³³² Idem.

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Idem.

O síndico procurador do Estado foi escolhido pelo Congresso, recaíndo a função em Tomás García de Zúñiga, sendo este importante aliado de Lecor, responsável por certificar-se do cumprimento das condições para a incorporação e resolver, juntamente com o general, eventuais solicitações dos pueblos.³³⁶

Por fim, a vigésima primeira cláusula estabelecia que “Será de cargo del Gobierno, trazar cualquiera reclamación que haga algun otro Poder sobre este territorio, sin que pueda disponer de su suerte, sin su conocimiento y expresa voluntad.”³³⁷

Posteriormente, estabeleceu-se uma vigésima segunda cláusula, que teria surgido a partir deste fato:

En Montevideo á primero de agosto de mil ochocientos veintiuno: reunido el Honorable Congreso con asistencia del Señor Presidente, hizo moción el Sor D. Luis Perez para que supuesto que en las bases acordadas se había omitido pedir un distintivo o escarapela para las tropas veteranas y milicianas de la Provincia, se pasase al Sor Baron de la Laguna oficio sobre esto, y se le propusiera como vigésima Segunda condición. [...] despues de una larga discusion acordó S.H. se pasase al Sor Baron de la Laguna oficio con cópia de esta Acta pidiéndole como condición de la Incorporacion el uso de escarapela ó distintivo alusivo á su Incorporación, ó bien agregando el color celeste à la escarapela Portuguesa, ó del modo que S.E. considerase mejor; y que á las Armas de la Ciudad se le agregase la Esfera Armillar. [E] En Montevideo á dos de agosto [...] aceptaba [Lecor] la Condicion acordada por acta del dia anterior [...]³³⁸

Identifica-se, portanto, que os parlamentares escolheram unirem-se ao Reino Unido português, entretanto, sempre estabelecendo como condições para anexação pontos que interessavam à sociedade local, bem como a manutenção da sua especificidade e soberania no conjunto da monarquia lusa. Mantinha-se o castelhano como idioma oficial e as rendas locais deveriam ser aplicadas no próprio Estado. Preservavam-se as leis locais, desde que estas não fossem conflitantes com a constituição portuguesa que estava a ser elaborada pelas Cortes de Lisboa e, ainda, os empregos e cargos cisplatinos eram reservados aos seus naturais ou àqueles que haviam contraído matrimônio na região.³³⁹ Estava aí o pacto, o contrato entre portugueses e orientais.

³³⁶ La Gaceta de Buenos Aires, p.326. BNBA.

³³⁷ ACTAS... op. cit.

³³⁸ Idem, p. 35v, 36, 36v e 37.

³³⁹ Idem.

Este Estado surgia em um contexto em que, segundo Chiaramonte, havia a [...] inexistencia de uma ‘cuestion de nacionalidad’ en el proceso de formación de los nuevos Estados” e, sob esta perspectiva, “[...] se explicará mejor esta proliferación de ‘repúblicas’, ‘pueblos soberanos’, ‘provincias/Estados soberanos’, empeñadas en defender su autonomia y amparar su integridad, sin perjuicio de su voluntad de unión con otras similares entidades soberanas.”³⁴⁰

O Estado Cisplatino unia-se a outra entidade soberana, o Reino Unido português, encabeçado por D. João VI. Colocavam suas condições, abriam-se à constituição elaborada pelas Cortes lisboetas e seguiriam como súditos da Casa de Bragança. O simples estatuto deste Estado colocava os orientais em uma espécie de confederação com as demais unidades políticas portuguesas. Lembrando, ainda, que este Estado era criado em um contexto em que várias unidades políticas soberanas existiam no Prata: províncias, repúblicas, etc, conforme pode ser constatado no anexo III.

Assim, a Cisplatina pode ser considerada como resultante do processo de emancipação das unidades hispano-americanas na antiga Banda Oriental, bem como do liberalismo em voga no Reino Unido português. Esta “combinação” luso-platina gerou o Estado Cisplatino Oriental.

Conforme estabelecido no Congresso Cisplatino, o novo estado teria um representante em Lisboa, e quem foi selecionado para desempenhar esta função foi o oriental Lucas José Obes, sendo que desta questão resultou a Missão Obes, que levou o Estado Cisplatino, com todas as suas cláusulas e definições, para a órbita do Rio de Janeiro.

Ainda é importante mencionar que essas condições são mais reativas do que propositivas, com o intento de reduzir-se, ao máximo, o impacto do ingresso em uma unidade política mais poderosa. Vale mencionar que as cláusulas rememoram as estabelecidas por Artigas nas Instruções do Ano XIII.³⁴¹ Curiosamente, muitos dos congressistas que, outrora, apartaram-se do líder oriental, em 1821, “reciclavam” seu projeto político.

³⁴⁰ CHIARAMONTE, op. cit., 1997, p.158.

³⁴¹ http://www.artigas.org.uy/fichas/artigas/artigas_instrucciones_04.html

Buscavam, como Artigas, preservar a autonomia oriental frente à unidade política que associava-se. Em 1813, a associação era com o governo sediado em Buenos Aires. Em 1821, no Rio de Janeiro. Como exemplo, o sétimo item de Artigas propõe que “El Gobierno Supremo entenderá solamente en los negocios generales del Estado. El resto es peculiar al gobierno de cada Provincia.”³⁴²

Verifica-se, por parte de Artigas, a exigência de mínima intervenção do governo central, assim como no que foi estabelecido no Congresso Cisplatino. Aderia-se à Constituição lusa e, o restante, ficava em mãos orientais, mantendo-se, inclusive, suas próprias leis. Vale, ainda, refletir em que grau esta Constituição seria aplicada no território oriental, tão longínquo do governo central, pois em quantos locais, ao longo da história americana, na prática, os elementos locais não burlavam as determinações dos governos centrais.

Portanto, detecta-se que as idéias de Artigas não estavam totalmente varridas do território oriental a esta altura, sendo, inclusive, utilizadas por muitos que debandaram do seu movimento e estavam como deputados no Congresso Cisplatino. Evidentemente, muitos destes homens estavam com Artigas no ano de 1813, compartilhando, então, os mesmos ideais políticos. Se não conseguiram implementá-lo em 1813, no conjunto das demais províncias platinas, readaptavam o projeto em 1821, para ingressarem no Reino Unido português.

2.5 – Fatos precursores à Independência

Uma vez exposta uma série de questões relativas à criação do mais novo estado da monarquia joanina, destaca-se que, ao tomar conhecimento da incorporação, já residindo em Lisboa, Silvestre Pinheiro Ferreira posicionou-se contra esta medida. O ministro enviou ofício a Lecor em 22 de dezembro de 1821, manifestando sua indignação em relação à anexação e à ação do militar neste processo.³⁴³

Silvestre Pinheiro Ferreira exigia que Lecor enviasse a Lisboa uma exposição circunstanciada dos fatos e chamava a atenção para a importância da questão

³⁴² Idem.

³⁴³ Ofício de Silvestre Pinheiro Ferreira al Barón de la Laguna. Dez 22 1821. Apud: DEVOTO, op. cit.

envolvendo o Estado Cisplatino nas relações com a Espanha. O ministro liberal ainda informava que o futuro cisplatino seria decidido pelas Cortes portuguesas e que Lecor seria substituído no comando das armas no território oriental.³⁴⁴

Diante do posicionamento de Lisboa em relação ao resultado das Cortes de Montevidéu, em sete de fevereiro de 1822, Lecor escreveu missiva ao príncipe D. Pedro, expondo as acusações que vinha sofrendo, tanto no Estado Cisplatino, quanto fora dele. Os acusadores afirmavam que o general agira na questão da incorporação sem ordens das Cortes, mas, a defender-se, Lecor expunha que, na verdade, tinha obedecido ao que D. João VI havia estabelecido e mandado executar através de Silvestre Pinheiro Ferreira, além de que, na época do Congresso, as Cortes estavam organizando-se internamente e “[...] nem pela imaginação me passou, como pudesse dizer-se, que elle dependia naquelle tempo do Placéto das Cortes.”³⁴⁵

Lecor ainda complementou em sua carta que: “Eu não tenho o mais pequeno receio de haver errado, mas o que temo [...] he que passe por erro o que de certo o não foi, e que os respeitos de vozes equivocadas desviem o melhor desenlace dos negocios desta Província em favor da causa Nacional.”³⁴⁶

A importância da manutenção do Estado Cisplatino também era assunto da citada epístola, bem como o pedido de Lecor que D. Pedro aceitasse os desejos dos orientais de unirem-se ao Brasil, pois caso esta comunhão não ocorresse, esta província podia tornar-se o mais “encarniçado” e “perigoso inimigo” do Brasil. Lecor também alertava ao príncipe sobre a necessidade de solucionar a questão dos Voluntários Reais, pelas insatisfações que geravam nos habitantes locais, e que a ação destes militares poderia levar aos cisplatinos a sublevarem-se contra o Brasil e a aliarem-se aos inimigos deste reino. Provavelmente, sem citar quem seriam estes inimigos, o general referia-se a Buenos Aires e aos demais governos platinos. Por fim, Lecor pediu ao príncipe que a sua resposta fosse em comunicação reservada, pois os dados contidos nela podiam ser usados dentro da conveniência “[...] da gente mal aconselhada enterpretaçoens avessas aos Sentimentos Paternaes Políticos, e Constitucionaes de V.A.R. [...]”³⁴⁷

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Carta del Barón de la Laguna al Príncipe Regente D. Pedro, Montevidéu, 7 de fevereiro de 1822.

Apud: DEVOTO op. cit., p.364.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Idem, p.365.

Neste mesmo mês de fevereiro ocorreu a missão de Lucas José Obes no Rio de Janeiro, sendo que a partida de Obes de Montevideu deu-se após Lecor perder definitivamente o apoio de Lisboa. Assim, é provável que Obes partiu do Prata sabendo da grande dificuldade do governo lisboeta estar aberto a negociações com os orientais, bem como de reconhecê-lo como representante do Estado Cisplatino. Então, na rota para a Europa, a embarcação de Obes realizou uma paragem no Rio de Janeiro e, na cidade, o oriental apresentou-se a D. Pedro, para que o príncipe decidisse se ele ficaria no Brasil ou se seguiria para Portugal. D. Pedro decidiu que Obes deveria permanecer no Rio de Janeiro. Estava garantido o reconhecimento do novo estado e a permanência de Lecor no poder, que nunca abandonou seu cargo, conforme exigira Silvestre Pinheiro Ferreira.³⁴⁸

Em 19 de março, Obes escreveu a Francisco Juanicó, oriental estabelecido em Montevideu, narrando que tivera uma entrevista com D. Pedro, que durara cerca de trinta minutos e que, à noite, fora à casa de José Bonifácio, sendo que o ministro dissera-lhe que o príncipe fizera um balanço positivo do encontro. Obes escreveu a Juanicó que acreditava poder conseguir tirar vantagens do governo do Rio de Janeiro maiores do que as que o Congresso Cisplatino havia cogitado.³⁴⁹

Verifica-se que o que estava a reger a política destes orientais era a obtenção de benefícios. Estas benesses poderiam alcançar seu estado, mas, sem dúvida, de forma que alcançassem, também, seus negócios particulares. Do lado dos portugueses do Brasil, igualmente independente de ideologia, o interesse era manter o Prata como limite meridional. Faria-se tudo por isto. Identifica-se, na questão a envolver o Estado Cisplatino, o pragmatismo do lado oriental e do lado dos condutores do Reino do Brasil

É válido associar este dado ao desejo de José Bonifácio de criar na América um vasto império, conforme explicita José Murilo de Carvalho: “José Bonifácio [...] voltou para o Brasil com a idéia formada de criar na América um grande império, coincidissem esse objetivo ou não com interesses básicos como a manutenção da escravidão. Ele resistiu, aliás, às pressões inglesas em favor de medidas abolicionistas com receio de que viessem colocar em perigo a unidade nacional”³⁵⁰

³⁴⁸ Sindico General de este Estado á todos los pueblos. Apud: DEVOTO, op.cit.

³⁴⁹ Carta de Lucas José Obes a Francisco Juanicó, Rio de Janeiro, 19 de março de 1822. Archivo del Dr. Julio Lerena Juanicó. Montevideu. Apud: DEVOTO, op.cit.

³⁵⁰ CARVALHO, op. cit., 2003, p.42.

Assim, a manutenção do Estado Cisplatino era de fundamental importância para o projeto de José Bonifácio, pois a perda daquele território colocava em risco, por exemplo, o contato do Rio de Janeiro com o Mato Grosso, que dava-se pelo Prata. A eventual perda do controle desta via fluvial, ainda mais para Buenos Aires, dificultaria, quiçá impediria, o contato entre a corte e Mato Grosso, pois o contato por via terrestre seria extremamente demorado e, ainda, não utilizado neste momento.

Além disto, o Estado Cisplatino contribuía para a vastidão do império americano em si, império este que nascia e estava presente nas duas maiores vias fluviais sul-americanas, o Prata e o Amazonas, formando, ainda, um novo espaço político-administrativo de vastas dimensões.

Também o Estado Cisplatino seria mais uma unidade política aliada ao projeto de independência de José Bonifácio, e as províncias do Sul eram as que se encontram de fato sob as ordens do Rio de Janeiro, basta confrontarmos com a dificuldade da adesão à independência no atual Nordeste e no Norte do Brasil. Soma-se, ainda, no que tange à relação das diversas partes do Reino do Brasil e o Rio de Janeiro, que “Mesmo após a chegada da Corte, em 1808, Pará e Maranhão continuaram a tratar diretamente com Lisboa.” e, ainda, “[...] que uma das mais importantes medidas tomadas pelas cortes portuguesas em 1821, no sentido de parar o movimento de independência, foi ordenar a todos os governos de capitâncias que obedecessem a Lisboa e não ao príncipe D. Pedro.”³⁵¹

Pode-se pensar que Lecor uniu os destinos dos cisplatinos aos do Brasil em um momento em que a independência tornava-se cada vez mais próxima, no entanto, o general o fez em virtude dos seus interesses pessoais e do seu grupo político, buscando, para si, a sua permanência no poder. Assim, em um contexto em que existia a possibilidade de alinhar a Cisplatina a um outro governo que era mais conveniente ao general, no caso, o do Rio de Janeiro, não havia razão de não buscar o apoio de D. Pedro e José Bonifácio. Também é válido pensar que Lecor, já à época do Congresso, poderia estar alinhado ao governo do Rio de Janeiro e, diante da desaprovação de Lisboa, assumiu o seu posicionamento de aliado do príncipe regente.

Sobre Obes, em três de junho, o oriental assinou – como procurador geral do Estado Cisplatino –, ao lado de figuras como José Bonifácio e Gonçalves Ledo, petição

³⁵¹ Idem, p.14.

a D. Pedro para que o príncipe instalasse uma Assembléia Geral de Representantes das Províncias do Brasil. Além disto, os signatários do documento pediam urgência na instalação da Assembléia, posicionavam-se contra as Cortes de Lisboa, e expunham a necessidade do Brasil ser independente, mas sem separar-se de Portugal.³⁵²

D. Pedro aceitou a proposição no mesmo dia três de junho e, após a concordância do príncipe, Obes realizou discurso no Conselho de Estado, em que exaltou D. Pedro, a defini-lo como fundador da liberdade brasileira, amigo da nação e “Digno Sucessor daquelle Monarca Bemfazejo, que primeiro Doou á Plaga Brazilica o esplendor da Magestade, e o Germen de uma independência”. O oriental terminou seu discurso propondo que para perpetuar a memória dos fatos ocorridos neste dia se gravassem em bronze as seguintes palavras do príncipe D. Pedro: “Em desempenho da minha Honra, e Amor ao Brazil, Darei a vida pelo Brazil.”³⁵³

Ainda em junho de 1822, relativo ao posicionamento do governo do príncipe regente em relação ao Estado Cisplatino, D. Pedro dirigiu-se ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro e, com uma série de críticas em relação ao encaminhamento da política portuguesa, inclusive com ações que prejudicavam o Brasil, ele acusou o governo de Lisboa de negociar a entrega de Montevideú a Buenos Aires, “roubando a chave da guarda” dos limites fronteiriços com o Rio Grande.³⁵⁴

Além disto, após obter o apoio do Rio de Janeiro, Lecor respondeu a Silvestre Pinheiro Ferreira, em carta de 29 de março de 1822. Primeiramente, Lecor iniciou a correspondência com as acusações ao ministro:

[...] tratando V. Excia. dos negocios politicos desta Provincia pondera o prejuizo que tem causado as relações Ministeriaes com a Hespanha a falta das minhas comunicações neste particular; as consequencias que terá e chegou a acreditar-se na Hespanha, o boato de que ajuntando eu aqui um simulacro de Asmblea Nacional, composta não de Deputados eleitos livremente pelo Povo, mas escolhidos por mim lhes fiz declarar como vontade, e desejo de toda a Banda Oriental, o voto de ficarem unidos ao Reino do Brasil, e a necessidade de evidenciar ao Mundo Politico em geral, e particularmente a Nação Hespanhola, que assim como as Instrucções, que de V. Excia. recebi em 16 de Abril, foram dictadas pelos mais puros principios de respeito a Independencia das Nações, assim foi o cumprimento que lhes dei, tal como

³⁵² Gazeta do Rio de Janeiro, nº68, 6 de junho de 1822 (Suplemento). BNRJ.

³⁵³ Gazeta do Rio de Janeiro, nº68, 6 de junho de 1822 (Suplemento), p.381. BNRJ.

³⁵⁴ Gazeta do Rio de Janeiro, nº70, 11 de junho de 1822. BNRJ.

devia dar-lhes um publico empregado, que sempre tem feito e faz o que melhor pode, as suas obrigações [...]³⁵⁵

Nas linhas iniciais, Lecor mencionou o descontentamento de Silvestre Pinheiro Ferreira pelo fato do general ter deixado o ministro mal informado acerca da questão da incorporação, bem como ao fato de que a Espanha ainda reivindicava a soberania sobre o Estado Cisplatino. Assim, em um momento em que Portugal e Espanha buscavam uma aproximação pelo fato de ambos possuírem governos liberais, a anexação atrapalhava a política de entendimento entre os dois reinos ibéricos.

Lecor defendia, no documento, a idoneidade do Congresso, entretanto, é válido observar que diversos congressistas eram aliados de Lecor desde os primeiros anos da ocupação, conforme apresentado. No final da extração, destaca-se que Lecor colocava-se como vassalo fiel ao Rei de Portugal, não podendo-se ignorar a importância da fidelidade nas relações de Antigo Regime, mesmo neste mundo português em que este enfraquecia-se. No entanto, meses depois, o general aderiu publicamente à independência do Brasil.

Lecor também afirmou que assim que recebeu as ordens do Congresso, datadas de 16 de abril do ano anterior, tratou de executá-las, bem como de noticiar com os fatos que julgou necessários ao ministério do príncipe regente D. Pedro sobre a condução e resultado de todo o processo. Em seguida, Lecor justificou-se, alegando que se houve demora em fornecer dados relativos aos acontecimentos orientais, foi pelas difíceis circunstâncias que enfrentava na província e que

Imediatamente que pude assim a fiz, e conto que terão chegado ás mãos de V. Excia. os meus respectivos officios, levados pelo Brigadeiro Antonio Feliciano Telles de Castro Aparicio, muito antes que V. Excia. receba o presente: para assegurar porem o caso eventual de que ainda assim não tenha acontecido, remetto a V. Excia. uma 2ª via daquela minha comunicação, e dos documentos mais essenciais [...]³⁵⁶

Lecor afirmou que, com a documentação que estava a ser enviada, o ministro poderia avaliar a situação através de fontes que expunham a questão oriental de maneira

³⁵⁵ Carta do Barão da Laguna a Silvestre Pinheiro Ferreira. Montevidéu, 29 de março de 1822, p.1. Lata 396, doc.10, v.3, p.9. IHGB.

³⁵⁶ Idem, p.9 e 10.

“franca” e “exata”, narrando minuciosamente os fatos ocorridos. Agrega-se que Lecor afirmava que se o ministro estivesse estado na Banda Oriental o seu entendimento da questão seria melhor, no entanto, a documentação, por sua característica individuada, o ajudaria a compreender a situação, pois, afinal, a

Assemblea Nacional desta Provincia [...] foi tão legal quanto as circunstancias, e o Direito consuetudinario deste Paiz autorisavam, e tanto que os Povos representados ainda não reclamaram contra ella, sendo a quem tocava mais a fazel-o gozando aqui para uso de tanta liberdade, como poderiam gozar em Lisboa; tanto todo o desembaraço e dignidade Constitucional, de que para esse fim necessitariam, e estando auxiliados por uma Imprensa, que por complicação de transcendente importancia não tem ainda os correctivos da Lei, e que, não obstante, deixei assim estabelecer, para mostrar que a não temia [...] e se o modo por que foram eleitos os Deputados destes Povos para a Assembleia Nacional, que as Instrucções de 16 de Abril mandaram convocar, não merecer a approvação do partido, a quem a resolução que elles tomaram não aproveita, estou certo que também o não satisfará a eleição feita por outra qualquer maneira, porque sempre achará nella verdadeira ou suppostamente defeitos e vicios, com que tratará de a desacreditar, como fazem varios papeis publicos de que tenho noticias, a eleições semelhantes, conduzidas segundo estou persuadido, com a mais constitucional pureza, e imparcialidade, taxando-as de colusivas, e subornadas. A parte lesada sempre se queixa, e as queixas della nunca fazem regra; e como na Incorporação desta Provincia aos Dominios Portuguezes não é lesada so a Hespanha [...] é necessario estar de cautella contra o que digam outras Potencias acaso mais prejudicadas nisto que a mesma Hespanha, umas porque queriam este Paiz para si, outras porque sendo nosso não lhes rende tantos lucros; outras porque a nossa visinhança não lhes agrada; outras finalmente porque o nosso engrandecimentos lhes faz sombra, e lhes causa inveja [...]³⁵⁷

Com a extração acima, evidencia-se que Lecor defendia a legitimidade do Congresso Cisplatino e argumentava que se assim não o fosse, os orientais teriam posicionado-se contra, até porque viviam na Banda Oriental com extrema liberdade. Além disto, o general apontava que toda eleição produzia descontentamentos e que, verdadeiramente ou não, se poderá sempre achar falhas, pois os perdedores irão manifestar-se contra e utilizar qualquer argumentação para desqualificar o pleito em que foram derrotados.

Sobre a questão exposta, observa-se a existência de uma rede de aliados que Lecor formou no território oriental, que, por sua vez, se beneficiavam com a presença do general, seja, por exemplo, através da manutenção da paz, seja através das suas

³⁵⁷ Idem, p.10 e 11.

respectivas inserções na administração pública. Assim, é muito provável que este grupo não iria manifestar-se contra a anexação, ao contrário, iria agir para mantê-la.

Outro aspecto mencionado na epístola é a questão da liberdade. Lecor optou, em sua carta ao ministro Silvestre Pinheiro Ferreira, por construir uma imagem do seu governo como adepto da liberdade. Entendendo liberdade como soberania, e já que o Congresso representou os pueblos, estes tiveram a liberdade para aderir ou não ao Império.

No que tange ao questionamento da idoneidade do Congresso, percebe-se que Lecor, ao afirmar que toda eleição gerava descontentamentos, leva-se a pensar que era uma tentativa do general de legitimar o pleito que ocorreu, bem como demonstrar que não seria necessária a realização de novo escrutínio.

Em seguida, o militar afirmou que a Espanha, bem como outras potências – sem citar quais eram e como consta do final da extração – viam-se lesadas com a presença lusa estendendo-se até as margens do Prata. Lecor não entrou em detalhes nesta parte, afirmando apenas que “[...] explicar-me a V. Excia. a este respeito seria affrontar a bem sabida vastidão de conhecimentos políticos, que V. Excia. possui, e dizer a V. Excia. o que V. Excia. entende muito melhor que eu.”³⁵⁸

Lecor finalizou a carta mais uma vez mantendo o seu posicionamento de que tudo o que fizera fora de acordo com as ordens de Silvestre Pinheiro Ferreira e dentro da lei, respeitando os princípios de “liberalidade, justiça e os Direitos das Nações” e, ainda, afirmava que seria fácil justificar-se diante de qualquer um, que tivesse uma postura de neutralidade, o que foi feito em Montevideú³⁵⁹. Assim, em um contexto em que havia uma variedade de formas de conceber o direito de autonomia política,³⁶⁰ em que havia o direito de auto-governar-se,³⁶¹ a representação dos orientais era legítima, e explicável.

Em 22 de abril de 1822, Lecor escreveu nova epístola a Silvestre Pinheiro Ferreira, para que o ministro “[...] avalie o estado dos Interesses Nacionaes sobre o Rio

³⁵⁸ Idem, p.11.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ CHIARAMONTE, op. cit., 1997.

³⁶¹ FREGA, op. cit., 2007.

da Prata, e obtenha de Sua Magestade as providencias que a Sua Sabedoria, e vistas políticas aconselharem.”³⁶²

Assim, o general apontava que já no início da sua ocupação – mais especificamente, nas palavras de Lecor, no princípio do segundo ano – os orientais, tanto os de Montevideú, quanto os da campanha, em sua maioria, os que tinham propriedades, desejavam a anexação da província, que para Lecor era interessante ao Império do Brasil – designação utilizada pelo general em abril de 1822.³⁶³

Posteriormente, com a pacificação do território oriental, Lecor afirmava que anelava-se pela união com os domínios de D. João VI, sendo que o senso comum apontava que isto iria acontecer, e que “O Cabildo desta Cidade [Montevideú] em nome dos Povos da Província já pediu a Sua Magestade repetidamente que decidisse a reunião della aos seus vastos domínios e os mesmos povos a quizeram fazer em Maio de 1820 [...]”³⁶⁴

Observa-se aí a mencionada centralização que a ocupação portuguesa gerou no território oriental. Não eram petições dos pueblos do interior, não foram os cabildos de outras localidades que enviaram o pedido, mas o de Montevideú, a representar toda a unidade política designada Cisplatina. Ocorria, de certa forma, fenômeno parecido com o que Chiaramonte descreve das antigas capitais (Montevideú o era da Banda Oriental colonial, mesmo esta não tendo uma unificação como no período português) do período espanhol exercerem influência em toda a região: “[...] las ciudades principales del territorio – Santa Fe de Bogotá, Caracas, Buenos Aires, Santiago de Chile, México... – [...] darían luego prioridad al concepto de la primacía que les correspondía como antigua ‘capital del reino’ [...]”³⁶⁵

Retomando as colocações de Lecor, ainda segundo o general, o território oriental recuperava-se economicamente e, diante deste fato, se “[...] repugna á ideia da desocupação desta Provincia, que se chegasse a verificar-se, nada igualaria as

³⁶² Carta do Barão da Laguna a Silvestre Pinheiro Ferreira. Montevideú, 22 de abril de 1822, p.1. Lata 396, doc.10, v.3, p.15. IHGB.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Idem, p.16.

³⁶⁵ CHIARAMONTE, op. cit., 1997, p.150.

maldições, que não de cubrir-nos, e o borrão que tem de cair sobre a nossa memoria, perdendo-se uma Província, que está como nossa [...]”³⁶⁶

Verifica-se a clara defesa que Lecor fazia da manutenção do Estado Cisplatino, discordando do posicionamento de Silvestre Pinheiro Ferreira de desfazer-se do território oriental. O general ainda complementou a epístola ao ministro com a informação de que os habitantes locais temiam que os portugueses abandonassem à província, recordando-se os “males” e os “padecimentos” que sofreram até que “a mão benfeitora de Sua Magestade veio libertal-os”³⁶⁷

Lecor finalizou a sua missiva ratificando, mais uma vez, o seu posicionamento pela manutenção do Estado Cisplatino sob o controle da monarquia portuguesa, escrevendo para o ministro que:

[...] calculará o que neste Paiz é preciso, e alcançará de Sua Magestade a expedição das ordens e meios que devam empregar-se para manter aqui a Dignidade e os Interesses Nacionaes. Se porem o arbitrio de forças, não pode ter lugar, então Exmo. Snr., que alguma transacção filha da beneficencia de Sua Magestade, e dos talentos de V.Excia. venha salvar o Nome Portuguez, da mancha imminente, que o ameaça, e me poupe o mortal desgosto, que por certo não devia estar guardado para termo final dos meus longos serviços!³⁶⁸

Ainda sobre o Estado Cisplatino, Hipólito da Costa noticiava, antes mesmo do resultado do Congresso Cisplatino, logo, concomitantemente às suas sessões, que, em Lisboa, as Cortes indicavam que o seu posicionamento seria o de abandonar a então Banda Oriental. Como exemplo, na sessão das Cortes lisboetas do dia 21 de julho, seis dias após da abertura do Congresso em Montevideú, a comissão do ultramar propunha a evacuação do Prata. No entanto, nada ficou decidido nesta reunião, pois optou-se pela postergação do parecer.³⁶⁹

Soma-se a isto que nas Cortes também desvinculava-se o problema de Olivença do território oriental, que durante anos foi condicionada à restituição de Montevideú à Espanha. Em Lisboa, continuava o propósito de abandonar o Estado Cisplatino, seja pela tendência liberal do governo lisboeta, seja pela política com a Espanha, ou, ainda,

³⁶⁶ Carta do Barão da Laguna a Silvestre Pinheiro Ferreira. Montevideú, 22 de abril de 1822, p.1. Lata 396, doc.10, v.3. IHGB.

³⁶⁷ Idem, p.17.

³⁶⁸ Idem, p.18.

³⁶⁹ COSTA, op.cit. (setembro de 1821).

pelo fato das tropas empregadas no Prata serem melhor utilizadas, na opinião de Lisboa, na vigia da ilha de Santa Catarina, que temia-se ser perdida para os ingleses.

O Estado Cisplatino gerou inflamados debates entre os parlamentares representantes do Brasil e os de Portugal, sendo os americanos favoráveis à sua manutenção e os europeus contrários, alegando que “[...] por los principios de justicia que animaban a la nación, debiendo demostrar al mundo, que sabía tanto respetar la independencia ajena, como celar y defender la propia; [y] porque enfrenada allí la tremenda anarquía, no existían ya los mismos motivos para aquella ocupación’.”³⁷⁰

A discussão em Lisboa seguiu até as vésperas da Independência. Em 23 de agosto de 1822, as Cortes dispunham que o assunto voltaria novamente à Comissão Diplomática, sendo o parecer em sessão secreta. Entretanto, pelos desdobramentos dos acontecimentos envolvendo o governo do Rio de Janeiro e a cisão do Brasil dos quadros do Reino Unido, Lisboa não prosseguiu com esta questão.

Por fim, mesmo que com o Congresso Cisplatino Lecor tenha gerado várias críticas em relação a sua atuação política, o fato é que o general continuou no poder. Não houve efeito a deposição realizada por Silvestre Pinheiro Ferreira, pois foi anulada pelo ato de D. Pedro.

Mais uma vez, Lecor conseguia equilibrar-se no complexo jogo político que estava envolvido. Mais uma vez, a Banda Oriental, área de interseção entre o mundo luso e o hispânico, e receptor das instabilidades políticas desses dois universos, era o lócus onde Lecor equilibrava-se com sucesso, garantindo por mais quatro anos sua permanência no poder.

2.4 – Independência e insurgências

Uma outra questão importante de ressaltar-se é que, após a Revolução Liberal do Porto, ocorreram vários levantes liberais nos domínios joaninos na América: Pará, Bahia, Rio de Janeiro e Montevideú.

³⁷⁰ DEVOTO, op. cit., p.150.

Resumidamente, no motim platino, os Voluntários Reais – parcela que amotinou-se – desejava o seu retorno a Portugal, o pagamento de seu soldo, bem como que Lecor jurasse fidelidade à constituição que as Cortes de Lisboa dessem ao Reino Unido português. Além disto, os rebelados criavam um Conselho Militar, no qual Lecor foi posto na presidência, e que representava os corpos da Divisão de Voluntários Reais.

Inicialmente, o general não queria assinar a constituição, mas sob a pressão da parcela lusa de suas tropas, acabou por fazê-lo. Ao longo de 1821 e 1822, Montevidéu assistiu a várias manifestações públicas dos militares de Lecor, bem como a relação do general com os Voluntários Reais foi-se tornando cada vez mais tensas, ao ponto de Lecor ter que abandonar a cidade em 11 de setembro de 1822. Junto com Lecor partiam vários de seus aliados.

Assim, o “El Argos de Buenos Aires” relatava como teria sido os últimos momentos do general na Montevidéu portuguesa. A parcela lusa das tropas teria pedido ao general Saldanha que fosse à cidade para depor Lecor e tomasse o controle do exército e da província. No entanto, esta articulação teria sido interceptada por Lecor, que ciente dos fatos, teria tomado várias providências.³⁷¹

Alegando problemas com os militares pernambucanos que estavam em Canelones e que somente a sua presença iria contê-los, Lecor atravessou as muralhas de Montevidéu no dia 11 de setembro de 1822, prometendo retornar no dia 12 ou 13. Ao mesmo tempo que o general abandonava Montevidéu, Tomás García de Zúñiga, Nicolas Herrera e sua esposa, dentre outros, desapareciam da cidade. Uma vez tendo ultrapassado as muralhas, Lecor e os seus aliados, juntamente com militares americanos, foram em direção a Canelones. Em seguida, o general instalou-se em San José.³⁷² Paralelamente, a fragata Tetis, que estava no porto de Montevidéu, obedecendo às últimas ordens de Lecor a partir desta cidade, bloqueou este porto.³⁷³

Seguindo a decisão política de Lecor, iam outros Voluntários Reais, porém, a maioria ficou em Montevidéu, sob as ordens de Álvaro da Costa, fiel às Cortes de Lisboa e a D. João VI. Estava preparado o caminho para o conflito entre ambas as forças.

³⁷¹ El Argos... op.cit., 21 de setembro de 1821, p.4. BNBA.

³⁷² SAINT-HILAIRE, op.cit., p.210 e 214.

³⁷³ El Argos... op.cit., 21 de setembro de 1821 e El Argos... op.cit., 25 de setembro de 1822. BNBA.

CAPÍTULO 3

LECOR, OS VOLUNTÁRIOS REAIS E O NASCER DE UMA GUERRA

3.1 – O recrutamento

11 de setembro de 1822. Como já exposto, Lecor saía de Montevideu em função do arrefecimento das relações com a parcela lusa de suas tropas. Porém, o general fez, habilmente, tal atitude com a anuência de seus opositores. O Conselho Militar da Divisão de Voluntários Reais decidira que as tropas brasileiras que estavam em Canelones deveriam ir para região central da campanha. Lecor foi, então, rumo à citada localidade, prometendo voltar no dia 13. No entanto, não foi isto que ocorreu.³⁷⁴

No dia 13, no seu Quartel General estabelecido em Canelones, Lecor executava ordens de D. Pedro, de agosto de 1822, para acabar com o Conselho Militar. Assim, o general, que estava subjugado ao Conselho, tomava, oportunamente, medida para reverter o jogo político que estava envolvido e agia com o intuito de por-se, novamente, em liberdade, à frente dos negócios cisplatinos. Lecor escrevia a Álvaro da Costa³⁷⁵, estabelecido em Montevideu, noticiando o fim do Conselho, que dera várias das regras do jogo no extremo sul da América portuguesa:

Havendo por bem S.A.R. o Príncipe Real do Reino Unido e Regente do Brazil dissolver, e cassar o Conselho Militar da Divisão Dos V.R. d'El Rey na conformidade do Decreto de 14 de Agosto do presente anno; que acabo de receber, que remeto a V.Ex^a o original junto a esta. V. Ex^a. sem demora alguma o fará publicar a todos os individuos do extinto Conselho, e a todos os Corpos da mesma Divisaõ dos V.R. d'El Rey para sua intiligencia: igualmente em conformidade das detirminaçoens de Sua Alteza Real por Decreto de vinte de Julho deste anno, para as baixas dos Soldados, Cabos e Sargentos da mesma Divisaõ dos V.R., e posteriores Ordens para sua pronta execusaõ; V.Ex^a. expidirá as competentes Ordens para que se cumpra immidiatamente [...]³⁷⁶

³⁷⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, p.14. ANRJ.

³⁷⁵ Álvaro da Costa de Sousa Macedo chegou ao Brasil a compor a Divisão de Voluntários Reais d'El Rei. Em função dos atritos entre Lecor e a parcela dos militares que aderiu à constituição, Álvaro da Costa ficou ao lado destes. Por seu posicionamento político, logrou o posto de Vice-Presidente do Conselho Militar. Acaba por retornar a Portugal e, lá, foi designado por D. Miguel para dirigir o governo da ilha da Madeira. Conseguiu, no reino português, tornar-se o Conde da Madeira. Se na América Álvaro da Costa lutou pela Constituição, anos mais tarde, em Portugal, aderiu ao governo absoluto de D. Miguel. (CORREIO BRAZILIENSE, Dez 1817; GAZETA DE LISBOA, nº95, 23 de abril de 1830)

³⁷⁶ Fundo Coleção Cisplatina. cx. 977, pac.18, p.2. ANRJ.

A extração mostra que, nesse momento, ainda não se falava na divisão do Reino Unido português, nem lutava-se pela saída do Brasil desta unidade, ao menos no âmbito público cisplatino. D. Pedro era aquele que representava seu pai e tinha o direito de executar as medidas relativas ao Brasil na construção dos argumentos de Lecor.

Verifica-se, igualmente, o plano de D. Pedro e de Lecor de diminuir o poder de ação dos Voluntários Reais através das baixas dos indivíduos de menor patente, algo significativo no que refere-se ao quantitativo de homens sob o controle do Conselho Militar. Nota-se, neste jogo, a apressada tentativa de Lecor de submeter seus rivais, e o meio encontrado para legitimar suas ações foram a legalidade do poder do príncipe regente e o enfraquecimento do rival em sua base, com as citadas baixas.

Lecor habilmente buscava livrar-se de modo rápido dos seus opositores, afirmando que a pronta execução de suas ordens era para facilitar o embarque dos Voluntários que queriam voltar para Portugal, antigo desejo de grande parte deste grupo.³⁷⁷ Uma medida do interesse do general era exposta como que para o atendimento da demanda dos militares oriundos do Reino de Portugal, não para benefício do próprio Lecor e de seu grupo político.

Lecor terminava seu ofício a escrever que suas ordens deveriam ser executadas para os interesses da Nação e para o bem da monarquia.³⁷⁸ O militar advogava para si o papel de elemento de importância para a execução dos interesses bragantinos e, mais uma vez, trabalhava-se com a idéia de união, a de toda a monarquia, que também englobava Europa, África e Ásia, e não apenas parte dela, o Reino do Brasil.

Ao mesmo tempo que Lecor de próprio punho construía para si uma imagem de indivíduo fiel à nação, o periódico oposicionista e editado em Montevidéu, “La Aurora”, trabalhava junto aos seus leitores a idéia de que Lecor e seu grupo eram “[...] agentes de una faccion que quiere convertir el Estado (Cisplatino) en patrimonio de determinado número de personas, tiranizando al resto de sus compatriotas [...]”³⁷⁹

Uma vez tendo havido a menção ao “La Aurora”, cabe esclarecer que o periódico começou a ser editado em 21 de dezembro de 1822, em Montevidéu.³⁸⁰ O

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ La Aurora nº2, p.6. Montevideo, 28 de dezembro de 1822. BNM.

³⁸⁰ La Aurora nº1, p.1. Montevideo, 21 de dezembro de 1822. BNM.

jornal surgiu no conjunto de outros – como o “El Pampero” – que questionava o poder de Lecor e do Imperio do Brasil. “La Aurora” era editada pelo general Antonio Díaz, que também era um dos editores do “El Pampero”.³⁸¹ É válido ressaltar que, neste momento, o barão da Laguna encontrava-se fora da cidade, que era controlada pelos seus opositores, os Voluntários Reais.

Observa-se que pelo fato de Lecor ter abandonado Montevideú, “La Aurora” publicava a carta de “Hum Luzitáno Constitucional, amante da sua Patria” que chamava Lecor de traidor, bem como escrevia que os que acompanharam o general tiveram a “[...] baxeza de DEZERTAR dos seus Corpos, e seguirem a Cauza da Independencia proclamada pelo Governo do Rio de Janeiro [...]”³⁸²

Se a epístola era realmente redigida por algum português que habitava em terras orientais e contrário à causa do Rio de Janeiro ou se foi forjada pelos editores de “La Aurora” não há como saber. Porém, o importante é verificar os argumentos utilizados por aqueles que não concordavam com a posição política de Lecor e a linha editorial do periódico, contrário ao barão e à Independência do Brasil, e a sua busca em trabalhar de maneira maniqueísta o imaginário dos seus leitores, com a idéia de que Laguna e seus aliados eram, digamos assim, os vilões da história.

O próprio periódico afirmava que Lecor desertou da causa de sua nação e a partida para San José foi qualificada como fuga. Além disto, considerava determinada ação de Lecor no território oriental como envolta na “[...] tactica de su acostumbrada hipocresia [...]”³⁸³ Já as suas medidas para a dissolução dos Voluntários Reais era dada “por medio de pueriles intrigas” e palavras como “corrupcion” eram associadas a Lecor.³⁸⁴

Entretanto, os Voluntários Reais, que permitiam que o periódico fosse feito e distribuído em Montevideú, recebiam abordagem diferente da dada aos comandados de Lecor: Os Voluntários eram, segundo o jornal, iguais às maiores forças do mundo. Determinada marcha desta Divisão fora dos muros de Montevideú fora “um espetáculo brilhante”, que atraía à maior parte da população do citado núcleo urbano e, ainda, “Ellos han excitado la admiracion de este pueblo en tan alto grado [...]” sendo que, por

³⁸¹ CASTELLANOS, op. cit.

³⁸² La Aurora nº3, p.16. Montevideo, 4 de janeiro de 1823. BNM.

³⁸³ La Aurora, p.21. Montevideo, 25 de janeiro de 1823. BNM.

³⁸⁴ Idem, p.22.

fim, “La Aurora” anunciava que: “[...] vosotros [Voluntários] sois dignos del Monarca augusto [D. João VI], que el dia 1º de Octubre juro en el seno del congreso soberano sostener el pacto de vuestra regeneracion política [...]”³⁸⁵

Com o exposto, constata-se que as ordens de D. Pedro e de Lecor não significaram a subjugação do Conselho Militar e de Álvaro da Costa, nem que ao longo do processo, o militar estabelecido em Montevidéu, também passasse a incorporar ao seu discurso que seu posicionamento político era, igualmente, para o bem da nação e da monarquia bragantina.

No dia seguinte ao ofício de Lecor, ou seja, em 14 de setembro, Álvaro da Costa fazia circular mensagem de sua própria autoria pelo território oriental. Os destinatários eram os Voluntários Reais. O militar dizia que com a medida do futuro Imperador e de Lecor, os Voluntários poderiam ficar em número muito reduzido e, assim, serem sitiados em Montevidéu, além de passarem por privações dos mais variados tipos.³⁸⁶

Por esta colocação, pode-se verificar o baixo grau de confiança de Álvaro da Costa em Lecor e em D. Pedro e o quão tensas eram estas relações. Precava-se Álvaro da Costa de uma eventual futura agressão realizada por parte do grupo de Lecor, seu aliado de outrora. Álvaro da Costa ainda identificava que o objetivo da medida era enfraquecer o poder de seu grupo político e que isto poderia trazer conseqüências desastrosas para os seus seguidores estabelecidos em Montevidéu.

Sobre seus seguidores, segundo Duarte, em janeiro de 1823, estavam na cidade mais ou menos 2.500 portugueses: “[...] ruína que restara da imponente Divisão de Voluntários Reais de 1816 [...] sem comunicação com qualquer outra força lusitana na América.”³⁸⁷ Não muito diferente de Duarte, o uruguaio Berra aponta que, em 1821/2, eram 2190 homens estabelecidos em Montevidéu, sendo 1770 provenientes de Portugal e 420 do Brasil.³⁸⁸

Continuando com o ofício de Álvaro da Costa, este anunciava que o número de seus contingentes poderia reduzir-se de tal forma que, em um futuro próximo, ele já não poderia fazer nada a favor de seus partidários. Também no ofício, o opositor de Lecor

³⁸⁵ La Aurora nº2, p.7. Montevideo, 28 diciembre 1822. BNM.

³⁸⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac. 18, doc. 1. ANRJ.

³⁸⁷ DUARTE, op. cit., p.491.

³⁸⁸ BERRA, F.A. *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Francisco Ybarra, 1895.

colocava-se como preocupado com a “Honra Nacional”, contra a “desunião da Monarchia” – surge, assim, de maneira periférica, a questão da cisão no Reino Unido – e favorável aos indivíduos “internos às tropas”. Além disto, Álvaro da Costa pedia prestreza nas respostas.³⁸⁹

3.2 – O posicionamento político dos Voluntários Reais

No mesmo dia, o Corpo de Artilharia da Divisão de Voluntários Reais d’El Rei respondia a Álvaro da Costa, sendo o seu posicionamento contra as baixas anunciadas por Lecor e, também, contrário à extinção do Conselho Militar.³⁹⁰ Já a 2ª Companhia do Corpo de Artilharia dos Voluntários escrevia que, no que referia-se às baixas, devia-se obedecer às colocações de D. Pedro, mas apenas após a chegada das embarcações que levariam os militares para Portugal. Quanto ao Conselho Militar, expunham que devia-se fazer o que Lecor e Álvaro da Costa acertassem entre si e o que fosse mais conveniente à honra dos Voluntários.³⁹¹

O 1º Regimento de Infantaria afirmava que os militares não deveriam obedecer nem a Lecor, nem ao príncipe D. Pedro, pois ambos estavam unidos para enfraquecerem os Voluntários. Propunham que Álvaro da Costa ficasse à frente do Conselho Militar.³⁹² O 2º Batalhão de Caçadores de Libertos d’El Rei, ligada à Divisão de Voluntários pelo 1º Regimento de Infantaria, concordava com esta posição, apesar de salientar que não tinha representação no Conselho Militar.³⁹³ Não muito diferente foi o posicionamento do 1º Batalhão de Caçadores Libertos. Eram contra a extinção do Conselho e afirmavam não poderem deliberar sobre as baixas dos militares.³⁹⁴

O 1º Regimento de Cavalaria expunha que somente as Cortes de Lisboa tinham o direito de dissolver o Conselho Militar e que militares que haviam pedido baixa retornariam a ativa. Exigia que D. Pedro cumprisse a promessa de fornecer o transporte aos Voluntários para retornarem a Portugal e responsabilizava o príncipe e Lecor “[...]”

³⁸⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac. 18, doc. 1. ANRJ.

³⁹⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.18, p.3. ANRJ.

³⁹¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.18, p.4. ANRJ.

³⁹² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.18, p.7. ANRJ.

³⁹³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.18, p.20 e 21. ANRJ.

³⁹⁴ Idem, p.24.

perante o Mundo inteiro [...] por quaes quer privações que lhes possa sobrevir, assim como aos habitantes de Montevideo e seus suburbios.”³⁹⁵

Respondia, em 15 de setembro de 1822, à inquirição de Álvaro da Costa, João Crisostomo Callado, Coronel Comandante da 1ª Brigada, da seguinte maneira e em nome de seus subordinados: Que seu conhecimento dos fatos era pequeno, mas, seguindo os deveres de um bom militar, afirmava que deveriam obedecer às ordens publicadas e, no caso das baixas, aqueles que não a aceitassem, deveriam resolver tal assunto com Lecor.³⁹⁶

Na mesma data, respondia a Álvaro da Costa o Tenente Brigadeiro João Pedro Lecor³⁹⁷, de maneira que favorecia seu irmão, Carlos Frederico:

[...] respondo a V.Ex^a. que me parece prudente expedirem-se estas ordens para os Comandantes dos Corpos e a quem mais competir pois que não se podendo alcançar com evidencia quaes sejaõ as consequencias, em todo cazo a responsabilidade nunca recahirá em V.Ex^a.

Os officiaes do Estado Maior da Praça aos quaes ouvi nesta materia são da mesma opiniaõ.³⁹⁸

A partir da extração, observa-se que João Pedro estava alinhado com o posicionamento de seu irmão mais velho, bem como pode-se detectar a ameaça velada a Álvaro da Costa, pois se ele não obedecesse, teria que arcar com a responsabilidade de sua atitude. Neste contexto em que a política recrudescia, as conseqüências dos atos de Costa poderiam ser das mais intensas: prisão, expulsão do exército, o surgimento de uma guerra, etc.

Além disto, os elementos da alta hierarquia do exército estacionado na Cisplatina, os membros do Estado Maior, colocavam-se, segundo João Pedro, ao lado

³⁹⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 18, p.11. ANRJ.

³⁹⁶ Idem, p.12.

³⁹⁷ Segundo filho de Louis Pierre Lecor e de Quitéria Maria Luísa Krause, João Pedro nasceu em Portugal, em 1766. Ingressou no exército luso em 1792. Durante as invasões francesas foi governador de Albufeira, sendo o seu posto o de Sargento-Mor. Veio para o Brasil a compor a Divisão de Voluntários Reais. Posteriormente, passou ao exército brasileiro. Foi vogal do Conselho Supremo Militar e no posto de Marechal-de-Campo. Assim, verifica-se que o militar permaneceu no Novo Mundo até sua morte, em 1844. Observa-se que um de seus filhos chamava-se Carlos Frederico, o qual chegou a fazer parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Mesmo com a perda da Cisplatina na guerra de mesmo nome, a família Lecor logrou posições de destaque no Império Brasileiro que estava a nascer, conseguindo entranhar-se via cargos públicos.

Disponível em: <http://lecor.blogspot.com/2008/03/joo-pedro-lecor.html>

³⁹⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 18, p.14. ANRJ.

de Lecor e de D. Pedro. Outro militar oriundo da Divisão de Voluntários que colocava-se ao lado do barão da Laguna era Miguel Flangini, secretário de Lecor.³⁹⁹

3.3 – “Um caso tão novo na História Portuguesa”

Com a saída de Lecor de Montevideú, D. Álvaro da Costa passava a controlar a cidade, a deixar isto claro em circular de 25 de setembro, que o fazia interinamente, devido à vacância deixada pelo barão da Laguna. De igual maneira, Costa anunciava que Lecor estava de “mãos dadas com o Menisterio do Rio de Janeiro” para acabar com a Divisão de Voluntários Reais e o Conselho Militar – que representava os corpos da citada Divisão.⁴⁰⁰ Vale lembrar que D. Pedro tinha extinguido este Conselho, bem como antes de sua saída de Montevideú, Lecor tentara tirar os Voluntários da cidade.⁴⁰¹

Além disto, Álvaro da Costa analisava o momento político (o da Independência) como “um caso tão novo na História Portuguesa” e, ainda, escrevia que tomava tal atitude sem comunicar D. João VI porque a distância em relação a Portugal era grande. Assim, o tempo das comunicações entre Montevideú e Lisboa era demorado e os inéditos fatos, aliados à manutenção da paz, exigiam prestreza. Por fim, o documento impresso redigido por Costa era assinado de forma que o militar identificava-se como brigadeiro, ajudante general e comandante interino.⁴⁰² Interino, pois estava a ocupar o cargo de Lecor e, teoricamente, o fazia por um breve período.

Concomitantemente, preocupado com a união dos brasileiros, em 18 de setembro, D. Pedro ordenava que fossem expulsos dos seus domínios americanos aqueles que não concordassem com o “systema de independência”. Convidava a portugueses europeus e brasileiros⁴⁰³ que abraçassem tal sistema e, assim, usassem “[...] por distincção da flor verde dentro do angullo de Ouro no Braço esquerdo, com a legenda – ‘Independencia ou Morte’”.⁴⁰⁴

³⁹⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 18, p.15. ANRJ.

⁴⁰⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17. ANRJ.

⁴⁰¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, doc 4. ANRJ.

⁴⁰² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17. ANRJ.

⁴⁰³ Os termos portugueses europeus e brasileiros constam da documentação da época.

⁴⁰⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac 17, doc.2. ANRJ.

Neste contexto, Álvaro da Costa e seus seguidores não eram benquistos por D. Pedro, bem como Lecor encontrava-se no caso dos portugueses europeus que aderiram à causa do governo fluminense. Inclusive o general será, mais tarde, com a Constituição de 1824, beneficiado por isto, pois a primeira carta magna transformava em brasileiro aqueles que lutaram pela Independência. Portanto, o general, que nascera português, torna-se brasileiro a partir de então.

Além disto, vários portugueses de nascimento, não só na Cisplatina, mas por todo o Império, permaneceram ao lado de D. Pedro, pois tinham no Brasil seus vínculos políticos, econômicos e sociais e, a partir daí, havia o sentimento de pertencimento aos domínios do Imperador. Assim, o processo de Independência e a atuação dos atores aí envolvidos foram fatos mais complexos do que a mera generalização de portugueses oriundos da península favoráveis a D. João VI de um lado e, do outro, os que eram nativos do Brasil com D. Pedro I.⁴⁰⁵ Os casos de Lecor e de outros Voluntários Reais ilustram isto.

Vale, ainda, ressaltar que, no período da presente tese, os vocábulos portugueses e brasileiros estão muito mais vinculados ao posicionamento político do que ao local de nascimento. Portugueses eram aqueles alinhados a Lisboa. Já brasileiros denominavam-se aos que aderiram ao governo do Rio de Janeiro. Lecor, português de nascimento, liderava as forças brasileiras. O próprio Imperador do Brasil, D. Pedro I, nascera em Portugal. Então, neste momento, o que é ser português e o que é ser brasileiro é algo mais complexo do que meramente o local de nascimento. Utilizar-se-á, portanto, a partir de agora, na tese, a seguinte designação: Brasileiros ao aliados de D. Pedro I. Portugueses aos de Lisboa.

Retomando a saída de Lecor de Montevideú em 11 de setembro – vale ressaltar que se este não tomasse tal atitude seria preso pelas forças portuguesas⁴⁰⁶ –, o militar estabeleceu, inicialmente, seu Quartel General em Canelones e, dias depois, em San José (ver anexo VII). De próprio punho, Lecor escrevia a Luís Pereira da Nobrega de Sousa Coutinho – ministro da Guerra entre junho e outubro de 1822 – que o fazia por questões estratégicas, para estar com maior contato, mais próximo, portanto, das tropas

⁴⁰⁵ SOUSA, Maria Aparecida Silva de. Independência e soberania nacional na América luso-espanhola. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2007.

⁴⁰⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, doc 4. ANRJ.

que estavam em Colônia do Sacramento e Capilla de Mercedes.⁴⁰⁷ Ao mesmo tempo, aliado de Lecor, Frutuoso Rivera encontrava-se nas imediações de Montevidéu,⁴⁰⁸ provavelmente para inibir as forças de Álvaro da Costa.

Sobre os Voluntários, conforme já foi apresentado, esses receberam ordens de D. Pedro para retornarem a Portugal, entretanto, com a mudança política em curso, muitos já anunciavam que só sairiam sob as ordens das Cortes de Lisboa. Os aliados de D. Pedro no território oriental acreditavam que os Voluntários se colocariam contra as ordens do ainda príncipe regente. Assim, pediam reforços vindos do Rio Grande, pois por mais que os orientais tenham se colocado ao lado da “causa do Brasil”, não podiam contar com sua total confiança e, então, armá-los. Os aliados de Lecor temiam os remanescentes revolucionários da campanha, que só esperavam uma oportunidade para oporem-se aos ocupadores.⁴⁰⁹

Deste modo, verifica-se que, mesmo com a unanimidade do Congresso Cisplatino, o posicionamento oriental em relação aos ocupadores não era monolítica. Mesmo após a derrota de Artigas havia aqueles que mantinham o desejo de expulsarem os portugueses e os brasileiros do território oriental. E estes ocupadores tinham o conhecimento deste cenário hostil.

Paralelamente, além dos problemas com os portugueses e com setores orientais, Lecor tinha, nesta altura, que lidar com a fronteira do rio Uruguai, logo não podia remanejar tropas daquela área, e mais, tinha que estar atento aos problemas que Entre Rios poderia causar-lhe, seja por suas convulsões internas, seja por rivalidade política.⁴¹⁰

Lecor também era pressionado pelos membros do Conselho Militar. Estes escreviam⁴¹¹ ao general determinando que o mesmo deveria voltar a Montevidéu em cinco dias, ou seja, em 22 de setembro, pois ele prometera retornar no dia 13. No entanto, no décimo terceiro dia de setembro, Lecor executava decreto de D. Pedro, de 20 de julho, que era relativo ao ato de dar baixa aos membros da Divisão de Voluntários

⁴⁰⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.17, doc.3. ANRJ.

⁴⁰⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, doc 4. ANRJ.

⁴⁰⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, p.8 e 9. ANRJ.

⁴¹⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, p.9. ANRJ.

⁴¹¹ Assinavam o documento: D. Álvaro da Costa de Sousa Barreto (Brigadeiro e Vice-presidente), João Nepomuceno de Macedo (Major Vogal), José de Barros e Abreu (Major Vogal), Manoel Jeremias Pinto (Capitão Vogal), Vicente José de Almeida (Capitão Vogal), Claudio Caldeira Pedrozo (Tenente Ajudante Vogal), António José Peixoto (1º Tenente Vogal) e José Maria de Sá Camello (Secretário Vogal).

Reais. Porém, antes de sair de Montevideu, Lecor acordara com o Conselho Militar que não executaria tal ordem até o dia do embarque dos portugueses, a bem do Reino Unido.⁴¹²

Os militares portugueses reclamavam que Lecor havia se comprometido com eles a voltar junto com os Voluntários para Portugal.⁴¹³ No entanto, vale lembrar a cláusula número 19 do Congresso Cisplatino: “Continuará en el mando de este Estado, el Señor Barón de la Laguna.”⁴¹⁴ Ou os Voluntários não conheciam as cláusulas, algo pouco provável, ou, então, criam que Lecor a ignoraria e partiria para a Europa com os demais militares, a abandonar a conquista oriental, que dava-lhe prestígio, poder e rendas oriundas do erário público. Ou, por fim, acreditavam que conseguiriam pressionar ou impor a Lecor a saída de Montevideu. Porém, esta não era a pretensão do general. Lecor queria desfrutar das benesses da posição de mandatário do Estado Cisplatino, unidade política que ele empenhara-se tanto para que fosse criada.

Além disto, os membros do Conselho Militar queixavam-se dos atos de Lecor, que dissera, anteriormente, ser favorável a Portugal, porém, ao mesmo tempo, insistira que isto deveria ser um segredo, pois as tropas brasileiras e o governo do Rio de Janeiro não poderiam jamais saber seu posicionamento pró-Portugal, para que os portugueses, na Banda Oriental, não perdessem seus benefícios, ou melhor, para manter o dinheiro que recebiam e favorecia a sua causa política. Retomando, os militares escreviam a Lecor informando que manteriam a confiança nele somente se o general retornasse a Montevideu até o dia 22 de setembro.⁴¹⁵

No mesmo documento, em tom hostil, Lecor ainda era ameaçado: Se não voltasse até o dia 22, a bem dos corpos que representavam, os líderes militares tornariam públicas as já citadas ações do general contra o Conselho Militar, além de que eles informavam que seriam obrigados a escolherem outro chefe militar, outro Comandante da Divisão.⁴¹⁶

Agrega-se que Álvaro da Costa informava a Lecor que, em reunião de 14 de setembro, o Conselho Militar decidira, contrariamente ao ordenado por D. Pedro, não

⁴¹² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, p.14. ANRJ.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ ACTAS....., op.cit. AGN.

⁴¹⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, p.15. ANRJ.

⁴¹⁶ Idem.

dissolver-se. Ao menos naquele momento. Primeiramente, os corpos da Divisão deveriam ficar cientes de tal ordem e, deste modo, darem suas respectivas respostas, pois foram eles que criaram o Conselho. Álvaro da Costa já informava a Lecor neste ofício de 18 de setembro que os corpos da região de Montevidéu, ou seja, a capital e Extramuros, eram favoráveis à manutenção do Conselho.⁴¹⁷

Verifica-se em tal ato que os militares portugueses da Cisplatina não estavam dispostos a obedecer a D. Pedro, como, por exemplo, Lecor e mais alguns outros lusos de nascimento. A maioria dos militares oriundos do Reino de Portugal não via no futuro Imperador, nem em seus partidários, legitimidade e poder para decidir seu futuro. A legitimidade para a execução de determinada ação relativa aos Voluntários ou emanava dos próprios Voluntários ou das Cortes de Lisboa ou de D. João VI.

Evidentemente, esta postura era conveniente àqueles que estavam a controlar o Conselho, como, por exemplo, Álvaro da Costa, pois, politicamente, estes homens estavam alinhados às Cortes – que, provavelmente, não tomariam medidas contrárias aos anseios dos Voluntários –, bem como a citada liderança tinha o controle político dos corpos da Divisão de Voluntários. Portanto, identifica-se que a liderança do Conselho estava em perfeita sintonia com as duas forças de onde emanavam o poder que eles consideravam como legítimo. No caso de D. João VI, desde que chegara a Portugal, o rei vira o seu poder diminuído pelas ações das Cortes de Lisboa.

Álvaro da Costa ainda escrevia que a paz encontrava-se ameaçada caso se intentassem medidas hostis aos Voluntários.⁴¹⁸ Nesta conjuntura, em que ocorriam sérios atritos entre Lecor e a parte lusa das tropas, esta frase de Álvaro da Costa pode ser entendida como uma ameaça de guerra.

A resposta de Lecor a Álvaro da Costa foi dura. Inclusive, neste momento, o general podia ser áspero, pois contava com o apoio de D. Pedro e a ameaça que a parcela lusa constituía anteriormente, nesta altura, estava a quilômetros de distância, em Montevidéu.

⁴¹⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.17, p.13. ANRJ.

⁴¹⁸ Idem.

Assim, Lecor criticava o fato de Álvaro da Costa ter posto a ordem de D. Pedro em consulta, pois esta era para ser obedecida, e não votada. Igualmente, criticava aqueles que votaram contra o designo do filho de D. João VI:

Quando passei a V. Exa. o meu officio de 13 do Corrente não foi para V.Exa. consultar os Corpos da Divisão [...] senão para que mandasse por em execução imidiatamente os Reais Decretos de S.A. o Príncipe Real do Reino Unido, e Regente do Brasil, por cujo procedimento falhou V.Exa. gravemente á Ordem Militar, e muito mais os indivíduos dos Corpos que influirão para não se executarem as Reais Ordens [...] ⁴¹⁹

Lecor qualificava a ação dos Voluntários de crime, e a buscar um blefe, buscando subjugar seu inimigo, mas não pela força das armas, ele ditava as condições para que as conseqüências da ação não recaíssem sobre os portugueses. Deste modo, enumerava cinco medidas, sendo a primeira:

1º Que S.A.R. o Príncipe Regente do Brazil me ordenou que faça executar Suas Reais Ordens empregando toda a minha authoridade como General em Chefe deste Exercito, Capitao General deste Estado.

2º Que não sendo do meu arbítrio deixar de cumprir o Real Decreto, e Ordens do Principe como sucessor, e lugar Tenente d'El Rei O Senhor D. João VI nesta parte da Monarchia, e sendo a sua execução da maior importancia aos interesses da Nação, ao socego e conservação deste Estado, me hé indispensavel adoptar outras medidas que serão sustidas por S.A.R. ⁴²⁰

Antes de partir para o terceiro item, detecta-se que Lecor demonstrava a sua decisão por colocar em prática as ordens de D. Pedro, bem como que ele, o general, tinha o respaldo do herdeiro da Casa de Bragança. Além disto, se os militares portugueses não respeitavam a autoridade de D. Pedro, Lecor fazia questão de lembrá-los de onde emanava o poder do governante do Brasil: De D. João VI, a quem os Voluntários juravam fidelidade.

É importante ressaltar que mesmo alguns autores entendendo a Independência em agosto de 1822, ou a já conhecida construção do sete de setembro como data da emancipação nacional, verifica-se que, ainda nesta altura, Lecor estava a trabalhar com a idéia de uma monarquia que conciliasse Brasil, Portugal e demais domínios ultramarinos. A discussão não perpassava pela cisão do Brasil do Reino Unido. Além da amplitude da monarquia, a legitimidade desta, mesmo na América, estava em D. João

⁴¹⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac 17, p.16. ANRJ.

⁴²⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac 17, p.16. ANRJ.

VI e naquele que o rei delegou como seu representante no Novo Mundo, o príncipe D. Pedro.

Seguindo a exposição de Lecor, no próximo item, o terceiro, o general, após mostrar que tinha o respaldo do legítimo representante de D. João VI, reiterava sua autoridade sobre os demais militares:

3º Que neste conceito lhes rogo como amigo, e lhes mando como Chefe que obedeção imediatamente aos Reais Decretos de S.A. Real a que se referem as minhas ordens de 13 do corrente.

4º Que no cázo d (...) na dezobediencia comprometendo assim a Gloria das Armas Portuguesas; os interesses e integridade da Monarchia, o bem da Nação inteira; a tranqüilidade e conservação desta Provincia; a seguridade e socego das Famillias desse benemerito Povo, a quem devem as Tropas tão grandes consideraçõens; desde logo lhes faço as mais formais (...) de que elles sós serãõ responçaveis a El Rey, ao Príncipe e a Nação por todos os males, e desgraças que lhes porvenhão e a estes Póvos da desobediencia ao Real Decreto, e as minhas ordens, declarando desde já nullas, sem vigor nem effeito todas, e quaisquer ordens que emanarem do extinto Conselho Militar.⁴²¹

No quarto item, Lecor respondia à ameaça de guerra feita por Álvaro da Costa, responsabilizava-o por eventuais conflitos, que, por sua vez, estaria disposto a enfrentar e, novamente, mostrava que entendia a extinção do Conselho Militar como consumada. Por fim, o item de número cinco expunha o atendimento de demanda da parcela lusa das tropas, retornar a Portugal. Evidentemente, reenviá-los a Portugal era algo que interessava a Lecor, pois mandava-se para a Europa aqueles que estavam a causar, há tempos, problemas para a sua administração e seus projetos políticos:

5º Finalmente que dezejando pôr todos os meios, e a custa de todos os sacrificios evitar conflitos dezagradaveis; visto o dezejo que tem parte das Tropas em regressarem a Portugal; vou mandar immidiatamente hum official ao Rio de Janeiro para apresentar a S.A.Real da minha parte a necessidade da vinda dos Transportes que se acharem destinados naquelle Porto para este fim, e não sendo bastantes as embarçaçõens que vierem para facilitar o dito embarque ou atrazo aos Emos. Senhores Vice Almirante e Governador Intendente deste Estado para que ouvindo o ditame de homens inteligentes me consultem sobre a possibilidade de se apromptarem os transportes que vinhaõ a faltar apurando todas as (...) e empenhando o credito do Banco do Brasil e rendas desta Provincia para se poderem a fretar nesse Porto, e no de Buenos Aires.⁴²²

⁴²¹ Idem.

⁴²² Idem.

Pode-se pensar que, já no início do quinto item, nas entrelinhas das primeiras frases, Lecor optava pela via da negociação. Propunha que conflitos não ocorressem em troca de enviar os Voluntários, a qualquer custo, para Portugal. Talvez o general estivesse a propor que estes corpos aceitassem a extinção do Conselho Militar, não criassem problemas no tocante às ordens de D. Pedro, e, em troca, teriam o empenho de Lecor no cumprimento de sua demanda: retornar a Portugal.

Se em Montevideu e Extramuros ocorreram votações favoráveis aos intentos de Álvaro da Costa, em outras partes da Cisplatina houve a favor de Lecor. No Quartel de Morales, em 24 de setembro, os militares afirmaram “[...] o não conhecerem outro General em Chefe, mais que a S. Exa. o Snr Capitão General Barão da Laguna, Commandante em Chefe [...]”. Estes homens justificavam sua fidelidade pelo fato de que a Lecor fora confiado o comando dos Voluntários Reais pelo próprio rei, D. João VI, e pela nação.⁴²³

Mais uma vez, vê-se, neste conflito, a disputa por quem possuía a legitimidade de dar ordens dentro do território oriental. Disputava-se, em nome de D. João VI e da nação, quem era o verdadeiro representante desses dois elementos.

No contexto de agudização dos posicionamentos políticos, bem como dos conflitos daí provenientes, é válido ater-se a documento redigido pelo 2º Regimento de Infantaria, como representante dos que não enfrentavam a Lecor, bem como por contextualizar as relações entre o general e o governo de D. Pedro.

Primeiramente, afirmava-se que ofícios de Lecor datados de setembro mostravam que Lecor e D. Pedro estavam aliados contra os Voluntários e, em seguida, ratificavam, mais uma vez, seu posicionamento público a favor de D. João VI e do Soberano Congresso.⁴²⁴

Uma outra questão contida no ofício era

[...] o Decreto de Sua Alteza Real de 1º de Agosto proximo passado, e bem assim os Manifestos do mesmo dia, e 6 do referido mez, de cujos papeis se conhecem claramente que Sua Alteza Real declara a Independencia do Brazil, e a guerra, a todas e quaes quer tropas Portuguezas, chamando-lhes os nomes mais injuriosos [...]⁴²⁵

⁴²³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.18, p.32. ANRJ.

⁴²⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.18, p.43. ANRJ.

⁴²⁵ Idem.

Observa-se que, no primeiro dia de agosto, através de decreto, D. Pedro designara como inimigas quaisquer tropas que, oriundas de Portugal, desembarcassem no Brasil. No sexto dia, lançara o denominado Manifesto às Nações Amigas, em que o Brasil era declarado independente, mas permanecia conectado a Portugal como reino irmão.

O 2º regimento ainda afirmava que Lecor agira como fosse fiel a Lisboa, mas, neste momento, suas ações eram no sentido contrário, que o general estava “[...] determinado a seguir a Cauza do Ministerio do Rio de Janeiro, que he contraria as deliberações d’El Rey, e do Soberano Congresso [...]” Declaravam também que se Lecor decidira quedar-se em San José, a dezoito léguas de Montevideú (cidade em que a maioria dos Voluntários encontravam-se), eles, interinamente, estabeleciam outro comandante, Álvaro da Costa.⁴²⁶

Finalmente, pode-se ressaltar que o citado regimento construía a sua imagem como fiel à pátria, ao Rei e às Cortes, bem como Lecor seria “[...] responsável perante o Mundo inteiro, El-Rey, e o Soberano Congresso, por quais quer privações, e medidas hostis que contra elle se tomem e que possa transtornar o socego e bem estar dos Habitantes desta Cidade e Provincia.”⁴²⁷ Verifica-se, mais uma vez, no diálogo estabelecido entre os Voluntários e Lecor a ameaça de guerra, sendo sempre esta responsabilidade de seu interlocutor. Nunca o autor do ofício teria que responder por seus atos “ao mundo”, “aos povos”, ou ao rei, ou às Cortes.

Na documentação, percebe-se a hostilidade entre o grupo de Lecor e o de Álvaro da Costa, bem como a busca de tirar qualquer tipo de legitimidade do rival. Como exemplo, Lecor designava o Conselho Militar de cassado e extinto⁴²⁸ e àqueles que apoiavam seu opositor de indivíduos anárquicos⁴²⁹ ou os partidários da anarquia.⁴³⁰

No dia 26 de setembro, Lecor escrevia de San José a Luís Pereira de Sousa Coutinho. Lecor expunha que sua saída de Montevideú deu-se após receber ordens de D. Pedro e, para melhor executá-las, abandonou a cidade, indo para Canelones. A saída fora estratégica, pois os partidários de D. Pedro sabiam que seriam desobedecidos

⁴²⁶ Idem.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.19, p.4. ANRJ.

⁴²⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.19, doc.1. ANRJ.

⁴³⁰ Idem.

quando viessem à tona as ordens do príncipe em relação aos Voluntários e teriam que sair de Montevidéu. Sabiam, portanto, que sua saída seria dificultada.⁴³¹

A documentação foi recebida através do síndico procurador do Estado Cisplatino, o brigadeiro Manuel Marques de Sousa⁴³² e pelo desembargador Nicolás Herrera. Observa-se que Lecor tomou tal decisão após reunião com os dois indivíduos citados e que, na comunicação ao Ministro da Guerra, o general sempre definia os portugueses como insubordinados. Sobre o Conselho Militar, este era sempre chamado de extinto, logo, não era-lhe dada legitimidade pelas letras de Lecor. Paralelamente às ações políticas e militares, Lecor comprometia-se a subordiná-los e embarcá-los para longe de Montevidéu, como convinha “à causa do Brasil” e “ao socego da província”.⁴³³

Conhecedor das divisões que, muitas das vezes, os processos eleitorais geram, Lecor via a eleição que os portugueses anunciavam como um meio de divisão política entre estes. Assim, Lecor escrevia para o Rio de Janeiro: “Como seja mais conveniente para os dividir em mais partidos, que elles escolhão Chefe como annunciação que pretendem fazer não me recolhendo eu à Praça [de Montevidéu]”⁴³⁴ Além disto, Lecor qualificava o processo eleitoral de Costa como resultado de “trabalhos sediciosos” feitos juntos a grupos “anárquicos” e questionava a sua legitimidade, inclusive por votações manipuladas.⁴³⁵ Indivíduos teriam votado em Álvaro da Costa sob coerção.⁴³⁶

O general ainda informava, sobre o processo eleitoral, em documentação enviada ao Rio de Janeiro que: “[...] o modo forçado porque se fez esta elleição produzio o que esperava, houve divergencias nos partidos: o da anarchia quis suffucar o outro que se lhe oppunha [...]”. Assim, na construção dos fatos por parte do barão da Laguna, vê-se que houve divisão dentro da força que estava em Montevidéu, aqueles que queriam nomear Álvaro da Costa e aqueles que não queriam, logo designados de

⁴³¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, doc 6. ANRJ.

⁴³² Importante figura dentro do exército português primeiro e brasileiro depois, é homônimo de seu pai e de seu filho. Seu pai foi o governador militar da Guiana Francesa, ocupada por D. João de 1809 a 1817. Já seu filho, também militar, foi o Conde de Porto Alegre. Todos os três atuaram militarmente nos embates sulinos, seja no caso do 1º Manuel Marques que lutou contra os espanhóis, ou do terceiro, que combateu na Guerra da Cisplatina, na Farroupilha, na Guerra contra Oribe e Rosas e na do Paraguai. A partir desta família, vê-se mais um indício de que o exército português e seu “sucessor”, o brasileiro, receberam várias gerações de várias famílias, bem como a importância que os conflitos militares no sul possuíam, pois envolvia grandes nomes do exército e várias gerações de determinadas famílias.

⁴³³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 17, doc 6. ANRJ.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.19, p.4. ANRJ.

⁴³⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.19, doc. 1. ANRJ.

partidários da ordem.⁴³⁷ Como consequência, militares de todos os corpos de Montevideú iam para o interior para apresentarem-se a Lecor, a ignorar a denominação de traidor que o general recebeu do grupo de Costa.⁴³⁸

Como hábil ator político, Lecor conclamava os membros do “partido anárquico” a imitarem os subordinados Batalhões de Caçadores, logo, a subordinarem-se e chamava os amotinados para irem para o seu lado, tendo, assim, a liberdade e o seu retorno a Portugal facilitado.⁴³⁹ Buscava-se, por um lado, aumentar o contingente pró D. Pedro e, por outro, esvaziar o grupo político rival. Para incrementar as forças do Brasil, em 11 de outubro, D. Pedro aceitava a proposta de Lecor de reintegrar às suas forças os elementos que haviam desertado.⁴⁴⁰

3.4 – A cisão oriental e seus partidários

Em Montevideú, o designado por Lecor “Clube de Revolucionários”, do qual fazia parte membros das tropas de Portugal, anunciavam que iriam realizar um Cabildo Abierto, com o objetivo de depor autoridades e declarar a completa independência do Brasil. Esta facção teria o apoio das Províncias de Buenos Aires, Córdoba, Corrientes e Entre Rios, além de elementos da campanha, que outrora guerream com Lecor.⁴⁴¹

Nesta altura, segundo os historiadores uruguaios Rosa Alonso Eloy, Lucia Sala de Touron, Nelson de la Torre e Julio Carlos Rodriguez, grande parte dos comerciantes de Montevideú já não tinha interesse na manutenção da ocupação portuguesa ou brasileira: “La dominación portuguesa se hacía intorelable para la burguesía portuaria montevideana a mediados de 1822. Fue entonces cuando se escindió esta clase que tan entusiastamente había recibido al invasor en 1817.”⁴⁴² Explica-se este fato diante da situação de que o porto de Montevideú, nos anos de Lecor, não conseguiu recuperar-se totalmente, tendo vivido, anteriormente, tempos melhores, ao menos no que refere-se à

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ Idem, p.4.

⁴⁴⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.19, doc. 2. ANRJ.

⁴⁴¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, doc. 4. ANRJ.

⁴⁴² ELOY, op. cit., p.77.

exportação de couros e charque. O porto de Rio Grande fazia-lhe avultada concorrência.⁴⁴³

Os historiadores uruguaios complementam que a dominação só interessava ao pequeno número de comerciantes “vinculados especialmente al comercio portuguêz y no desplazados por los brasileños, los abastecedores de la armada y tropas lusitanas y los contratistas de todo tipo con el Estado.”⁴⁴⁴

Uma outra questão a observar-se é que, desde o advento do liberalismo luso em Montevidéu, surgiram tensões entre os militares estacionados na cidade, sendo que os conflitos só recrudesceram no período que seguiu-se. Com a cisão externa, no âmbito do Reino Unido português, e a interna, entre Lecor e Álvaro da Costa, as forças do general eram débeis diante da demanda oriental de manutenção da paz. Aderir a Lecor já não era a única opção pela paz, conforme determinaram os congressistas de 1821, bem como as drásticas mudanças no mundo português favoreciam aos opositores do regime do barão da Laguna a buscarem outras alternativas políticas.

Além disto, os comerciantes montevidéanos possuíam vínculos com outras províncias platinas, a realizarem transações comerciais pelo seu porto. No entanto, pelo Tratado del Cuadrilátero, do qual eram signatárias as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Entre Rios, Montevidéu passou a ser excluída como local de transações comerciais. Apartir desta espécie de pacto federativo, as citadas províncias passavam a realizar seu comércio pelo porto de Buenos Aires, pois buscava-se uma unidade aduaneira, que prejudicava os comerciantes estabelecidos em Montevidéu.

No que refere-se ao Cabildo, a mudança de seus membros, tirando aqueles que foram postos à época de Lecor, era de interesse dos Voluntários, bem como do grupo oriental que estava em Montevidéu e era contrário ao governo do barão da Laguna. Assim, além dos aliados de Lecor perderem o controle da instituição, era a chance da oposição chegar ao Cabildo.

O opositorista “La Aurora” comentava o seguinte sobre o fato – sem deixar de criticar os anos de Lecor à frente de Montevidéu:

⁴⁴³ GUAZZELLI, op. cit., 2004.

⁴⁴⁴ Idem.

Nada es comparable al entusiasmo con que este pueblo, despues de 5 años que se hallaba privado de aquella libertad, recibió una noticia que le restituía el uso de ella. Todos elogiaban el desprendimiento y liberalidad del cabildo: todos discurrían con entusiasmo sobre la conveniencia de elegir por votaciones, como olvidados de que ya habían ejercido este derecho, ó dudosos de que un bien tan inesperado fuese cierto. Jamas podrá verificarse un acto mas legal ni mas solemne por la numerosa reunion de sufragios, por la pureza con que fueron dados, por la feliz eleccion de los electores y la recomendable actividad y prudencia con que dichos señores han llenado el deseo del publico, produciendole las mejores esperanzas en el acertado nombramiento de sus dignos representantes.⁴⁴⁵

Uma vez mencionando a questão do Cabildo, observa-se que, enquanto aconteciam os problemas políticos supracitados entre Lecor e os portugueses, a sociedade secreta maçônica Los Caballeros Orientales, que visava por termo à dominação brasileira e portuguesa, começava a agir. Seus membros anelavam unirem-se, novamente, às demais províncias do Prata. Agrega-se que “La Aurora” e “El Pampero” eram órgãos de informação conectados a este grupo.⁴⁴⁶ Esta sociedade já existia há mais tempo, não era oriunda do momento da independência brasileira e, além de orientais, portenhos a compunham.⁴⁴⁷

Ainda sobre o início das atividades desse grupo, escrito anônimo que pertenceu a Rivadavia e situado no Museu Mitre, de Buenos Aires, menciona que

La ocasión para la instalación de la sociedad de Caballeros Orientales, fue el anuncio de una expedición de tropas españolas que se preparaba en Cádiz con destino al Río de la Plata; y el objeto exclusivamente patriótico, el de organizar el país y prepararlo a la resistencia contra los invasores; pues se tenía por cierto que las tropas portuguesas lo evacuarían cuando la expedición se presentase, mediante un convenio entre los gabinetes de Madrid y Río de Janeiro.

[...] si la expedición española se hubiera presentado en estas playas, habría encontrándose con un gobierno patrio organizado en la campaña, y el país todo preparado para oponerle la más seria y vigorosa resistencia.

Algunos de los miembros más infuyentes del Cabildo estaban afiliados en la sociedad de Caballeros Orientales; y como el general Lecor contemporizaba y defería a muchos de los actos de aquella corporación municipal, la sociedad trabajaba con gran ventaja, tomando medidas preparatorias para cuando llegase la época de las hostilidades [...]

La sociedad trabajó en el sentido de la pacificación del país, para evitar su desolación mediante una pequeña guerra inútil y ruinosa que sostenían las partidas de Artigas. En esto estaba perfectamente de acuerdo el Barón de la Laguna que secundaba aquellos trabajos.

⁴⁴⁵ La Aurora nº3, p.14. Montevideo, 4 de janeiro de 1823. BNM.

⁴⁴⁶ CASTELLANOS, op. cit.

⁴⁴⁷ BERRA, op. cit.

[...] más tarde cuando el Brasil se emancipó, y sobrevino la disidencia entre las tropas brasileñas y portuguesas que ocupaban el territorio oriental, la sociedad renovó sus patrióticos trabajos y el Cabildo de Montevideo envió su primer comisionado – Iriarte – cerca del Gobierno de Buenos Aires en demanda de auxilio y protección.⁴⁴⁸

Em Buenos Aires, Iriarte tratou com Rivadavia, então ministro das Relações Exteriores. O ministro portenho desejava a reincorporação da antiga Banda Oriental aos quadros de Buenos Aires, entretanto, não queria ter problemas nem com o Brasil, nem com Portugal. Para ele, já bastava a ameaça de conflitos bélicos com a Espanha.⁴⁴⁹ Vale, ainda, relembra os desgastes de ordem política, econômica e militar que os buenaienses enfrentavam desde 1810.

Rivadavia estabelecia que o único meio dos Caballeros verem seu desejo atendido era se Álvaro da Costa devolvesse o poder de Montevideú ao seu respectivo Cabildo. Assim, tropas de Buenos Aires ocupariam Montevideú, com a anuência da instituição municipal. Para tentar seduzir Álvaro da Costa, os portenhos pediam que Iriarte propusesse ao português que Buenos Aires enviaria aos Voluntários as embarcações que tanto desejavam.⁴⁵⁰

Os opositores de Lecor viram com dificuldade a execução da proposta de Rivadavia, apesar de, anteriormente, Álvaro da Costa ter-se aproximado deste grupo, externando que poderia, em breve, por fim à ocupação da cidade. Talvez o tenha feito a buscar unidade em torno de sua pessoa em Montevideú e congregar partidários contra Lecor.⁴⁵¹ Mesmo com todas as dificuldades, a proposta portenha chegou a Álvaro da Costa e ao Conselho Militar, no que obtiveram resposta negativa, sendo esta a justificativa dada pelos portugueses de Montevideú:

[...] Costa expresó al enviado argentino que se bien sería forzoso desocupar la plaza desde que su Soberano no pensaba en poseerla permanentemente, y preferiría en todo caso devolverla á sus dueños naturales antes de entregarla al Brasil, no podía resolver nada sin que le llegasen las instrucciones que había pedido á Lisboa.⁴⁵²

⁴⁴⁸ ABADIE; ROMERO, op. cit., p.358 e 359.

⁴⁴⁹ BERRA, op. cit.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² Idem, p.500.

Independente das ações de Costa, os opositores montevidianos de Lecor agiram no sentido de incitar lideranças orientais que estavam na campanha contra Laguna.⁴⁵³ Em ofício datado de 16 de novembro, Lecor apontava a árdua situação que enfrentava no território oriental, e, aparentemente, temia a continuidade da dominação do Império do Brasil na região. Dois meses depois, Lecor escrevia sobre sua saída de Montevidéu, podendo-se ver que a ocupação que liderava não era unanimidade em terras orientais:

Havendo eu sahido da Praça de MonteVideo para cumprir, e fazer cumprir as Soberanas Determinações de Sua Magestade Imperial, ficou infelimente/ como eu receava/ fecundando ali o gérmen da insureição, que os Inimigos do Brazil, e gente perversa, contraria a bôa ordem, que a não deixa medrar muito há tem semeado; e se foraõ perigozas ao socego publico, e tranqüilidade da Provincia as suas primeiras tentativas em quanto so tinhaõ a influencia, que de si mesmas podiaõ tirar, muito mais perigosas se tornaraõ desde que os debates das Cortes de Portugal, e outros dados análogos lhes vieraõ dar apoyo.

Hum partido forte se desmascarou a favor da Independencia da Provincia, e a pezar de quanto faço, e tenho feito para o sufocar, e cujos por menores agora não dou a V.Ex.^a por falta de tempo, elle ameaça hum desenlace, que se he remediavel para o futuro, não deixara de cauzar antes grandes inconvenientes de toda a espécie, e ate na parte Política, por que talvez haja entaõ que vêr com as Provincias de Buenos Aires, Entre Rios, Sta Fé, e Cordova, que me asseguraõ haverem sido convidadas para apoiar os faciozos de MonteVideo, e terem efectivamente prometido ajudalos.⁴⁵⁴

Se este “partido” “tirou a máscara” é porque ele já existia, mesmo nos dias em que Lecor governava, aparentemente, de modo tranqüilo, o território oriental. Tudo indica que o general estava a tratar dos Caballeros Orientales, mesmo sem mencionar o nome desta sociedade secreta. Talvez, justamente por seu caráter secreto, Lecor não tivesse muitos dados a respeito dos Caballeros.

Detecta-se, portanto, que mesmo com o Congresso Cisplatino e com o apoio de importantes figuras locais, houve, mesmo que subreptilmente, o “partido” que agia em silêncio e espreitava a hora certa de entrar em cena. Nota-se que o general enfrentava adversidades para controlar o território oriental, por mais que tenha conseguido trazer para o seu lado muitos dos poderosos indivíduos orientais.

Identifica-se que antes mesmo da Guerra da Cisplatina, temia-se pela sua perda. De semelhante modo, se esta cisão do Brasil viesse a ocorrer ainda em fins de 1822, neste momento, no âmbito interno, já existiam os partidários da separação, e, no

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, p.10. ANRJ.

externo, o apoio das demais províncias do Prata. Observa-se que este quadro não foi muito diferente do da supracitada guerra, que contou com elementos internos à Cisplatina e com externo, que veio a ser o governo situado em Buenos Aires.

“La Aurora” trazia carta de Buenos Aires, em que encontrava-se o apoio portenho à emancipação oriental:

El ministro de gobierno hizo una esposicion elocuente sobre el estado de la Banda Oriental; demostró la injusticia y violencia con que la ocupaban las tropas del Brasil; manifestó las reclamaciones que había hecho el gobierno á aquel gabinete, y las que había dirigido al general Lecor por las prisiones cometidas en las personas y libertades de diferentes vecinos, espuso tenia datos respetables sobre la voluntad general de los habitantes de sacudir el yugo opresor, y recibir auxilios de esta capital para conseguirlo, y concluyó asegurando que el gobierno tomaba sobre si facilitar estos auxilios.⁴⁵⁵

O periódico afirmava, a mencionar o juramento de adesão ao Brasil, que o síndico procurador do Estado Cisplatino o arrancou de forma forçada e complementava: “La atróz persecucion decretada contra los patriotas de la campaña en el momento mismo que el Síndico, invocando sus atribuciones os envia circulares acompañadas de escuadrones para que á su presencia firmeis la acta de vuestra esclavitud”⁴⁵⁶

Deste modo, o periódico recém criado em Montevideú, desenhava a ocupação liderada por Lecor como utilizadora de meios violentos para lograr seus meios, bem como definia a união ao Brasil como escravidão. O que “La Aurora” escrevia em suas páginas era extremamente plausível, entretanto, quanto à veracidade dos fatos, pode-se questioná-los, pois há de se compreender que o periódico era de oposição a Lecor e seus aliados.

Ainda a traçar este perfil da ocupação de Lecor, “La Aurora” utilizava palavras como despotismo e usurpação e informava que

[...] envano será que intenten sofocar el fuego sagrado en que os abrasais orientales: en vano aprisionar à vuestros vecinos.; y difundir el espanto por vuestras inermes poblaciones; en vano aplicaros la odiosa calificación de anarquistas y facciosos. La anarquía es un monstruo mas temible que la esclavitud, mas ¡quien de vosotros no recuerda con horror las espantosas atrocidades y latrocinios, cometidas bajo su imperio! ¡Quien no correría á cortarle sus cabezas si otra vez intentase erguiras!...⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ La Aurora n°2, p.6. Montevideo, 28 diciembre 1822. BNM.

⁴⁵⁶ La Aurora n°2, p.5. Montevideo, 28 diciembre 1822. BNM.

⁴⁵⁷ La Aurora n°2, p.6. Montevideo, 28 diciembre 1822. BNM.

Se os opositores de Lecor buscavam levantar forças contra o general na campanha, eles o conseguiram com intento do Tenente Coronel Juan Antonio Lavalleja⁴⁵⁸ de fazer uma revolução em solo oriental. Porém, em 24 de dezembro, seu líder havia sido descoberto e havia-se desmontado este bando. A esta altura Lavalleja era membro do exército de Lecor e pertencia ao Regimento da União, cujo comandante era Frutuoso Rivera.⁴⁵⁹

Dentre os envolvidos, estava um irmão de Lavalleja, que havia, inclusive, articulado a participação de Charruas e Minuanos no conflito que viria a acontecer. Entretanto, pela ação do exército brasileiro, parte do grupo de Lavalleja partiu para Entre Rios e, depois, para a província de Buenos Aires. Outros foram presos por Rivera. Depois destas medidas, a campanha encontrava-se pacificada.⁴⁶⁰ Curiosamente, em 1825, Lavalleja e mais trinta e três homens iniciaram o processo de separação da Cisplatina do Brasil, com o apoio de Buenos Aires, província onde Lavalleja refugiou-se.

Sobre o levante de Lavalleja e a participação de Entre Rios, Lecor escrevia que:

Como finalmente a Campanha se não sublevou, por ter feito ocupar alguns pontos, e perseguir a Lavalleja [...] e Mancilla Governador d'Entre Rios em lugar de nos declarar a guerra (como os facciosos de MonteV°. espalharão para augmentar o seu partido, fazendo persuadir que as forças Brasileiras não eram bastantes p^a manter esta Provincia em respeito) tratou, pelo contrario de justar com migo armonia, e neutralid.e recíproca [...]⁴⁶¹

Verifica-se, então, estratégia usada por Lavalleja para congregar partidários, bem como que não interessava à Cisplatina de Lecor conflitos com Entre Rios e vice-versa. Lecor e Mansilla acertavam a neutralidade. Para ambos, já bastavam os conflitos internos e os externos, principalmente com a província de Buenos Aires.

⁴⁵⁸ Um dos próceres da independência uruguaia, Lavalleja lutara contra os portugueses ao lado de Artigas. Lavalleja, assim como outros artiguistas, como, por exemplo, Ortogués e Andresito Artigas, fora feito prisioneiro pelos portugueses ainda na década de 1810 – no caso de Lavalleja, mais especificamente, em 3 de abril de 1818 – , e enviado para o Rio de Janeiro, tendo tido passagem pela Ilha das Cobras, na baía de Guanabara. Após a união da Banda Oriental ao Reino Unido português, Lavalleja voltara, com a autorização do governo estabelecido no Rio de Janeiro, ao território oriental, a fazer parte das forças de Rivera, o Regimento de Dragões da União. No seu retorno tinha a patente de tenente coronel e funções de 2º chefe, tendo aderido a Pedro I. Mais tarde, em 1825, lidera os 33 orientais, que buscam a separação da Cisplatina do Brasil. (SALDAÑA, José M. Fernandez. *Diccionario uruguayo de biografías: 1810 – 1940*. Montevideo: Amerindia, 1945.)

⁴⁵⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.21, doc.4. ANRJ.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.21, doc.5. ANRJ.

Ainda sobre esta província, ela pretendia apoiar os revoltosos que emancipariam a Cisplatina do Brasil.⁴⁶² Se a ação dos aliados de Lecor foi mais rápida e não deu tempo para o apoio em 1822, posteriormente foi possível, na Guerra da Cisplatina.

Soma-se a isto que, mesmo com a aparente derrota dos que queriam a emancipação cisplatina, logo, posteriormente à saída de Lavalleja, o designado “partido da independência” continuava a atuar no território oriental. Para detê-los definitivamente Lecor pedia à Corte mais tropas.⁴⁶³

Este “partido” ainda tentava trazer para o seu lado militares de Pernambuco, pela insatisfação de sargentos e cadetes com o exército, pelo fato de não terem recebido promoções desde que chegaram ao Prata. Caso os pernambucanos cedessem, receberiam várias vantagens, como o retorno à sua província.⁴⁶⁴

Este fato preocupava Lecor, que sabia da influência dos cadetes e sargentos nos soldados pernambucanos. Para suprir a falta de homens no regimento de Frutuoso Rivera e para atender às necessidades dos pernambucanos, Lecor os transferia, de modo que lograssem postos mais altos.⁴⁶⁵

Verifica-se que Lecor buscava contornar as adversidades que apareciam-lhe. Porém, além do grupo português, este dos orientais continuarão a trabalhar contra o governo do general. O barão da Laguna teve, ainda, muitas agruras para enfrentar, sendo que uma delas será trabalhada no próximo tópico.

3.5 – Cisplatina e Bahia: articulações para resistência ao projeto de D. Pedro

Outro problema para Lecor era a distante Bahia, sendo que o nascedouro dos problemáticos fatos baianos datava de alguns poucos anos atrás. Os militares dessa província, assim como os do Grão-Pará, Rio de Janeiro e Montevidéu iniciaram levantes

⁴⁶² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.21, doc.6. ANRJ.

⁴⁶³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.2. ANRJ.

⁴⁶⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.5. ANRJ.

⁴⁶⁵ Idem.

em 1821, em reconhecimento às Cortes e à Constituição que viesse a ser realizada em Lisboa.

Em Salvador era instalada uma Junta, de certa forma, analogamente, no território oriental, formou-se o Conselho Militar, porém, dentre suas várias diferenças, contava com elementos civis. Em agosto de 1821, chegava à Bahia, enviada de Lisboa, a Legião Constitucional, que contribuía para o fortalecimento militar dos portugueses peninsulares. Em fevereiro de 1822 era a vez do coronel oriundo de Portugal, Inácio Luiz Madeira de Melo, inicialmente contra o movimento constitucionalista, pisar em solo baiano. Em pouco tempo o militar e a Câmara Municipal entraram em atrito e iniciaram-se, em 19 de fevereiro, conflitos entre portugueses europeus e portugueses provenientes do Brasil, no qual os da Europa saíram vencedores. Os derrotados fugiram de Salvador e a cidade ficou sitiada pelos militares do Reino de Portugal.⁴⁶⁶

Sobre o episódio, Wisiak mostra que “Por determinação das Cortes, o cargo de governador das armas, ocupado por Manuel Pedro de Freitas Guimarães desde a organização da primeira junta, deveria ser entregue a Inácio Luís Madeira de Melo [...]”⁴⁶⁷, além de que “A cena política na província estava profundamente polarizada na disputa entre as Cortes e D. Pedro pela hegemonia do Brasil.”⁴⁶⁸ Por fim, o autor observa que “A polarização entre Rio de Janeiro e Cortes explodiu na Bahia na forma de um confronto armado entre forças agrupadas no Recôncavo, inclinadas em direção a D. Pedro, e as de Salvador, submetidas a Madeira.”⁴⁶⁹

Assim, a Bahia encontrava-se em situação que é plausível de comparar com o território oriental: Divisão entre portugueses de Portugal e do Brasil, os portugueses reinóis controlando a principal cidade de ambas as províncias, lutas entre as duas facções, intensa participação e politização dos militares nos episódios históricos... Enfim, verifica-se que dentro do Reino do Brasil processavam-se fatos inéditos na história portuguesa – como mencionou Álvaro da Costa em ofício já citado – e que este processo causou grande impacto nas províncias do Reino primeiro e, depois, do Império do Brasil.

⁴⁶⁶ KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: MALERBA, Jurandir (Org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁴⁶⁷ WISIAK, Thomas. Itinerário da Bahia na independência do Brasil (1821 – 1823). In: JANCSÓ, op. cit., p.459.

⁴⁶⁸ Idem, p.466.

⁴⁶⁹ Idem, p.467.

Evidentemente, o processo de emancipação causou grande impacto não só no Brasil, na porção lusa unida à metrópole. No mundo espanhol, por exemplo, a separação dos vice-reinos do período colonial levou a uma série de conflitos nas porções que os compunham, bem como para os estados nacionais que estavam, posteriormente, a formarem-se. Basta lembrar o caso do Vice-Reino do Prata e a repercussão de sua cisão do conjunto da monarquia espanhola na Banda Oriental. Esta cisão, bem como outros fatos, evidentemente, permitiram toda a posterior história oriental tal como a conhecemos, inclusive com a participação de Lecor no Prata e a criação do Estado Cisplatino Oriental.

Em um breve exercício de reflexão, se o processo emancipatório rio-platense não ocorresse no momento e da forma como ocorreu, provavelmente, não haveria Lecor, nem Voluntários Reais, nem Cisplatina. Não haveria-se lançado a Banda Oriental da órbita hispano-americana para a portuguesa. Assim, é importante ressaltar o impacto destas cisões no processo histórico latino-americano.

Retomando os casos baiano e cisplatino, os portugueses estavam situados, respectivamente, em Salvador e Montevidéu. Em novembro de 1822, ganhava corpo a notícia a respeito da junção das forças contrárias a D. Pedro estacionadas no Estado Cisplatino e na Bahia. Lecor queria impedir esta união. O general temia que os portugueses de Montevidéu fossem para a Bahia, para fazer frente ao projeto de D. Pedro e José Bonifácio. Assim, o barão redigia ofício aos seus superiores no Rio de Janeiro, a expor que o Brasil necessitava de baixéis de guerra para escoltarem as embarcações que os Voluntários fretaram, bem como para impedir-lhes de levarem a fragata Tetis, pois, caso não houvesse tal ação, os portugueses adentrariam na Bahia.⁴⁷⁰

O general Lecor ainda observava que

Se he mau que a Divizaõ sahia sem escolta, devo dizer a V.Ex.^a [Luíz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho], para melhor provar a indispensavel necessidade desta, e da sua prompta vinda, que naõ he menos prejudicial a permanencia daquelle Corpo em MonteVideo: com ella, podem chegar-lhe Ordens das Cortes, que solicitou, e espera por momentos: podem vir Vazos de Guerra, que pedio, e lhe prometeraõ da Bahia; pode emfim tornar incremento, e consolidar-se o partido revolucionario de MonteVideo, que á sombra da Divisaõ tem minado na Praça, e commeça já em differentes pontos desta Campanha, a ter influencia, que muito me custa a sufocar.⁴⁷¹

⁴⁷⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, doc. 6. ANRJ.

⁴⁷¹ Idem.

Deste modo, através da extração, verifica-se o perigo que consistia a permanência dos Voluntários em Montevideu, assim como as hostilidades que Lecor tinha que enfrentar no poder, como, por exemplo, aqueles que começavam a rebelarem-se contra a dominação brasileira. Igualmente, o general alertava sobre o risco dos seus rivais fortalecerem-se através de material bélico, dos vasos de guerra.

Por fim, no tocante a este ofício, o general pedia, do quartel general de San José, em 25 de novembro, que Souza Coutinho fizesse com que estas informações chegassem ao Imperador.⁴⁷² Lecor também afirmava aos seus superiores no Rio de Janeiro que

[...] julgo de minha restricta obrigação, e de urgente necessidade rogar a V.Ex.^a [Souza Coutinho], que informando competentemente a Sua Magestade Imperial o Imperador, queira fazer-me expedir as Embarcações de Guerra, que se precisaõ para escoltar as Tropas da Divizaõ que houverem de embarcar, ate para evitar que ellas possaõ levar consigo, e servir-se da Fragata Thetis; ou as providencias que forem mais do Soberano Agrado, para bem da Cauza do Brazil⁴⁷³

Nota-se, portanto, que Lecor temia pela utilização da fragata Tétis, que seria muito útil aos Voluntários para ingressarem na Bahia. Neste momento, ao menos segundo suas letras, uma das grandes preocupações do general era o conjunto do Império do Brasil, e não apenas Montevideu e sua campanha. Evidentemente, há sempre a possibilidade desta preocupação com todo o Império ser mera retórica, no entanto, após decidir-se por seguir as designações do Rio de Janeiro e romper com Portugal, provavelmente Lecor estivesse preocupado com os rumos dos seus aliados, pois qualquer derrota que estes sofressem, podia repercutir em seu projeto político.

Ainda sobre a questão da Bahia, em uma pequena carta sem remetente e data, Lecor era informado que lá esperavam-se tropas de Lisboa, e que o general Madeira propunha aos comerciantes da citada província que eles levassem para lá os militares portugueses de Montevideu.⁴⁷⁴ Porém, este fato não veio a ocorrer. A resistência baiana e a cisplatina nunca conseguiram se unir para combater os representantes do projeto de Brasil defendido a partir da capital fluminense.

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, p.10. ANRJ.

⁴⁷⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, p.15. ANRJ.

Porém, isto não impediu que Madeira enviasse, em janeiro de 1823, a Buenos Aires, para depois embarcar para Montevidéu, um agente seu, o Coronel Pizarro. Este chegara à cidade platina em um navio mercante possuindo ofícios de Madeira. Lecor por intermédio de, conforme consta na documentação, “um indivíduo esperto”, conseguiu levantar informações sobre Pizarro e, a partir daí, reforçava a idéia de que os Voluntários iriam tentar ir para a Bahia. No entanto, Laguna era conhecedor de que os soldados desejavam ir somente para Portugal. Destarte, os que ocupavam os postos mais baixos ansiavam retornar a Portugal, ao passo que os que lograram os cargos mais altos estavam dispostos a entrarem na Bahia, e o general Lecor anunciava que iria buscar tirar proveito desta situação de divisão.⁴⁷⁵

Após interceptar carta de Madeira para Pizarro, Lecor tinha a informação de que “[...] ainda que não mostra precisão destas tropas na Bahia, com tudo aconselha que vão para ali quando se vejaõ em apuro [...]”⁴⁷⁶ O barão da Laguna não deu-se por satisfeito na obtenção de informações e, assim, encarregou, através do vice-almirante Lobo, o negociante Gonçalo Gomes de Mello para ir a Buenos Aires entrar em contato com Pizarro.⁴⁷⁷

Obtinha-se como informação que os Voluntários iriam para Santa Catarina. Entretanto, “cruzando as fontes”, Lecor detectava que a informação não se confirmava com a da carta interceptada. Um outro dado obtido era o de que o Conselho Militar pretendia levar consigo o 2º Batalhão de Libertos para a Bahia ou para Portugal.⁴⁷⁸

Verifica-se, portanto, que a questão da Bahia foi um ponto de preocupação para Lecor e que continuará a ser durante o sítio de Montevidéu, temas que serão abordados no capítulo seguinte.

⁴⁷⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, p.5. ANRJ.

⁴⁷⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, p.14. ANRJ.

⁴⁷⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.6. ANRJ.

⁴⁷⁸ Idem.

3.6 – O problema das tropas e o sítio de Montevidéu

Ao mesmo tempo em que ocorriam os fatos supracitados, a Cisplatina pedia mais tropas, a buscar este contingente na província do Rio Grande. O Brasil não atendia à necessidade de militares que Lecor e seus partidários aspiravam e expressavam serem necessários para a manutenção de seu poder na região do Prata.⁴⁷⁹

Sobre a falta de contingente, através de documento ao Rio de Janeiro, informa-se que:

Ao Governo da Prov.^a do R.^o Grande se faz presente das criticas circunstancias em que nos achávamos e da neccidade que tínhamos de que nos auxiliace com Trópas, e athé o prezente naõ nos tem mandado mais do que Setenta homens da Legião de Voluntr.os do meo com.do dos quaes dezertaraõ na marcha vinte porem ali ainda ficaraõ Cento esincoenta que podem vir e me parece a occazião mais oportuna de levar este Corpo ao pé de Regimento [...] ⁴⁸⁰

Em ofício de 17 de novembro de 1822 encontra-se dados sobre a polêmica questão da retirada das tropas do Prata. Este ato já estava a ocorrer na mencionada data. Sem o apoio do Rio de Janeiro, Lecor conseguia, segundo o documento, em Buenos Aires, os transportes para levar para a Europa o restante do 1º e do 2º Batalhão de Caçadores. O embarque foi feito em Colônia do Sacramento. As baixas teriam ultrapassado o número de 600 homens. Além dos que iriam partir, existiam aqueles que desejavam permanecer no Brasil, deixando de lado os Voluntários Reais.⁴⁸¹

Em 21 de janeiro de 1823, Lecor falava da necessidade de forças militares para deterem a anarquia que existia na Cisplatina. O barão da Laguna mencionava o risco de perder-se a província e afirmava que “[...] com as forças actuaes não possa conseguir a tranquilozação de MonteVideo, e a segurança de toda esta Provincia tão interessante ao Grande Imperio Braziliense”⁴⁸² Ainda segundo o general, um outro meio para diminuir a força deste “partido” era aumentar o número de portugueses na Cisplatina.⁴⁸³

⁴⁷⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, doc. 4. ANRJ.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, doc. 3. ANRJ.

⁴⁸² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, p.5 ANRJ.

⁴⁸³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.3. ANRJ.

Provavelmente, ao usar a terminologia “portugueses”, o general referia-se àqueles súditos de D. Pedro e não necessariamente indivíduos que estivessem em Portugal.⁴⁸⁴

Paralelamente, o Rio Grande enviou homens para a movimentação militar que Lecor queria, no entanto, o número era inferior ao necessário. Das forças enviadas do Rio Grande, muitas chegaram incompletas, inclusive pela deserção no caminho para a Cisplatina. Deste modo, só era possível fazer a Divisão embarcar de Montevideu se fossem retiradas forças militares de outros pontos cisplatinos, o que não era seguro, pois, sem as tropas, poderia comprometer-se a “boa ordem”.⁴⁸⁵

Diante da falta de contingentes, Lecor partiu para a constituição de uma Companhia Fixa de Artilharia e Infantaria e as localidades contempladas eram Colônia, Montevideu – quando as circunstâncias permitissem – e Maldonado. Conseguia-se contingente, inclusive, através de indivíduos que se voluntariavam, sendo estes muitos dos que abandonavam a Divisão de Voluntários Reais. Com esta medida, Lecor cria que freitava a saída de homens da Cisplatina, bem como fomentava a cisão no quadro dos portugueses de Montevideu, com indivíduos partindo para a nova Companhia criada pelo barão. Para que esta se concretizasse, faltava apenas a aprovação de D. Pedro I.⁴⁸⁶

Chegando novas forças à Cisplatina, inclusive lideradas pelo Tenente Coronel Bento Gonçalves, e o acordo de neutralidade com Mansilla, que liberava forças da linha do Uruguai, Lecor poderia movimentar tropas para embarcar à força os indivíduos da Divisão de Voluntários Reais.⁴⁸⁷ Entretanto, prometia-se a ação para quando as embarcações chegassem. Agrega-se que Lecor cria que os Voluntários não iriam querer embarcar, inclusive pelas conversações com Madeira, que permitiu aos homens de Álvaro da Costa a sacar 30 contos de réis por mês de comerciantes baianos para manterem-se em Montevideu.⁴⁸⁸

Relativo, ainda, aos Voluntários, o general pedia ao Rio de Janeiro 200 barris de pólvora, além de cartuchos, pois os rivais controlavam o depósito de pólvora que estava

⁴⁸⁴ Vale observar que muitas das áreas que já foram do Rei de Espanha e que hoje são partes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do sul foi, no período colonial, alvo de política da Coroa bragantina de povoá-las para conquistá-las. Estas regiões receberam, no século XVIII, levas de imigrantes açorianos. Deste modo, ao lado de tropas e de acordos diplomáticos na Europa, Portugal valeu-se de gente comum para povoar e conquistar as áreas de litígio com a Coroa espanhola.

⁴⁸⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.21, doc.5 e pac.22, p.5. ANRJ.

⁴⁸⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.3. ANRJ.

⁴⁸⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.2. ANRJ.

⁴⁸⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.21, doc.5. ANRJ.

em Montevideu. Avisava, porém, que o desembarque deveria ser feito ou em Maldonado ou em Colônia do Sacramento. Lecor ainda previa a possibilidade de sitiarem Montevideu por terra e, para isto, pedia embarcações de guerra, para que o sítio fosse eficaz.⁴⁸⁹ Nota-se, já em dezembro, a movimentação para o sítio que estava por vir e, ainda, as agruras enfrentadas pelo exército de D. Pedro I na Cisplatina.

Em 29 de dezembro, o general estava no processo de embarcar os dois Batalhões de Caçadores da Colônia do Sacramento, e esperava que tal ação atingisse o ânimo daqueles situados em Montevideu. Pretendia-se, com tal medida, fazer com que militares desta praça também desejassem partir, o que complicaria as ações do Conselho Militar, caso este decidisse permanecer na cidade por mais tempo.⁴⁹⁰ Verifica-se Lecor a fazer estratégias políticas para atingir seu inimigo. Vê-se que as medidas do barão da Laguna tinham este objetivo, além de que o general buscava antever-se aos fatos.

Ainda sobre a questão dos batalhões, a 13 de janeiro saía de Colônia do Sacramento o restante do 1º Batalhão de Caçadores, na galera Imperatriz Leopoldina. O 2º Batalhão, com apenas 80 indivíduos, permaneceria em território cisplatino. Uma das razões era para que houvesse o pronto embarque do 1º Batalhão, de forma que não desse tempo para os revoltosos de Montevideu informarem-se e parassem a galera com a fragata Tétis.⁴⁹¹ Dias depois, ainda em janeiro, ia embora, também por Colônia do Sacramento, o 2º Batalhão.⁴⁹² Estes foram tirados do Prata e colocados em Maldonado para depois seguirem o seu caminho para fora da Cisplatina.⁴⁹³

Como um dos últimos fatos antes do sítio, Lecor intimou os Voluntários a saírem de Montevideu, entretanto, Álvaro da Costa negou-se. Só iria com ordens de Portugal.⁴⁹⁴ Em 12 de janeiro, Lecor não os havia embarcado pela falta de barcos no território oriental e em Buenos Aires.⁴⁹⁵ Em 21 de janeiro, ainda não havia-se conseguido os navios, bem como Lecor pedia ao ministro da Marinha embarcações para que o sítio que viria a fazer por terra tivesse sucesso.⁴⁹⁶ Em 31, Lecor ressaltava

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.2. ANRJ.

⁴⁹² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, p.4. ANRJ.

⁴⁹³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.6. ANRJ.

⁴⁹⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 21, doc.6. ANRJ.

⁴⁹⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.2. ANRJ.

⁴⁹⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, p.4. ANRJ.

novamente ao Rio de Janeiro a importância das naus de guerra e que forças militares já estavam a marchar rumo a Montevidéu.⁴⁹⁷

Diante deste fato, é válido indagar se teria o Império forças para tirar os portugueses de Montevidéu? Teriam os brasileiros como lidarem com levantes provenientes de parte de grupos políticos orientais ou com ações externas, vindas, por exemplo, de Buenos Aires? Verifica-se a debilidade brasileira na região já em 1822, situação que não foi resolvida, acabou por eclodir na guerra de 1825 e, por fim, na perda da Cisplatina e conseqüente criação do Estado Oriental.

Provavelmente, se o Brasil não perdeu a Cisplatina neste momento, foi pela impossibilidade portenha e das facções situadas em solo oriental de rechaçarem as forças de D. Pedro I, pois o desejo de cisão do Império já existia, tanto em Buenos Aires, quanto na antiga Banda Oriental. Desejo que veio à tona poucos anos depois, em 1825.

Assim, diante deste quadro, Lecor precisava de militares para guarnecer vários pontos orientais, mas não tinha infantaria suficiente e vários soldados haviam partido para Buenos Aires e Entre Rios.⁴⁹⁸ Indivíduo contemporâneo aos fatos e situado na Cisplatina escrevia ao então ministro da guerra, Luís José Vieira de Carvalho, o seguinte conselho ao Imperador:

He ameu ver da maior urgencia que Sua Magestade o Imperador olhe para a conservação desta Provincia como para a sigurança do Imperio, visto que he a Chave que o guarda; evacuando esta Prov.^a concidero perdido o R^o G.e [Rio Grande]. A Bahia he um ponto Central do Brasil e tem em ci recursos suficientes p^a. sacudir a forsa que a oprime, ptanto o principal ponto de vista deve estar sobre esta Carreira.⁴⁹⁹

Um outro momento de tensão nas relações Lecor-Montevidéu deu-se em 7 de janeiro, quando o novo Cabildo, formado na sua maioria por Caballeros Orientales⁵⁰⁰, estava formado, e o general declarou que não reconhecia sua legitimidade. Vê-se, portanto, mais uma vez, o conflito em torno de quem tem o legítimo direito de controlar o território oriental:

⁴⁹⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.6. ANRJ.

⁴⁹⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.22, doc.3. ANRJ.

⁴⁹⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 21, doc.6. ANRJ.

⁵⁰⁰ RELA, op. cit.

Por cuanto el nuevo Cabildo de Montevideo, electo por una faccion de anarquistas, ha llevado su insolencia y descaro hasta el punto de declararse, motu proprio, autoridad suprema de este estado, desconociendo y desobedeciendo á las autoridades legítimamente constituidas: y queriendo yo prevenir las consecuencias de tan escandaloso atentado, en que se ven à un tiempo holladas las leyes, ultrajada la majestad, despreciados los pueblos, insultados los derechos de los ciudadanos, y comprometido el orden público – Por tanto he venido en declarar, como declaro. – Que los individuos ilegalmente nombrados en Montevideo, en calidad de capitulares, no forman Cabildo. – Que es una autoridad intrusa y delincuente; y que sus órdenes, acuerdos, y actos de cualesquiera clase que sean, son irritos, nulos, ateurorios y subercivos del orden. – Que todas las autoridades legítimamente constituidas, tribunales, cabildos, gefes, cuerpos militares, justicias, empleados, y vecinos, deben desobedecer abiertamente las órdenes y decretos del Cabildo intruso, bajo la mas estrecha responsabilidad, haciendo dimisiones de sus cargos y oficios, los que hallándose dentro de la plaza, sean violentados à someterse à sus disposiciones. – Que cualquiera gefes ó empleados públicos del orden civil y militar, que obedezcan al Cabildo intruso de Montevideo, ó cualquiera otras autoridades creadas ó nombradas por él, por el mismo hecho quedan privados de sus empleos, cargos, oficios, y sujetos á las penas que establecen las leyes.⁵⁰¹

Primeiramente, Lecor desqualificava aqueles que faziam parte do Cabildo, que era de oposiçã, a chamá-los de anarquistas e insolentes, afirmando que seus atos eram contra a ordem vigente, e o general rogava para si o papel de autoridade legitimamente constituída. Mesmo com Lecor advogando tal papel, o Cabildo de Montevideu e os Voluntários seguiam com suas ações políticas.

O general impunha medidas punitivas àqueles que viessem a dar crédito às ações do dito Cabildo. Lecor agia com rigidez para desestabilizar este novo poder constituído. Neste episódio, some o Lecor que tenta cooptar para aparecer aquele que busca com prestreza acabar com a força de seu inimigo, conjugando inteligência e ameaças de punição.

As ordens de Lecor foram alvo de análise do “La Aurora” e desqualificado pelos autores do jornal, que chegavam a conchamar que a resolução do general fosse desobedecida:

A la verdad, que la ocurrencia del decreto, sobre absurda y original es peregrina y mas digna del desprecio que de la indignacion del pueblo á quien insulta, y de los ciudadanos ilustres cuya opinion trata de infamar escandalosamente. Pueblos orientales! A caso no hai un individuo entre vosotros de quien sean ignoradas las virtudes y bien merecida reputacion de los dignos representantes de esta capital, y la de los ciudadanos á quienes [...] el

⁵⁰¹ La Aurora, p.23. Montevideo, 25 de janeiro de 1823. BNM.

pueblo su poder para elegirlos. A vosotros pues, toca juzgar entre ellos, y al tirano que los insulta.⁵⁰²

Frente a todo este quadro demonstrado, após ordens de D. Pedro I, as forças do barão da Laguna sitiaram Montevideú no dia 23 de janeiro de 1823⁵⁰³, curiosamente, três dias depois em que completavam-se seis anos que Lecor recebera as chaves da cidade das mãos do seu próprio Cabildo. No entanto, inicialmente, o porto de Montevideú permanecia livre para os Voluntários realizarem qualquer tipo de atividade. Lecor escrevia ao governo imperial: “[...] muito desejo a Força Maritima, pois que a declaração de Bloqueio, e mesmo o Citio que se acha em perfeita execução não lhe priva os recursos, em quanto tiverem o Porto livre [...]”⁵⁰⁴

Retomando o sítio feito no dia 23, ele era constituído de 7 itens declarados pelo general:

1º Se declara á Montevideo en estado de bloqueo e incomunicacion.

2º Queda por consiguiente prohibida la introduccion y extraccion por tierra de todo género y fruto, bajo la pena de comiso: lo que se aprehenda será inmediatamente distribuido á los aprehensores.

3º Todos los géneros y mercaderías despachadas en la aduana de Montevideo, que se reembarquen para los puertos de Maldonado y Colonia volverán á pagar en las respectivas aduanas, los derechos de introduccion, como si llegáran de los puertos de su primera procedencia.

4º En la exportación de cueros y demas producciones del país, que se verifiquen por los puertos habilitados de Maldonado y Colonia, solo se pagará la mitad de los derechos establecidos.

5º Los derechos que se bajen por el gobierno intruso de Montevideo, se exigirán ejecutivamente á quienes corresponda, luego que lo permitan las circunstancias.

6º Las deudas contraídas por el gobierno intruso de Montevideo, ó por el comandante interino de las tropas de voluntarios reales, ó las que en adelante se contrahigan, no serán pagadas por las rentas públicas de este Estado, y los prestamistas serán sujetos á un proceso criminal.

7º Las disposiciones contenidas en los primeras cinco artículos solo subsistirán, en quanto las tropas de voluntarios reales del rei se embarquen para Portugal.⁵⁰⁵

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.24, doc.1 e doc.6. ANRJ.

⁵⁰⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 23, doc.2. ANRJ.

⁵⁰⁵ RELA, op. cit., p.120 e 121.

Com estes itens, o general buscava sufocar os seus inimigos. Economicamente, com a proibição do comércio por terra, bem como dificultava importações e exportações por Montevideú, como pode ser visto nos itens de 2 a 4. Além disto, aqueles que se envolvessem com os Voluntários seriam penalizados, seja através da apreensão da mercadoria, como mostra o já citado item 2, ou, então, através de penas aos que fizessem empréstimos aos ocupadores de Montevideú, como expressa o item 6.

Deste modo, o general partia para uma ação com o objetivo de derrotar seus inimigos, bem como com esta medida tem-se um marco nas relações entre as duas parcelas do que fora o exército joanino no Prata: a agudização dos conflitos entre os súditos de D. Pedro I e os de D. João VI.

Por fim, observa-se que este ato foi resultado de um processo de desgaste, em função de interesses divergentes, entre Lecor e os Voluntários. Processo longo, que pode-se pensar como momento inicial o 20 de março de 1821, quando os Voluntários se declararam favoráveis à Revolução que ocorrera no Porto.

Capítulo 4

A ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO NA CISPLATINA E OS CONFLITOS PELA INDEPENDÊNCIA NO PRATA

4.1 A aclamação em terras orientais, as relações políticas com o Rio de Janeiro e a resistência ao projeto do Império nas demais províncias do Brasil

D. Pedro foi aclamado Imperador do Brasil, no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1822. Sabe-se, também, que cada parte do antigo Reino reagiu de uma maneira. Algumas partes prontamente aderiram ao governo do antigo príncipe. Outras não. Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Montevidéu pegaram em armas contra o projeto fluminense. Por outro lado, o filho de D. João VI foi aclamado não só em terras brasílicas, mas, também, em solo que hoje é uruguaio, em função da ação de Lecor e dos seus aliados.

Mesmo sendo frágil o poder imperial em terras orientais, isto não impediu a aclamação de D. Pedro como imperador em tal território. Em 25 de setembro de 1822, de San José, informavam ao Rio de Janeiro que, como em outras partes do Brasil, aclamariam ali, no dia 12 de outubro, D. Pedro como Imperador do Brasil.⁵⁰⁶ E assim o foi.⁵⁰⁷ Posteriormente, outras povoações cisplatinas o fizeram, conforme demonstra ofício enviado de terras orientais ao Rio de Janeiro:

Pello Tenente Coronel Joaquim e Miguel e Marques Portelli que segue para essa Corte pello Rio Grande, tive a onra de participar a V^a Ex^a., em dacta de 25 de Outubro, que algumas das Villas desta Provincia a exemplo do Brasil tinhaõ Proclamado a sua independencia, e incorporaçãõ ao Brasil e Acclamado por seo Imperador o Senhor Don Pedro 1^o Imperador do Brasil, e desde emtaõ athe oje tem hido chegando comcecutivam.e as Actas das acclamaçoens das outras, de sorte que da Campanha só faltaõ dalguns Povos Subalernos.⁵⁰⁸

Os segmentos locais dividiram-se com a independência, que refletiu na questão da aclamação. Frutuoso Rivera, Nicolás Herrera, Tomás García de Zúñiga, Juan José

⁵⁰⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.19, doc. 3. ANRJ.

⁵⁰⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.19, p.8. ANRJ.

⁵⁰⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, doc.4. ANRJ.

Durán e Lucas Obes foram favoráveis à emancipação do Brasil. Já Manuel Oribe era do grupo contrário, a permanecer ao lado de Portugal.⁵⁰⁹

Em 18 de outubro, na vila de San José, Lecor escreveu a José Bonifácio a expor o seu posicionamento público favorável à causa da Independência, que foi publicado na “Gazeta do Rio de Janeiro” quase um mês depois, em 14 de novembro:

Tendo chegado a este Quartel General, o Coronel Antero José Ferreira de Brito, e sabendo-se por elle que os Povos do Brasil havião resolvido Acclamar por seu primeiro Imperador Constitucional a S.A.R. o Principe Regente, no sempre fausto dia 12 do corrente época feliz para a Monarchia, não podemos eu e o Exército que se acha as minhas ordens, ouvir tão importante, sublime e grata noticia sem que nos sentíssemos afeiçoados a participar das glorias de nossos Concidadãos, e a tomar parte, que em tão alvo assumpto nos podia caber, elevados deste Superior impulso, formados em grande parada Acclamamos, no grande dia mencionado por entre salvas de alegria, e vivas repetidos, por nosso Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, a S.A.R. o Principe então Regente, e Perpetuo Defensor do Reino. Por occasião que nos foi tão satisfatoria, terá este Exercito a honra de mandar cumprimentar a Sua Magestade Imperial o Imperador, e a Sua Magestade Imperial a Imperatriz, por hum Official que será o orgão dos nossos votos, e que levará tambem a noticia de que os Povos deste Estado estão uniformes com elles, o que alguns já me tem feito constar.⁵¹⁰

Em 10 de dezembro, o mesmo periódico publicou as adesões de Zúñiga e de Herrera ao Imperador e, ainda, os orientais prometiam que Montevidéu teria posicionamento semelhante, mas só depois de liberta da “opressão militar” que vivia e que somente o Imperador D. Pedro I poderia tirá-la.⁵¹¹ Dezoito dias depois, a 28 de dezembro, a “Gazeta do Rio de Janeiro” trazia a aclamação de D. Pedro I feita por Rivera.⁵¹²

No interior, Lecor agiu no sentido de conseguir a adesão dos seus cabildos a D. Pedro. Na mesma missão do general estavam Herrera, Zúñiga, dentre outros orientais.⁵¹³ Assim, “Também os governos das cidades e vilas da campanha se pronunciaram, aderindo ao Brasil, e contra o governo português de Montevidéu.”⁵¹⁴

⁵⁰⁹ ABADIE E ROMERO, op.cit., p.345 e El Argos... op.cit., 28 de setembro de 1822. BNBA.

⁵¹⁰ Gazeta do Rio de Janeiro, nº137, 14 de novembro de 1822, p.681. BNRJ.

⁵¹¹ Gazeta do Rio de Janeiro, nº148, 10 de dezembro de 1822, p.749-754. BNRJ.

⁵¹² Gazeta do Rio de Janeiro, nº156, 28 de dezembro de 1822, p.797. BNRJ.

⁵¹³ NARANCIO, op.cit., p.255.

⁵¹⁴ CARNEIRO, op.cit., p.35.

Mesmo com o processo de centralização em curso nos anos de Lecor, necessitava-se do apoio destes poderes locais, tanto daqueles mais próximos a Montevideu, quanto aqueles das regiões mais distantes. Verifica-se que, mesmo com a relativa centralização, os poderes de fora de Montevideu continuavam a ter força política, sendo, ainda, mais necessários a Lecor no contexto de cisão do Brasil do Reino Unido português e de suas consequências na Cisplatina.

Seguindo o processo de adesões, a de Canelones e San José era comunicada por Zúñiga a José Bonifácio em ofício onde pedia-se que se informasse a S.M.I. que os respectivos cabildos, bem como o regimento de Dragões da União proclamaram D. Pedro imperador do Brasil e do Estado Cisplatino. Obes repetia a informação dada por Zúñiga, colocando que a adesão da Cisplatina ao Brasil independente havia ratificado-se..⁵¹⁵

Lecor narrou, através de ofício a D. Pedro I, que as adesões de Zúñiga e Durán ao Brasil eram verdadeiras e que as opiniões destes aliados era a de que preferiam “[...] o pertencerem a huma Nação Limitrofe, e Grande do que a outra arredada e mais pequena, e preferindo a vantagem de ter hum Governo estavel, seguro, e pacifico, aos riscos da Revolução, e Anarquia, naturalmente mais adversa a elles, por que tem que perder, e que ja tinhão a experiencia de com ella haver perdido.”⁵¹⁶ Argumento semelhante foi o de Frutuoso Rivera e da cidade de Maldonado para aderirem a D. Pedro I.⁵¹⁷

Assim, ratificava-se a anexação e a aliança destes orientais ao Rio de Janeiro. Retomava-se, também, a questão levantada no Congresso Cisplatino referente ao temor em relação à guerra, inclusive pelo fato de que estes orientais carregavam a experiência destrutiva deste período.

Concomitantemente, em novembro de 1822, Lecor comunicava ao Rio de Janeiro que enviaria homens que eram de sua confiança à Corte para cumprimentarem o Imperador e a Imperatriz. Esta informação nos é dada pelo ofício abaixo, no entanto, antes de apresentá-lo, é válido ressaltar que o interesse do general poderia ir além de agradar a D. Pedro I e sua esposa com as suas congratulações. Será se Lecor enviaria

⁵¹⁵ La Aurora... op.cit., 18 de enero de 1823, p.17-19. BNM.

⁵¹⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx.977, pac.28, doc.01. ANRJ.

⁵¹⁷ Gazeta do Rio de Janeiro, nº156, 28 de dezembro de 1822, p.797-798. BNRJ.

seu secretário e Manoel Marques de Souza apenas para um cumprimento? No encontro poderiam haver articulações de suma importância, informações secretas, porém, tal reunião não deixou registro, sendo, assim, impossível reconstituir tal história. A seguir, o citado documento escrito por Lecor:

[...] eu e o Exército do meu commando nomeamos o Coronel Secretario Militar Miguel Antonio Flangine para hir cumprimentar a Sua Magestade Imperial O Imperador, e a Sua Magestade Imperial a Imperatriz, pela sua Fausta Exaltação ao Trono do Grande Imperio do Brazil, e que o Alferes meu Ajudante de Campo Manoel Marques de Souza, vai da minha parte levar as Felicitações, que por Acontecimento de tanta importancia, e para todo o Brazil venturozo, dirijo a Presença Augusta de Suas Magestades Imperiaes [...]⁵¹⁸

Em 24 de dezembro, Lecor escrevia de San José ao Rio de Janeiro a mostrar sua satisfação na percepção que o Imperador tinha de seus atos no espaço platino. Não há conhecimento se Lecor escrevia após o encontro de Flangini e Marques de Souza com D. Pedro, porém, pelas letras do general, vê-se que o Imperador aprovava sua conduta. Ao menos, até este momento:

[...] fico sobre maneira lizongeadado com aver merecido a aprovação de Sua Magestade o Imperador o meu comportamento, emquanto á Comissão d que me fez a distinta honra d encarregar, e continuarei, como he do meu dever, afazer todos os exforsos para saptisfazer em toda a extençaõ o conceito que tenho a fortuna de Merecer a Sua Magestade Imperial, por quem e pôr a Sagrada Cauza do Brazil estou pronto a derramar athe a ultima gota do meu Sangue.⁵¹⁹

Mesmo aliado do Império e a realizar medidas como as apresentadas, Lecor era vigiado pelas autoridades do Rio de Janeiro. O então ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho mandava que Manoel Marques de Souza inspecionasse Lecor. Souza respondia que Lecor era um fiel súdito de D. Pedro e à causa do Brasil e agregava que se alguém estava a buscar manchar a imagem do barão da Laguna junto ao imperador, esta pessoa que era a verdadeira inimiga do Império.⁵²⁰

Vale questionar porque o Rio de Janeiro tinha dúvidas quanto à fidelidade de Lecor. Uma das razões que pode-se pensar é que pela própria vastidão do Império, no sentido prático, D. Pedro I tinha muito pouco controle, conhecimento e poder sobre as

⁵¹⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.20, doc.10. ANRJ.

⁵¹⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.21, doc.3. ANRJ.

⁵²⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.4. ANRJ.

demais partes do Brasil. Seu poder era praticamente restrito à capital. O antigo Reino de D. João VI era um verdadeiro mosaico, com cada região prevalecendo um posicionamento político em relação a D. Pedro e, dentro de cada uma destas partes, lutas entre os diversos segmentos da sociedade.

Sobre o processo de emancipação brasileira e seus desdobramentos, observa-se que houve, segundo André Roberto Machado

[...] o embate entre diversos grupos políticos, cada qual defendendo diferentes projetos de futuro. A crise do Antigo Regime português foi percebida pelos que viveram neste período, justamente pela instabilidade política e por um sentimento generalizado de provisioriedade, resultado das inúmeras possibilidades de futuro que se apresentavam [...]⁵²¹

Assim, o quadro de instabilidade não estava apenas na Cisplatina de Lecor. A Bahia encontrava-se com Salvador controlada por Madeira. O Piauí, o Maranhão e o Grão-Pará estavam divididos. Estas unidades enfrentavam cisões internas causadas desde o movimento revolucionário do Porto, assim como a Cisplatina também o estava com os seus Voluntários Reais a causarem turbulências, havendo, ainda, uma diversidade de posicionamentos políticos em relação aos novos acontecimentos no Reino Unido português.

Diante desta diversidade existente no Império do Brasil, o governo fluminense buscava sufocá-la. Em meados de 1822, sob as ordens de D. Pedro, agentes procuravam recrutar na Europa, em especial na Inglaterra, homens para a criação de uma força naval para estar sob as ordens do então príncipe regente. Em novembro de 1822, por ordem de José Bonifácio, o Rio de Janeiro contratou para estar à frente de sua marinha o britânico Lord Cochrane, que atuou em diversos embates contra as forças fiéis a Portugal. O francês Pedro Labatut também foi contratado pelo Império. Ambos haviam atuado em outros confrontos pela independência latino-americana, como, por exemplo, o britânico no Chile e o francês em Nova Granada.⁵²²

O governo do Rio de Janeiro decidiu começar a expulsão dos portugueses do Brasil por Salvador. Pragmaticamente, escolhia-se a segunda cidade mais importante do Império para expelir o inimigo. A expedição militar proveniente do Rio de Janeiro

⁵²¹ MACHADO, op. cit., p.304.

⁵²² MACHADO, op. cit.; CALOGERAS, op. cit.; e www.revistatemalivre.com/puigmal13.html

chegava a Maceió, para depois seguir para a Bahia, em 20 de fevereiro de 1823. Labatut fora contratado pelo governo de D. Pedro para atuar na citada província,⁵²³ assim como Cochrane, que chegou com suas forças em maio e, em 2 de julho, Madeira abandonou a Bahia em direção a Lisboa.⁵²⁴

Parte da expedição de Cochrane seguiu, por mar, a Madeira, inclusive por temer que este poderia juntar-se com as forças portuguesas estabelecidas mais ao norte do Brasil. Outra parte das forças do britânico foi mais ao norte do Império.

Sobre o Maranhão, nos conflitos pela independência do Brasil, Matthias Röhrig Assunção propõe analisá-lo juntamente com o Piauí e parte do Ceará. O historiador observa que

É impossível discutir os eventos no Maranhão sem nos referirmos também à capitania vizinha, pois a guerra pela Independência se desenrolou nos dois lados do rio Parnaíba. Na verdade, seria mais adequado considerar este conflito em toda a área chamada de ‘Meio-Norte’, ou seja, no Maranhão e no Piauí [...] assim como em partes do sertão adjacente, no Ceará.⁵²⁵

Com a Independência, o Meio-Norte encontrou-se dividido no âmbito político. No Maranhão, os segmentos dominantes encontravam-se separados entre absolutistas, entre aqueles favoráveis a uma constituição portuguesa e, por fim, entre os que defendiam a união com o Rio de Janeiro, fortalecidos, em especial, após D. João VI retomar o regime absoluto em Portugal, que ocorreu a partir do movimento conhecido como Vilafrancada, protagonizado por D. Miguel. Como exemplo da situação maranhense, a Junta estabelecida em São Luís desejava manter a união com o reino europeu, ao passo que localidades do interior tinham preferência de se aliançarem com o Rio de Janeiro.⁵²⁶

O Piauí também não teve posicionamento monolítico e os indivíduos favoráveis à Independência receberam ajuda oriunda do Ceará, no que resultou, em 1823, na queda

⁵²³ SOUZA, Adriana... op. cit.

⁵²⁴ GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados”: a luta pela subsistência em Salvador (1822-1823). In: JANCSÓ, op. cit.

⁵²⁵ ASSUNÇÃO, Mattias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, op. cit., p.345.

⁵²⁶ Idem.

dos elementos contrários à emancipação. Com a resistência lusa desta província do Meio-Norte derrotada, os independentistas partiam em direção ao Maranhão.⁵²⁷

A partir de março de 1823, estes sujeitos começaram a agir no Maranhão e conseguiram adesões no interior da província. Os portugueses acabaram por estarem no controle de São Luís e mais algumas poucas localidades. Neste contexto, chegou a São Luís esquadra imperial comandada por Lord Cochrane. A Junta decidiu capitular em 28 de julho. Estava liberta a quarta cidade mais importante do Império. No entanto, isto não significou que, com a saída dos portugueses, esta província tenha quedado-se pacificada. Ela ainda enfrentou, nos anos seguintes, uma série de conflitos internos.⁵²⁸

Por fim, no caso do Grão-Pará, esta província exercia influência política em toda uma região, que abarcava, também, o Mato Grosso e Góias, com a sua comunicação feita com diversas áreas por vias fluviais, como o Madeira e o Tocantins. Além disto, a província paraense tinha intrínsecas relações com o Maranhão. Formava-se, portanto, um importante bloco regional, a englobar significativa parte das atuais regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.⁵²⁹

A partir da chegada da notícia do movimento liberal luso, André Roberto Machado demonstra que no Grão-Pará surgiram vários grupos políticos, com múltiplos posicionamentos em relação às Cortes e ao governo do Rio de Janeiro. Os seguimentos dominantes da província encontravam-se divididos, sem nenhum deles ter a capacidade de garantir a estabilidade social. Os setores marginalizados da sociedade começavam a agir politicamente. Agrega-se que o Grão-Pará era, assim como o Maranhão, fortemente vinculado a Portugal, com intensas relações comerciais, políticas e culturais.⁵³⁰

Essa ligação levou ao juramento da Constituição lusa em partes do Grão-Pará. Em áreas mais ao norte da província de Goiás, com maior influência paraense, também houve a adesão a Portugal. Por outro lado, outros pontos do Grão-Pará declaravam fidelidade ao Rio de Janeiro. Machado observa que “[...] pode-se afirmar que o alinhamento ao ‘Sistema do Rio de Janeiro’ por uma parte da elite paraense se

⁵²⁷ VARNHAGEM, op. cit.

⁵²⁸ Idem; ASSUNÇÃO, op. cit.

⁵²⁹ MACHADO, op. cit.; REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, t.II, v.4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

⁵³⁰ MACHADO, op. cit.

constituiu mais como uma solução circunstancial na disputa entre os grupos da província do que como expressão de um projeto longamente maturado.”⁵³¹

Para a solução dos embastes internos, era necessária ajuda externa. Havia aqueles que pediam ajuda a Lisboa, sendo que, ao mesmo tempo, ocorriam levantes, de caráter popular, favoráveis ao Império. O interior da província estava convulsionado. Enquanto isto, o governo do Rio de Janeiro havia conseguido a adesão de Mato Grosso e apoiado o sul de Goiás, vitorioso contra os elementos do norte, que eram favoráveis a Portugal. Em fins de julho, para tornar o quadro mais complexo, chegava-se ao Grão-Pará a notícia da dissolução das Cortes de Lisboa e o retorno do poder absoluto de D. João VI.⁵³²

No difícil contexto que o Grão-Pará vivia, chegava força submetida a Cochrane, que acabou por submeter a província ao Império que estava a ser erigido:

[...] fundeava no porto de Belém o brigue de guerra Maranhão, sob o comando do Capitão John Pascoe Grenfell. Arvorava o pavilhão brasileiro. Vinha em missão do Almirante Cochrane, que ficara em S. Luís [...]

Grenfell intimou a Junta a aceitar o fato consumado da Independência [...] Uma assembleia que reuniu à noite, no palácio governamental, decidiu aceitar a Independência [...]

A 15 de agosto, em ato solene, na sala dossel do Palácio do Governo, Belém prestou o juramento de fidelidade ao Imperador e de integração da Província ao Império.⁵³³

Com esta adesão, segundo Machado,

Calculava-se que com o apoio da força externa, o partido que se alinhasse ao Império poderia não só controlar o poder, mas principalmente teria condições de garantir a manutenção da ordem interna, algo que nenhum grupo até então pôde assegurar em virtude da extrema divisão das elites e da sociedade em seu conjunto.

[...] Com a prisão e deportação dos principais opositores do novo regime, a questão da incorporação do Pará ao Império brasileiro estava oficialmente resolvida. No entanto, a estabilidade que se pretendia alcançar com a decisão de 11 de agosto durou poucas semanas, demonstrando que ainda havia espaço para embate entre os partidos que continuavam a defender diferentes projetos políticos [...]⁵³⁴

⁵³¹ MACHADO, op. cit., p.324.

⁵³² Idem.

⁵³³ REIS, op. cit., p.98.

⁵³⁴ MACHADO, op. cit., p.342.

Percebe-se que assim como as prisões de Baiona geraram uma série de posicionamentos na América Espanhola e, ainda, uma gama de confrontos posteriores, no Reino do Brasil não foi muito diferente com os ecos da Revolução do Porto e a ação das Cortes de Lisboa, que levaram à Independência e, em muitas províncias, os conflitos internos seguiram-se aos atos de cisão de 1822, que tiveram como palco o Rio de Janeiro, em relação ao Reino Unido, como a aclamação (12 de outubro) e coroação (1º de dezembro) de D. Pedro I. No processo de construção da nação brasileira, vários levantes ocorreram contra o governo do Rio de Janeiro, seja no primeiro império, seja na regência. Nota-se, portanto, que, em diferentes graus, tanto no Brasil, quanto na América Espanhola, os processos de independência geraram uma série de conflitos e possibilidades futuras, e, ainda, as novas unidades políticas que estavam a formarem-se sofreram processos bélicos.

Destaca-se, então, que enquanto resolvia-se o projeto do Império do Brasil, a sufocar os opositoristas do Norte, Lecor seguia sem qualquer tipo de ajuda imperial. Evidentemente, há de se levar em consideração que, à época, depois do Rio de Janeiro, Salvador era a cidade mais importante do Brasil. O Maranhão era uma das províncias mais ricas. O Grão-Pará, extenso por si só, era uma área de influência para tantas outras províncias. Com limites no que refere-se à questão financeira, pragmaticamente, o Império atuava nas províncias do Norte.

No entanto, não deixa de ser fato que não foram enviadas, prontamente, a Lecor, as tão desejadas embarcações. O contingente militar sob o controle do barão da Laguna não era incrementado, por exemplo, com a contratação de mercenários. Enfim, todo o projeto de manter a Cisplatina para o Império estava à deriva, deixado nas mãos de Lecor. De sua habilidade dependia o futuro da Cisplatina, dele era pendente o projeto do Império que estava a nascer e anelava ter o Prata como fronteira meridional.

A partir do caso cisplatino, pode-se ver que D. Pedro I dependia muito de Lecor para que o seu projeto vencesse no Prata. Se o general resolvesse retornar para o lado dos Voluntários a situação do Imperador se tornaria ainda mais complicada na região, praticamente inviabilizada, podendo, ainda, afetar o Rio Grande. Provavelmente, se Lecor e seu grupo político não aderissem ao Império, a sujeição da Cisplatina ao Império estaria findada.

Todas as informações que o Rio de Janeiro obtinha do Prata vinha do grupo de Lecor. As movimentações das tropas estavam, igualmente, nas mãos do general. Todo o projeto político de D. Pedro I na região platina acabava perpassando por Lecor e sua vontade política. Apoiado por parte dos segmentos locais e com sua posição de mandatário da Cisplatina confirmada por D. Pedro I, o general concentrava em si elevado poderes de decisão, político e militar em suas mãos, por mais débeis que fossem as forças brasileiras em terras orientais. Do mesmo modo, através de suas redes com importantes orientais, Lecor obtinha relativa centralização econômica em suas mãos.

Deste modo, pela debilidade do governo fluminense de controlar as demais províncias, os aliados do Imperador, seja na Cisplatina, seja na Bahia, ou em qualquer outra parte do Império, possuíam demasiada força frente a D. Pedro, que tinha que lidar com um Brasil fragmentado, com múltiplos projetos políticos para seu futuro, além de uma série de diferenças culturais, sociais e econômicas entre suas províncias. Este Brasil que D. Pedro I buscava subjugar a sua autoridade estava mergulhado em conflitos internos e em risco de esfacelamento.

Vale rememorar a “amputação” que veio a ocorrer no mapa do Império em função da Cisplatina com a guerra de 1825-1828, e outras ameaças de separações, como a de Pernambuco em 1824, e as da regência, após a abdicação do primeiro imperador. Tais fatos mostram a fragilidade da unidade política controlada por D. Pedro I e, depois, pelos regentes.

Por fim, do Reino do Brasil para o Império do Brasil, no processo de construção da nação brasileira, a única parte a separar-se foi a Cisplatina. Por outro lado, sobre a questão da secessão no espaço hispânico-americano, nos antigos vice-reinos e nas unidades políticas, efêmeras ou não, que surgiram após a emancipação, as cisões foram muito mais violentas. Por exemplo, no caso do Vice Reino do Prata, este desdobrou-se em 4 estados nacionais (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia – isto sem mencionar as regiões que caíram nas mãos do Brasil e do Chile). Além disto, antes de existir a atual Argentina, vale rememorar as breves unidades políticas que chegaram a existir neste território por volta de 1820 (ver anexo III), conforme expõe João Paulo Pimenta:

Sete repúblicas autônomas são configuradas a partir de 1819: 1) Buenos Aires, com jurisdição sobre o território que se estendia para sul, ocupado ainda na maior parte por indígenas; 2) Santa Fe, com constituição promulgada em 26 de agosto de 1819; 3) Entre Ríos, reunindo Entre Ríos, Corrientes (até 1821) e Misiones, sob a chefia de Francisco Ramírez; 4) Tucumán, reunindo Tucumán, Santiago del Estero e Catamarca [...] com constituição promulgada em 6 de setembro de 1820; 5) Córdoba, reunindo Córdoba e La Rioja, com constituição promulgada em 30 de janeiro de 1821; 6) Cuyo, reunindo Mendoza, San Juan e San Luis, com constituição promulgada em 5 de maio de 1821; e 7) Salta, reunindo Salta e Jujuy, com constituição promulgada em 9 de agosto de 1821.

A partir destes sete, outros corpos políticos vão formando-se. As três províncias de Cuyo tornaram-se independentes entre si em janeiro de 1820. La Rioja se separou de Córdoba em agosto de 1820 [...] No mesmo mês, Santiago del Estero desligou-se de Tucumán [...] Corrientes separou-se de Entre Rios em 1821, promulgando a sua constituição em 4 de março de 1822. E finalmente Catamarca, que também se desligou de Tucumán, em agosto de 1821 [...] ⁵³⁵

Ainda sobre a região platina, Vítor Izecksohn destaca que

Sabemos que o período entre 1810 e 1870 foi decisivo para a conformação de um sistema de Estados nacionais na região do Prata. Trata-se de uma conjuntura complexa, englobando as lutas pela independência e as reações locais às tentativas das antigas capitais administrativas de centralizar os arranjos políticos. Os processos de formação dos Estados, o desenvolvimento de interesses comerciais e a livre navegação dos principais rios constituíram os elementos básicos das disputas entre os países durante os anos iniciais de existência dos novos Estados da região. ⁵³⁶

O historiador ainda aponta que

Após a separação da Espanha e de Portugal, os líderes dos movimentos de independência declararam que os seus respectivos territórios seriam nações e, passado algum tempo, ganharam sua parcela de reconhecimento internacional como Estados soberanos. Mas, esse reconhecimento precedeu a institucionalização do poder do Estado no interior dos territórios em disputa, um processo muito mais complexo do que poderiam supor os líderes da separação dos antigos vice-reinos coloniais. Essa situação peculiar persistiu, em quase todos os novos países, por décadas e contribuiu, em alguns casos, para a imagem ambígua de Estados nacionais estabelecidos sobre sociedades que se recusavam a reconhecer, por completo, sua presença institucional. O problema não se limitava à dificuldade dos regimes pós-independência em estabelecer um monopólio sobre os meios de coerção nos seus próprios territórios, mas abrangia também a própria dificuldade de definir precisamente a extensão desses mesmos territórios, que permanecia indeterminada para grande parte de seus habitantes.

Agravando esse quadro entrópico, existia um processo multipolar de formação de Estados. Na medida em que novos governos se estabeleciam, em volta de portos ou outros centros administrativos, eles procuravam estender sua hegemonia sobre os territórios contíguos, lutando contra outros Estados

⁵³⁵ PIMENTA, 2002, op. cit., p.162.

⁵³⁶ IZECKSOHN, op. cit., p.89.

putativos que passavam por dinâmicas similares. Assim, por cerca de sessenta anos após as independências, guerras entre Estados em formação foram um aspecto recorrente da história da bacia do Prata, dando continuidade à belicosidade do período colonial. Esses conflitos alteraram fronteiras, fortalecendo ou enfraquecendo alguns Estados [...]⁵³⁷

Verifica-se, então, que o Brasil, a exemplo de outras unidades latino-americanas, passou por significativo risco de esfacelar-se. Mas, da unidade Reino do Brasil para a construção do Império do Brasil, perdeu-se apenas a Cisplatina. Já do lado hispânico, conforme apontado, o esfacelamento foi uma marca da passagem do período colonial para o republicano. Por fim, observa-se que

A Independência do Brasil e a conquista da unidade territorial não foram fruto de um episódio, mas sim de um longo e complexo processo que envolveu inúmeras estratégias que iam da persuasão política e de alianças entre grupos até o recurso à violência por meio de campanhas militares. Nesse sentido, pode-se perceber investidas do Rio de Janeiro visando alcançar este objetivo muito antes do 7 de setembro, assim como ações militares continuarão tendo papel fundamental na conquista e manutenção da unidade muito tempo depois deste marco.⁵³⁸

Contrastando o caso cisplatino com a extração, as articulações pela união ao Império ocorreram antes do 7 de setembro, tendo como grande marco a missão de Obes no Rio de Janeiro, iniciada em fevereiro de 1822. No entanto, mesmo com a utilização da força para inibir, por exemplo, o levante que tinha a frente Lavalleja, em 1822, ou, posteriormente, no período de 1825 a 1828, só foi possível manter a Cisplatina na unidade política imperial por um curto período de tempo.

4.2 – Lecor, os Voluntários Reais e o sítio de Montevideú

No dia 23 de janeiro de 1823, as tropas fiéis ao Imperador sitiaram Montevideú. Lecor colocava ali a maioria dos homens sob seu controle na Cisplatina. No entanto, eles encontraram resistência. Os portugueses estavam bem posicionados estrategicamente, contando com 1300 homens: 800 de infantaria e artilharia, 500 de

⁵³⁷ Idem, p.90 e 91.

⁵³⁸ MACHADO, op. cit., p.330.

cavalaria e 6 bocas de fogo, ou seja, arma de artilharia destinada a disparar granadas através de um tubo.⁵³⁹

Dados de abril de 1823 mostram que as forças brasileiras se equiparavam, na quantidade de homens, às de Portugal. Lecor tinha 1340 de todas as armas. O general lamentava-se de ter apenas 190 de infantaria e argumentava que necessitava de mais indivíduos desta força.⁵⁴⁰

Já dados de maio apontam um número maior de forças ao lado dos portugueses: Dentre mais de mil, quatrocentos eram de infantaria, outros quatrocentos de cavalaria, cem eram caçadores de extintos batalhões, e cem de artilharia, duzentos e cinquenta homens de milícia e guerrilha orientais, dois batalhões de libertos, além de contarem com homens que recebiam, por mar, de Buenos Aires e de outras áreas.⁵⁴¹

Os portugueses encontravam-se, para sua proteção, cercados de valas e parapeitos, e eram defendidos por um parque de artilharia, que comportava cerca de 700/800 homens. Além disto, recebiam o apoio de outros pontos, os “serritos”, que tinham artilharia pesada.⁵⁴²

Seis dias depois ao início do sítio, os brasileiros voltaram às imediações da praça de Montevideú, acompanhados de Frutuoso Rivera e suas forças militares, que contavam com 600 homens. Na ação, os súditos de D. Pedro I conseguiram levar cavalos e gado vacum dos rivais lusos. Atuação semelhante aconteceu no dia 11 de fevereiro, que teve como resultado a usurpação de mais cavalos e gado.⁵⁴³

Dez dias depois foi a vez de Lecor e suas tropas – todas compostas por homens de cavalaria – chegarem ao sítio, para torná-lo mais rigoroso e reconhecer a posição dos Voluntários Reais. No dia 27, o general liderou ação, em que ele exercia o papel de distrair os inimigos, enquanto mais gado vacum e cavalos era tomado pelos brasileiros. O resultado foi o aprisionamento de um sargento e três soldados, a obtenção de 3500

⁵³⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.6 e doc.8. ANRJ.

⁵⁴⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.25, doc.3. ANRJ.

⁵⁴¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.26, doc.1. ANRJ.

⁵⁴² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.26, doc.1. ANRJ.

⁵⁴³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.6. ANRJ.

cabeças de gado e alguns cavalos. Os brasileiros tiveram seis feridos, sendo que dois deles, depois, morreram.⁵⁴⁴

Em 17 de março, inicialmente, havia surgido como rumor que três companhias de milícia da campanha, que guarneciam a cidade, abandonaram as fileiras imperiais.⁵⁴⁵ Posteriormente, confirmava-se que oitenta milicianos sob o comando de Tomás García de Zúñiga passaram para o lado português.⁵⁴⁶

Independente da veracidade dos dados, pois a notícia surgiu, primeiramente, como boato, é interessante observar que no contexto do sítio e de desorganização da sociedade em função dos embates bélicos, buscava desestabilizar-se o inimigo com informações, sendo estas, em muitos casos, falsas. Porém, mesmo no caso de serem verdadeiras, como no caso exposto, a notícia de deserção para o lado inimigo é sempre um impacto naqueles que, outrora, os viam como aliados. Igualmente, a adesão de novos membros, tende a levantar o moral dos novos aliados. Fato é que o rumor de que milicianos abandonaram o Império causou distúrbios em San José e Maldonado.⁵⁴⁷

Após a adesão, os Voluntários foram atacar, no raiar do dia, com 1100 homens, 500 de cavalaria e 600 de infantaria, os brasileiros estabelecidos na linha esquerda do sítio, que era comandada pelo coronel de milicias de Entre Rios Jeronimo Gomes Jardim. Os portugueses objetivavam chegar, inclusive, ao acampamento de Lecor. Houve combate entre as duas partes. Brasileiros foram feitos prisioneiros, no entanto, o Coronel Jardim conseguiu libertá-los e desestruturar o ataque dos Voluntários, a desnordeá-los. Estes deixaram oito mortos, dois homens gravemente feridos e uns “vinte e tantos” foram para o hospital de Montevideú. Do lado brasileiro, foram 14 feridos. Armas e cavalos foram deixados pelos portugueses.⁵⁴⁸ Por fim, desta batalha também participou Manuel Oribe, ao lado dos portugueses.⁵⁴⁹

Paralelamente, os brasileiros situados no território oriental reclamavam que o Rio Grande não enviava tropas para auxiliá-los e levantavam a hipótese de que manter a Cisplatina seria difícil. Além disto, os brasileiros reconheciam que tinham poucas forças

⁵⁴⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.1. ANRJ.

⁵⁴⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.6. ANRJ.

⁵⁴⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.8. ANRJ.

⁵⁴⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.6. ANRJ.

⁵⁴⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.6 e doc.8. ANRJ.

⁵⁴⁹ ACEVEDO, Eduardo. *Anales históricos del Uruguay*, t. I. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1933.

empregadas no sítio, que seria facilmente furado pelo inimigo, e, ainda, em março de 1823, reclamavam da falta de embarcações para sitiarem Montevidéu por mar, apontado a pouca utilidade de cercá-la apenas por terra.⁵⁵⁰

No que é relativo às tropas, em 28 de março, Lecor continuava a insistir junto a D. Pedro I sobre a necessidade do envio de mais forças, a comunicar, ainda, que também fazia o governo do Rio Grande ciente de tal situação. O plano do general era ter força para realizar ataque antes do inverno ou ao menos os novos homens na linha do Uruguai, para que de lá levasse os que naquele momento ali estavam para incrementar a ofensiva contra os portugueses.⁵⁵¹

Após relatar seus planos ao Rio de Janeiro, o general voltava à mesma questão: o risco de perder-se a Cisplatina. Deste modo, o militar fazia com que “[...] Sua Magestade Imperial ficara sciente das circunstancias em que me acho, temendo mesmo que esta Provincia se perca senão recebo auxillios [...]”⁵⁵²

Não sendo atendido como necessitava, Lecor obtinha homens através dos militares que de maneira voluntária abandonavam Portugal e aderiam à causa do Brasil e decidiam lutar no exército brasileiro. Dentre eles estavam os Voluntários Manoel Marques de Souza, João Crisóstomo Calado e Miguel Antonio Flangine.⁵⁵³

Uma outra figura, também Voluntário Real, que aderiu a Lecor foi o tenente, com exercício de major, José de Mello. Desde a partida do grupo de Lecor de Montevidéu até o início do cerco desta cidade, esse militar foi o responsável pela correspondência, até mesmo as secretas, de Álvaro da Costa. Aparentemente do lado de Portugal, Mello repassava informações cotidianamente para Lecor. Assim, sobre Mello, Tomás García de Zúñiga relatava a José Bonifácio que ele

[...] prevenia las medidas que debían adoptarse, cuyos avisos sirvieron sobre manera para anular las intrigas que urdía el extinguido Consejo Militar para ganarse los Batallones de Cazadores estacionados en Colonia y Mercedes, y salvar de sorpresas el destacamento de la Vanguarda que existía en Canelones. El nos avisaba de los enemigos domesticos, de las tentativas de los anarquistas, de los emisarios que salian á la campaña, y finalmente el fue el que

⁵⁵⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.6. ANRJ.

⁵⁵¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.8. ANRJ.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.10. ANRJ.

proporcionó al Baron de la Laguna las comunicaciones de la Bahía, y las contestaciones del extinguido Consejo [...]⁵⁵⁴

No entanto, o papel de Mello como agente de Lecor em Montevideu não foi duradouro. Iniciaram-se suspeitas acerca do tenente e, então, para sua segurança, o militar fugiu da cidade sitiada. Junto aos brasileiros, Mello passou a atuar na Secretaria Militar de Lecor. Pelo seu desempenho, angariou a proteção de Zúñiga, que pedia a José Bonifácio benesses para o seu aliado.⁵⁵⁵

Por fim, Lucas Obes iria novamente à Corte para informar D. Pedro I de maneira mais circunstanciada sobre os fatos cisplatinos⁵⁵⁶, inclusive demonstrar as medidas que Lecor vinha tomando à frente do poder brasileiro situado na região do Prata.⁵⁵⁷ Assim, o oriental, que foi importante articulador entre o governo fluminense e o cisplatino, voltaria à Guanabara para atuar politicamente e estar entre o barão e o Imperador.

Já sobre o sítio por terra, Lecor afirmava que

[...] estou seguro, que por terra não terá o Inimigo o menor recurso, tendo-se apreendido já algumas porções de gado que se introduziaõ, os quais servirão para fornecimento da Tropa, pagando-se aos apreensores dois pezos por cada Novilho, oito pelas Vacas, e seis pelos Cavallos [...] por ser esta a maneira de evitar a menor introduçãõ deste gênero [...]⁵⁵⁸

Sobre a extração, primeiramente, observa-se que, o contato com a documentação produzida por Lecor mostra o general a construir uma imagem de si como indivíduo que está a tomar as medidas necessárias para cada ação e empenhado em sua missão. Além disto, verifica-se Lecor a tomar ações militares, como, por exemplo, a incursão que ele realizou em fevereiro de 1823 e, ainda, que o general era consciente de que apenas medidas enérgicas não bastariam para vencer o inimigo. Assim, Lecor remunerava os apreensores de gado, de modo que o seu objetivo, manter Montevideu sitiada – ou parcialmente, já que não havia as embarcações – fosse logrado.

⁵⁵⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.25, doc.4. ANRJ.

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.8. ANRJ.

⁵⁵⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.25, doc.3. ANRJ.

⁵⁵⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.1. ANRJ.

Ainda sobre a atuação do general no sítio, ele reconhecia que a única maneira de atingir o inimigo era através da guerra de recursos. Lecor reconhecia a dificuldade em atacar as posições dos opositores. Isto poderia acontecer, eventualmente, diante de determinada oportunidade. Porém, não era algo regular.⁵⁵⁹

Lecor, ainda em seus relatos à Corte, chamava à atenção do Rio de Janeiro de que os Voluntários forneciam armas para os inimigos dos brasileiros estabelecidos em Montevideu e nos seus arredores.⁵⁶⁰ Costa teria dado armas ao Cabildo para formar um batalhão de cívicos e colocou sob o controle da instituição um batalhão de libertos orientais.⁵⁶¹

Ainda sobre a distribuição de armas, o Cabildo de Montevideu também envolveu-se e contou como seus elementos na ação os capitães Leonardo de Oliveira⁵⁶², Ludueña⁵⁶³ e Pedro Amigo⁵⁶⁴. A incluir antigos companheiros de Artigas, os opositores ao Império objetivavam levantar Maldonado e Cerro Largo para cortar a comunicação de Lecor com o Rio Grande. Paralelamente, San José vivia levante.⁵⁶⁵

Em abril de 1823, em plano que estava envolvido Lavalleya, Manuel Durán – outro antigo aliado de Artigas –, Amigo e Oliveira, os três últimos se levantariam em armas, respectivamente, no oeste da Cisplatina, no centro, e no leste. Entretanto, a comunicação dos revoltosos foi interceptada. O levante de Durán e Amigo não teve êxito. Oliveira ainda conseguiu chegar a Tacuarembó para esperar Lavalleya, que, no entanto, não apareceu. Os três acabaram sendo julgados e Oliveira foi condenado a enforcamento, que foi realizado na praça de Canelones.⁵⁶⁶

Além disto, os insurgentes orientais, nas suas movimentações políticas, haviam tentado buscar a adesão de Rivera para o seu “partido”. O oriental negou-se a unir-se aos revoltosos, a justificar que cria que a Banda Oriental teria melhor futuro junto ao

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ ACEVEDO, op. cit.

⁵⁶² De família de portugueses estabelecidos na Banda Oriental, Leonardo Oliveira fazia parte de uma família de estancieiros. Oliveira lutara com Artigas desde o início da revolução rioplatense e, neste período, estivera ligado a Lavalleya. Participara da batalha de Índia Muerta e fora enviado, preso, para a ilha das Cobras, junto com Ortogués, Andresito e Lavalleya. No momento do motim supracitado, pertence ao corpo militar de Rivera. Mais tarde, virá a aderir aos 33 orientais. (SALDAÑA, op. cit.)

⁵⁶³ Assim como Oliveira, lutara com Artigas. (BOLETÍN HISTÓRICO DEL ESTADO MAYOR DEL EJÉRCITO n° 64/65. Montevideo: Estado Mayor del Ejército, 1965.

⁵⁶⁴ Também antigo aliado de Artigas.

⁵⁶⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.29, doc.8. ANRJ.

⁵⁶⁶ NARANCIO, op. cit.

Brasil.⁵⁶⁷ No entanto, Abadie e Romero afirmam que “Diversas circunstancias de época coinciden en atribuir a Rivera, por lo demás, un plan propio de emancipación” e os planos do oriental chegariam a envolver o Rio Grande, tendo havido “[...] entrevistas entre Rivera y los jefes riograndenses para realizar trabajos a favor de la organización de un Estado fuerte e Independiente sobre la base de la Provincia Oriental y de la Provincia de Río Grande.”⁵⁶⁸

É sabida as relações entre figuras orientais e rio-grandenses, bem como o poder político e militar de Rivera. Pode ser que o caudilho oriental tenha realizado tais articulações, entretanto, não foi este o projeto vitorioso para a Cisplatina.

Sobre o Cabildo montevideano, destaca-se que

Mediante la consulta de diversas fuentes documentales se puede reconstruir el plan revolucionario que formó el Cabildo. Se trataba de obtener la cooperación de las provincias de la Antigua Unión, que debían venir en apoyo de una rebelión en masa del pueblo de la Banda Oriental, que secundaría la resistencia al imperio ya iniciada desde Montevideo. Para lograr el levantamiento, era preciso formar una conciencia revolucionaria, lo que se lograría por medio de una activa propaganda escrita en periódicos y papeles subversivos que inundarían el país mientras que, por otro lado, se buscaría el contacto directo con los viejos caudillos de la época artiguista, los que por su arraigo y prestigio en la campaña eran capaces de movilizar las milicias como en el lejano tiempo de la insurrección de 1811.⁵⁶⁹

Dando execução a parte deste projeto, durante 1823, este Cabildo enviou representantes às outras províncias platinas, para articular uma ação que pusesse termo à ocupação liderada por Lecor. A respeito de uma destas missões, observa-se que

La misión de Santa Fe (marzo de 1823) encontró el más amplio apoyo de su gobernador, Gral. Estanislao López [...] llegándose a suscribir entre la diputación montevideana [...] y el gobierno de dicha provincia un tratado de alianza ofensivo-defensiva ‘contra el usurpador Lecor [...] por las demás cláusulas se establecía la organización de un ‘ejército santafecino del Norte’, y la invitación ‘a las provincias hermanas a la cooperación y auxilio’ (marzo 13 de 1823). La intervención directa del Gral. López pudo vencer las vacilaciones del gobernador de Entre Ríos, Gral. Lucio Mansilla, temeroso de una invasión portuguesa a su territorio desde la Provincia Oriental [...]

Entre las provincias de Santa Fe y Entre Ríos fue celebrada entonces una convención para salvar al pueblo oriental ‘de la opresión en que se halla por las

⁵⁶⁷ ACEVEDO, op. cit.

⁵⁶⁸ ABADIE; ROMERO, op. cit., p.369.

⁵⁶⁹ NARANCIO, op. cit., p.264.

tropas imperiales, y por la cual ambos gobiernos ‘invitarían a los de Buenos Aires y Corrientes para que tomem una parte en tan gloriosa empresa’,⁵⁷⁰

Agrega-se que as reuniões em Santa Fé contaram com a presença de figuras como Luis Eduardo Pérez, que atuou no Congresso Cisplatino, do exilado Lavalleja, e, por fim, do futuro mandatário das Províncias Unidas, Juan Manuel de Rosas.⁵⁷¹

Verifica-se, assim, que o general tinha que lidar com os problemas gerados direta e indiretamente pelos portugueses, bem como com a instabilidade e desconfiança em relação às províncias limítrofes e os grupos insurgentes que existiam em terras orientais.

Dentre as províncias limítrofes, Mansilla já não era de confiança e, neste contexto, Bento Manoel Ribeiro encontrava-se em Belém, às margens do Uruguai, para realizar a proteção da Cisplatina. Outra província vizinha, mas no caso dentro da unidade política dos súditos de D. Pedro, apresentava problemas. A vila de Rio Grande tinha militares contrários ao Império.⁵⁷² Além disto, Porto Alegre não enviava tropas para socorrerem as forças do Imperador no território oriental.⁵⁷³ Inclusive, sobre o não envio das tropas, Manoel Marques de Souza relatava o fato em ofício a José Bonifácio.⁵⁷⁴ Verifica-se o grupo de Lecor a reclamar com a Corte no que refere-se à postura do governo do Rio Grande em relação às forças brasileiras na Cisplatina.

Álvaro da Costa aliava-se aos insurgentes – palavra usada por Lecor – orientais para fazer guerra ao Brasil, a dar-lhes armamento, seja aos opositoristas montevidéanos, seja aos indivíduos situados na campanha, através de agentes. Sob as ordens de Costa, embarcações saíam de Montevideu para alcançarem outras partes do território cisplatino. Observa-se que esta aproximação com os orientais de Montevideu vinha de antes do sítio, porém estreitaram-se após este.⁵⁷⁵

Detecta-se, portanto, o complexo quadro em que o general administrava a Cisplatina, bem como a desestruturação que a cisão brasileira dos quadros do Reino Unido português causou na sociedade oriental. Além disto, destaca-se que a

⁵⁷⁰ CASTELLANOS, op. cit., p.25 e 26.

⁵⁷¹ RELA, op. cit.

⁵⁷² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.2. ANRJ.

⁵⁷³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.5. ANRJ.

⁵⁷⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, p.7. ANRJ.

⁵⁷⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac. 24, doc.9. ANRJ.

instabilidade não estava presente somente no território oriental, mas, por exemplo, conforme apresentado, ocorreu, também, na Bahia, no Grão-Pará e Maranhão. Verificasse, então, a força desestabilizadora dos processos de independência latino-americanos, que levarão décadas para que se construíssem as nações da América Latina, e que estas sociedades encontrassem relativa estabilização política.

No que refere-se à dificuldade de D. Pedro I de estabelecer seu Império sobre as ruínas do Reino do Brasil, isto era percebido pelos contemporâneos ao fato. Tomás García de Zúñiga escrevia ao Rio de Janeiro que “Yo considero [...] las dificultades que presenta la constitucion de un nuevo y vasto imperio, y la enormidad de los gastos que demanda la seguridad interior y exterior de las demas Provincias [...]”⁵⁷⁶

Retomando o sítio de Montevideú, em abril de 1823, Lecor informava ao Rio de Janeiro que o ânimo de suas tropas era bom e que as forças européias permaneciam sitiadas, sem promoverem grandes ações, a não ser o cuidado com sua defesa. Paralelamente, ocorriam ações dos insurgentes na campanha, mas Frutuoso Rivera fora escolhido para detê-las, no que logrou êxito.⁵⁷⁷

Agrega-se, que nesta comunicação, o general mais uma vez expunha a necessidade de mais tropas e que ele não encurralava os portugueses dentro de Montevideú por falta de infantaria, mas, mesmo com o número reduzido que tinha, ele expunha ao governo, que buscava ser central, sua figura como hábil militar à frente de um exército débil.⁵⁷⁸ Ia, assim, através das letras de seus ofícios, Lecor construindo uma imagem positiva de si diante de seus superiores. Ia atuando nos quadros do Império do Brasil não apenas com estratégias militares, mas, também, políticas.

Sobre os insurgentes da campanha e sua união com Montevideú, bem como sobre a falta de tropas, Lecor dizia ao Rio de Janeiro que

Á frente destes Insurgentes se achava o Coronel que foi do Departamento de S. Joze, D. Manoel Duran, unico homem de representação que havia entre elles, cuja gente ja se acha dispersa, e outros officiais mandados de Montevideo, que brevemente terão a mesma sorte; contudo, sendo necessario não os desprezar, e perseguilos continuamente, reiterarei as minhas requiziçoens de Tropa ao Governo do Rio Grande, fazendo lhes ver as urgentes circunstancias em que

⁵⁷⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.25, doc.5. ANRJ.

⁵⁷⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.25, doc.3. ANRJ.

⁵⁷⁸ Idem.

me achava, o risco que corria esta Província se não me auxilliasse, e quanto era necessario atacar a Divisão antes do Inverno [...] ⁵⁷⁹

Aproveitando a comunicação com a capital do Império, Lecor tecia árduas críticas ao governo do Rio Grande, que não havia-lhe enviado, em tempo hábil, as tão solicitadas forças militares:

Igualmente devo declarar a V.Ex^a. que a actual commoção desta Província não teria existido, se o Governo do Rio Grande me tivesse enviado as Tropas que tantas vezes lhe pedi; resultando cahirem em poder do Inimigo hum capitão e 3 soldados, de sete que virão para o Povo de Rocha, em lugar de 200 que requizitei, e que se ali estivessem, de certo não haveria, naquelle Departamento, nem ao menos a lembrança de pegar em armas, porem a falta de auxillios tem feito com que se verificassem as minhas bem fundadas desconfianças, de que a Campanha havia de tomar huma actitude hostile logo que fosse instigada pela Capital, e protegida pela Divisão de Voluntarios Reais, e de que quando eu me aproximasse ao sitio havia de ter que atender outros pontos, porem em breve tempo espero ver tudo tranquilo, e empregar as minhas forças somente contra a Divisão [...] ⁵⁸⁰

A partir da extração, verifica-se, mais uma vez, Lecor a construir a sua imagem como distante da responsabilidade dos problemas que ocorriam na Cisplatina, e, no ofício, lançava-se a culpa dos problemas para o governo situado em Porto Alegre. Em momento algum Lecor mencionou se os rio-grandenses tinham, por exemplo, condições de socorrê-lo. Olhava-se, apenas, para a necessidade cisplatina, o que, politicamente, era conveniente ao general.

Isto, evidentemente, não significa que Lecor estava, necessariamente, a mentir. Mas o importante é detectar a construção, a partir de seu próprio punho, que o barão da Laguna fazia de sua imagem. Vê-se Lecor a aproveitar-se dos acontecimentos para, eximindo-se da responsabilidade dos fatos negativos, enaltecer sua figura junto aos seus superiores.

Continuando o seu papel de fiel vassalo, Lecor escrevia que “V.Ex^a. pode assegurar a Sua Magestade Imperial que emprego, e empregarei todos os esforços para pacificar esta Província porém [...] serão inuteis se a Província do Rio Grande continuar

⁵⁷⁹ Idem.

⁵⁸⁰ Idem.

na apathia em que tem estado, relativamente á remessa de Tropas, principalmente de Infantaria.»⁵⁸¹

Se Lecor pedia forças aos seus superiores, seus subordinados também realizavam pedidos de incrementos das forças brasileiras. É o caso do ofício do Tenente Coronel Venceslau de Oliveira Bello, datado de 4 de junho de 1823, que escrevia a Lecor do acampamento no Colorado. Noticiava a falta de contingente e as medidas empregadas, que diminuían o poder de fogo brasileiro, para solucionar o problema. Além disto, precisava-se desde arreios de sela, luvas e uniformes a pistolas e espadas.⁵⁸²

Também o comandante interino da Legião de São Paulo, Inácio José Vicente da Fonseca, coronel graduado, fazia suas requisições ao barão da Laguna. Informava da necessidade de fardamento para dois Batalhões de Infantaria e Corpos de Cavalaria e Artilharia a Cavallo. Igualmente, pedia-se armamento, como pistolas e espadas.⁵⁸³

Uma outra dificuldade de Lecor no comando da Cisplatina era de ordem econômica. As letras expedidas pelo barão da Laguna não foram honradas pelo Banco do Brasil. Com isto, não havia como pagar o exército, sustentar a guerra e a administração pública. Além disto, o comércio recusava aceitar tais letras.⁵⁸⁴

Segundo Tomás García de Zúñiga este advento recaía sobre a Província no momento em que mais necessitavam-se das letras, sendo que este aliado de Lecor chegou a franquear seus bens como garantia. Zúñiga escrevia a José Bonifácio, a pedir que o Imperador mirasse com seus “olhos paternais” a drástica situação da Cisplatina.⁵⁸⁵

O estancieiro ainda expunha ao patriarca da Independência que se atendesse aos vários pedidos de Lecor de bloquear o porto de Montevideú, bem como se houvesse o pagamento das letras e o financiamento da guerra por parte do Banco do Brasil, era muito provável que o conflito com os portugueses terminasse em quatro meses. Aflito, Zúñiga questionava se todas as medidas empregadas ao longo de seis anos em território oriental seriam, agora, abandonados. Neste contexto, o fazendeiro lembrava do compromisso do Império com os orientais:

⁵⁸¹ Idem.

⁵⁸² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.26, doc.3, p.17-21. ANRJ.

⁵⁸³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.26, doc.5. ANRJ.

⁵⁸⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.25, doc.5. ANRJ.

⁵⁸⁵ Idem.

Los pueblos al proclamar su incorporación contaron con el poder del Imperio, y la protección del Emperador, y ellos no pueden ser eludidos con sus justas esperanzas. Yo así lo creo, así persuado á los amigos de nuestra causa, pero si (lo que Dios no permita) no hubiese arbitrio en los recursos del Gobierno para sostener en este pais los derechos del trono y de la Nacion, y que haya de abandonarse á merced de la soldadesca europea, y de la turba feroz de las facciones, quiera V.Ex^a por lo menos, reccebir de la generosidad del Emperador, providencias urgentes, que nos saquen de esta penosa situación [...]⁵⁸⁶

Enquanto o dinheiro de Zúñiga patrocinava o projeto, agora brasileiro, no Prata, Lecor reuniu, em 31 de maio de 1823, o Conselho de Guerra, do qual constava o citado general, bem como Frutuoso Rivera, Manoel Marquês de Sousa, Sebastião Pereira Pinto e Inácio José Vicente da Fonseca. O resultado da reunião foi enviado ao Rio de Janeiro.⁵⁸⁷

O Conselho de Guerra afirmava que as ações de Lecor eram no sentido de expulsar os portugueses de Montevideú e sufocar o “partido revolucionário”. O Conselho ainda ratificava a posição do barão da Laguna em relação à solução dos problemas causados pelas forças fiéis a D. João VI: O bloqueio por mar. Este sim, em conjunto com o terrestre, seria eficaz para derrotar o inimigo.⁵⁸⁸

Fora isto, reconheciam que não tinham homens suficientes para tirar à força os bem posicionados portugueses de Montevideú. De igual modo, era reconhecida a experiência militar da Divisão de Voluntários. Diante do quadro apresentado, o Conselho temia o ânimo que poderia-se suscitar nos portugueses e nos seus aliados, inclusive com novas rebeliões no interior cisplatino.⁵⁸⁹

Estava, assim, Lecor, impossibilitado de agir. Sua única possibilidade era manter os seus militares no sítio de Montevideú. O general não tinha forças suficientes para entrar na cidade. O Rio Grande não enviava-lhe homens. O Rio de Janeiro, que desde 1822 tinha recebido pedidos para o envio de embarcações para a retirada dos Voluntários, e, após o sítio, para bloquear a cidade-porto de Montevideú, permitia que a situação se prolongasse. Deste modo, restava a Lecor assistir a este impasse, e continuar

⁵⁸⁶ Idem.

⁵⁸⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.26, doc.1. ANRJ.

⁵⁸⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.26, doc.1. ANRJ.

⁵⁸⁹ Idem.

a pedir e a depender de terceiros para o desfecho dos conflitos em função da Independência do Brasil na Cisplatina.

Neste contexto, Lecor trabalhava pela promoção de Frutuoso Rivera, nesta altura comandante do Regimento da União, e do Coronel Graduado Manoel Jorge Rodrigues, governador de Colônia do Sacramento, junto ao Imperador. Alegava que ambos vinham prestando com sucesso trabalhos para a Coroa e que já a pedia neste momento do sítio, que não iria esperar a entrada dos brasileiros em Montevidéu.⁵⁹⁰ Lecor pedia a Rivera a graduação de brigadeiro e a Rodrigues a de coronel efetivo, graduado em brigadeiro.⁵⁹¹

Como justificativa, no caso de Rivera, o barão da Laguna ressaltava seu papel na pacificação da Banda Oriental em 1820 e sua adesão e fidelidade ao Império. O general argumentava que Rivera não recebeu nenhuma promoção nos anos que esteve ao seu lado. A patente de coronel era a mesma que tinha desde os tempos de Artigas. Já o governador de Colônia do Sacramento merecia sua promoção por, dentre outras questões, sua administração da praça, sua oposição ao Conselho Militar, e que possuía sua patente desde 1818.⁵⁹²

Talvez diante do impasse com as forças portuguesas, à frente de uma guerra sem perspectiva de término e de vitória, Lecor estivesse a buscar, através das solicitações, manter coeso o seu grupo político, a atender, com as promoções, importantes chefes militares, que eram sustentáculos brasileiros na Cisplatina. Os pedidos, justamente nesta ocasião, podiam significar uma ação política do general, já que as ações bélicas estavam impedidas ou até mesmo quase comprometidas neste momento.

Atenta-se, também, o controle de importantes partes da Cisplatina que Rivera e Rodrigues possuíam. O primeiro, além dos homens que tinha sob seu comando, tinha forte influência na campanha, muitas das vezes desguarnecida e palco de levantes. Frente à falta de contingente que as forças brasileiras sofriam, Rivera tornava-se cada vez mais necessário. Além disto, Lecor poderia saber que o oriental fora aliciado pelos insurgentes orientais, o que aumentava a preocupação de manter Rivera ao lado do Império.

⁵⁹⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.26, doc.3. ANRJ.

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² Idem.

Rodrigues controlava Colônia do Sacramento, que se antes já era um porto importante para a dinâmica oriental, tinha sua relevância aumentada diante do fato de Montevideu estar em mãos lusas. Além disto, Colônia do Sacramento estava em ponto estratégico, perto dos rivais portenhos e entrerrianos, e do rio Uruguai, importante via fluvial da bacia do Prata.

O Coronel Graduado Francisco de Paula Rosado era outro militar contemplado por Lecor. O barão da Laguna pedia ao Rio de Janeiro que elevasse Rosado para coronel efetivo graduado em brigadeiro. O general apontava que Rosado, que comandara o 2º Batalhão de Caçadores de Voluntários Reais, colaborara com a causa do Império. Conseguira atraparhar, junto aos seus subordinados, informações do Conselho Militar, bem como diluira o Corpo sob seu comando, para anular forças conectadas a Álvaro da Costa.⁵⁹³

Para a mesma posição que Lecor buscava para Rosado, o general a desejava para Miguel Antonio Flangini, coronel graduado e secretário militar do exército do sul. Flangini, voluntário real, aderiu à causa do Império, e arriscara sua própria vida, em setembro de 1822, para retirar Lecor de Montevideu. Além disto, em várias ocasiões, comandou todas as repartições militares do exército do sul.⁵⁹⁴

Não eram apenas demandas de ordem militar, atendendo aos elementos locais e a voluntários dissidentes, que Lecor fazia chegar ao governo do Rio de Janeiro. Como exemplo, há o caso do comerciante João Comonos, que teve prejuízos em função dos acontecimentos políticos em território oriental e que ajudara, na transferência de Colônia do Sacramento para a Europa, dos Caçadores.⁵⁹⁵

Provavelmente, buscando manter seus aliados, a evitar que seu poder se dilacerasse, Lecor pedia que o Rio de Janeiro ressarcisse o comerciante dos prejuízos que o indivíduo sofrera. Em sua comunicação, o barão da Laguna justificava o ressarcimento pelas repetidas vezes que Comonos ajudou o Império, além de que o comerciante o fizera voluntariamente.⁵⁹⁶

⁵⁹³ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.28, doc.4. ANRJ.

⁵⁹⁴ Idem.

⁵⁹⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.27, doc.1. ANRJ.

⁵⁹⁶ Idem.

Pode-se cogitar que Lecor pensava que se o Império não ajudasse a Comonos, este podia cessar sua ajuda, a deixar de atender às demandas de Lecor. Igualmente, o general poderia temer que Comonos necessitando ter seu prejuízo sanado, poderia voltar-se aos portugueses ou aos portenhos para atendê-lo e, assim, perder-se-ia mais um aliado político. Neste momento de fragilização política, militar e econômica, Lecor necessitava ainda mais de qualquer que fosse o apoio. Perder aliados poderia levar ao esvaziamento do seu grupo político.

Como escrevia o próprio Lecor acerca de sua política para com os orientais

Entre os meios, que me foraõ ordenados pelo Governo; que a experiencia dos negocios, e a prudencia me aconselha, e que melhor effeito me tem produzido no desempenho de minha Comissão, merece hum lugar muito distincto o bom tratamento, e contemplaçoẽs, com que attendo as pessoas ricas, illustradas; e que figurão neste Paiz, sempre juízo da consideração, que em geral presto a todos; porque, em fim, se ellas tem emulos, maior he a influencia do seu dinheiro, e da representaçãõ para com seus paisanos, do que tanto proveito me tem resultado.⁵⁹⁷

Como exemplo, Lecor menciona os casos dos estancieiros Durán e Zúñiga, que receberam postos da parte do general por suas respectivas influências política e econômica:

Por este motivo eu sempre manejei a D. João Duran, por que he hum dos mais poderosos proprietarios desta Provincia, e porque sempre teve nella hum notavel influxo; e como lhe conheci hum claro zelo pelo serviço Nacional, não só o conservei no lugar de Alcalde de 1º Voto, e Governador Intendente Interino, mas quando se tratou da organização do Corpo de Civicos, o coloquei alli, como Tenente Coronel, 2º Comandante, com a graduaçãõ de Brigadeiro; por que elle tinha o Posto de Coronel de Linha.

As mesmas razoẽs me determinaraõ a lisongear a D. Thomaz Garcia de Zuñiga, que possuindo fundos muito avultados, e terras extensas pode muito na Campanha, e mais de huma vez me emprestou dinheiro para despesas Publicas.⁵⁹⁸

Por fim, como síntese de sua estratégia política, Lecor afirmava que queria demonstrar em terras orientais que aqueles que servissem bem ao Império seriam

⁵⁹⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.28, doc.1. ANRJ.

⁵⁹⁸ Idem.

recompensados. Tanto que Lecor sugeria ao Rio de Janeiro elevar Durán à posição de brigadeiro efetivo graduado em marechal de campo e Zúñiga para a de brigadeiro.⁵⁹⁹

Pode-se concluir que este meio era útil para manter aliados e, quem sabe, agregar novos. Entretanto, para executar estas medidas, o general necessitava do apoio do Rio de Janeiro, que decidiria se atenderia a demandas como a de Rivera, Rodrigues, Durán e Zúñiga, bem como do comerciante Comonos.

Concomitantemente, neste contexto em que seu poder encontrava-se seriamente ameaçado, além de assistir a levantes na campanha, o general não tinha mais o controle sobre o Cabildo de Montevideú, que negou-lhe obediência, bem como a outras autoridades que não reconheciam Lecor como poder legítimo.⁶⁰⁰

Do mesmo modo, neste momento em que Montevideú estava sitiada, do lado de Lecor ocorreram levantes em acampamentos subordinados ao militar, o que resultou na “[...] deserção das Milicias do Paiz para a Praça [de Montevideú]”.⁶⁰¹ No entanto, Lecor calculava que o dano poderia ter sido muito mais vultuoso.

Mesmo com aqueles militares que permaneceram ligados à causa do Império, Lecor enfrentava problemas de disciplina com seus subalternos. O general observava ao Rio de Janeiro que impressionava-lhe e, também, “[...] aos Brigadeiros Manoel Marques de Souza e Sebastião Barreto, o descuido, e irregularidade, com que alguns indivíduos fazem aqui o Serviço [militar]”. Aos militares estabelecidos na Cisplatina, Lecor afirmava que a conduta que vinha-se verificando prejudicavam a reputação do exército.⁶⁰²

Como exemplo de uma destas condutas que vinham a desagradar Lecor, pode-se citar o caso do Tenente Francisco Ignacio da Costa, do 1º Corpo de Milicias a Cavalos da Província de São Paulo. O general escrevia que a conduta do tenente causava desgosto, pois na noite de 13 para 14 de agosto de 1823, este subordinado descumprira ordens. Ao invés de manter-se no destacamento de vanguarda, conforme fora-lhe ordenado, fez o oposto, partiu, sem licença de seus superiores, para fora do acampamento.⁶⁰³

⁵⁹⁹ Idem.

⁶⁰⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.28, doc.7. ANRJ.

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.28, doc.10. ANRJ.

⁶⁰³ Idem.

Ao mesmo tempo que a frente das forças brasileiras Lecor enfrentava uma série de problemas causados pelos mais variados atores, surgia mais um novo fator na complexa questão cisplatina: A tentativa dos elementos locais de envolver Londres nos negócios do Prata.

Sobre esta questão, Lecor escrevia de Canelones ao Rio de Janeiro, em 31 de agosto, que “[...] informo hoje a S.M. O Imperador do plano desesperado, que se agita em MonteVideo, e que os Revolucionarios pretendem realizar [...] que de nada menos se trata do que de oferecer esta Provincia á Graã Bretanha.”⁶⁰⁴ Assim, pediriam ao Comandante das Forças Navais britânicas situadas na América Meridional que ocupassem os portos orientais, até a resolução do Gabinete Inglês.⁶⁰⁵

Os revolucionários – designação dada por Lecor – obteriam seus recursos através de negociantes ingleses, em especial, daqueles situados em Buenos Aires. Assim, estes “[...] lhe tem apromptado armamento, muniçoês, e demais petrechos, e a bem disso, dinheiro com que os Emissarios de MonteVideo estão efectivamente pagando quinhentos homens de Entre-Rios, e tresentos de Sta. Fe, e as cavalladas necessarias para seu serviço.”⁶⁰⁶

Vê-se, portanto, o interesse britânico – ou de setores da sociedade britânica – na região no período posterior à Independência brasileira, antes mesmo de sua atuação efetiva, como intermediadora, na Guerra da Cisplatina. Pode-se entender que de forma clara os britânicos demonstraram seu interesse pelo Prata nas invasões de 1806/1807, bem como na supracitada guerra.

Diante da ameaça da Grã-Bretanha, Lecor alertava ao Rio de Janeiro a necessidade de por logo termo à situação em que Montevideú encontrava-se: “[...] convem pôr-me, com Forças de Mar, e Terra, em estado de concluir as operações contra aquella Praça, por que, acabadas ellas, não tem qualquer novidade tanta importancia, nem oferecerá tamanha difficuldade.”⁶⁰⁷

Por outro lado, pela participação inglesa favorável a vários movimentos de emancipação da América Latina, Londres não envolveu-se, neste momento, na questão

⁶⁰⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.28, doc.12. ANRJ.

⁶⁰⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx 977, pac.29, doc.1. ANRJ.

⁶⁰⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, doc.1. ANRJ.

⁶⁰⁷ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.12. ANRJ.

da Cisplatina. Como a Grã-Bretanha era pró-emancipação brasileira, ela não iria procurar embates com o gabinete do Rio de Janeiro. Provavelmente, este intento de envolver a Inglaterra não tenha passado do desejo dos revolucionários, aliados a setores – talvez, de pouca expressão – dos súditos de S.M.B.

A objetivar a complicação da situação dos brasileiros e de Lecor, Álvaro da Costa, no dia 1º de setembro de 1823, enviava proclamação aos súditos de D. Pedro I. Nela, seduzia-os a abandonar as forças imperiais e entregarem-se, sem qualquer tipo de punição, em Montevidéu, e, conseqüentemente, retornar à obediência a D. João VI.⁶⁰⁸

Na argumentação de Álvaro da Costa, onze meses passaram-se e era tempo suficiente para mostrar que os Voluntários Reais não seriam derrotados. Além disto, segundo o autor da proclamação, a luta estava a ser custeada pelo sangue dos adeptos do Império, que não buscava a defesa dos interesses dos militares brasileiros, apenas de suas lideranças, e aliciava-os com a possibilidade do retorno aos seus respectivos lares. Costa prometia recebê-los, em Montevidéu, como a irmãos.⁶⁰⁹

Lecor acusava Álvaro da Costa de proteger o partido revolucionário, bem como de ter sido o responsável pelo fim da paz no território oriental, em especial, após o ofício de 1º de setembro, em que declarava guerra ao Império.⁶¹⁰ Já Álvaro da Costa acusava Lecor de querer desmembrar a monarquia e colocava-se como fiel vassalo do rei de Portugal, e sentenciava que

A Posteridade, este Juiz imparcial julgará qual de nos tem a culpa de se haver na Província de MonteVideio! quebrantado aquella harmonia [...] que ainda hoje reynaria, se V.Exa. surdo as minhas preces, em Janeiro me não declarasse inimigo, em sitio, e bloqueio, e não viesse provocar estas Tropas em seus proprios ou antigos Quarteis!⁶¹¹

Logo depois, no princípio de setembro, depois de resolvidas as querelas nas províncias do Norte, chegavam à Cisplatina embarcações imperiais. Porém, diante das naus recebidas, inicialmente, Lecor questionava se estas seriam suficientes para deter Álvaro da Costa, inclusive pelo fato de que seu oponente poderia armar outras embarcações. Sobre a reação do inimigo, Lecor escrevia que “[...] D. Alvaro está tao

⁶⁰⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, p.19. ANRJ.

⁶⁰⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, p.19. ANRJ.

⁶¹⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, p.15. ANRJ.

⁶¹¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, p.18. ANRJ.

emprenhado, e os soldados em tal extremo de fascinação, ou capricho, que he preciso julgalos capases de grandes esforços [...]”⁶¹²

Ao mesmo tempo, assim como D. Pedro I tinha sérios problemas no âmbito de todo o Brasil, Lecor os tinha no cisplatino. O Rio Grande, por exemplo, continuava a causar-lhe problemas, com o não envio das tropas para a expulsão dos portugueses,⁶¹³ mesmo com as ordens de D. Pedro I para que houvesse envio de tropas rio-grandenses para o território administrado pelo barão da Laguna.⁶¹⁴ Homens desertavam, logo diminuía-se o contingente de Lecor, bem como aumentava o número de pessoas sem emprego em alguma atividade no território oriental.⁶¹⁵

No dia 11 de setembro de 1823, soldados da infantaria da Legião de São Paulo foram até ao seu respectivo brigadeiro pedirem para não cumprirem as ordens de seu coronel. Alegavam estarem mal calçados, mal vestidos, e com os seus soldos atrasados há três anos.⁶¹⁶

O brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto ordenou que os soldados voltassem aos seus quartéis e prendeu cinco militares – cabos, tambor e soldados – que pareciam ser os líderes do movimento. Porém, tanto o brigadeiro quanto Lecor, criam que, por prudência, devia-se solucionar os problemas destes homens. O general repassava a situação para o Imperador e pedia resolução.⁶¹⁷

Outro problema, já em finais de 1823, para o general, era um antigo aliado, Lucas Obes. O oriental passava a tratar com o ministro da Guerra que Lecor não resolvia a situação de militares que abandonaram as forças de Álvaro da Costa, a mantê-los desocupados, sem vínculos com o exército do Brasil. Já Lecor afirmava que estava a resolver casos mais urgentes e a situação completa só seria solucionada quando recuperasse Montevideú.⁶¹⁸

Quanto ao sítio desta cidade, nos primeiros dias de outubro, Lecor afirmava “que nada tem ocorrido” e que “este sitio prossegue sem novidade”. O bloqueio demorava-se em função da reunião das tropas na Colônia do Sacramento e dos ventos que não

⁶¹² Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, doc.3. ANRJ.

⁶¹³ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, doc.6 e 7. ANRJ.

⁶¹⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.7. ANRJ.

⁶¹⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, p.31. ANRJ.

⁶¹⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.30, doc.3. ANRJ.

⁶¹⁷ Idem.

⁶¹⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, doc.8. ANRJ.

estavam favoráveis às embarcações. Percebe-se, portanto, que Lecor conseguira as tão aneladas embarcações. Concomitantemente, D. Álvaro da Costa conseguia abastecer Montevideu, que estava carente de alimentos, e, ainda, trabalhava para arregimentar homens em Buenos Aires.⁶¹⁹

Se o sítio à cidade estava tranquilo, o Cabildo de Montevideu tomava atitude contrária à união com o Império. No entanto, no sentido prático, a força de sua ação era pequena, praticamente nula. Assim, os cabildantes declararam em outubro o último ato das tentativas revolucionárias de 1822 e 1823:

1º Que declara nulo, arbitrario y criminal el acto de incorporación a la Monarquía Portuguesa sancionado por el enunciado Congreso de 1821, compuesto en su mayor parte de empleados civiles a sueldo de S.M.F., de personas condecoradas por él con distinciones de honor, y de otras colocadas previamente en los Ayuntamientos para la seguridad de aquel resultado.

2º Que declara nulas y de ningún valor las actas de incorporación de los Pueblos de la campaña al Imperio do Brasil, mediante la arbitrariedad con que todas se han extendido por el mismo Barón de la Laguna y sus cinsejeros, remitiéndolas a firmar por medio de gruesos destacamentos de tropa que conducían a los hombres a la fuerza a las casas Capitulares, y suponiendo o insertando firmas de personas que no existían, o que ni noticia tenían de estos sucesos por hallarse ausentes de sus casas.

3º Que declara que esta provincia Oriental del Uruguay no pertenece, ni debe, ni quiere pertenecer a otro Poder, Estado o nación que las que componen las Provincias de la antigua Unión del Río de la Plata, de que ha sido y es una parte, habiendo sus Diputados en Soberana Asamblea Gral. Constituyente desde el año 1814 en que se sustrajo enteramente del dominio español europeo.⁶²⁰

Sobre as declarações do Cabildo, observa-se que o item 1, ao declarar nula a união estabelecida em 1821, a instituição não tinha como, de forma prática, separar a Cisplatina do Império. Era necessário recorrer à ajuda das demais províncias platinas ou qualquer outra força externa. As acusações ao Congresso eram geralmente os argumentos utilizados pelos opositores de Lecor. No entanto, verifica-se, conforme demonstrado no capítulo 2, a enérgica ação dos aliados do general nas reuniões do Congresso.

Porém, muitas das vezes, no meio político, “os fins justificam os meios”. Lecor, com o controle que tinha da situação, bem como extremamente favorável à permanência

⁶¹⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.30, doc.1. ANRJ.

⁶²⁰ CASTELLANOS, op. cit., p.27 e 28.

lusa no Prata, aproveitou a oportunidade que tinha e, sem dilemas éticos, efetuou seu projeto e montou um Congresso em que seus partidários tiveram voz ativa. Além disto, outras eleições em território oriental foram manipuladas, antes mesmo da invasão portuguesa, o que significa, portanto, que não foi Lecor quem as inventou.

Ao que refere-se ao item 2, a documentação produzida por Lecor não aponta a questão do uso da violência. Talvez seja acusação de seus opositores para desmoralizar as declarações de união ao Brasil. No entanto, é extremamente plausível o uso da força por parte do segmento que queria o território oriental unido ao Império, para a obtenção do seu desejo político. Esses atores que tanto investiram política e financeiramente na extensão dos domínios bragantinos ao Prata, como Lecor, Zúñiga e Durán, não iriam jogar fora um projeto que já durava mais de cinco anos e gerava-lhes benefícios, fora as perspectivas futuras que estes atores poderiam ter da união com o Brasil. Então, provavelmente, estes elementos não teriam problemas em empregar a violência para obterem seus desejos.

Além disto, o grupo de Lecor não estava a inaugurar, em terras orientais, a utilização da força para obtenção de seus objetivos. Artigas, por exemplo, utilizava-se de sua força militar para submeter seus adversários aos seus anseios.

Por fim, o item três demonstra a vontade dos cabildantes de se reinserirem no conjunto de províncias do Prata. Isto significa que o Cabildo era controlado por indivíduos deste segmento com este projeto político, o que mostra que o território oriental estava, como o Grão-Pará, por exemplo, dividido em vários “partidos”. Havia, no mínimo, três, senão quatro: o primeiro, favorável à união com Império; o segundo, o de Álvaro da Costa; o terceiro, o que desejava unir-se novamente com Buenos Aires; e, por fim, aqueles que ainda poderiam sonhar com uma re-união à Espanha.

Narancio faz uma divisão em três grupos, a ignorar a possibilidade espanhola, mas menciona que o grupo que desejava colocar o território oriental sob o controle de Buenos Aires estava dividido em duas facções: Uma que queria a união incondicional com os buenairenses e, outro, que o autor denomina de “Los federales”, que seguiam o modelo de Artigas.⁶²¹

⁶²¹ NARANCIO, op. cit.

Retomando agosto de 1823, neste mês chegava à Cisplatina importante notícia que viria a mexer com os ânimos de Imperiais e de Portugueses: a queda da resistência lusa na Bahia. Lecor deixava claro, em ofício a João Vieira Carvalho, que seu grupo festejou a derrota de Madeira. Assim, o general escrevia que “[...] eu, com este Exercito, e pacíficos habitantes experimentamos o mais intenso contentamento [...]”⁶²² Paralelamente, sobre o sítio imposto a Montevideú, Lecor informava ao Imperador que “[...] á excepção de alguns pequenos encontros nas descubertas das manhãa, e com Partidas avulsas do Inimigo, não tem aqui havido novidades [...]” e deixava saber que para definição necessitava das embarcações, para o bloqueio marítimo da cidade.⁶²³

Para contrastar com o júbilo do grupo de Lecor relativo à Bahia, fonte válida é o periódico “Los Amigos del Pueblo”, editado em Montevideú e contrário à causa do Império. A edição nº3, de 16 de agosto, começava com mensagem de Álvaro da Costa. Ao longo das páginas do periódico, seus editores mencionavam que a notícia da queda da resistência na Bahia era falsa. Apontava-se que tal notícia era conveniente ao grupo de Lecor e do Imperador:

Las noticias venidas por los imperiales tocante á Bahía, les son tanto mas satisfactorias quanto las consideran oficiales por haberse publicado en una gaceta del [Rio de] Janeiro, y en otra que, aunque el lugar de su publicacion es el Janeiro, ha sido impresa en la corte de Canelon [onde encontrava-se Lecor]. El obgeto de estos dos panfletos es hacer creer la evacuacion de Bahía por las fuerzas portuguesas, asegurando que salieron el dos de Julio en número de 84 buques para Europa. [São] mentiras inventadas por los cubileteros y farsantes de la corte brasileira, como Obes, etc.⁶²⁴

A contra-informação promovida por “Los Amigos...” dava um quadro completamente diferente do celebrado por Lecor:

[...] lo que hai de verdad y lo que únicamente debe creer es, que el señor Cocran ha sido derrotado completamente, perdiendo su escuadra, menos una fragata y una cubierta que han llegado al [Rio de] Janeiro desmanteladas y con noventa heridos, y que los de Bahía quedan en amplitud de llevar á debido efecto su primitivo plan de bloquear el Janeiro, como no dudo que lo van á hacer, y que sus resultados producirán nuestra libertad [...]”⁶²⁵

⁶²² Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, “Los Amigos del Pueblo”, ed.03, 16 de agosto de 1823. ANRJ.

⁶²³ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.9. ANRJ.

⁶²⁴ Idem.

⁶²⁵ Idem.

Além disto, o impresso trazia a perspectiva de que se Madeira saíra de Salvador, ou o fizera para atacar aos seus inimigos em algum ponto próximo na própria Bahia ou, até mesmo, aventava a possibilidade de que fora para atacar o Rio de Janeiro.⁶²⁶ No entanto, diferentemente do que anelavam os editores de “Los Amigos...”, a Bahia capitulara, o que viria a afetar ambos os lados, de distintas formas, das forças que ocupavam a Cisplatina. Ânimo para o grupo de Lecor. Temor para o de Álvaro da Costa.

Ainda sobre o periódico, este trazia uma imagem despótica do governo de D. Pedro I, fazendo, portanto, trabalho de propaganda contra o grupamento de Lecor junto aos orientais. “Los Amigos...” anunciava, também, que Santa Fé e Entre Rios haviam firmado acordo no dia 6 de agosto para retirar as “opressoras” forças do Império da Cisplatina.⁶²⁷ O portenho “Teatro de la Opinión” trazia notícia similar. Informava que Santa Fé e Entre Rios iriam atender ao clamor oriental para expulsar as forças imperiais. O periódico ainda informava que Buenos Aires e Corrientes seriam convidadas para esta ação⁶²⁸

Em virtude do desdobramento das ações das demais províncias do Prata na Cisplatina de Lecor, dedicar-se-á o próximo item às relações regionais, entre o domínio do general e os de seus rivais platinos.

4.3 As províncias do Prata durante o sítio de Montevideú

Ao longo dos anos em que Lecor esteve a frente do território oriental, as demais províncias da região do Prata que compuzeram o antigo Vice Reino platino, foram, quase sempre, fonte de problemas para o general. E durante o sítio de Montevideú não foi diferente. A supracitada notícia concernente às demais províncias da região gerou a preocupação de Lecor, que tratou de repassar a informação à Corte para que chegasse ao Imperador. Primeiramente, o general expressava que nunca confiou em seus vizinhos platinos e via no horizonte uma inimizade duradoura:

⁶²⁶ Idem.

⁶²⁷ Idem.

⁶²⁸ Teatro de la opinión (Suplemento al n.14) Sábado, 23 de agosto. Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pacote 29. ANRJ.

Sempre foi minha opinião, e fundadas nella as minhas participações para o Ministerio, que as Províncias da antiga dominação Hespanhola, situadas nas Margens Ocidentaes do Uruguay, e do Parana nunca hão de vêr de bom grado, em quanto seguirem o systema, em que mais influi a forma Republicana estabelecido, e prosperando á sua porta o Governo Imperial, nem será, em quanto a Povoação principal desta Provincia não constar de familias Brasileiras, firme, e sem perturbações a posse dela; e que se os habitantes em geral destes Países mostrão acquiescer à nossa occupação, e presença, he por que não tem força com que nos arrojem, [...] eu tirava, que em a tendo, nos atacariaõ: eu fundava-me na natureza da cousa, e na experiencia, e desgraçadamente ainda não tenho motivos para me desdizer, e o que está passando, e se prepara para o futuro, me confirma no meu parecer.⁶²⁹

O militar ainda mencionava que os conflitos entre as forças portuguesas, antes mesmo de setembro de 1822, era vista como oportunidade para os elementos de províncias da atual Argentina agirem contra os ocupadores das terras orientais. Agregando a sua visão destas unidades políticas platinas, Lecor escrevia que a ameaça de Entre Rios e Buenos Aires levou aos já mencionados levantes dos elementos locais, na campanha, contra a sua dominação. O general ainda conta que conseguira estabelecer um tratado com Entre Rios em dezembro, porém isto não impediu que esta província, em conjunto com Buenos Aires e Corrientes, em 30 de maio, externasse a Lecor que ele parasse com suas operações em terras orientais.⁶³⁰ Verifica-se, aqui, o resultado das deputações enviadas pelo Cabildo de Montevidéu a estas províncias, questão trabalhada anteriormente neste capítulo.

Neste contexto, o general entendia a política platina, mais especificamente de Mansilla, da seguinte maneira:

O Governo de Entre Rios está decidido a isso [tirar as forças de Lecor da Cisplatina], e as diligencias que tem feito, para nos persuadir, que nada intenta contra nós, e que, chegando esse caso, primeiro avisará, não provaõ o contrario: nisto tem elle por fim adormecer as nossas diligencias, e tomar o tempo necessario, para se preparar; por que depois qualquer pretexto he bom para nos invadir subitamente [...]⁶³¹

Lecor acreditava, de semelhante modo, na participação portenha e, também, de Corrientes e de Santa Fé, que mesmo não tendo assinado o Tratado de 30 de maio iriam atuar contra as forças do general e do Imperador. Paralelamente, as tropas de Entre Rios se aproximavam do Uruguai. O barão da Laguna cria que o ataque seria feito em

⁶²⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.7. ANRJ.

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.7. ANRJ.

setembro de 1823, ou, então, após o contato do deputado portenho enviado ao Rio de Janeiro, Valentin Gomes, com D. Pedro I e a já prevista resposta negativa do Imperador quanto à evacuação da Cisplatina. Neste momento surgiriam, na campanha oriental, levantando suas armas, os descontentes do regime de Lecor.⁶³²

Segundo Mansilla, o deputado ia reclamar pacificamente a Cisplatina, que os governos de Entre Rios, Buenos Aires, Corrientes e Santa Fé entendiam como parte da mesma nação que estas últimas quatro províncias formavam. Observa-se que o líder entrerriano, em carta a Bento Manuel Ribeiro, expressava acreditar na devolução – mesmo que não acreditasse, fosse mera retórica –, pois esta era a postura a esperar do governo de D. Pedro I, “[...] um gobierno justo, liberal, y civilizado [...]”⁶³³

Ainda sobre a missão portenha, observa-se que

En setiembre de 1823 [Buenos Aires] envía al Dr. Valentín Gómez a Río de Janeiro a objeto de reclamar la devolución de la Provincia Oriental a las Provincias Unidas, en base a fundamentos de orden histórico, económico y social, al tiempo que se negaba la legitimidad y legalidad de su incorporación a Portugal votada por el Congreso Cisplatino. La Cancillería imperial brasileña respondió invocando como títulos a la posesión de la Provincia Oriental: su voluntad manifiesta en dicho Congreso y ratificada por los juramentos y aclamaciones de sus autoridades; la paz de que la había dotado librándola del ‘despotismo de Artigas’ y los abultados gastos que había realizado en la misma de los que tenía derecho a la indemnización (febrero de 1824)⁶³⁴

Esta missão teria origem no fato de que as reclamações portenhas de evacuação do território oriental, feitas pelo governo de Buenos Aires, não terem surtido efeito junto a Lecor:

El Barón de la Laguna se preparo contra esta clase de argumentos, aconsejando al síndico García de Zúñiga que [...] invitando en su nombre exclusivo á los pueblos á que libre y espontáneamente manifestasen su voluntad. El Síndico expidió una circular con este objeto el 1º de Abril; en los días siguientes se pronunciaron todos los cabildos, excepto el de Montevideo, ratificando el voto solemne del año anterior.⁶³⁵

Neste processo de buscar antever os problemas que trariam a Cisplatina, Lecor previa a ação de modo que a comunicação entre as forças brasileiras seriam cortadas,

⁶³² Idem.

⁶³³ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, p.26. ANRJ.

⁶³⁴ CASTELLANOS, op. cit., p.26.

⁶³⁵ BERRA, op. cit., p.504.

utilizar-se-iam das vias fluviais da região para o previsto conflito, haveria o ataque às Missões (ver anexo IV) e, ainda, a participação de Lavalleja e dos índios estabelecidos em terras orientais nos embates contra os brasileiros situados no território cisplatino. Observa-se que estes autóctones já estavam a causar turbulências, no caso, na região do Arapey (no departamento de Salto, ver anexo VII).⁶³⁶

Por fim, diante de tantas possibilidades e ameaças, Lecor administrava, neste complexo quadro, a Cisplatina, exceto sua principal cidade, Montevideu. Conforme expôs Izecksohn⁶³⁷, os estados da região viviam em permanente tensão pela constância dos conflitos platinos, que influenciava a política regional, quadro em que a Cisplatina estava inserida. Assim, problemas internos e externos aflingiam ao general, que prosseguia com seu projeto de ter toda a província sob seu controle.

Concomitantemente, Lecor esperava resposta de comunicação a Mansilla, para daí tomar o que o barão considerasse a melhor medida.⁶³⁸ Lecor informava ao Rio de Janeiro toda a situação a envolver Mansilla, e mostrava-se preparado, com as condições materiais que tinha, para qualquer situação que eclodisse. Mas, nem por isto, deixava de verificar se o Imperador tinha alguma determinação para este caso específico.⁶³⁹

Em comunicação de Mansilla a Bento Manuel Ribeiro existe a acusação entrerriana de que haveria um ataque brasileiro à Província de Entre Rios: “[...] son ya repetidos los avisos particulares que llegan á mis manos desde esa Provincia [Cisplatina], y aun de su mismo Campo, asegurandome que Ve. se dispone a pasar el Uruguay, y atacar este territorio [Entre Rios]”.⁶⁴⁰ Com esta justificativa, Mansilla havia, nas palavras de Bento Manuel, cessado a harmonia, o tráfico mercantil e a comunicação entre a Cisplatina e Entre Rios.⁶⁴¹

Provavelmente, Mansilla escrevia ao brasileiro para criar hostilidades com as forças de Lecor, pois não foi encontrado ao longo da pesquisa nenhum documento do barão da Laguna, nem a superiores, nem a subalternos, a mencionar esta possibilidade. Ao contrário, toda a documentação sobre este tema produzida pelo general é no sentido de grande preocupação de Entre Rios invadir a Cisplatina. Além disto, é pouco provável

⁶³⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.7 e pac.29, p.3. ANRJ.

⁶³⁷ IZECKSOHN, op. cit.

⁶³⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.7. ANRJ.

⁶³⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, doc.8. ANRJ.

⁶⁴⁰ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.28, p.23. ANRJ.

⁶⁴¹ Idem.

que Lecor, com seu exército debilitado, a faltar homens, armas e uniformes, fosse abrir uma nova frente de combate. Já bastava ao enfraquecido exército brasileiro o sítio de Montevideu e os levantes na campanha.

Em setembro, Lecor repassava ao Rio de Janeiro a resposta de Mansilla acerca do projeto de expulsão das forças imperiais do território cisplatino. O líder de Entre Rios afirmava que o tratado publicado na imprensa da região tem sua origem no “[...] del cuadrilatero celebrado en Sta. Fé, em Febrero de 1821 por los Diputados de los Gobiernos de Buenos-Ayres, Sta. Fé, Corrientes, y Entre-Rios.”⁶⁴²

Segundo Mansilla, ele e Santa Fé eram favoráveis à guerra contra os brasileiros, porém, só duas províncias a aprovavam neste momento. As hostilidades só ocorreriam se três das quatro províncias aderissem. Até mesmo na documentação, em momento algum, Entre Rios designava o território oriental como Cisplatina, pois isto seria reconhecer o Congresso de 1821. O termo usado era província oriental.⁶⁴³

Para tentar deter Mansilla, Lecor pensava em uma aproximação com os entrerrianos que desaprovavam a guerra contra as forças brasileiras. Dentre estes, estavam os que acreditavam que o conflito seria prejudicial a Entre Rios ou os que eram inimigos dos que apoiavam a luta.⁶⁴⁴

Também com preparativos militares estava Entre Rios, no entanto, Lecor cria que os conflitos tardariam, pois Buenos Aires estava a ter problemas com os índios (no anexo III, pode-se ver a vastidão da área indígena em torno da província de Buenos Aires).⁶⁴⁵ Dando um panorama das quatro províncias, o general informava ao Rio de Janeiro:

O Entre-Rios por si só não podia rompela [a guerra]; Corrientes he muito pequeno Inimigo; Bs. As. tem com os Índios da Campanha, e com os partidos da Cidade bastante o que fazer, e se a nova incursão dos barbaros se verificasse ali, e tiver os resultados que elles se propoem, pode a Provincia de Sta. Fé preparar-se para ser tão bem devastada por elles.⁶⁴⁶

⁶⁴² Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, p.26. ANRJ.

⁶⁴³ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, p.26. ANRJ.

⁶⁴⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, doc.5. ANRJ.

⁶⁴⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.30, doc.1. ANRJ.

⁶⁴⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.31, p.93. ANRJ.

A complementar o quadro do que acontecia nas demais províncias de antiga dominação espanhola, Lecor escrevia que

O estado das cousas no Perú alto, e baixo, não se acha menos embaraçado, apezar de que o contrario o digaõ os papeis publicos de Bs. As.

Em Cordova, e Catamarca não quiseraõ adherir ao Tratado Preliminar de paz, celebrado pelo Governo de Bs. As. com os Deputados Hespanhoes.

Em Tucuman, alem de seguirem a mesma opiniaõ, houve ultimamente huma nova revoluçaõ entre os dois partidos, que muito há se disputaõ alli o Governo [...] ⁶⁴⁷

Deste modo, o general podia ter relativa tranquilidade quanto aos seus inimigos platinos, bem como cumpria seu papel de informar à Corte o que estava a ocorrer em parte do mundo hispânico, ao menos nas áreas dos antigos Vice Reinos do Prata e do Peru. No mesmo documento, Lecor expunha que em Montevideú dizia-se que a França estava disposta a ajudar a Espanha na reconquista da América, inclusive do território cisplatino. ⁶⁴⁸

Paralelamente, mesmo sem chances, naquele momento, de ocupar o território oriental, a imprensa portenha continuava sua campanha contra o controle do Brasil sobre a Cisplatina, com a mesma idéia de que a antiga província do Vice Reino do Prata era parte da mesma nação que Buenos Aires e outras províncias platinas: “Las circunstancias á que han llegado las cuestiones entre el Brasil y las Provincias del Rio de la Plata, ya hacen inutil ocupar la pluma en explanar lo mucho que concurre á hacer reconocer la *ilegalidad* de la apropiacion militar que se ha hecho de *Montevideo*, y el *derecho* con que se reclama su reincorporacion al territorio nacional.” ⁶⁴⁹, expressava o “El Centinela”.

Sobre o vocábulo nação, faz-se a ressalva apontada por Chiaramonte de que este significava, à época, de um modo geral, estado. ⁶⁵⁰ Além disto, neste período de construção do estado nacional argentino, seu processo de unificação territorial estava,

⁶⁴⁷ Idem.

⁶⁴⁸ Idem.

⁶⁴⁹ El Centinela, n° 63, p.214. Buenos Aires, 5 de outubro de 1823. In: Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.31. ANRJ.

⁶⁵⁰ CHIARAMONTE, op. cit., 2003.

segundo Izecksohn, na luta de reaver as áreas perdidas.⁶⁵¹ Dentre estas províncias estava a Cisplatina brasileira (mais uma vez, sugere-se a ida ao anexo III).

Retomando os periódicos, o “El Argos de Buenos Aires” também trazia questões relativas ao Brasil, inclusive a informar sobre a ida do deputado Gomes ao Rio de Janeiro e que o mesmo ainda não havia sido atendido pelo Imperador. Além disto, tratava os conflitos entre as províncias platinas como um embate entre “irmãs”, em que forças estrangeiras, no caso, brasileiras, não deveriam intervir e impor seu jugo.⁶⁵² Destaca-se que, ao longo deste período, a imprensa portenha dava grande atenção para os fatos orientais, bem como tratava o território oriental como parte do seu.⁶⁵³

O montevideano “La Aurora”, em relação a Buenos Aires, afirmava em suas páginas que o gabinete portenho “[...] ha adoptado la *via pacífica* para auxiliarnos en la empresa de nuestra emancipacion [...]” e complementava que este governo “[...] está á la cabeza del sentimiento que predomina en el pais por la libertad de los pueblos orientales [...]” Os editores complementavam que “Esta resolucion consiste en haber *intimidado al gabinete del Brasil* adoptando la *via pacífica que sino entrega la Banda Oriental á sus naturales ó á la confederacion [...]*”⁶⁵⁴

Observa-se que este projeto de unir o território oriental às demais províncias do Prata não está distante de determinados momentos do projeto de Artigas, nem ao posterior de Lavalleja, na Guerra da Cisplatina, em que o líder oriental e seus seguidores declararam a província unida ao governo buenairense. Assim, o projeto que foi executado na Guerra da Cisplatina já pairava na região do Prata e na mente de vários dos seus atores políticos nos anos de 1822/1823.

Verifica-se, mais uma vez, o difícil projeto de construção do Brasil. O primeiro Imperador encontrava dificuldades em várias áreas no Império, criadas por elementos internos e externos. No caso cisplatino, detecta-se as forças internas, orientais e os Voluntários Reais, que não aderiram a Lecor, bem como a pressão de demais províncias do Prata.

⁶⁵¹ IZECKSOHN, op. cit.

⁶⁵² El Argos de Buenos Aires, nº73. Buenos Aires, 10 de setembro de 1823: In: Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.31. ANRJ.

⁶⁵³ BERRA, op. cit.

⁶⁵⁴ La Aurora, nº10. Montevideú, 1º de março de 1823. BNM.

4.4 O armistício

Se, em princípios de outubro de 1823, Lecor não tinha muitas novidades acerca do sítio, no dia 11 o general conseguiu fechar o porto de Montevideú com embarcações de guerra. Deste modo, no final deste mês, Álvaro da Costa começou a acenar com o fim da resistência. Em documento escrito a Lecor, Costa anunciava que tomara conhecimento de que D. João VI ordenara o fim das hostilidades na Bahia, bem como mandara evacuar forças portuguesas de outras partes do Brasil. Álvaro da Costa ainda queria enviar um representante seu ao Rio de Janeiro, para tratar com o governo central a partida dos Voluntários Reais para Portugal. Além disto, pedia a Lecor o fim das hostilidades e a abertura do comércio com a campanha.⁶⁵⁵

Uma questão que não consta do documento expedido por Álvaro da Costa, mas que pode ter pesado na sua decisão de capitular foi o retorno do regime absolutista em Portugal, com a Vilafrancada. Figura intimamente ligada ao movimento constitucional português no Prata, será se Álvaro da Costa estava disposto a prosseguir a luta diante deste fato? A documentação não traz resposta, porém, pode-se agregar este fator a sua desistência.

Sobre a resposta de Lecor, ele negou a Costa a ida do representante à Corte, a alegar que ele próprio tinha autoridade para celebrar qualquer acordo e enviá-los de volta à Europa. Igualmente, dava a qualquer oponente o direito de, depois de celebrada a paz, permanecer no território cisplatino. Como Álvaro da Costa dera apoio aos revolucionários, Lecor expunha que o fim do bloqueio terrestre poderia ser um meio dos portugueses ajudá-los. Deste modo, estabelecia que haveria a abertura de Montevideú por apenas alguns dias.⁶⁵⁶ Costa aceitava a abertura, mas continuava a reivindicar o envio de um representante para a Corte para tratar com o ministro dos Negócios Estrangeiros. Paralelamente, ambas as partes aceitavam, neste momento de negociações, o fim das hostilidades.⁶⁵⁷ Assim, no dia 30 de outubro estas cessaram.⁶⁵⁸

⁶⁵⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.30, p.4. ANRJ.

⁶⁵⁶ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.30, p.6. ANRJ.

⁶⁵⁷ Idem.

⁶⁵⁸ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.31, p.40. ANRJ.

Observa-se, ainda, que as negociações foram feitas no próprio território oriental. Do lado brasileiro estavam Lecor, Ignacio José Vicente da Fonseca, Coronel Chefe da Legião de Tropas Ligeiras da Província de São Paulo, e Wenceslau d'Oliveira Bello, Tenente Coronel Comandante da Artilharia da Corte. O lado português contava com Álvaro da Costa, Filipe Neri Gorjão, Coronel Quartel Mestre General da Divisão de Voluntários Reais d'El Rei, e Ignacio da Cunha Gasparinho, Major do 1º Regimento de Infantaria dos Voluntários.⁶⁵⁹

Em suma, a convenção ajustada pelos seis militares em 18 de novembro estabelecia em nove itens as futuras diretrizes das relações entre as forças do Brasil e de Portugal na Cisplatina.

Sucintamente, o primeiro item estabelecia a suspensão das hostilidades. O segundo, o comércio franco por mar e terra com Montevidéu. O terceiro determinava que os Voluntários Reais saíssem para Lisboa por Montevidéu, juntamente com suas famílias, logo que os embarques estivessem prontos e os custos seriam arcados pelo Império. As embarcações dos Voluntários seriam guarnecidas por imperiais até os Açores.⁶⁶⁰

Já o item de nº4 estabelecia o pagamento do soldo dos Voluntários até o dia de seu embarque, bem como eles levariam de volta o seu armamento a Portugal. O quinto tratava das dívidas dos Voluntários na cidade de Montevidéu, junto ao seu comércio. Lecor negava-se a pagar os empréstimos que os portugueses contraíram desde janeiro de 1823. Postergava-se, portanto, a resolução. O sexto item definia que a posse da fragata Tétis seria definida pelos gabinetes de Portugal e do Brasil.⁶⁶¹

Os Batalhões de Libertos e os Dragões da Província iam ser anexados ao exército imperial, exceto os portugueses que estavam à frente destes, conforme estabelecia o item sete. O oitavo era referente aos elementos locais. Estes não poderiam ser perseguidos ou castigados pelo seu posicionamento e opinião política. Estabelecia-se, também, que os prisioneiros de guerra ganhariam a liberdade. E, o último item, o nono, era relativo às chaves de Montevidéu. Esta seria devolvida ao seu Cabildo.⁶⁶²

⁶⁵⁹ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac. 31, p.85. ANRJ.

⁶⁶⁰ Idem.

⁶⁶¹ Idem, p.86.

⁶⁶² Idem.

Por fim, sobre o período do sítio, Sánchez faz a seguinte observação

Nuevamente, al igual que en 1811-1814, las opciones de la capital y de la campaña se dividieron y a lo largo de todo el año 1823, la campaña formó parte del nuevo Imperio, mientras Montevideo permanecía bajo la soberanía de Portugal, todo ello complicado por el hecho de que el Cabildo capitalino entabló un proceso de incorporación a las Provincias del Río de la Plata en una difícil convivencia que no llegó a la ruptura con el gobierno representante de Lisboa. Confluyeron, por tanto, a lo largo del año 23 dos soberanías – y el intento de involucrar a otra – en el territorio oriental.⁶⁶³

4.5 Uma outra perspectiva: a dimensão humana de um conflito bélico

A aproveitar o fato de tratar do sítio de Montevideú, vale mostrar o preço pago por estes combates, com vidas humanas a serem ceifadas. Segundo Manoel Marques de Souza, no segundo ataque brasileiro a Montevideú, em 11 de fevereiro de 1823, após tiroteio, as forças brasileiras perderam dois homens, além dos feridos, sendo que um deles, um alferes da Infantaria da Divisão de São Paulo, teve sua perna amputada.⁶⁶⁴ Se optar-se por olhar o fato fora da dimensão humana, os danos foram pequenos, praticamente nulos. Não seria o resultado desta ação que faria com que os brasileiros ganhassem ou não para os portugueses no conflito pelo controle de Montevideú.

Um outro aspecto é que nem sempre a documentação fornece este tipo de dados, mas é válido adotar a perspectiva de que nos vários embates, nas tomadas de praças, nas conquistas de territórios, nos marcos que servem para nos situar na história dos portugueses e dos brasileiros no Prata, vidas são perdidas e homens são inutilizados para combates e até mesmo para várias modalidades de trabalho. Diante disto, vale pensar que este desgastante cotidiano poderia vir a contribuir, por exemplo, para a deserção, fato encontrado nas tropas de Lecor ao longo dos anos em que o general controlou o território oriental.

Pode-se agregar o alto nível de pressão psicológica sofrida por estes homens frente ao árduo cotidiano dos conflitos militares. O quão sofrido e provocador de temores era assistir a colegas sendo mortos ou mutilados. A qualquer momento,

⁶⁶³ SÁNCHEZ, op. cit., p.58 e 59.

⁶⁶⁴ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac. 24, doc.6. ANRJ.

qualquer um dos indivíduos que estavam a guerrear no Prata poderia vir a ser vítima de algum destes infortúnios.

Vale também pensar nos laços de irmandade que podiam unir estes homens, pois na ausência de suas famílias, e diante da traumatizante e comum experiência da guerra, era lógico que eles se aproximassem, criando vínculos especiais entre si, ainda mais, neste caso, após vários anos de convívio no Prata. No entanto, em uma rápida incursão, um amigo de anos poderia ser ceifado.

Igualmente, diante da morte de um indivíduo, haviam pais que perdiam seus filhos em uma guerra que, muitas das vezes, os genitores, em distantes rincões do Brasil ou de Portugal, desconheciam com profundidade suas razões. Pais poderiam estar a deixar filhos órfãos e mulheres viúvas, aumentando a agrura dos que viviam por esta ser uma época sem previdência social.

Além de fatores como a distância de casa por longos anos e soldos atrasados por muitos meses, estes eram fatos que tornavam ainda mais difícil o cotidiano dos militares portugueses e brasileiros no Prata, bem como, evidentemente, de qualquer militar no campo de guerra, por mais que todos saibam o martírio que espera-se em um local como este.

A saber disto, Álvaro da Costa, quando persuade, em 1º de setembro, os militares brasileiros para abandonarem a causa do Império, menciona a perda de entes queridos nos conflitos: “[...] vós só podeis desta lucta tirar as tristes recordaçõens do Pay, do Irmão, do Parente morto, e dos mizeros filhos dezamparados [...]”⁶⁶⁵

Evidentemente, existem aqueles casos em que guerreia-se para defender seus lares e familiares do invasor. Para quem protege ou constrói a defesa pela independência e pela vida dos seus é mais fácil aceitar alguns sacrifícios. Já para os exércitos de ocupação, os motivos da guerra não são tão claros.

Por fim, a partir do caso cisplatino, pode-se refletir que batalhas que muitas das vezes foram consagradas e comemoradas pela historiografia de cunho nacionalista, seja no Brasil, seja no Uruguai, enfim, seja onde for, por trás de combates glorificados na história das nações têm uma série de vidas humanas destruídas.

⁶⁶⁵ Fundo Coleção Cisplatina, cx. 977, pac.29, p.19. ANRJ.

4.6 A aclamação de D. Pedro como Imperador em Montevidéu

Depois do acordo celebrado entre Lecor e Álvaro da Costa cessaram as hostilidades entre ambas as partes e os portugueses partiram de Montevidéu no ano seguinte, mais precisamente em 28 de fevereiro de 1824. No dia 02 de março, após aproximadamente um ano e meio fora da cidade platina, Lecor adentrou novamente pela porta de Montevidéu. A dominação imperial sobre a cidade durou até 1828, pois ela esteve sob controle brasileiro durante a Guerra da Cisplatina.⁶⁶⁶

À época do retorno de Lecor, o Cabildo montevideano, eleito em dezembro de 1823, era composto, em sua maioria, por partidários da separação oriental do Brasil, contrários, portanto, à nova união que o general ia proporcionar entre Montevidéu e o Império.⁶⁶⁷ Segundo Castellanos, com o retorno de Lecor, houve uma imigração forçada de vários orientais em direção às demais províncias platinas. Abadie e Romero apontam que o general iniciou perseguição política e repressão àqueles que estavam em Montevidéu e eram favoráveis à emancipação oriental. Houve confisco de bens, ordens de desterro e prisões. Entretanto, mesmo diante desta ação de Lecor, o general e o governo imperial sabiam que emigrados orientais moviam-se politicamente para por termo à dominação brasileira.⁶⁶⁸

Sobre a proclamação de D. Pedro I como Imperador em Montevidéu e o juramento da Constituição brasileira na citada cidade, Castellanos mostra que

Unos de los primeros actos públicos [de Lecor] fue disponer la jura del Proyecto de Constitución imperial brasileña por las autoridades y vecindario de Montevideo [...]

Así [...] el Cabildo proclamó y juró al emperador constitucional del Brasil (mayo 6), y celebróse la jura pública de la Constitución brasileña (mayo 9), la cual había sido finalmente otorgada por aquel soberano [Pedro I] el 25 de marzo de 1824⁶⁶⁹

Deste modo, mesmo com suas forças militares debilitadas, com todo o desgaste político, militar e econômico relativo ao sítio de Montevidéu e aos levantes da

⁶⁶⁶ CASTELLANOS, op. cit. e SCHURMANN; COOLIGHAN, op. cit.

⁶⁶⁷ RELA, op. cit.

⁶⁶⁸ ABADIE; ROMERO, op. cit.

⁶⁶⁹ CASTELLANOS, op. cit., p.29.

campanha, Lecor conseguia executar o projeto do Império de manter a Cisplatina unida ao seu corpo político. Fruto da habilidade política do general, que conseguiu driblar uma série de adversidades para que o projeto do Império fosse vencedor no Prata.

Se, posteriormente, a Cisplatina separou-se do Império, são outros fatores que devem ser analisados, pois as medidas cabíveis entre setembro de 1822 a março de 1824 foram tomadas pelo general, mesmo identificando que neste período houve desgaste político de Lecor e do Império. O Brasil de então já não se apresentava, como no início da ocupação, na época do Brasil Reino, como a possibilidade dos orientais pouparem-se do desgaste das independências que sofriam as províncias do Prata e outros pontos do antigo império espanhol.

CONCLUSÃO

Assim sendo, verifica-se que a conjugação entre fatores como o processo de desagregação da monarquia espanhola, a transmigração da Corte para o Brasil, o caos e as divisões internas vividas pela Banda Oriental nos anos seguintes à Revolução de Maio e o artiguismo, permitiram a ocupação portuguesa do território oriental em 1816/7.

Uma vez no poder, Lecor buscou angariar a adesão dos elementos dos mais simples aos mais poderosos da sociedade oriental, que controlavam fortunas – ao ponto de conceder-lhe empréstimos, basta rememorar o caso de Tomás García de Zúñiga – ou lideravam significativas forças militares – como foi o caso de Frutuoso Rivera. Pode-se verificar, ao longo da tese, que se nem todos os orientais aderiram a Lecor, inclusive faziam-lhe oposição, outros setores da sociedade local aderiram com extrema determinação ao projeto cisplatino.

Além da força das armas, a habilidade política de Lecor, característica que esperava-se de um militar à época, e a segurança e estabilidade que o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves oferecia aos orientais, levou a segmentos desta sociedade a cooperarem com os invasores, ao ponto de institucionalizarem a ocupação com o Congresso Cisplatino.

No entanto, dentro da lógica dos demais estados criados na região à época e sem sentimentos nacionais, quando criado o Estado Cisplatino, o Reino Unido português já não oferecia a mesma estabilidade, em função dos adventos da Revolução do Porto. Entretanto, isto não foi empecilho para Lecor e para os seus aliados de optarem pela associação da então Banda Oriental ao mundo português.

Destaca-se, então, a importância da adesão dos atores locais para que a administração Lecor lograsse êxito e, ainda, a relevância destes para que se concretizasse, frente à oportunidade gerada por Silvestre Pinheiro Ferreira, ao projeto de unificação ao Reino Unido português.

O recrudescimento dos atritos políticos entre Lisboa e o Rio de Janeiro vieram a ter concretas conseqüências no território oriental, com o levante dos Voluntários Reais

favoráveis à constituição e seu antagonismo com Lecor. Situação que agravou-se ao ponto do general ter que fugir de Montevidéu, para retomar seu poder político, o controle da situação, e controlar as forças brasileiras e o interior cisplatino.

Em um breve exercício de reflexão, se Lecor fosse aprisionado pelos Voluntários, quem, em território oriental, teria a liderança para juntar sob seu comando o exército partidário do Brasil e as lideranças locais? Haveria disputa para tal mando? Os opositores ao regime controlariam a província com a anuência dos portugueses? As outras províncias platinas partiriam para conquistar o território oriental? Enfim, estas eram possibilidades existentes se Lecor não conseguisse enganar os Voluntários Reais e partir para o interior.

Nos anos em que estive na campanha, Lecor foi hábil para manter unido o exército oriundo do Brasil e o proveniente da Cisplatina. Além disto, conservou os portugueses isolados em Montevidéu, sem que estes ocupassem outras áreas da Cisplatina e, ainda, conseguiu lidar com a tensa situação proporcionada pelas demais províncias platinas, não permitindo qualquer invasão ao território sob seu cuidado.

Assim, sem ignorar o papel dos demais atores locais, se comprova a primeira hipótese desta tese, de que a fuga de Lecor de Montevidéu, em 1822, seu estabelecimento na campanha e sua destreza política foram fundamentais para resguardar a Cisplatina para o Império do Brasil.

Observa-se que todas estas ações foram feitas sem praticamente nenhuma ajuda do governo imperial. Sobre as medidas de D. Pedro I em relação aos fatos posteriores à Independência, para o necessário bloqueio marítimo de Montevidéu, o Imperador só enviou as embarcações após a sujeição do norte do Império ao seu cetro.

Deste modo, comprova-se a segunda hipótese, de que nos conflitos pela Independência do Brasil, em que várias regiões tinham segmentos sociais que desejavam permanecer unidos a Portugal, a Cisplatina não era uma prioridade para D. Pedro I, pois o Imperador socorreu, primeiramente, seus aliados do Norte (BA, PI, MA, PA) e teve a presteza em subjugar seus rivais nestas unidades políticas nortistas em detrimento da província sulina.

Pragmaticamente, preferia D. Pedro I manter as províncias do Norte, e daí lutar por elas, empregar seus limitados recursos e esforços no Grão-Pará, no Maranhão e na

Bahia, e deixar a Cisplatina, geograficamente menor, na periferia do Império – apesar de ser um relevante ponto geoestratégico –, recém-adquirida, em uma região de instabilidade e tensões políticas, com ameaças externas (Buenos Aires, Entre Rios, Corrientes e Santa Fé) e, ainda, com grupamentos locais com diferentes posicionamentos políticos, inclusive contra o Imperador.

Talvez, assim como Silvestre Pinheiro Ferreira, o próprio D. Pedro I duvidasse da manutenção da Cisplatina e, assim, decidira priorizar os recursos imperiais no Norte. Isto justifica o fato do Imperador não atender aos repetidos e antigos pedidos, desde antes da Independência, de ajuda de Lecor. Ficava, deste modo, o general a controlar um exército debilitado, com necessidades, por exemplo, de fardamento e armamento.

Diante disto, é válido trazer trecho de discurso de um deputado nas Cortes de Lisboa acerca do Grão-Pará e da Cisplatina: “Assim como o Pará é a chave do Brasil pela parte do Norte, Montevideú o é pela parte do Sul: e conseqüentemente a sua conservação não pode deixar de considerar-se da maior importância para a defesa e segurança do mesmo Brasil”⁶⁷⁰ Provavelmente, o Imperador tinha conhecimento deste fato expresso pelo parlamentar. No entanto, seu pragmatismo levou-o a privilegiar a chave do Amazonas em detrimento da do Sul e, assim, deixou os conflitos entre portugueses e brasileiros estenderem-se na província recém-anexada.

De acordo com o exposto na tese, com a adesão da Cisplatina, da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Grão-Pará, formava-se, com as outras províncias que tinham aderido ao Rio de Janeiro, um Império grandioso territorialmente. No entanto, este Brasil sob o comando de D. Pedro I era extremamente frágil, com riscos de esfacelamentos, como ocorreu com as demais unidades políticas no espaço latino-americano. Observa-se que esta fragilidade do Estado Nacional que estava a ser formado virá a por em risco a unidade do Império nos anos seguintes. Porém, como já conhecemos a História do Brasil, sabemos que, à exceção da Cisplatina, o território brasileiro não esfacelou-se, ao contrário de outros da América Latina.

Por fim, é válido ressaltar que diante da documentação inédita e da utilizada por outros historiadores, reconstituí-se capítulo da história ibero-americana que não foi priorizado por historiadores brasileiros e platinos. Houve, para a tese, a pesquisa em arquivos e bibliotecas de Montevideú, Buenos Aires e Rio de Janeiro, no entanto, isto

⁶⁷⁰ PIMENTA, op. cit., 2005, p.777.

não significa que esta pesquisa termine aqui. A busca de documentos não esgotou-se, novos questionamentos irão surgir, bem como futuras investigações revisarão e ampliarão este capítulo da história que envolve portugueses, “brasileiros”, espanhóis, “argentinos” e “uruguaios” em terras orientais.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Uruguai

Archivo General de la Nación – Montevidéo

ACTAS DEL CONGRESSO CISPLATINO. Montevidéo, 1821. Archivo General de la Nación.

Biblioteca Nacional del Uruguay – Montevidéo

LA AURORA. Diversos números: 1822–1823.

Argentina

Biblioteca Nacional – Buenos Aires

EL ARGOS DE BUENOS AIRES. Diversos números: 1821–1823.

LA GACETA DE BUENOS AYRES. Diversos números: 1821–1822.

Brasil

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Fundo: Coleção Cisplatina. Caixas 976-977.

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Diversos números: 1816-1822. Seção Periódicos.

“Três atas do cabildo de Montevidéu sobre a entrada ali de tropas portuguesas e posse dada ao general Lecor do governo da Praça e capitania”. Localização: 07,4,062. Seção: Manuscrito.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – Rio de Janeiro

LECOR, Carlos Frederico (Barão da Laguna). Guerra Cisplatina. Correspondência do Barão da Laguna. 1820 a 1822. Lata 396, doc. 10, 3v.

Fontes primárias impressas

BIOGRAPHIE UNIVERSELLE ET PORTATIVE DES CONTEMPORAINS. t3. Paris: Chez L'Éditeur: 1836.

CINCO AÑOS EN BUENOS AIRES (1820–1825). Buenos Aires: Taurus, 2002.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*, v.-XVI-XXIX. (1816-1822). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Brasiliense, 2002.

DEVOTO, Juan E. Pivel. *El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de um análisis*. Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, t.XII. Montevideo: 1937.

DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, t.6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

O INVESTIGADOR PORTUGUEZ EM INGLATERRA. Londres: Hansard, 1811.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

THE DISPATCHES OF FIELD MARSHAL THE DUKE OF WELLINGTON, DURING HIS VARIOUS CAMPAIGNS IN INDIA, DENMARK, PORTUGAL, SPAIN, THE LOW COUNTRIES, AND FRANCE, FROM 1799 TO 1818: COMPILED FROM OFFICIAL AND AUTHENTIC DOCUMENTS BY LIEUT. COLONEL GURWOOD, ESQUIRE TO HIS GRACE AS KNIGHT OF THE BATH, v.6 London: John Murray, 1838.

6.2 Fontes Secundárias (Livros, teses e artigos)

ABADIE, Washington Reyes; ROMERO, Andrés Vázquez. *Crónica general del Uruguay*, vol. 3. Montevidéo: Banda Oriental, 1999.

ACEVEDO, Eduardo. *Anales históricos del Uruguay*, t. I. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1933.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros (1808 – 1810)*. Bauru: Edusc, 2008.

ASSUNÇÃO, Mattias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UnB, 1998.

BARRETO, Célia de Barros. *O Brasil monárquico: O processo de emancipação*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, t.II, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BEBIANO, Rui. Organização e papel do exército, In: TORGAL, Luís; ROQUE, João (coord.). *História de Portugal*. volume V. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

BERRA, F.A. *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Francisco Ybarra, 1895.

BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: da Independência até 1870*. v. III. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. (org) *Fontes históricas*. Contexto: São Paulo, 2006.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo: [dos autores] 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV 2002

BRANCATO, Braz Augusto Aquino. *Don Pedro I de Brasil, posible rey de España* (Una conspiración liberal). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Coleção Memória Brasileira, v. 13. Brasília: Edição fac-similar. Senado Federal, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independència y la república caudillesca*. Historia Uruguay, t.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; Kraay, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. Estado y poder regional: constitución y naturaleza de los poderes regionais. In: VÁZQUEZ, Josefina Z. (Org.) *Historia General de América Latina*. Paris: UNESCO/Trotta, 2003.

_____. La formación de los Estados Nacionales en Iberoamerica. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, nº15. Buenos Aires: 1997.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *História del Perú contemporáneo*. Desde las luchas por la independencia hasta el presente. Lima: IEP, 2007.

CHUST, Manuel (Org.) *Las independencias iberoamericanas en su laberinto: controversias, cuestiones, interpretaciones*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2010.

DEVOTO, Juan E. Pivel. *El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de um análisis*. Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, t.XII. Montevideo: 1937.

DOCCA, Souza. *O Brasil no Prata: 1815–1828*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1931.

DONGHI, Tulio Halperin. *Historia Argentina de la Revolución de Independencia a la confederación rosista*, volume III. Buenos Aires: Editorial Piados, 2000.

_____. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

DUARTE, Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina 1816-1828*. 3v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

ELLIOTT, John H. *España en Europa: Estudios de Historia Comparada*. València: Universitat de València, 2002.

ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson De La; RODRIGUEZ, Julio Carlos. *La Oligarquia Oriental en la Cisplatina*. Montevidéo: Pueblos Unidos, 1970.

FELDE, Alberto Zum. *Processo histórico del Uruguay: esquema de una sociologia nacional*. Montevideo: Maximino Garcia, 1919.

FERREIRA, Fábio. A administração Lecor e a Montevidéo portuguesa: 1817 – 1821. In: *Revista Tema Livre*, ed.10, 25 abril 2005. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>

_____. A participação de índios e negros no exército português: o caso da Cisplatina. In: TAVARES, Célia; RIBAS, Rogério. (Org.). Hierarquias, raça e mobilidade social. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

_____. Comerciantes e estancieiros: a participação dos segmentos econômicos orientais na expansão da fronteira luso-brasileira em direção ao Prata. In: *Anais* [CD-ROOM] do 1er Congreso Latinoamericano de Historia Económica y 4as Jornadas Uruguayas de Historia Económica. Montevideu: 2007

_____. O Congresso Cisplatino e seus desdobramentos políticos no Brasil e na região do Prata. *Revista Digital Estudios Historicos (Uruguay)*, ed.02, AGO 2009. ISSN: 1688 – 5317.

Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_2/fabio_ferreira.pdf

_____. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007.

_____. O General Lecor e a Escola de Lancaster: Método e Instalação na Província Cisplatina. In: *Revista Tema Livre*, ed.09, 23 set. 2004. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>

_____. A política externa joanina e a anexação de Caiena: 1809-1817. In: *Revista Tema Livre*, ed.07, 23 dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>

_____. A trajetória política de Artigas: da Revolução de Maio à Província Cisplatina.. In: *Revista Tema Livre*, ed.08, 23 abril 2004. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>

FREGA, Ana. Cidadania e representação em tempos revolucionários: A Banda/Província Oriental, 1810-1820. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Entrevista concedida em Montevidéu. In: *Revista Tema Livre*, ed.13, 25 abril 2008. Disponível em: www.revistatemalivre.com/afrega13.html

_____. *Pueblos y Soberanía en la revolución artiguista: La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

GOLDMAN, Noemi. Revolución, república, confederación (1806-1852) Nueva Historia Argentina. Tomo 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: MIGNOT, Ana Cristina; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

GREENE, Jack. *Negotiated authorotys*. Ebsays in colonial political and constitucional history. Charlottesville & London: The University Press of Virginia, 1994.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. A República Rio-Grandense e a praça de Montevideu (1836–1842). In: HEINZ, Flavio M.; HERRLEIN JR, Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões provinciais no rio da Prata. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos, NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados”: a luta pela subsistência em Salvador (1822-1823). In: JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, DF: Editorial Mapfre; Fondo de Cultura Económica, 2000.

HISTÓRIA DA LEGIAÕ PORTUGUEZA EM FRANÇA. Londres: T. C. Hansard, 1814.

HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA, v.2, t.II. Serviço de documentação geral da Marinha: Rio de Janeiro, 1979

IZECKSOHN, Vitor. O processo de formação dos Estados no Rio da Prata: comércio, navegação e guerra, 1810-1864. *Cadernos do CHDD*. Ano IV, número especial. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática, 2006.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: MALERBA, Jurandir (Org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LA PALOMBARA, Joseph G. *A política no interior das nações*. Brasília: Editora UnB, 1982.

LEBRUN-PEZERAT, Pierrette. La lettre au journal: Les employés des Postes como épistoliers. In : CHARTIER, Roger (dir) *La Correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. [S.l.] : Fayard, 1991.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do imperador: a primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1830)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2004.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV 2002.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LOBATO, Mirta Zaida e SURIANO, Juan. *Nueva Historia Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana S.A., 2000.

LOPES, João Baptista da Silva. *Corografia, ou memoria economica, estadistica, e topografica do reino do Algarve*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Liboa, 1841.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas: 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, 1989.

MACHADO, André Roberto de A. As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

MARTINEZ DIAZ, Nelson. *La Independencia hispanoamericana*. Madrid: Biblioteca histórica, 1989.

MAXWEL, Kenneth. Condicionalismos da independência do Brasil. In: SERRÃO, José; MARQUES, A.H. Oliveira (coord.). *Nova história da expansão portuguesa*, volume VIII. Lisboa: Estampa, 1986.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice; GOTTIB, Nádia. *Prezado senhor, prezada senhora: um estudo sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820–1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOSCA, Gaetano. *La classe política*. México: Fondo de Cultura Económica, [s/d]

NARANCIO, Edmundo M. *La Independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

NOBRE, Fernando. *As fronteiras do sul: ilha Martin Garcia e a jurisdição das águas do Prata*. São Paulo: Gráficas Monteiro Lobato, 1922.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Esses miseráveis delinquentes”: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737–1822*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

_____. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760–1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto [et al] (Orgs.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

PACHECO, M. Schurmann; SANGUINETTI, M.L. Coligan. *Historia del Uruguay*. Montevideu: Editorial Monteverde, 1985.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. Coleção brasileira novos estudos, v. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PALERMO, Eduardo R. Secuestros y tráfico de esclavos en la frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850. In: *Revista Tema Livre*, ed.13, 25 abril 2008. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>

PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: BARRETO, Célia de Barros. *O Brasil monárquico: O processo de emancipação*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, t.II, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PESSÔA, Corina de Abreu. *Cartas de Montevideo: sobre alguns textos da história platina*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1953.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. As Fugas de escravos da Província de São Pedro para o além-fronteira. In: *Revista Tema Livre*, ed.12, 25 abril 2007. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão do federalismo no Rio Grande do Sul. In: HEINZ, Flavio M.; HERRLEIN JR, Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003,

PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a “experiência cisplatina” (1817-1828) In: JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

_____. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

_____. Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo na província Cisplatina (1821-1822). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A editora; Faperj, 2006.

PIRES, Nuno Correia Barrento de Lemos. Os Exércitos não se improvisam – Um estudo sobre o Exército Português e o novo Exército Anglo-Português em 1808. In: *Revista Militar* n°2439 abr 2005. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=105>

POCOCK, John G. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PROENÇA, Maria Cândida. *A independência do Brasil*. Lisboa: Colibri, 1999.

PUIGMAL, Patrick. Entrevista concedida em Montevideu. In: *Revista Tema Livre*, ed.13, 25 abril 2008. Disponível em: www.revistatemalivre.com/puigmall13.html

RAMOS, Luís António de Oliveira. *D. Pedro imperador e rei: experiências de um príncipe (1798 – 1834)*. Lisboa: Inapa, 2002.

RELA, Walter. *Uruguay cronologia histórica anotada: dominación luso-brasileña (1817-1828)*. Montevideo: Alfar, 1999.

_____. *Uruguay cronologia histórica anotada: Cruzada libertadora e independencia nacional. Asamblea general constituyente y legislativa (1825-1830)*. Montevideo: Alfar, 1999.

_____. *Uruguay cronologia histórica anotada: república oriental del Uruguay (1830-1864)*. Montevideo: Alfar, 1999.

REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, t.II, v.4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RÉMOND, René. Do político. In: _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. Uma história presente. In: _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Ana.. Montevideo, la malbienquerida. Montevideu: Ediciones de la Plaza, 2000.

RICCI, Magda. Como se faz um vulto na história do Brasil. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (Orgs) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). In: *Revista Brasileira de História*, v. 15, n.30, p. 10. São Paulo: [s/e], 1995.

SALDAÑA, José M. Fernandez. *Diccionario uruguayo de biografías: 1810 – 1940*. Montevideo: Amerindia, 1945.

SÁNCHEZ, Julio Gómez. La independencia de la República Oriental del Uruguay: los realistas en la Banda Oriental. In: FRASQUET, Ivana. *Bastillas, cetros y blasones: La independencia en Iberoamérica*. Madrid: MAPFRE, 2006

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1993.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: 1807 – 1832*. Viseu: Verbo, 2002.

SILVA, Luiz Manoel de Lima e. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Bibliex: Rio de Janeiro, 1956.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007

STREET, John. *Gran Bretaña y la independencia del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no rio da Prata até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955.

SOBOUL, Albert. *Descrição e medida em história social: problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Cosmos, 1965.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias e a formação do Império brasileiro: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, J.A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: BARRETO, Célia de Barros. *O Brasil monárquico: o processo de emancipação*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, t.II, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. Independência e soberania nacional na América luso-espanhola. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. De

um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2007.

SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos, NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço. *O Liberalismo*. MATTOSO, José. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____. *Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo 5º. 3ª edição integral. São Paulo: Melhoramentos, 1936.

WEHRS, Carlos. *Niterói, cidade sorriso: a história de um lugar*. Rio de Janeiro: [s/e], 1984.

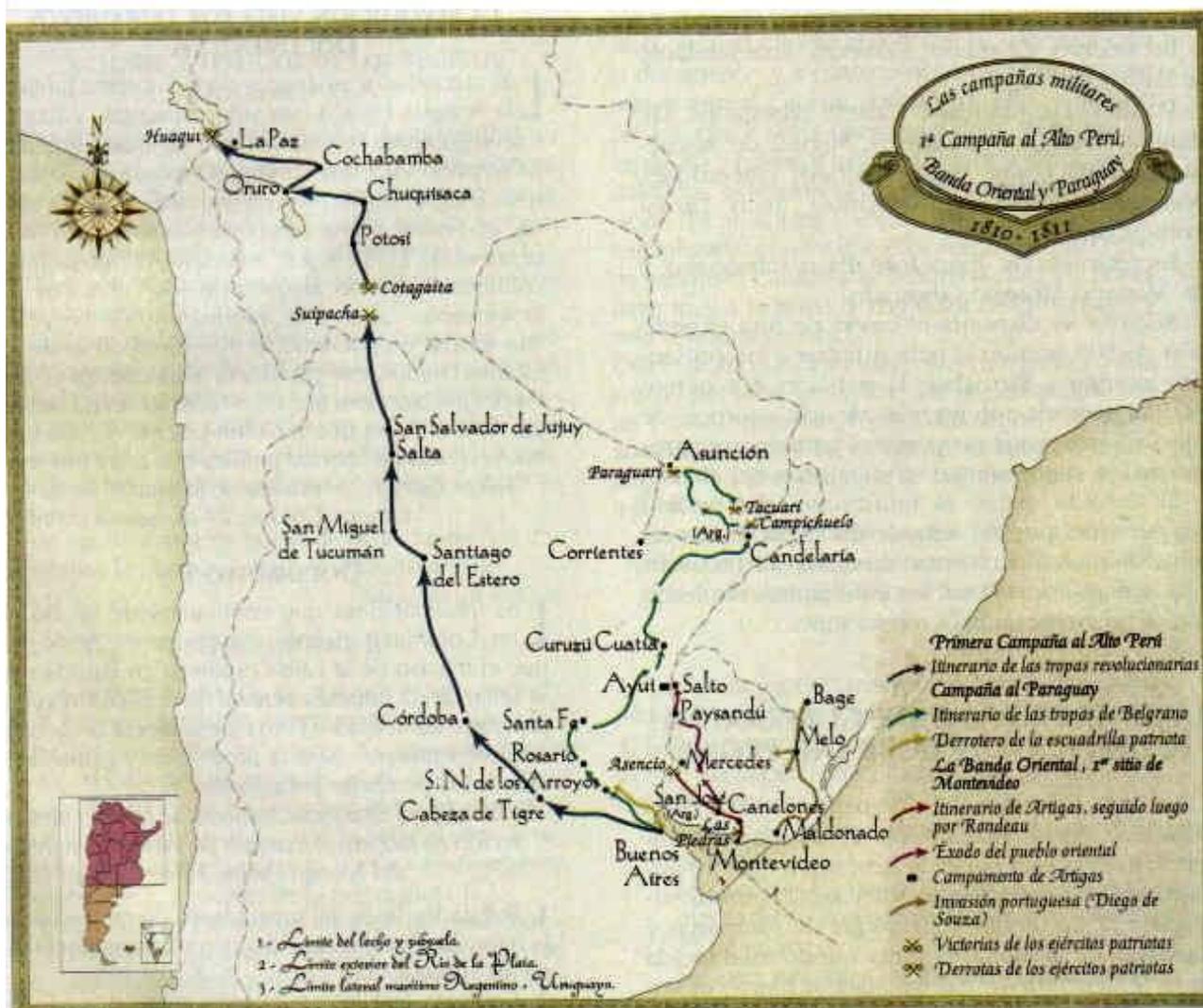
WISIAK, Thomas. Itinerário da Bahia na independência do Brasil (1821 – 1823). In: JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

ZARZA, Idalia Flores de. La Provincia Cisplatina y el general Carlos Federico Lecor.
In: *Anais do Congresso de História da Independência do Brasil*, v.6. Rio de Janeiro:
IHGB, 1972.

ANEXO I

Guerras de Independência no Vice-Reino do Prata

Guerras de la Independencia (1810-1811)



No mapa, pode-se ver os desdobramentos do processo revolucionário iniciado em Buenos Aires, em maio de 1810, e a repercussão militar deste na Banda Oriental, com a atuação de Artigas e a primeira invasão portuguesa (1811).

Fonte: <http://www.oni.escuelas.edu.ar/olimpi99/guerrasincuartel/mapas/mapa3.htm>

ANEXO II: Mapa da Liga Federal



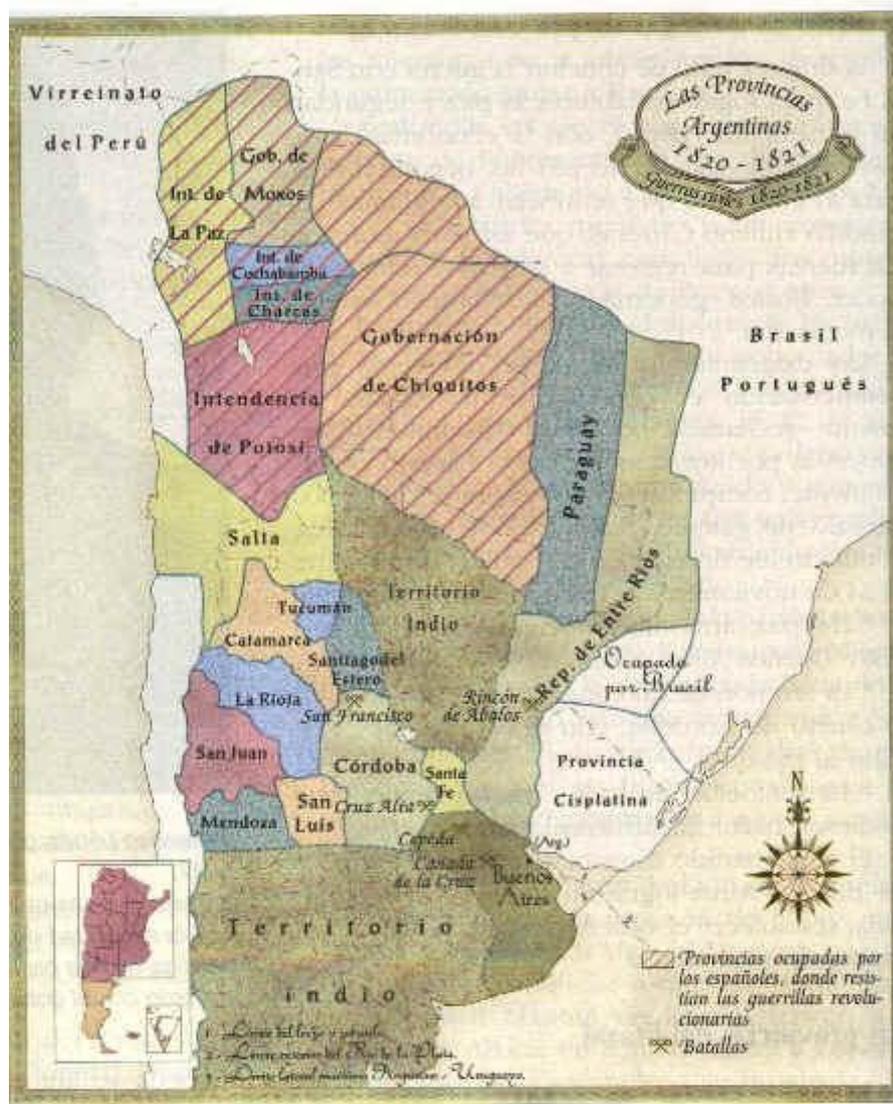
Mapa da Confederação estabelecida entre Artigas e demais caudilhos platinos, que englobava a Banda Oriental, Corrientes, Entre Rios, Misiones, Santa Fé e Córdoba. Parte do atual Rio Grande do Sul (área com listras amarelas e brancas) era pleiteada por Artigas, pois tinha sido anexada por Portugal. Sobre as datas estampadas, 1813 foi quando o líder oriental estabeleceu seu projeto político de Independência da região através de uma república federativa. 1820 é o ano em que Artigas é derrotado em Entre Rios. Nesta altura, já era inviável o projeto da Liga Federal.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:El_Protectorado_Artigas_-_Liga_Federal.JPG?uselang=es

ANEXO III

Mapa das Províncias Unidas

Las Provincias Unidas (1820-1825)



Este mapa destaca as áreas que, hoje, correspondem, aproximadamente, aos atuais Estados Nacionais argentino, paraguaio e boliviano. Observa-se que o autor do mapa, provavelmente portenho, mesmo na década de 1820, considera áreas do antigo Vice Reino platino como parte das Províncias argentinas, vide o caso do Paraguai e de áreas da atual Bolívia. Contemporâneo ao Congresso Cisplatino, pode-se observar a variedade de unidades políticas que compunham a atual Argentina, bem como áreas em que havia a resistência espanhola, como em Chiquitos, La Paz e Potosí. Mesmo não estando em destaque, a Cisplatina aparece no mapa.

ANEXO IV

A região platina em foco

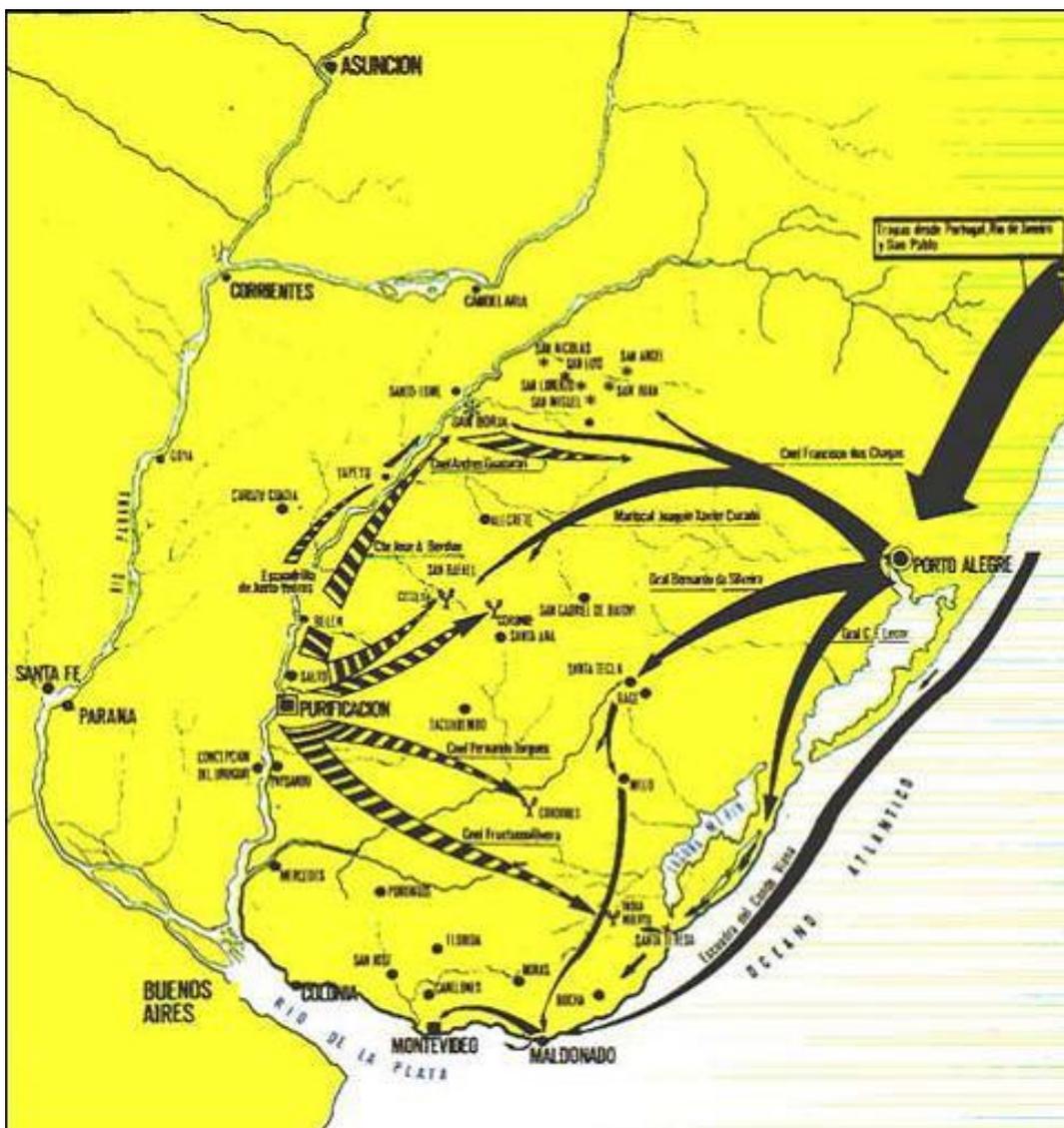


Neste mapa, o território oriental e seus limites com o Brasil. Pode-se verificar, na parte norte das terras orientais, significativa área que foi incorporada ao Rio Grande, seja pelo papel dos estancieiros, seja pela ação diplomática brasileira nas demarcações de limites do século XIX. Além disto, o autor do mapa destaca as Missões Orientais, território subtraído dos domínios espanhóis. Hoje, este território também pertence ao Rio Grande do Sul.

Fontes: <http://aurenews-proforma.blogspot.com.br/2009/03/la-desintegracion-de-la-banda-oriental.html>

ANEXO V

A expedição de Lecor

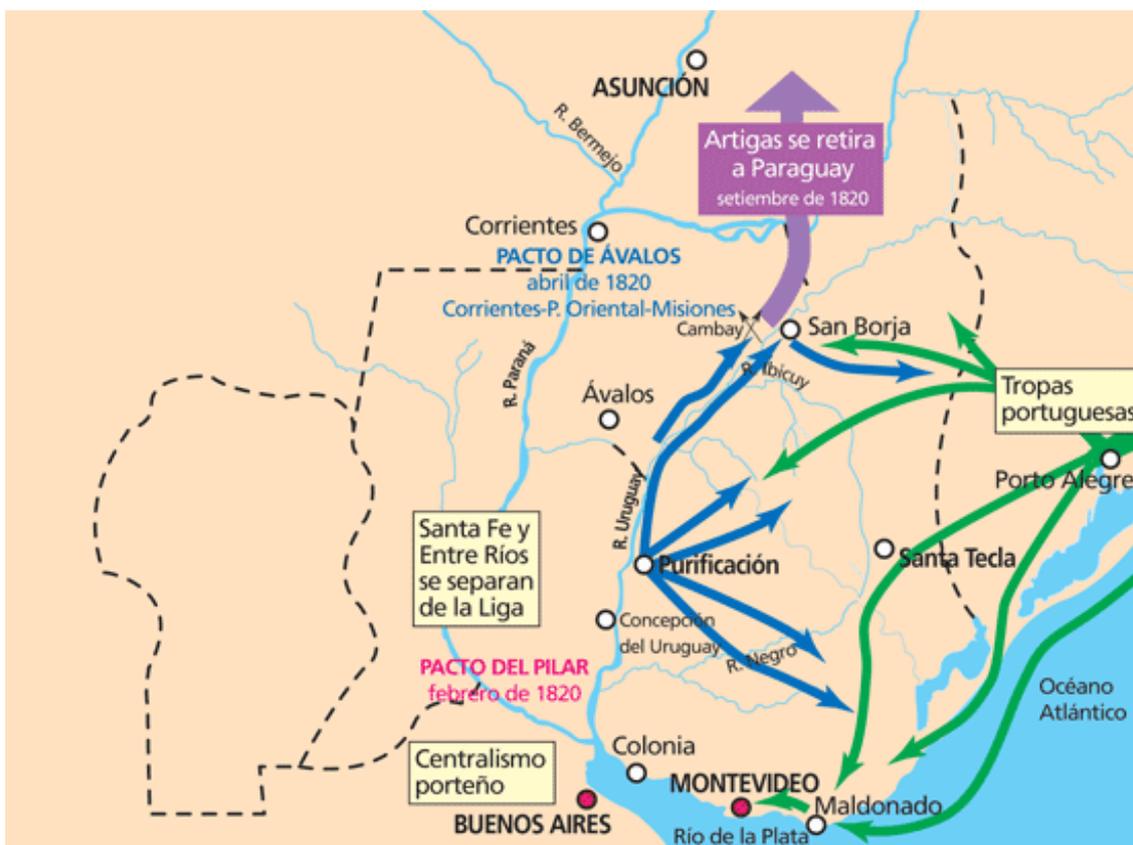


O presente mapa mostra as ações de Lecor e de Artigas. As setas negras representam as forças do então príncipe D. João e as listradas as do líder oriental. Observa-se que as forças terrestres de Lecor se dividiram em Porto Alegre, para daí chegarem a Montevideu. Por outro lado, verifica-se o centro da resistência artiguista, em Purificación. Nota-se, ainda, que as forças de Artigas tinham ação muito pequena na parte do território oriental mais próximo ao Atlântico, e que hoje corresponde a departamentos como Rocha e Maldonado.

Fonte: <http://www.uruguayeduca.edu.uy/Portal.Base/Web/verContenido.aspx?ID=139742>

ANEXO VI

Lecor x Artigas



Outro mapa que mostra o embate entre as forças de Lecor e as de Artigas. Destaca-se que aqui inclui-se o trajeto do líder oriental em direção ao Paraguai (1820) e o rompimento de Santa Fé e Entre Ríos com a Liga artiguista e seus respectivos pactos com Buenos Aires, através do Tratado del Pilar.

Fonte

http://uy.kalipedia.com/historia-uruguay/tema/revolucion-proyectos-estado-en-region/graficos-triple-conflicto.html?x1=20080802klphishur_1.Ges&x=20080802klphishur_5.Kes

ANEXO VII

República Oriental do Uruguai



Mapa atual da República do Uruguai. Nele, verifica-se a totalidade dos departamentos (divisão administrativa) uruguaios e suas respectivas capitais.

Fonte:

<http://ciclobasico.com/mapa-politico-de-la-republica-oriental-del-uruguay/>

ANEXO VIII**“Revista das tropas destinadas a Montevidéu”**

As ações de Lecor e dos Voluntários Reais no Campo de Santa Helena, diante de D. João, D. Pedro, D. Miguel e de Dona Carlota Joaquina, em 1816. Este momento foi imortalizado por Jean Baptiste Debret.

ANEXO IX

“Embarquement des troupes a Praia Grande pour l'Expedition contra Monte Video”



Na Praia Grande, o embarque das tropas, em 1816, registrado por Debret. À esquerda, D. João, D. Pedro e D. Miguel. Sentada, Carlota Joaquina e as demais princesas. Ainda ao lado das infantas, Beresford e seu ajudante-de-ordens. No centro, Lecor e seu lugar-tenente.

Fonte:

http://www.tjrj.jus.br/institucional/museu/pdf/exposicao/domjoaosexto/embarque_das_tropas_praia_grande.pdf

ANEXO X**Carlos Frederico Lecor**

O personagem no período cisplatino de sua vida, na década de 1820, quando tinha em torno de 60 anos. A pintura é de Miguel Benzo e está disponível no Museu Histórico Nacional do Uruguai, situado em Montevideú.

Fonte: <http://lecor.blogspot.com.br/2009/03/retrato-oleo-miguel-benzo.html>